



CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Economia e Gestão

AVALIAÇÃO DE UM PROJECTO DE PRESERVAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR: O PROJECTO FAMÍLIA

Trabalho Final de Mestrado apresentado à Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de mestre em Economia

Bárbara Janson Rodrigues

Orientação: Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes

Porto, Agosto de 2012

Agradecimentos

A primeira pessoa que merece o meu agradecimento solene é sem dúvida a Dr.^a Graça Mira Delgado, pela oportunidade que me tem dado de trabalhar numa instituição tão rica em valores, por vezes julgados perdidos. Agradeço-lhe pela compreensão sempre presente, pela disponibilidade permanente, pela sua colaboração nesta investigação e por me ter dado todas as condições de que precisei para a sua realização. Mas sobretudo, pelo exemplo de vida que é.

Agradeço também à Carmelita Dinis, pelo apoio que me deu, pelos seus conselhos valiosos e pela força que me transmitiu.

Aos assistentes familiares do Projecto Família devo os preciosos testemunhos que me deram, sem os quais não teria sido possível a realização deste estudo. Por isso lhes agradeço e deixo aqui registada a minha admiração pelo trabalho que desenvolvem na luta constante pelo empoderamento das “suas” famílias e pela protecção das crianças e jovens que acompanham.

Às entidades sinalizadoras do Projecto Família que participaram neste estudo, o meu agradecimento pelo seu contributo.

Agradeço ainda ao Professor Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes, que deu uma contribuição fundamental nesta investigação e me orientou neste longo percurso.

Não podia também deixar de agradecer ao meu marido, que me apoiou desde o início e viveu as minhas ausências fins-de-semana sem conta.

A todos, o meu enorme obrigada!

Resumo

A família é a estrutura base de toda a organização social, proporcionando o melhor ambiente para o desenvolvimento equilibrado das crianças. É com base nesta premissa que o Projecto Família actua junto de famílias em crise, visando a promoção das suas competências e o desenvolvimento de relacionamentos familiares saudáveis, evitando que muitas crianças e jovens vivam em instituições.

Este estudo pretende avaliar a eficácia do Projecto Família, bem como perceber que razões estão na base dos casos em que essa eficácia se revela pouco satisfatória.

Para tal, utilizamos uma nova metodologia de avaliação da implementação de projectos e programas proposta por Mendes (2006), fundada na Teoria da Agência, que consiste , numa primeira fase, em identificar os desvios de implementação, considerando como um dado os objectivos do Projecto Família. Numa segunda etapa esses desvios são explicados com base em restrições de viabilidade, de racionalidade individual e de compatibilidade de incentivos. Para esta análise são considerados os três principais grupos de intervenientes no projecto: a equipa, as entidades sinalizadoras e as famílias intervencionadas.

Após a recolha de dados realizada através da análise documental, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários, foram analisados 80 casos de famílias acompanhadas pelo Projecto Família no ano de 2010, com o recurso a métodos quantitativos e qualitativos. A criação e o cálculo de um Índice de Eficácia do projecto permitiram-nos concluir que em quase 70% dos casos analisados o índice de eficácia do projecto é superior a 40%. O baixo valor desse índice apurado nos restantes casos foi explicado pelo facto das restrições de compatibilidade de incentivos não terem sido satisfeitas, com as famílias intervencionadas a terem comportamentos não consistentes com os objectivos do projecto.

Como qualquer estudo de investigação, também esta análise apresenta limitações, como a impossibilidade de obter a participação das famílias envolvidas no projecto bem como desenvolver a análise por um período de tempo mais alargado.

Palavras-chave: Crianças e Jovens em Risco; Projecto Família; Análise de Implementação; Eficácia

Abstract

Family is the building block of social organization, providing the best environment for the balanced development of children. Based on this assumption, *Projecto Família* works with families in crisis, aiming to promote their skills and the development of healthy family relationships, thus avoiding the institutionalization of children and the youth.

The purpose of this study is to evaluate the effectiveness of *Projecto Família*, and assess the reasons underlying the cases where effectiveness is not satisfactory.

The study follows a new methodology for implementation analysis of projects and programs proposed by Mendes (2006), based on Agency Theory. The first step of this methodology is the assessment of the implementation gaps of the project taking its objectives as given. The second step is the explanation of these gaps by looking at viability constraints, individual rationality and incentive compatibility factors. Three main groups involved in the project were taken into consideration: the team, referring entities and enrolled families.

After the collection of data, carried out by document analysis, semi-structured interviews and questionnaires, 80 cases of families accompanied by *Projecto Família* in 2010 were analyzed, with the use of quantitative and qualitative methods. The creation and calculation of an Effectiveness Index of the project showed that in almost 70% of the cases the effectiveness rate of the project is over 40%. The low value of this index determined in the remaining cases occurs due to the fact that incentive compatibility constraints were not met by the families enrolled, their behavior being poorly consistent with the goals of the project.

As with any research, there are shortcomings in this analysis such as the impossibility of getting the participation of the families involved in the project and developing this analysis for a longer period of time.

Keywords: Children and Youth at risk; *Projecto Família*; Implementation Analysis; Effectiveness.

Índice

1. Introdução.....	7
2. O Problema a analisar: a eficácia das respostas sociais para as crianças e os jovens em risco	9
2.1 Crianças e jovens em risco: que realidade?	9
2.2 Crianças e jovens em risco em Portugal: que respostas?.....	13
3. Enquadramento Teórico	20
3.1 O seio familiar como ambiente de eleição ao desenvolvimento.....	20
3.2 O Projecto Família: um projecto baseado no modelo norte-americano de preservação da família - <i>Families First Program</i>	27
3.3 A avaliação do <i>Families First Program</i> de Michigan: um estudo da <i>University Associates</i> (UA).....	31
3.4 Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006)	35
3.5 Descrição do plano de investigação e estratégia metodológica	40
4. Enquadramento Metodológico	45
4.1 Selecção da amostra.....	45
4.2 Processo de recolha e tratamento de dados e instrumentos utilizados.....	46
5. Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006) aplicada ao Projecto Família.....	53
5.1 Caracterização da amostra	53
5.2 Objectivo geral do Projecto Família e critérios para a sua verificação.....	59
5.3 Restrições de implementação.....	71
5.4 Verificação e discussão dos resultados	129
6. Conclusões	133
7. Referências Bibliográficas	134
8. Anexos.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CPCJ – Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco

CNCPCJ – Comissão Nacional das Comissões de Crianças e Jovens em Risco

ECJ – Equipa de Crianças e Jovens da Segurança Social

IEPF – Índice de Eficácia do Projecto Família

ICCO - Índice de Cumprimento dos Critérios Obtido

ICCD - Índice de Cumprimento dos Critérios Desejado

IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS, I.P - Instituto da Segurança Social, I.P.

GCC – Grau de Cumprimento do Critério

LPCJP - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

MDSS - Michigan Department of Social Services

MDV – Movimento de Defesa da Vida

PAF – Programa de Acção Florestal

SCM – Santa Casa da Misericórdia

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

UE– União Europeia

1. INTRODUÇÃO

Enquanto célula base da estrutura social, a família constitui o lugar privilegiado para o pleno crescimento e para o desenvolvimento integral de qualquer criança. Na luta pela preservação da célula familiar e com base no modelo norte-americano *Families First – Homebuilders*, o Projecto Família, desenvolvido pelo Movimento de Defesa da Vida (MDV), é pioneiro em Portugal na área da intervenção intensiva em famílias com crianças em risco, evitando que muitas crianças e jovens vivam em instituições.

Pretendemos desenvolver um estudo exploratório com o objectivo de avaliar até que ponto é que o Projecto Família é eficaz na preservação da família através da promoção de competências e de relacionamentos dos vários elementos dos agregados familiares em que intervem, bem como apurar as razões que explicam os casos em que essa eficácia não é tão satisfatória.

A pertinência desta investigação prende-se essencialmente pelo facto desta metodologia de intervenção ser única em Portugal, não existindo por isso, até ao momento, qualquer estudo semelhante. Por outro lado, é sabido que o sistema de protecção de crianças e jovens em Portugal apresenta diversas debilidades, a começar pela dificuldade de dar resposta a todas as situações emergentes. A reconhecida fragilidade das soluções a jusante das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), nomeadamente no que respeita ao sistema de acolhimento de menores, chama-nos à atenção para a necessidade de encontrar alternativas à institucionalização, como é o caso do Projecto Família. Por outro lado, acreditamos que a implementação dessas alternativas será tanto mais apelativa quanto mais evidente for a sua eficácia, para o que concorre a avaliação dos resultados que lhes estão associados.

Neste estudo, é feita inicialmente uma abordagem à realidade das crianças e jovens em risco em Portugal, acompanhada de um levantamento das respostas sociais existentes. Seguidamente é apresentado o enquadramento teórico da análise realizada, destacando teorias que fundamentam a preferência por soluções que promovem a preservação familiar, o Projecto Família e um estudo avaliativo ao *Families First Program*, que inspirou a escolha do tema da presente investigação e no qual se baseou a nossa análise. A metodologia utilizada para avaliar a implementação do Projecto Família e o plano metodológico seguido são também descritos nesta fase.

O ponto seguinte do trabalho descreve o processo de selecção da amostra e os métodos utilizados na recolha e tratamento dos dados.

A etapa subsequente é a Análise de Implementação do Projecto Família segundo a metodologia proposta por Mendes (2006), na qual se avaliam os resultados do projecto para o ano de 2010 e considerando uma amostra de 80 agregados familiares. Depois de apresentados os objectivos do projecto e definidos os critérios para a sua verificação, é feita uma avaliação do seu cumprimento e apresentado o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF). Posteriormente, são analisados os três tipos de restrições para cada grupo de intervenientes no projecto, visando a detecção de falhas de implementação que possam justificar a baixa eficácia apurada em alguns casos.

Finalmente são apresentadas as conclusões finais desta investigação.

2. O PROBLEMA A ANALISAR: A EFICÁCIA DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA AS CRIANÇAS E OS JOVENS EM RISCO

2.1 Crianças e jovens em risco: que realidade?

Estamos em crer que, para muitas pessoas da nossa sociedade, a realidade inerente às crianças e jovens em risco se situa numa dimensão distante, em que o inocente desconhecimento afasta a tomada de consciência da gravidade de tal realidade. Consideramos por isso pertinente, numa primeira fase deste estudo, fazer uma pequena abordagem a esta realidade, numa tentativa de retratar o seu contexto, evidenciando as problemáticas sobre as quais mais incide o Projecto Família, principal alvo do nosso estudo.

Começámos por clarificar alguns conceitos fundamentais, de forma a eliminar qualquer incerteza que possa persistir sobre os mesmos. O primeiro, e mais importante, desses conceitos é o de crianças e jovens em risco. Segundo Delgado (2006, p. 53) “as crianças e jovens em risco são aqueles que se encontram em circunstâncias que exigem a adopção de medidas preventivas, sob pena de entrarem num processo de inadaptação ou conflito sociais”. Estão perante a eventualidade de verificação de certo facto que lhes poderá causar dano. Se a vulnerabilidade presente numa situação de risco não for superada, poderá determinar uma situação de perigo no futuro. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) refere, no nº 2 do seu art.º3, que se considera que a criança ou jovem se encontra em perigo quando está abandonada ou vive entregue a si própria; é alvo de maus tratos físicos ou psíquicos; é vítima de abusos sexuais; não recebe cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a actividades ou trabalhos excessivos/inadequados; está sujeita a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança/equilíbrio emocional; assume comportamentos, actividades ou consumos que afectem a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento. Entendemos portanto que, uma situação de perigo se distingue de uma situação de risco pelo facto da criança ou jovem já se encontrar perante um facto causal que pode vir a determinar um dano aos seus direitos. Numa situação de risco, existe apenas uma exposição a determinados factores, denominados por factores de risco, que poderão originar situações de perigo, colocando em causa o seu bem-estar e a sua segurança.

Silva (2001) faz referência à citação da Organização Mundial de Saúde (OMS), que compara factores de risco com as condições de vida de um indivíduo ou grupo de indivíduos sujeitando-os a uma probabilidade acrescida de desenvolver um processo mórbido ou sofrer os seus efeitos. Existem factores predisponentes que podem causar situações de crise individual ou familiar e que se relacionam com a pessoa, com a família ou com a sociedade (Silva, 2001). Exemplos de factores de risco individual referidos por este mesmo autor passam por: separação mãe/filho no pós-parto; perda da mãe antes dos cinco anos, ausência da mãe ou substituto materno, prematuridade com perda de contacto com a mãe; mudanças múltiplas de amas, infantários, escolas; abandono; maus tratos físicos ou psíquicos; hospitalização ou internamento em instituição (Silva, 2001). Como exemplos de factores de risco familiar, Silva (2001) identifica os seguintes: progenitor com doença grave orgânica/mental; progenitor alcoólico ou toxicodependente; progenitor preso; separação precoce dos pais; desentendimentos e conflitos conjugais graves; famílias monoparentais; famílias pouco diferenciadas, com baixo nível de estimulação e socialização; famílias numerosas com problemas económicos. São estes muitos dos factores de risco a que as crianças e famílias sinalizadas para o Projecto Família estão expostas.

De acordo com Delgado (2006), o risco remete-nos para a presença de maltrato infantil, seja este de que tipo for e seja qual for o seu agente ou o seu âmbito. Maltrato infantil é ainda definido como “toda a acção ou omissão não accidental que implica ou põe em perigo a segurança dos menores de 18 anos e a satisfação das suas necessidades físicas e psicológicas básicas” (Palacios et al, 1998, cit. por Delgado, 2006, p. 55). Exemplos de situações de maus tratos em crianças e jovens são as situações de negligência¹; de maus tratos físicos; de abuso sexual; de abuso emocional; de exploração no trabalho; de corrupção; de síndrome de Munchausen por procuração²; de abandono; de mendicidade; de mau trato e negligência intra-uterina (Delgado, 2006).

Pelo exposto, não nos restam dúvidas que o risco é sinal de preocupação, pelo seu factor prejudicial para o bem-estar e para o desenvolvimento integral da criança e

¹ A negligência é entendida como o “descuido ou omissão voluntária ou involuntária da satisfação das necessidades físicas ou psico-afectivas de que depende o desenvolvimento” (Delgado, 2006, p. 56).

² Doença “em que os responsáveis intencionalmente falsificam informações ou causam danos a seus próprios filhos para conseguir compaixão. (...) Por procuração significa "por meio de um substituto". O responsável, e não a pessoa doente, é quem está fingindo ou causando a doença” (<http://saude.hsw.uol.com.br/munchausen2.htm> consultado a 04/08/12).

impõe uma resposta educativa. “Às consequências negativas que acarreta, por si só, devem associar-se as potenciais consequências negativas para o futuro destes menores. São estas duas ordens de factores, a insegurança, a infelicidade e a desvinculação, no presente, e a provável exclusão ou delinquência, no futuro, que obrigam a sociedade, no seu conjunto, a agir, adoptando as medidas adequadas e oportunas relativamente à infância em risco” (Delgado, 2006, p. 53). Tal intervenção exige, em primeiro lugar, a compreensão da origem das situações de risco. Por isso, consideramos que, compreendido o conceito de crianças e jovem em risco, deveríamos indagar sobre a génese da situação destes menores. Delgado (2006) refere que não existe um factor único que explique a proveniência das situações de risco, mas sim uma multiplicidade de factores que associam a herança de um indivíduo com o meio em que ele se desenvolve, pois “a herança que recebe um indivíduo estabelece as suas possibilidades máximas e é o meio que faz com que estas cheguem ao seu limite máximo ou se quedem por metade do caminho” (Delgado, 2006, p. 60). O mesmo autor refere ainda que “o perigo pode resultar da acção ou da omissão dos pais, do representante legal, ou de quem detenha a guarda de facto. Se estas pessoas forem incapazes de actuar de modo a impedi-lo, o perigo pode ainda resultar da acção ou omissão de terceiros ou do próprio menor” (Delgado, 2006, p. 147).

Do nosso ponto de vista, não há dúvida que é o meio familiar o factor que diferencia uma infância segura de uma infância em risco. Quando a integridade física e moral de um menor é posta em causa, por ser alvo de negligência ou de maus-tratos por exemplo, são postas também em causa as condições básicas para um normal desenvolvimento do seu projecto de vida. Por outro lado, consideramos que, quando o seio familiar promove relacionamentos saudáveis e seguros, quando a família proporciona aos seus elementos um ambiente estável e provido das condições essenciais para o bem-estar de todos, pode ser considerado como um “porto seguro” para os menores que o integram, proporcionando-lhes um desenvolvimento integral e equilibrado. Assim, acreditamos que a família constitui, ainda, um elemento primordial para o equilíbrio emocional e social dos indivíduos. A sua dimensão enquanto espaço de afectividade, de privacidade, de refúgio é determinante para o equilíbrio dos membros que a integram, para o desenvolvimento de projectos de vida com qualidade e ausência de risco. Quando tal dimensão falha, abrem-se portas para percursos de risco. “É hoje seguro afirmar-se que a ausência da família ou pertença a uma família desequilibrada

são factores de alto risco para o desenvolvimento do menor e que potenciam o aparecimento de condutas desviantes” (Carneiro, 1997, p. 558).

Portanto, contextos familiares problemáticos potenciam, muitas vezes, a existência de factores de risco a que muitas crianças e jovens estão expostos. Se por um lado esta exposição as coloca em risco, por outro, priva-as do exemplo e do suporte que supostamente a família deveria representar no seu percurso de vida. A este propósito refira-se Tiermo (1998, cit por Delgado, 2006, p. 67) que afirma que “à família cabe transmitir o conjunto de regras e valores de uma sociedade às crianças e jovens, de modo a que estes adquiram competências para o desempenho de papéis sociais e para aceitarem a responsabilidade social. A estruturação da personalidade do menor relaciona-se com a aprendizagem de normas, com a sua interiorização e construção de mecanismos que permitam exercer o auto-controlo das suas condutas. Para que tal suceda, é fundamental que os pais tenham uma atitude dialogante, mas coerente e firme, que transmita à criança pontos de referência que, progressivamente ela interiorizará como suas”. As vivências familiares constituem as principais referências dos menores, são o seu exemplo, para o presente e para o futuro.

Cada família transmite aos seus sucessores aquilo que é o resultado de uma interacção social, com base em determinados parâmetros, mais ou menos conformes com as normas vigentes, e que as crianças tendem a assimilar e adoptar como modelos. Não é idêntico crescer num ambiente de estabilidade familiar ou não a ter, aprender nela o valor da cooperação ou da concorrência, do respeito pela lei ou da sua violação” (Palacios & Rodrigo, 1998, cit por Delgado, 2006).

De acordo com González e Morales (1996, cit. por Delgado, 2006, p. 68), “se uma criança vive no meio da hostilidade, aprende a ser hostil”. A tendência é para que, quando se constituírem adultos, as crianças e jovens que sofrem de negligência, maus tratos ou abandono, repitam com os seus filhos os comportamentos e atitudes apreendidos na sua infância, perpetuando as perturbações transgeracionais, “numa cadeia solidamente estabelecida em que o amor parece mais frágil que o esquecimento ou o perdão” (Stecht, 1998, cit. por Delgado, 2006, p. 61).

Concluimos, portanto, que o crescimento em família influencia inevitavelmente todos os membros que a integram, pela dinâmica que cada agregado familiar constrói como seu. Achamos curiosa a comparação que Cyrulnik (2001, cit. por Delgado, 2006, p. 67) faz entre a família e o teatro. Segundo o autor, “cada lar encena a sua peça e a

representação de cada membro da família interactua com a dos restantes, originando um determinado estilo familiar”.

Estas referências teóricas só vêm fundamentar a nossa crença de que, de facto, a família constitui o melhor ambiente para o desenvolvimento integral de qualquer ser humano. É também nesta premissa que acredita o Projecto Família, defendendo que, com apoio especializado, é possível melhorar as competências e os relacionamentos familiares, mitigando os factores de risco existentes no seio familiar e proporcionando um ambiente favorável à manutenção ou integração dos menores na sua família, em detrimento do seu encaminhamento para instituições de acolhimento ou para outro tipo de resposta alternativa.

2.2 Crianças e jovens em risco em Portugal: que respostas?

Em Portugal, a actuação nesta área de intervenção tem ido ao encontro das teorias apresentadas no ponto anterior. Tem-se assistido a uma preocupação premente com a promoção da integração de crianças e jovens em risco no seu seio familiar.

Em 1991, criaram-se as Comissões de Protecção de Menores, que são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional, que promovem os direitos da criança e do jovem e previnem ou põem termo a situações que possam por em risco a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Compostas por representantes de várias instituições, estas comissões têm como principal finalidade privilegiar o meio familiar como meio ideal de formação e encaminhar, quando tal se revele indispensável, a protecção dos menores por via administrativa. “As Comissões de Protecção de Menores são, por excelência, os serviços de prevenção a nível comunitário, intervindo simultaneamente nas várias vertentes da situação de risco e evitando o risco suplementar do desenraizamento do seu habitat” (Direcção-Geral da Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 1996, p. 19).

O trabalho que estas comissões desenvolvem retrata bem a dimensão desta realidade. Refira-se a título de exemplo que, no ano de 2010, as CPCJ acompanharam 68.300 processos³, o que corresponde ao volume processual global desse ano (CNCPCJ,

³ Estes processos abrangiam 68.421 crianças e jovens, ou seja mais 121 do que o número de processos acompanhados, o que é explicado pelo facto de a lei permitir que um processo de promoção e protecção possa abranger mais do que uma criança ou jovem (Cfr. art.º 80º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo) (CNCPCJ, 2011).

2011). Desses processos, 34.753 transitaram de anos anteriores e 28.103 foram instaurados. O número de processos instaurados diminuiu pelo terceiro ano consecutivo. Do total, 35.501 foram arquivados (CNCPCJ, 2011).

Em 2010 manteve-se a tendência de crescimento do volume processual global, mas, ao contrário dos outros anos, aumentou também a taxa de crescimento anual, uma vez que foram acompanhados mais 1.404 processos do que em 2009 e nesse ano tinham sido acompanhados mais 237 processos do que em 2008 (CNCPCJ, 2011).

Em 2010, do total dos 68.300 processos acompanhados, foram caracterizadas 59.104 situações de perigo, que levaram à intervenção das comissões (CNCPCJ, 2011).

Mas mais importante do que perceber a dimensão quantitativa desta realidade é compreender que problemáticas estão subjacentes a estes processos. Verificou-se que aquelas situações de perigo incidiam, maioritariamente, em cinco problemáticas: negligência em 38,2% dos casos; a exposição a modelos de comportamento desviante em 17,5%; o abandono escolar em 13,3%, os maus tratos psicológicos / abuso emocional em 13,0% e os maus tratos físicos em 7,1% das situações referenciadas. “Registando valores percentuais menos representativos do total das situações de perigo seguem-se, por ordem decrescente: prática de facto qualificado como crime 3,0%; o abandono 2,1%; o abuso sexual 1,9 % e o uso de estupefacientes 1%” (CNCPCJ, 2011, p. 89). Com um significado inferior a 1% do total de casos, foram ainda detectadas as seguintes problemáticas: ingestão de bebidas alcoólicas em 0,8% das situações; problemas de saúde em 0,7% dos casos; mendicidade em 0,5 %, exercício abusivo de autoridade em 0,3% do total, tal como a exploração do trabalho infantil em 0,3% do total. A corrupção de menores, a pornografia infantil e a prostituição infantil, representavam cada uma cerca de 0,1% do total (CNCPCJ, 2011). Estes dados permitem-nos obter uma caracterização sumária dos processos que as comissões acompanham. Contudo, a nossa preocupação centra-se na análise das respostas existentes para estes casos. Para tal, não poderíamos deixar de fazer alusão à Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). O seu art.4º define os princípios que deverão orientar a intervenção, com base nos quais as comissões e o tribunal decidem sobre aquelas situações, aplicando uma das medidas de protecção contempladas no art. 34º da LPCJP, podendo estas ser de dois tipos: medidas a executar em meio natural de vida e medidas de colocação. O primeiro tipo contempla quatro medidas distintas: apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea ou apoio para autonomia de vida. As medidas de colocação possíveis são

o acolhimento familiar e o acolhimento em instituição. Digamos que estes são os destinos possíveis das crianças e jovens com processos instaurados nas CPCJ. O cumprimento destas medidas é concretizado através do recurso às respostas sociais existentes, nomeadamente as oferecidas pelo Instituto de Segurança Social (ISS), que visam a protecção e promoção do desenvolvimento pessoal e social dos menores em segurança (ISS, I.P., 2009). São várias essas respostas, mas destacaremos apenas as que são relevantes para o presente estudo, considerando desde já duas orientações distintas: o acolhimento das crianças e jovens por um lado e o apoio junto da família de origem por outro.

As respostas que promovem o acolhimento das crianças e jovens em situação de perigo vão ao encontro das medidas de promoção e protecção de colocação, distinguindo-se entre o Acolhimento Familiar e o Acolhimento Institucional (Centro de Acolhimento Temporário e o Lar de Infância e Juventude). Relativamente à primeira destas respostas, esta “consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e protecção, visando a sua integração em meio familiar”⁴ (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006, p. A 3.3). Esta é uma solução intermédia entre o apoio junto de familiares e a institucionalização que, perante a impossibilidade dos menores permanecerem junto da sua família de origem, nos parece benéfica no sentido em que lhes proporciona a criação de laços afectivos e o conforto de uma família. No entanto, parece existir alguma polémica relativamente a esta resposta, pois não há certezas quanto às motivações destas famílias e quanto à duração dessas motivações (Coelho & Neto, s/d). O autor refere ainda que algumas destas famílias estão mesmo motivadas para a “adopção” da criança com a qual estabelecem um vínculo e que as sucessivas rupturas de laços afectivos vivenciadas por estas crianças podem ser muito prejudiciais ao seu desenvolvimento (Coelho e Neto, s/d). Sabemos, no entanto, que esta é uma resposta que tem vindo a assumir um papel importante por exemplo em Espanha, e que poderá, de facto, constituir uma boa alternativa ao acolhimento institucional. De qualquer maneira esta é uma questão que deixaremos para uma futura investigação.

⁴ Chamamos a atenção para a alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro, que define as famílias de acolhimento como “pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem e não sejam candidatos a adopção”.

O Centro de Acolhimento Temporário e o Lar de Infância e Juventude são respostas sociais desenvolvidas em equipamento. A primeira destina-se ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, e a segunda destina-se à mesma situação, mas de duração superior a 6 meses. Ambas as respostas se baseiam na aplicação de medida de promoção e protecção (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2010).

Referimos finalmente o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), que consiste na prestação de um serviço, visando o estudo e a prevenção de situações de risco social, bem como o apoio a crianças e jovens em perigo e suas famílias. Este apoio é prestado na comunidade onde estas famílias se inserem e é feito por equipas multidisciplinares (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2010). De acordo com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006), os objectivos do CAFAP passam por: promover o estudo e a avaliação de famílias em risco psicossocial; prevenir situações de perigo; evitar rupturas que possam levar à institucionalização; assegurar a satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais das crianças e jovens; reforçar as competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar das crianças e jovens através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade; promover a mediação entre a família e os serviços envolvidos para facilitar a comunicação, potenciar contactos e promover a solução de eventuais dificuldades; contribuir para a autonomia das famílias. São estes os propósitos do Projecto Família, ou não teria sido possível a realização de um acordo de cooperação para a resposta social de CAFAP com o Instituto da Segurança Social, em vigor desde 2006, para a sua execução em Lisboa.

As finalidades do CAFAP, mais concretamente do Projecto Família, respondem às necessidades da aplicação da medida de promoção e protecção que prevê a intervenção em meio natural de vida, nomeadamente o apoio junto dos pais.

Vejamos alguns dados relativos à situação de crianças e jovens acolhidos em Portugal. Segundo o relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens de 2011, neste ano encontravam-se efectivamente em acolhimento 8.938 crianças e jovens, o que representa um decréscimo de cerca de 2,2% face aos acolhimentos registados em 2010 (ISS, 2012). As respostas de acolhimento aqui

consideradas englobam as famílias de acolhimento e as instituições de acolhimento⁵. Refira-se que, do total de crianças e jovens em situação de acolhimento em 2011, 2.112 iniciaram o acolhimento nesse mesmo ano, o que representa um aumento de entradas de 8,6% no sistema de acolhimento, relativamente a 2010. Por outro lado, 2.634 crianças e jovens saíram do sistema de acolhimento em 2011, o que representa um decréscimo de saídas de 8,8% face a 2010. Destas, 31,7% cessaram acolhimento no mesmo ano em que iniciaram, o que revela uma relativa melhoria relativamente ao ano de 200, em que esse valor percentual foi de 20,7%.

Mais se adianta que, o número de entradas no sistema de acolhimento foi, em 2011, inferior ao número de saídas, num diferencial percentual de 19,9%.

O mesmo relatório apresenta ainda uma análise comparada da situação das crianças e jovens em acolhimento dos anos de 2006 e 2011, relatando uma continuidade na descida do número de crianças e jovens em acolhimento na ordem dos 27% entre 2006 e 2011 (ISS, 2012). Analisando os segmentos etários das crianças e jovens acolhidos, verifica-se que existe uma tendência no sentido de, ao longo dos anos, a população acolhida ser cada vez mais velha e se concentrar na fase correspondente à adolescência, ou seja, entre os 12 e os 17 anos (ISS, 2012).

À semelhança dos anos anteriores, também em 2011 se detectaram características particulares associadas às crianças e jovens acolhidos, tais como problemas de comportamento, toxicod dependência, problemas de saúde mental, debilidade mental, deficiência mental e deficiência física (ISS, 2012). Salienta-se que são 18,1% das crianças e jovens acolhidos as que apresentavam problemas de comportamento, sobretudo visíveis na faixa etária dos 15-17 anos. O agravamento destes problemas com a idade, poderá dever-se ao facto de, em anos anteriores de acolhimento, não se ter desenvolvido um trabalho adequado e específico no sentido de contrariar esse agravamento (ISS, 2012).

Do total de crianças e jovens em acolhimento em 2011, 27,7% tiveram, no ano anterior, experiências de acolhimento em outros locais (ISS, 2012). Na alínea f) do seu art. 58º, a LPCJP define que a criança só deverá ser transferida de instituição quando tal corresponder ao seu superior interesse. Contudo, em 2011 verificaram-se transferências entre respostas de acolhimento com bastante frequência, o que pode representar “uma

⁵ (Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude, Unidades de Emergência, Casas de Acolhimento de Emergência, Apartamentos de Autonomização, Centros de apoio à Vida, Lares Residenciais, Comunidade Terapêutica, Comunidade de Inserção e Lares de Apoio).

forma de perigo, uma vez que implica (mais uma) quebra de vinculações estruturantes da criança.” (ISS, 2012, p.33).

As causas apontadas para a institucionalização remetem-nos para as problemáticas a que acima fizemos alusão. Num estudo realizado pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, no qual participaram 47% das 98 instituições associadas e aderentes ao Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças⁶ (tendo desenvolvido iniciativas de acolhimento de crianças e jovens em 112 equipamentos), foram identificadas por estas algumas das causas da institucionalização (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, 2010). A negligência e o abandono, acompanhados por maus-tratos (físicos, emocionais e sexuais) infringidos às crianças e jovens, associados a problemas de alcoolismo, toxicod dependência e prostituição foram problemáticas referidas como causas determinantes para a institucionalização e apontados pela totalidade das Instituições (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, 2010). 67% das instituições que participaram no estudo identificaram situações de comportamentos disruptivos, abandono e absentismo escolar como causas do acolhimento institucional, assim como a desestruturação familiar e a incapacidade parental (até em famílias de acolhimento) que foram referidas por 41% daquelas instituições. As carências económicas e habitacionais foram apontadas por 13% das instituições. Questões de foro mental foram também mencionadas (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, 2010).

Estes dados levam-nos a reflectir sobre a necessidade do acolhimento institucional. De facto, não sendo possível ou aconselhável a integração de um menor no seu seio familiar, o acolhimento institucional assume um papel fundamental como resposta alternativa. No entanto, salientamos a importância que assume a proximidade entre a instituição e as famílias dos menores acolhidos. 93% das instituições que participaram no estudo referido anteriormente, afirmaram que “a proximidade com a família das crianças/jovens acolhidos é muito importante para o sucesso dos seus projectos de vida quando este passa pela reunificação familiar” (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, 2010, p. 6).

⁶ Plano de intervenção integrada com o objectivo principal de implementar “medidas de qualificação da rede de lares de infância e juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e protecção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil” (Despacho n.º 8393/2007).

Não poderíamos deixar de referir a dificuldade evidente do nosso sistema de protecção de crianças e jovens em risco em dar resposta a todas as situações de risco. Apesar da sua evolução nos últimos anos, são ainda muitas as dificuldades. Apesar da articulação interinstitucional que se tem desenvolvido entre os Serviços de Apoio junto dos Tribunais de Menores, os Centros de Observação e Acção Social e as Comissões de Protecção de Menores, a insuficiência da resposta sectorial, face ao elevado número de crianças em risco, leva a que muitos destes casos venham a originar o internamento em estabelecimentos de reeducação corrompendo os seus objectivos e metodologias pedagógicas (Direcção-Geral da Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 1996). “A realidade descrita parece indicar a necessidade de desenvolver acções que a nível nacional, regional e local, visem a prevenção do risco e a actuação adequada e imediata, junto dos casos identificados pelos serviços competentes” (Direcção-Geral da Acção Social - Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 1996, p. 18).

É neste contexto que o Projecto Família parece assumir-se como uma resposta digna de atenção, por consistir numa intervenção de actuação imediata, intensiva e individualizada, concorrendo para a prevenção do risco em situações referenciadas pelas CPCJ, lares, tribunais, entre outras entidades.

Enquanto defensor do meio natural de vida como o melhor ambiente ao crescimento e desenvolvimento das crianças, o Projecto Família será uma resposta eficaz na preservação da unidade familiar? E será o meio natural de vida o melhor para estes menores?

No próximo ponto, com base em algumas referências teóricas, tentaremos provar que o meio natural de vida é o melhor ambiente para o integral desenvolvimento de um indivíduo.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1 O seio familiar como ambiente de eleição ao desenvolvimento

As nossas convicções e experiências pessoais sempre nos levaram a crer que a família a que cada indivíduo pertence é, à partida, a melhor base estrutural para o seu pleno crescimento e desenvolvimento. É o seu porto seguro. Acreditamos que, tratando-se de uma família funcional e provida das condições necessárias à segurança e bem-estar de todos os seus membros, o seu seio é o ambiente de eleição ao desenvolvimento dos menores que a integram. Aliadas à nossa experiência empírica obtida pelo contacto directo com o Projecto Família, foram estas premissas que motivaram a elaboração do presente estudo. Mas será, de facto, a família, o melhor ambiente ao crescimento e desenvolvimento dos menores? Terá o contexto em que crescemos influenciado de tal forma a nossa visão, sem que questionássemos os fundamentos do Projecto Família? Apesar de nos parecerem absurdas estas questões, sentimos necessidade de fundamentar aquelas que aparentemente são as convicções de base do projecto cuja eficácia tentaremos provar, sob pena de serem considerados dispensáveis os esforços de tal prova.

Começámos por explorar o conceito de família. De uma forma que consideramos primária, Levi-Strauss (1956, cit. por Carneiro, 1997, p. 556) define família como a “união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem e uma mulher e de seus filhos”. Num primeiro pensamento definiríamos *família* como uma união, por vezes imposta e idealmente fortalecida pelos seus membros, que, pela riqueza dos seus laços afectivos, deverá assumir um lugar prioritário na vida de cada indivíduo, ao mesmo tempo que o encara também como uma prioridade. Esta deverá ser uma dinâmica rica em sentimentos e ligações, em que o todo excede a soma das partes. Revemo-nos na perspectiva de Gameiro (1994, p. 45) que define família como “uma rede complexa de relações e emoções na qual se passam sentimentos e comportamentos que não são possíveis de ser pensados com os instrumentos criados pelo estudo dos indivíduos isolados. (...) A simples descrição dos elementos de uma família não serve para transmitir a riqueza e a complexidade relacional desta estrutura”. Mas a noção apresentada por Carneiro (1997, p. 556) vem, no nosso entender, completar aquela definição, por afirmar que “...é dentro das relações familiares, tal como são socialmente definidas e regulamentadas, que os próprios acontecimentos de vida individual que mais

parecem pertencer à natureza, recebem o seu significado e através deste são entregues à experiência individual: o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação”. O mesmo autor refere ainda que é no seio familiar que se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências e dos valores, que se prepara as crianças e os jovens para a vida em sociedade, baseada na amizade e na ajuda, que se definem horizontes e limites. “Trata-se de um grupo primário, espontâneo, surge como o núcleo de toda a organização social, a mais simples, a primeira, a mais universal de todas as formas de associações. Encontra-se sob uma forma ou outra no interior dos sistemas mais complexos. É em definitivo a célula base da estrutura social” (Carneiro, 1997, p. 557).

São estas noções de família que sustentam a premissa de que é o seio familiar o melhor meio para uma criança nascer, crescer e se desenvolver. Acreditamos que “o desenvolvimento integral de um ser humano implica a criação de laços afectivos, de modo a construir a estrutura afectivo-emocional indispensável para o bom relacionamento interpessoal. A sua inexistência ou deficit coloca a criança numa situação de risco, fruto do mau trato emocional. Na verdade, a responsabilidade parental não se esgota, na prestação de alimentos, de vestuário ou no pagamento dos custos da educação” (Gallardo, 1994, cit. por Delgado, 2006, p. 59).

Refira-se neste ponto a Teoria da Vinculação de Bowlby, na qual se baseia a metodologia utilizada pelo Projecto Família. Segundo esta teoria, as crianças demonstram uma predisposição instintiva para manter a proximidade com a mãe ou com o seu substituto (Coelho & Neto, s/d, p. 5). Fazem-no pela sua própria segurança e protecção. Esta interacção é a base para o desenvolvimento de sistemas representacionais, considerados essenciais para a definição da sua personalidade. O autor formulou ainda a hipótese “de que a privação precoce de cuidados maternos (a perda da figura a quem a criança se vinculou) seria determinante no desenvolvimento, podendo levar a atrasos de desenvolvimento, depressão ou perturbação no funcionamento futuro da personalidade (relações interpessoais e adaptação social). Estas consequências dependeriam da intensidade, frequência e duração da separação, sendo o período mais vulnerável a partir dos 6 meses de idade” (Coelho & Neto, s/d, p. 5). Bowlby baseou-se também em estudos de Spitz, que afirma que, após os 6 meses de idade, uma criança poderá sofrer de angústia, depressão, apatia e alheamento na sequência da perda da mãe ou outra figura de vinculação. O prolongamento desta situação pode ter graves repercussões no seu desenvolvimento. Coelho & Neto (s/d)

fazem alusão a João dos Santos que afirma que «a mãe é a primeira especialista da criança» e os técnicos apenas se podem limitar a ajudar a continuar esse processo educativo, quando, por qualquer razão, existem falhas ou perturbações. Salienta ainda que os primeiros anos da vida de uma criança são a base de suporte para a construção e evolução da sua personalidade, para o que concorre o suporte afectivo proporcionado por uma família.

Pelo exposto, julgamos não restarem dúvidas de que “a família é um lugar privilegiado para a educação e o desenvolvimento, é intermediária entre a criança e o mundo” (Silva, 2001, p. 60).

São estas teorias e constatações que provavelmente têm vindo a impulsionar o aparecimento de cada vez mais programas de apoio à família, como é o caso do Projecto Família. Este tipo de programas visam a capacitação e co-responsabilização das pessoas no sentido da promoção e do aumento das capacidades individuais e familiares que contribuem para o funcionamento familiar (Dunst & Trivette, 1994, cit. por Pimentel, 2005).

Pimentel (2005) refere Dunst e Trivette (1994 a) e Dunst, Johanson, Trivette e Hamby, 1991) para enunciar os princípios fundamentais destes programas, que passam por promover um sentido de comunidade; mobilizar recursos e apoios, através da construção de sistemas e redes de apoio formais e informais; partilhar responsabilidades e favorecer a colaboração entre famílias e profissionais; proteger a integridade familiar respeitando as crenças e valores da família; fortalecer o funcionamento familiar; adoptar práticas “proactivas”, através de um modelo de promoção de competências e de prestação de serviços “à medida do consumidor”. O Projecto Família baseia-se nestes princípios e vai ao encontro do que Rapaport (cit por Pimentel, 2005, p. 66) define como pressupostos básicos de actuação a ter em conta por parte de quem presta ajuda:

- “todos os indivíduos têm competências ou pelo menos podem vir a adquiri-las, o que implica que quem presta ajuda deve assumir uma atitude “proactiva” perante quem procura ajuda;
- o facto de não exibirem essas competências se deve à estrutura social onde estão inseridos que impossibilitou a sua actualização, o que implica que quem presta ajuda deve actuar no sentido da capacitação e promoção de competências;
- a aprendizagem de novas competências é facilitada quando é feita no contexto de vida em que é aquele que procura ajuda que controla a situação, o que implica

que quem presta ajuda deve actuar no sentido de co-responsabilização para que quem procura ajuda atribua a si próprio a mudança de comportamento operada. “

Estes princípios vão ao encontro da filosofia de actuação a que Dunst (1982, cit por Pimentel, 2005) e Dunst e Trivette (1988, cit por Pimentel, 2005) chamam de “Fortalecimento Proactivo através da Parceria”. “Nesta abordagem enfatiza-se a identificação das forças e recursos da criança e da família (proactiva), a capacitação e o fortalecimento de competências dos pais para que estes desempenhem melhor o seu papel (empowerment), usando uma relação de parceria entre pais e profissionais (paternership)” (Delgado, 2006, p. 66). Estes autores remetem-nos para uma abordagem centrada na família. Este tipo de abordagem foi definido por Allen e Petr (1996, cit. por Pimentel, 2005) como uma prestação de serviços que encara a família como unidade e foco de atenção e que organiza a assistência (à família) de forma colaborativa de acordo com os desejos, recursos e necessidades individuais de cada família.

Como se virá mais à frente, é precisamente este tipo de abordagem que o Projecto Família defende, sustentando a sua intervenção naqueles princípios. Com esta exposição pretendemos demonstrar que, de facto, a linha de actuação do Projecto Família vai ao encontro de teorias já defendidas por vários autores. Além do mais, a perspectiva que está na base dessa mesma linha de actuação parece-nos constituir a tendência nesta área de intervenção. Os dados estatísticos que obtivemos mostram-nos que as medidas a executar em meio natural de vida, nomeadamente aquelas que promovem a prevalência dos menores na família de origem, têm sido a prioridade na tomada de decisões relativa aos casos de crianças e jovens em situação de risco. Em 2009, na maioria das medidas aplicadas optou-se pelo meio natural de vida, nomeadamente pelo apoio junto dos pais (CNPCJR, 2009). O mesmo se veio a verificar no ano de 2010, em que 90,6% das medidas aplicadas pelas CPCJ corresponderam a medidas que mantinham a criança ou jovem em meio natural de vida, em oposição às medidas de colocação que representavam 9,4% do total (CNPCJR, 2011). Nesse ano, a medida mais aplicada foi o apoio junto dos pais, seguindo-se, por ordem decrescente, o apoio junto de outros familiares, o acolhimento institucional, confiança a pessoa idónea e com igual percentagem o acolhimento familiar e o apoio para a autonomia de vida (CNPCJR, 2011).

Analisando a evolução dos dados desde 2006 até 2010, e salientando os mais relevantes para o nosso estudo, verificamos que a medida de apoio junto dos pais

apresenta valores muito próximos ao longo dos anos, apesar de, em 2010, se ter verificado um decréscimo na aplicação desta medida. A medida de apoio junto de outros familiares tem vindo a crescer. Por outro lado, o acolhimento institucional é uma medida cuja aplicação tem vindo a decrescer desde 2006, registando em 2010 o seu valor mais baixo. (CNPCJR, 2011).

“A institucionalização é reconhecidamente o último recurso utilizado pelas comissões e apenas se verifica em situações graves de comprovada incompetência parental” (Torres, 2008, p. 77). No entanto, não esqueçamos que, muitas vezes, é nas instituições que estas crianças desamparadas recebem, pela primeira vez, carinho, atenção, convivência e bondade (Delgado, 2006). É aqui que, além de verem satisfeitas as suas necessidades básicas, aprendem a importância do esforço, a noção de recompensa e de valor, a reflectir sobre as suas atitudes e o que delas advém (Delgado, 2006). O acolhimento institucional é, de facto, uma resposta necessária e adequada para determinados casos de crianças e jovens em risco.

Contudo, tem sido alvo de várias críticas. Delgado (2006) faz alusão a algumas delas, começando por referir que a institucionalização acarreta rupturas com o meio em que a criança está inserida, levando-a para espaços “artificiais”. Outros autores, como González (1996, cit por Delgado, 2006) e Bullock (1999, cit por Delgado, 2006), reconhecem como características negativas da institucionalização as seguintes: “aprendizagem de condutas desviadas ou ilegais, elevada taxa de rotação de pessoal, incapacidade de resposta, falta de pessoal especializado, carência de recursos ao nível das instalações, rotina e massificação, "lei do mais forte", despersonalização, relações afectivas inadequadas e atmosfera desumanizada, regulamentação rígida, pouca abertura ao meio, discriminação e desagregação familiar e "síndrome institucional”.

Neste contexto, marcou-nos uma citação do mesmo autor, que aliás nos fez reviver pensamentos do passado, decorrentes do confronto com a aparente felicidade de menores institucionalizados, a saber: “Por muito que se trabalhe para aperfeiçoar a qualidade das instituições, convém recordar que nelas nenhuma criança é inteiramente feliz, independentemente da estabilidade que lhe poderão proporcionar. Por detrás dos sorrisos, das exclamações de alegria, das actividades, guardam-se os traumas, os medos, a ferida do abandono, as saudades dos pais reais ou imaginários, o desejo de se viver na família que se perdeu ou nunca se teve.” (Delgado, 2006, p. 84).

Está comprovado que o acolhimento institucional de crianças e adolescentes produz efeitos negativos para o seu desenvolvimento. Esses efeitos sentem-se no seu

dia-a-dia na instituição e reflectem-se, a longo prazo, no seu futuro, afectando o seu percurso de vida. São todos estes fundamentos que nos fazem defender a opção por respostas alternativas, nomeadamente que promovam o apoio junto de familiares, indo ao encontro da sugestão de Delgado, que propõe “medidas de apoio educativo e de suporte à família, ou a colocação na família alargada, visando responsabilizar a comunidade pelos seus membros, bem como a manutenção dos laços de parentesco, no pressuposto de que a solução dentro do contexto familiar é sempre preferível” (Delgado, 2006, p. 81). Também Coelho (s/d, p. 6) aparenta ser defensor deste tipo de resposta. Refere que “Se calhar, em vez de utilizarmos demasiado facilmente o termo «família incapaz» deveríamos ter meios para avaliar e identificar quais os possíveis factores que contribuem para essa «incapacidade», devendo ser esses os alvos da nossa intervenção multidisciplinar”.

Num estudo de diagnóstico e avaliação das CPCJ, desenvolvido pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, Torres refere ainda a carência de uma solução intermédia que permita o acolhimento institucional e, simultaneamente, o apoio junto dos pais, uma vez que “existem famílias que apenas precisam de algum tempo para se reorganizarem e fazerem face a dificuldades com que pontualmente se deparam” (Torres, 2008, p. 77). É precisamente neste sentido que o Projecto Família apoia famílias cujos menores se encontram institucionalizados, numa tentativa de promover o seu regresso a casa, bem como a sua segurança e bem-estar no meio familiar, com a estabilidade que eles sentem falta. Julgamos a intervenção nestes casos fundamental, pois, como afirma Delgado (2006, p. 94) “o regresso da criança depende de uma mudança de atitude que as famílias não conseguem normalmente alcançar sozinhas, porque carecem nomeadamente de conhecimentos elementares que não tiveram oportunidade de aprender”.

Esta revisão literária permite-nos concluir que vários autores defendem que é junto da sua família que as crianças e os jovens encontram as melhores condições para o seu pleno crescimento e desenvolvimento e que é nesse sentido que se tem direccionado a aplicação de medidas de promoção e protecção de crianças e jovens em risco em Portugal.

Contudo, a aplicação das medidas por parte das CPCJ é por vezes condicionada por alguns factores, tanto internos como externos. Na fase de implementação de medidas, as CPCJ deparam-se com dificuldades relacionadas, por exemplo, com o elevado volume processual associado à escassez de recursos técnicos. Esta limitação inviabiliza a

adequada discussão dos casos e o cumprimento dos prazos previstos na lei para a implementação das medidas. As comissões acabam, muitas vezes, por prestar um acompanhamento deficitário às famílias, ou por deixá-lo para segundo plano, sobretudo em situações aparentemente menos graves (Torres, 2008). Outra das dificuldades sentidas pelas comissões nesta fase do processo prende-se com a insuficiência/inexistência de respostas sociais e uma fraca implicação nos acordos de promoção e protecção por parte das entidades representadas na comissão, especialmente quando a medida aplicada é “apoio junto dos pais”, “junto de outro familiar” ou “confiança a pessoa idónea”.

A falta de recursos das próprias CPCJ, por um lado, e a insuficiência de respostas que promovam este acompanhamento mais directo às famílias por outro, fazem com que, muitas vezes, as CPCJ façam esse acompanhamento por telefone e no limite do prazo para a revisão das medidas, limitando a verificação do cumprimento dos acordos e da efectiva mudança de comportamentos.

Estes constrangimentos impossibilitam a proximidade e qualidade do acompanhamento que este tipo de resposta exige, remetendo para a crescente necessidade de capacitar as comissões para dar resposta a estas situações, reforçando a importância do acompanhamento no sucesso das intervenções, em contraposição ao distanciamento dos tribunais (Torres, 2008).

Mas as medidas de prevalência na família acarretam outros problemas para as CPCJ, dos quais destacamos a angústia dos técnicos que não têm possibilidade de vigiar a família 24h por dia, a reincidência dos casos e a falta de medidas intermédias entre o apoio junto dos pais e a institucionalização (Torres, 2008).

Estas considerações são mais uma vez a prova de que o Projecto Família constitui uma resposta pertinente e muito necessária, não só por prestar um apoio directo às famílias que têm menores em risco, mas também pelo próprio acompanhamento próximo e personalizado que proporciona. A leitura do próximo ponto, responsável pela exposição dos objectivos e metodologia do Projecto Família, possibilitará uma melhor compreensão da sua pertinência perante as referências teóricas acima evocadas.

3.2 O Projecto Família: um projecto baseado no modelo norte-americano de preservação da família - *Families First Program*

O Projecto Família é pioneiro em Portugal na área da intervenção intensiva junto de famílias com crianças em risco, actuando precisamente em famílias cujos menores estejam em situação de risco, ou se encontrem institucionalizados e se preveja o seu regresso a casa. Desenvolvido desde 1996 pelo MDV – Movimento de defesa da Vida, uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) fundada em 1977, este projecto utiliza uma metodologia de intervenção inspirada no modelo norte-americano Homebuilders, implementado desde 1974 em Seattle, Washington, pelo Institute for Family Development e pelo Michigan Department of Social Services (MDSS)⁷, desde 1988.

A crescente preocupação pública com o aumento de crianças institucionalizadas e de casos de abuso de crianças, negligência e delinquência, levou a Assembleia Legislativa de Michigan a destinar 5 milhões de dólares à criação de uma resposta alternativa aos tradicionais serviços de protecção (*University Associates*, 1995). Tendo por base um modelo de preservação da família, o *Michigan Department of Social Services* implementou o *Families First Program*, que se destina a apoiar famílias em que o abuso, a negligência ou a delinquência ocorrem, oferecendo uma alternativa a respostas como a institucionalização ou as famílias de acolhimento (*University Associates*, 1995). O programa visa a prestação de serviços a famílias com uma ou mais crianças em situação de risco iminente de serem institucionalizadas, tendo-se definido “iminente” como a possibilidade da institucionalização ocorrer dentro das 72 horas a partir da sinalização, sem intervenção. Para tal, o programa proporciona a prestação intensiva, e de curto prazo, de um conjunto de serviços às famílias, no seu ambiente natural, que promove a estabilidade familiar (*University Associates*, 1995).

Pelo seu reconhecimento enquanto serviço social pioneiro no que toca à preservação da célula familiar, este programa constituiu a base estrutural de vários projectos desenvolvidos em todos os estados americanos, bem como em um número crescente de países como o Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Dinamarca, Alemanha, França, Inglaterra, Holanda, Luxemburgo e Portugal (Mira Delgado & Vale, 2005). O MDV teve o seu primeiro contacto com este projecto em 1995, ano em que aquelas que vieram a ser as supervisoras do projecto em Portugal frequentaram a formação inicial, o

⁷ Actualmente denominado Michigan Department of Human Services.

que se ficou a dever ao *Michigan Department of Social Services*. Desde 1996 até à actualidade, o MDV tem vindo a desenvolver este projecto com o nome de Projecto Família (Mira Delgado & Vale, 2005), encontrando-se já implementado em Lisboa, desde o início, e no Porto e em Setúbal desde 2011. Tem vindo a manter uma estreita articulação quer com o *Michigan Department of Human Services*, quer com o *Institute for Family Development*, em Seattle. Desde 2006, o projecto é financiado, em parte, pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS,I.P.), mediante acordo de cooperação atípico para a resposta social de CAFAP.

À semelhança do projecto americano, o principal objectivo do Projecto Família é preservar a família e evitar a institucionalização dos menores, através do apoio intensivo, imediato e individualizado a estas famílias mais fragilizadas. É portanto um projecto que procura apoiar crianças em risco, intervindo junto das suas famílias, em momentos de crise, ajudando-as a mudar comportamentos que possam levar ao afastamento das crianças. Estes objectivos são conseguidos essencialmente através da promoção das competências dos vários elementos da família, bem como do relacionamento entre eles.

A filosofia da intervenção do Projecto Família baseia-se num conjunto de premissas, a primeira das quais é precisamente o facto de todas as crianças terem o direito de viver junto da sua família. Estando garantidas a segurança física e emocional da criança, pretende-se mantê-la no seu seio familiar durante o maior período de tempo possível, pois deve ser esta a proporcionar à criança a continuidade, a estabilidade e o afecto de que ela precisa. Deve no entanto entender-se a segurança da criança como o factor prioritário. “Quando se toma a decisão de intervir junto de uma família em situação de crise, a segurança da criança deve constituir a preocupação central” (Mira Delgado & Vale, 2005, p. 8).

Todas as famílias podem alterar situações e comportamentos, todas elas têm potencialidades e todas as pessoas têm vontade de mudar. Estas são também premissas fundamentais neste projecto. Qualquer família é capaz de resolver os seus problemas quando tem hipótese de adquirir ou desenvolver as suas competências (Mira Delgado & Vale, 2005). Por isso, ao longo da intervenção o foco centra-se no aumento das competências dos vários elementos da família, apostando-se na aprendizagem de aptidões, na identificação e activação das potencialidades ou pontos fortes dentro da família e na facilitação de tarefas. Estas técnicas incluem os conceitos de aprendizagem activa, social e de autodeterminação, visando o aumento das competências pessoais, a

diminuição de factores de risco e a promoção do aumento e da optimização dos factores protectores. Assim se pretende alcançar o objectivo último do projecto que é garantir a segurança das crianças e jovens cujas famílias são alvo da intervenção. Esta metodologia baseia-se no modelo da competência, que permite fazer uma análise da família e de cada elemento do agregado familiar, visando apurar o que perturba o equilíbrio entre as tarefas de desenvolvimento e as aptidões específicas, bem como perceber de que forma é que esse equilíbrio pode ser restabelecido (Mira Delgado & Vale, 2005). Segundo a teoria da aprendizagem, a aprendizagem de aptidões pode contribuir para esse restabelecimento.

O momento em que se realiza a intervenção é de extrema importância. O Projecto Família pretende actuar em famílias em crise, pois as oportunidades de mudança são maiores num momento de crise. “Quando há uma crise na família, os hábitos e comportamentos adoptados já não são suficientes para resolver os problemas de forma adequada. Uma crise implica habitualmente que, num ou mais membros da família, exista a vontade premente de mudar a situação. A situação de crise proporciona só por si a motivação necessária para agir” (Mira Delgado & Vale, 2005, p. 8).

Outro princípio fundamental na intervenção do Projecto Família é o respeito pelas regras e pelos valores de cada família, competindo a cada família “escolher a sua forma de vida desde que a segurança dos seus menores não seja posta em causa” (Mira Delgado & Vale, 2005, p. 8).

É com base nestes fundamentos que o Projecto Família desenvolve uma intervenção intensiva em casa da família e nos espaços da comunidade em que esta se insere. “Pelo facto de intervir no ambiente próprio da família, o assistente familiar apercebe-se melhor do seu funcionamento, bem como dos factores de risco e de protecção existentes no meio envolvente. Para os membros da família, isso significa que pisam terrenos conhecidos, que aprendem a aplicar novas técnicas no seu quotidiano e no seu contexto habitual e não em circunstâncias excepcionais” (Mira Delgado & Vale, 2005, p 9).

O primeiro contacto com a família deve ser realizado no prazo de vinte e quatro horas a partir da recepção da sinalização, para que a intervenção seja realizada no momento de crise, no qual a família está motivada para alterar comportamentos e receptiva à presença do assistente familiar. Esta é uma característica do modelo norte-americano, que em Portugal não tem sido possível cumprir pela falta de recursos.

A intervenção decorre durante um período de quatro a seis semanas, no qual o assistente familiar dedica muito tempo à família, motivo pelo qual ele nunca acompanha mais do que duas famílias simultaneamente. A intervenção tem, por isso, um carácter intensivo, dada a disponibilidade dos assistentes familiares 7 dias por semana, 24 horas por dia. Esta permanente disponibilidade transmite segurança à família e aumenta a vontade de experimentar novos comportamentos. O assistente familiar actua como catalisador da mudança, ajudando os elementos da família a ultrapassar dificuldades, aumentando a sua autonomia e facilitando a sua adaptação às várias tarefas de desenvolvimento dos seus elementos. A intervenção centra-se nos problemas e nos objectivos revelados pela família, para que esta se sinta motivada a mudar ao ver os seus problemas transformados em objectivos imediatos da intervenção. Refira-se ainda que o apoio do assistente familiar pode também ser de natureza material, possibilitando, por exemplo, a aquisição de bens básicos no que respeita à segurança e bem-estar das crianças.

Após a intervenção intensiva, durante o período de um ano, pelo menos, realizam-se mais quatro visitas do assistente familiar, que correspondem aos quatro *follow up* previstos após o final da intervenção intensiva, que se realizarão passado um mês, três, seis e doze meses.

Com o objectivo de auxiliar e supervisionar o trabalho desenvolvido pelos assistentes familiares, bem como de acompanhar e responder às dificuldades por eles sentidas, a supervisora do projecto reúne-se todas as semanas com os técnicos na denominada reunião de supervisão, na qual a presença de todos é obrigatória. Esta reunião pretende apoiar os assistentes familiares na definição de objectivos das suas intervenções e na avaliação do cumprimento desses mesmos objectivos. É também um espaço de partilha de experiências entre os assistentes familiares, em que cada técnico descreve a sua semana de acompanhamento, salientando actividades e tarefas realizadas com a família, comportamentos identificados nos elementos que a constituem e dificuldades sentidas, bem como características das relações existentes no seio da família e no relacionamento com o próprio técnico. Segundo a actual supervisora do projecto, Graça Mira Delgado, a reunião de supervisão é um dos segredos do bom funcionamento do projecto (Fonseca, 2009).

3.3 A avaliação do *Families First Program* de Michigan: um estudo da *University Associates* (UA)

O *Families First Program* de Michigan, pela sua dimensão, custo, natureza inovadora e significado social, exigia uma avaliação científica, o que levou o Michigan Social Services Department a contratar um estudo com a *University Associates* em 1989. Esta avaliação teve início nos anos 90, começando por um conjunto de operações durante 6 meses, período que se veio a revelar curto, tendo levado a um segundo estudo que avaliasse os resultados de longo prazo, nomeadamente em relação às intervenções consideradas no primeiro estudo. Avaliaram-se os resultados durante 30 meses após a intervenção.

Este estudo tinha uma dupla vertente. Por um lado, pretendia apurar a eficácia do programa através dos resultados dos casos, processos e efeitos sistémicos. Por outro, visava a comparação a nível de custos e resultados entre o *Families First Program* e a institucionalização de crianças. Para isso, analisaram-se dois grupos distintos: um grupo de beneficiários do *Families First Program* e outro grupo alvo de institucionalização. A análise foi feita tendo em conta o estado de cada grupo antes e depois do tratamento e através dos *follow up*, decorridos 3, 6, 12, 18, 24 e 30 meses após a saída do programa, fornecendo informação sobre os resultados da colocação.

Os resultados da avaliação demonstraram que os serviços prestados pelo *Families First Program* eram focados na família e prestados no seio familiar. Analisando os planos de intervenção de 286 famílias, verificou-se que os objectivos mais frequentemente estabelecidos com as famílias se centravam em áreas como competências parentais (47%), abuso de substâncias (32%), casa/recolocação (24%), necessidades específicas (23%) e fontes de rendimento (21%) (*University Associates*, 2005). Os assistentes familiares prestavam apoio a estas famílias maioritariamente durante o período tradicional de trabalho, apesar da sua disponibilidade 24 horas por dia, sete dias por semana. O facto de haver disponibilidade total dos serviços parece ter sido mais importante do que a sua real utilização (*University Associates*, 2005).

Este estudo contou com a participação dos três principais grupos de intervenientes no programa: a equipa de colaboradores do programa, os técnicos sinalizadores do MDSS e as famílias beneficiárias. Com o objectivo de obter informação sobre a satisfação destes intervenientes, foram aplicados questionários de satisfação a cada um deles.

À equipa do *Families First Program* aplicou-se um questionário, confidencial e anónimo, que visava perceber práticas e opiniões dos técnicos relativamente ao programa, contendo questões de respostas de múltipla escolha, escalas de avaliação e perguntas abertas. As questões relacionavam-se com a sua formação; o horário em que, na prática, decorria o seu trabalho; a % de tempo que despendiam com as famílias; o tipo de trabalho que desenvolviam; a sua satisfação face às condições de trabalho, entre outros aspectos. As respostas obtidas neste inquérito revelaram que estes técnicos acreditavam na eficácia do programa. Globalmente, a equipa avaliou o *Families First Program* como eficaz na satisfação das necessidades das famílias, atribuindo em média avaliações de “eficaz” e “extremamente eficaz” (*University Associates*, 2005).

Também aos técnicos sinalizadores foi aplicado um questionário de satisfação, considerando-se que a sua satisfação relativamente ao programa seria uma importante medida de eficácia. A sua satisfação com os serviços que uma família recebe e com os resultados nas crianças determina a sua vontade em recorrer ao programa no futuro (*University Associates*, 2005). Este questionário continha três itens quantitativos, que questionavam os inquiridos sobre se os objectivos das famílias eram atingidos, se os assistentes familiares partilhavam informação sempre que necessário e se pretendiam recorrer ao *Families First Program* no futuro. 27% dos trabalhadores sinalizadores afirmaram sentir que os objectivos das famílias eram totalmente atingidos e 59% sentiram que os objectivos eram atingidos em larga escala. Relativamente à partilha de informação por parte dos trabalhadores do *Families First Program*, 70% dos trabalhadores sinalizadores reportaram que eles partilhavam totalmente informação com eles sempre que necessário e 27% sentiram que a informação foi largamente partilhada. Refira-se que relativamente a estes dois itens o estudo não refere as opiniões da totalidade de inquiridos, pelo que apenas podemos depreender que as suas respostas se diferenciavam destas, reflectindo opiniões menos positivas. Finalmente, 100% de todos os trabalhadores sinalizadores disseram que usariam o *Families First Program* no futuro.

O questionário continha ainda duas perguntas abertas, uma solicitando a identificação de resultados positivos do programa e outra pedindo sugestões de mudança. Dos aspectos referidos como resultados positivos destacamos os seguintes: a aprendizagem, por parte dos pais, de métodos adequados de disciplina; a maior consciencialização dos pais em relação às suas expectativas parentais e boas técnicas de gestão na educação dos seus filhos; a redução de discussões familiares, brigas e abusos;

a redução esmagadora das necessidades das famílias; a promoção de situações familiares estáveis e o *Families First Program* como um excelente serviço de protecção, que cumpre objectivos.

Exemplos de respostas formuladas à questão que pedia sugestões de mudanças reflectiam o desejo de estender o período do serviço prestado pelo *Families First Program*; de receber o relatório final de intervenção mais rapidamente e de obter um maior contacto dos trabalhadores do *Families First Program* durante o tempo da intervenção e especialmente antes de encerrar o caso no programa. Houve também quem referisse que não havia nada a mudar, que os trabalhadores fizeram um excelente trabalho (*University Associates, 2005*).

Finalmente, às famílias apoiadas pelo programa foi também aplicado um questionário de satisfação familiar, que pretendia obter informações relativamente a vários aspectos. As respostas a este inquérito espelham a satisfação geral com o programa, como é possível verificarmos pela análise dos resultados que seguidamente apresentamos:

- 87% dos inquiridos reportaram que todas as suas crianças estavam a viver em casa na altura do inquérito, 8% não tinham crianças a viver em casa, e 5% tinham algumas crianças em casa;
- 91% das famílias sentiram que a situação corrente (relativamente ao local onde vivem) das suas crianças era a melhor para a família e 94% sentiram que era melhor para as crianças;
- exemplos frequentes do apoio que os trabalhadores davam às famílias eram “lidar com problemas familiares e comunicação”, “obter objectivos tangíveis”, “gestão das crianças e disciplina” e “procurar ou arrumar/consertar a casa”.
- 92% das famílias sentiram que não havia nada que o trabalhador pudesse ter feito de forma diferente, 98% disseram que foi útil que o trabalhador tivesse ido a sua casa, e 97% reportaram que as visitas foram agendadas em alturas convenientes;
- 98% das famílias concordou que os trabalhadores do *Families First Program* escutavam e compreendiam a sua situação e 94% disse que eles não se sentiram preocupados nem stressados;
- 82% reportaram mudanças de comportamento nas interacções familiares como um resultado da intervenção do *Families First Program*;

- 92% deram a classificação máxima da escala de “muito satisfeitos” às suas interações com o trabalhador, e adicionalmente 6% estavam “um pouco satisfeitos”;
- 98% recomendariam o *Families First Program* a outra família em situação similar.

Perante estes resultados, não é demais concluir que as famílias beneficiárias do *Families First Program* se encontravam globalmente satisfeitas com o programa.

A eficácia do *Families First Program* foi apurada através da avaliação, tanto do processo da intervenção como dos resultados obtidos. Apuraram-se os resultados obtidos no momento da cessação do serviço, comparando-se um grupo de crianças beneficiárias do *Families First Program* e um grupo de crianças institucionalização. Esta comparação foi feita através do emparelhamento de uma criança do *Families First Program* com uma criança institucionalizada, tendo por base cinco variáveis (condado de residência, tipo de sinalização, anterior envolvimento com os Serviços de Protecção, data em que a criança saiu dos serviços e idade da criança). Posteriormente, a informação foi recolhida e comparada para 186 pares de crianças, em seis momentos de *follow-up*: 3, 6, 12, 18, 24 e 30 meses depois do término dos respectivos serviços, *Families First Program* e institucionalização. Salientamos apenas alguns resultados: o grupo de crianças apoiadas pelo *Families First Program* evidenciam uma taxa de colocação fora de casa consistentemente mais baixa nos momentos de *follow-up* considerados; aos 12 meses após a intervenção intensiva, verificava-se que 23,6% das crianças do *Families First Program* (53 crianças) foram colocadas num estabelecimento fora de casa, comparadas com 35,1% (79 crianças) para a institucionalização; no final dos 30 meses de comparação, 31,1% das crianças do *Families First Program* (70 crianças) foram colocadas em estabelecimentos fora de casa, comparando com 42,7% (96 crianças) dos Serviços de protecção.

Outra componente deste estudo prendia-se com a avaliação do *Families First Program* a nível de custos e a sua comparação com os custos da institucionalização de menores. Para tal, foi necessário proceder a uma análise a dois níveis: o contrato de agência, considerando as despesas por família e por cada criança apoiada em cada intervenção do *Families First Program*, e a criança considerada individualmente,

permitindo o cálculo do custo exacto baseado na história de colocação de cada criança. A base de análise da comparação dos dois serviços, *Families First Program* e institucionalização foi reduzida ao custo de cada serviço por crianças em risco, de forma a possibilitar a comparabilidade dos custos. Com base no historial completo de colocações, nos custos de providência dos serviços e nos custos pós-tratamento, concluiu-se que o custo de acompanhar uma criança pelo *Families First Program* era significativamente mais baixo do que o custo dos serviços de colocação.

Em resumo, os resultados desta avaliação do *Families First Program* demonstraram que, de facto, este é um modelo de prestação de serviços bem definido, altamente eficaz, tanto na protecção de crianças como na preservação das famílias. Esta eficácia provém do aumento das competências das famílias enquanto protegem a segurança das suas crianças.

Este estudo veio demonstrar que o *Families First Program* não só é eficaz no combate ao grave problema social de que muitas crianças em risco são alvo, como também poupa ao estado de Michigan milhões de dólares ao reduzir a necessidade dos Serviços dos cuidados de protecção.

3.4 Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006)

O estudo americano que acima apresentamos foi uma das motivações que nos levou à decisão de realizar um estudo avaliativo do Projecto Família, no sentido de o analisar, compreender e aprender com o trabalho que está a ser implementado.

A teoria subjacente ao tipo de análise que desenvolvemos é a Teoria de Agência, base da metodologia de análise de implementação de programas e projectos proposta por Mendes (2006). Nesta metodologia os programas ou projectos são analisados nos seus próprios termos, ou seja, considerando como um dado os objectivos que se propõem atingir e os instrumentos definidos para esse efeito. Assim sendo, numa primeira etapa identificam-se os desvios de implementação (falhas ou sucessos) comparando os resultados da implementação com os objectivos inicialmente definidos. Numa segunda etapa investigam-se explicações para esses desvios considerando a relação entre a entidade responsável pelo programa ou projecto e o seu público alvo como sendo uma relação de agência onde a primeira é o “principal” e o público alvo corresponde aos agentes. Deste modo, os desvios de implementação podem ser

explicados pelo facto de um ou vários dos três tipos de restrições a que os agentes estão sujeitos nessa relação terem sido violadas: restrições de viabilidade, restrições de racionalidade individual e restrições de compatibilidade de incentivos.

O primeiro tipo de restrições prende-se com limitações de viabilidade das fases de implementação do projecto em alguns domínios, como por exemplo a disponibilidade de recursos materiais, humanos, informacionais, financeiros, tecnológicos, bem como de restrições normativas, como é o caso de normas sociais formais e informais (Mendes, 2006). Mais concretamente, um programa ou projecto pode não ter cumprido os seus objectivos porque não foram disponibilizados os recursos materiais, humanos, financeiros ou outros necessários para esse cumprimento.

Mesmo quando todos os recursos necessários ao cumprimento dos objectivos inicialmente definidos são colocados à disposição dos “agentes”, um programa ou projecto pode falhar por razões que têm que ver com restrições de racionalidade individual. Havendo liberdade de decisão dos agentes para aderirem ou não ao programa ou projecto, estes só tenderão a fazê-lo se o seu bem estar melhorar com essa participação do que ficando fora. Por isso, mesmo que as restrições de viabilidade sejam cumpridas, ou seja, mesmo que tenham sido disponibilizados os recursos necessários ao cumprimento dos objectivos do programa ou projecto, este pode falhar se a utilização desses recursos pelos seus potenciais beneficiários piorarem o seu bem estar, ou, pelo menos, eles percepcionarem a participação no programa ou projecto desta forma.

Finalmente, mesmo admitindo que um programa ou projecto foi delineado e posto em prática de maneira a que os dois tipos de restrições atrás referidos tenham sido satisfeitas, a sua implementação pode falhar no cumprimento dos objectivos que estavam definidos. Isto pode acontecer porque beneficiários do programa ou projecto utilizaram, com vantagem para eles, os recursos que este lhes disponibilizou, mas não o fizeram de modo consistente com os objectivos definidos para o programa ou projecto. Isto pode acontecer se houve informação assimétrica e dificuldade da entidade responsável pelo programa ou projecto em obviar aos comportamentos oportunistas que esta situação pode permitir. Mais concretamente, a entidade responsável pelo projecto pode não ter possibilidades de monitorizar de forma perfeita o modo como os beneficiários do programa ou projecto utilizam os recursos que este coloca à sua disposição. Assim sendo, esses beneficiários podem utilizar esses recursos de uma forma que não é compatível com os objectivos do programa ou projecto, não podendo a entidade responsável fazer grande coisa para obviar a esta situação.

A Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006) esteve na base da análise do 1º programa florestal co-financiado pela União Europeia (UE) em Portugal (Mendes, 2006), o Programa de Acção Florestal (PAF). Realizado de 1986 a 1997, este programa consistia fundamentalmente na concessão de arborização e reflorestação e foi parte do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP).

O objectivo geral do PAF era promover um maior e melhor uso intensivo dos povoamentos florestais através dos seguintes tipos de acções: a) arborização; b) melhoria dos povoamentos existentes; c) reflorestação de florestas queimadas; d) suporte para as florestas de uso múltiplo. Para estas acções foram fixadas metas iniciais, que pelo optimismo em que assentavam, foram rapidamente revistas para baixo. O documento preparatório do PAF mencionava os critérios considerados para alcançar o montante de terra própria para arborização (terra própria não cultivada para florestação; terra para agricultura marginal; florestas degradadas; disponibilidade de força de trabalho rural; procura de madeira pelas indústrias florestais).

Neste programa é visível o fenómeno da “dependência do trajecto”, pois esta orientação para a arborização remonta a meados do séc. XIX, altura em se iniciou o sonho de fazer de Portugal um “país florestal”. Esta perspectiva foi reforçada pela emergência do trabalho em madeira e das indústrias de celulose e papel, essencialmente desde a década de 60. Outro exemplo de efeito de dependência de trajectória, e que contribuiu para o optimismo das metas estabelecidas, foi o facto de ter havido uma pequena participação na formulação do programa por parte dos intervenientes de relevo. Assim, a equipa de preparação não estava muito ciente de algumas viabilidades relevantes, racionalidade individual e restrições de compatibilidade de incentivos. Foi assim durante os tempos da ditadura, e permaneceu da mesma forma até, pelo menos, o PAF ser preparado e até mais tarde.

O primeiro programa principal visando a arborização e reflorestação em terras privadas apenas apareceu na primeira metade da década de 80, co-financiado pelo Banco Mundial. O PAF veio substituir o que seria a segunda fase do Banco Mundial. Foi feita uma comparação entre as metas iniciais e os resultados finais deste programa do Banco Mundial, tendo-se verificado que os serviços florestais ficaram longe de encontrar as suas metas. Este cenário, que antecedeu o PAF, explica porque é que a Política Florestal passou a ser regulada por incentivos. Analisando as restrições de

racionalidade individual, percebeu-se que as modificações ao nível dos incentivos fornecidos aos proprietários privados para participarem nos programas lhes trouxeram uma situação individualmente racional, nomeadamente pelo tipo de regime contratual definido entre a maior parte dos contratantes florestais e para proprietários florestais para quem eles trabalham. Apesar de nunca ter havido nenhum sistema de incentivos a florestas privadas como este, estes incentivos vieram-se a revelar insuficientes para atrair mais proprietários florestais, nomeadamente pelos custos de transacção envolvidos nas candidaturas.

Na implementação do PAF verificaram-se várias falhas ao nível das restrições de compatibilidade de incentivos. Uma delas relacionou-se com a compatibilidade entre incentivos financeiros para proprietários florestais e capacitação, mais precisamente, organização colectiva de proprietários florestais privados para a provisão de serviços de extensão e outros *inputs* do desenvolvimento florestal. Esta falha fez com que os proprietários de pequenas participações fossem excluídos do programa, mesmo que estivessem dispostos a candidatar-se, pois não estavam aptos a encontrar serviços de silvicultores profissionais para fazer o trabalho técnico necessário de preparação das aplicações. Por outro lado, os proprietários de pequenas participações entraram no programa em locais onde as firmas privadas de silvicultores eram activas na promoção de projectos agrupados, o que era elegível para as altas taxas de subsidiação. Contudo, a intenção de promover a consolidação da terra e a gestão agrupada eficaz, traduziu-se antes numa gestão individual de cada proprietário florestal do grupo. Mendes (2006) afirma que esta situação de projectos agrupados adulterados é um exemplo de falha que vai ao encontro de uma restrição de compatibilidade de incentivos: os proprietários privados empurrados pelos contratantes florestais para participarem no programa, e ambos ganharam com isso, mas os incentivos não foram usados de forma totalmente consistente com os objectivos do programa. Outra falha verificada foi a falta de assistência técnica aos proprietários florestais, ao nível da manutenção das florestas novas ou melhoradas, originando, em muitos casos, o abandono ou a gestão deficiente.

Para as falhas verificadas ao nível das restrições de compatibilidade de incentivos, como o problema de *moral hazard*, contribuíram problemas organizacionais dentro das agências públicas responsáveis pela implementação.

Uma vez que o suporte à silvicultura privada não era uma prioridade para os serviços florestais durante muito tempo, a sua estrutura não estava preparada para uma rápida mudança na postura de regulamentação dos incentivos. Para complicar isto ainda

mais, esta agência manteve a sua natureza centralizada, o que é outro exemplo de fenómeno de dependência da trajectória. A situação piorou quando o Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP) ganhou os direitos de revisão, aprovação e monitorização dos candidatos aos subsídios, mas estava menos preparado para essas tarefas do que os serviços florestais, o que originou ainda mais problemas de organização e coordenação e, conseqüentemente atrasos entre a revisão e a aprovação dos candidatos e no pagamento dos respectivos subsídios. Na sequência destes problemas, os proprietários florestais sentiram-se desmotivados para continuar ou para aderir ao programa; os contratantes florestais foram expostos a um grande stress financeiro, pois estavam muito dependentes do recebimento dos subsídios por parte dos proprietários florestais para pagamento dos seus serviços.

Também ao nível da compatibilidade entre incentivos financeiros e pesquisa localizada se verificaram falhas de implementação, uma das quais foi a baixa taxa de sobrevivência de muitas plantações feitas de acordo com as orientações do programa a um nível macro, mas não adaptadas ao nível local. Isto aconteceu porque as metas, definidas por regiões e por espécies, consideravam as variações das condições naturais ao nível local.

Ao nível da compatibilidade entre incentivos financeiros e o fornecimento de plantas na floresta, verificou-se também uma falha de implementação. A maioria dos viveiros florestais existentes no início da implementação do programa era da propriedade dos serviços florestais, que não tinham capacidade para baixa qualidade. Outro exemplo de falha que vai ao encontro de restrição de racionalidade individual foi o facto de os incentivos financeiros do PAF serem apenas para investimento. Muitos dos proprietários privados que beneficiaram destes subsídios não colocaram o plano de gestão no contrato que realizaram para receber os subsídios e sacrificavam a manutenção das florestas, pois para a maioria desses proprietários a manutenção das florestas tinha um custo demasiado elevado. Este problema vai também de encontro a restrição de compatibilidade de incentivos, pois os proprietários florestais não se comportavam de acordo com o programa.

Apesar destas falhas de implementação, também houve sucessos na implementação deste programa, que veio dedicar uma maior atenção à silvicultura privada, nomeadamente através da regulamentação de incentivos.

Este foi apenas um caso que nos serviu de exemplo na aplicação da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006) como metodologia para avaliar programas, tendo-nos orientado na avaliação do Projecto Família.

3.5 Descrição do plano de investigação e estratégia metodológica

Sendo o Projecto Família um projecto pioneiro e único em Portugal na área da intervenção intensiva junto de famílias com crianças em risco, desenvolvido exclusivamente pelo MDV e cuja implementação é relativamente recente, não se conhecem estudos sobre a sua eficácia. Por esse motivo nos propomos a desenvolver um estudo exploratório, que nos permita, numa primeira fase, reconhecer a sua realidade avaliando os seus resultados e, posteriormente, levantar hipóteses de entendimento desses mesmos resultados.

Assim, o presente estudo tem dois objectivos gerais. O primeiro consiste em avaliar até que ponto é que o Projecto Família, visando a promoção de competências e de relacionamentos dos vários elementos dos agregados familiares onde intervem, é eficaz na preservação da unidade familiar. O segundo objectivo geral do estudo que nos propomos desenvolver passa por perceber quais as razões que estão na base dos casos em que o grau de eficácia do Projecto Família apresenta níveis pouco satisfatórios.

Visando estes objectivos gerais, definimos como objectivos específicos da nossa investigação os seguintes:

- a) verificar até que ponto é que o Projecto Família atinge os objectivos a que se propõe, com base nos critérios que estão na sua origem;
- b) perceber o grau de cumprimento de cada um desses critérios e o seu impacto na eficácia do projecto;
- c) compreender a dimensão dos casos em que o Projecto Família apresenta uma eficácia considerada baixa;
- d) Apurar a existência de condicionalismos externos e de limitações ao nível da disponibilidade de recursos, que tenham um impacto negativo na eficácia do Projecto Família;
- e) Verificar se o Projecto Família oferece aos seus intervenientes incentivos suficientes para que estes colaborem com o projecto e perceber o impacto deste factor na eficácia do projecto;

- f) Averiguar se os incentivos fornecidos pelo Projecto Família aos seus intervenientes os fazem comportar de acordo com os objectivos do projecto e perceber o impacto deste factor na eficácia do projecto;
- g) Concluir sobre as razões que levam o Projecto Família a apresentar um grau de eficácia baixo, nos casos em que isso se verifica.

A prossecução destes objectivos levou-nos à formulação de várias questões de investigação e ao levantamento de hipóteses causais para o seu entendimento. Apesar da compreensão dessas questões se encontrar de certa forma dependente da sua contextualização, presente no capítulo 5 desta dissertação, enunciamos em seguida todas as questões de investigação analisadas neste estudo e respectivas hipóteses causais.

Questão de investigação N° 1: Há associação entre o tempo de espera e a existência de situação de crise na família?

H₀: Não há associação entre o tempo de espera e a existência de situação de crise na família.

H₁: Há associação entre o tempo de espera e a existência de situação de crise na família.

Questão de investigação N° 2: Há associação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF)?

H₀: Não há associação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o IEPF.

H₁: Há associação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o IEPF.

Questão de investigação N° 3: Há associação entre o estado de acompanhamento e o IEPF?

H₀: Não há associação entre o estado de acompanhamento e o IEPF.

H₁: Há associação entre o estado de acompanhamento e o IEPF.

Questão de investigação N° 4: Há associação entre o Assistente Familiar e o IEPF?

H₀: Não há associação entre o assistente familiar e o IEPF.

H₁: Há associação entre o assistente familiar e o IEPF.

Questão de investigação N° 5: Há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o IEPF?

H₀: Não há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o IEPF.

H₁: Há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o IEPF.

Questão de investigação N° 6: Há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o tipo de entidade sinalizadora?

H₀: Não há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o tipo de entidade sinalizadora.

H₁: Há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o tipo de entidade sinalizadora.

Questão de investigação N° 7: Há associação entre o tipo de entidade sinalizadora e o IEPF?

H₀: Não há associação entre o tipo de entidade sinalizadora e o IEPF.

H₁: Há associação entre o tipo de entidade sinalizadora e o IEPF.

Questão de investigação N° 8: Há associação entre a existência de crise na família e o IEPF?

H₀: Não há associação entre a existência de crise na família e o IEPF.

H₁: Há associação entre a existência de crise na família e o IEPF.

Questão de investigação N° 9: Há associação entre a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar e o IEPF?

H₀: Não há associação entre a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar e o IEPF.

H₁: Há associação entre a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar e o IEPF.

Questão de investigação N° 10: Há associação entre a colaboração da família nas tarefas propostas e o IEPF?

H₀: Não há associação entre a colaboração da família nas tarefas propostas e o IEPF.

H₁: Há associação entre a colaboração da família nas tarefas propostas e o IEPF.

Questão de investigação N° 11: Há associação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e o IEPF?

H₀: Não há associação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e o IEPF.

H₁: Há associação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e o IEPF.

Consideramos que estas são as questões de investigação que decorrem da teoria que pretendemos defender. No capítulo 5 descrevemos detalhadamente o propósito da sua inclusão neste estudo, bem como as variáveis a elas associadas e resultados obtidos.

Tendo em vista os objectivos gerais e específicos do estudo que pretendíamos desenvolver, utilizámos, como atrás foi referido, uma nova metodologia de avaliação de projectos e programas proposta por Mendes (2006) fundada na Teoria da Agência. Com base nesta metodologia, avaliámos a implementação do Projecto Família para que, através da verificação do cumprimento dos objectivos do projecto e consequente apuramento das razões que possam estar na base das falhas de implementação verificadas, se pudesse concluir acerca da sua eficácia.

A adequação desta metodologia ao estudo do Projecto Família justifica-se pelo facto de este ser um projecto pioneiro e único em Portugal, implementado no país em 1996, sem contudo ter sido alvo de qualquer investigação relativamente à sua eficácia. O seu crescimento e a sua expansão para várias zonas do país legitimam a necessidade de análise à sua implementação que possa comprovar os resultados do projecto, bem como identificar e explicar as falhas da sua implementação, caso existam. Assim, esta nova metodologia de avaliação que Mendes propõe revelou-se a indicada para o estudo do Projecto Família em Portugal, por proporcionar uma análise completa da sua execução, contemplando os interesses e comportamentos dos seus diversos intervenientes. Este aspecto teve uma importância preponderante na opção da

metodologia escolhida, por possibilitar a realização de um certo paralelismo entre o presente estudo e a avaliação do *Families First Program* de Michigan realizada pela *University Associates*. Essa analogia centra-se essencialmente na importância que é atribuída aos intervenientes do projecto, considerando-se para o efeito os mesmos três grupos de intervenientes: a equipa do projecto, as entidades sinalizadoras e as famílias intervencionadas.

Seguindo os passos da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006), foram inicialmente identificados os objectivos do Projecto Família e definidos os critérios de base à sua verificação. Seguidamente, realizámos a análise ao nível de cada um desses critérios e apurámos o seu nível de cumprimento individual para a amostra considerada. Com esta análise ambicionávamos compreender o comportamento do projecto nas famílias acompanhadas e apurar a sua eficácia.

Finalmente, esta metodologia de análise teve como objectivo último detectar e explicar as falhas de implementação do Projecto Família. Para isso analisámos as restrições de implementação para cada grupo de intervenientes no projecto, de forma a perceber as razões dos casos de menor eficácia.

Para esta análise utilizámos uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Os primeiros consistiram em formular e testar hipóteses explicativas de fenómenos observados, considerando uma determinada amostra e utilizando os dados rigorosamente recolhidos, através de uma análise estatística (Carmo & Ferreira, 1998), descritiva numa primeira fase e posteriormente inferencial. Estes métodos permitiram-nos encontrar relações entre as variáveis, de modo a concluirmos que factores inerentes ao Projecto Família têm um impacto negativo na eficácia do projecto. Conjugámos estes métodos com métodos qualitativos, nomeadamente na análise da documentação recolhida, como os dossiers das famílias acompanhadas pelo projecto, na transcrição das entrevistas realizadas e sua interpretação, bem como nas ilações provenientes do contacto directo a que estamos sujeitos pela nossa integração no projecto em estudo.

4. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

4.1 Selecção da amostra

O processo de selecção da amostra do presente estudo teve por base critérios de escolha intencional, originando uma amostra não probabilística. Optámos por uma amostragem de conveniência, tendo seleccionado os sujeitos da amostra com base, essencialmente, nos dados que tínhamos disponíveis para o estudo. Descrevemos em seguida o processo de selecção dos elementos pertencentes à amostra deste estudo, de forma pormenorizada.

A amostra considerada é constituída pelas famílias cuja intervenção intensiva se iniciou no decorrer do ano de 2010. O critério subjacente a esta amostragem foi o de garantir que os casos analisados tivessem a intervenção do Projecto Família concluída, o que implicava que já tivesse decorrido pelo menos 1 ano após a intervenção intensiva. Por esse motivo, o estudo incide nas famílias acompanhadas em 2010 e não nas famílias sinalizadas nesse ano, pois poderia haver casos sinalizados, por exemplo, em Dezembro de 2010, com intervenção iniciada em 2011 e cujo término ocorreria apenas em 2012, impossibilitando a análise completa, nomeadamente no que diz respeito às variáveis que reportam ao momento final da intervenção ocorrido um ano após a intervenção intensiva.

Das 88 famílias cuja intervenção se iniciou em 2010, nem todas foram incluídas na amostra deste estudo. Duas dessas famílias foram excluídas da análise logo à partida por terem sido acompanhadas no âmbito do estágio decorrente da formação inicial de técnicos do Projecto Família frequentada por duas formandas. Consideramos que o facto de ser a primeira e única vez que estas duas técnicas desempenhavam a função de assistente familiar poderia de alguma forma enviesar os resultados, apesar de serem apenas dois casos. Assim, todos os casos incluídos na amostra foram acompanhados por assistentes familiares com alguma experiência na função. Para além destas duas famílias, excluíram-se ainda da amostra mais seis casos, acompanhados por duas assistentes familiares, com quem não foi possível estabelecer contacto durante a investigação, o que impossibilitou a recolha de informação necessária à análise. Portanto, deduzindo estas 8 famílias do número total de famílias acompanhadas em 2010, obtivemos uma amostra de 80 famílias ($n=80$). A partir deste ponto, a referência a

famílias acompanhadas em 2010 dirá respeito apenas às famílias consideradas na amostra.

Salientamos ainda que, assumindo o ano de 2010 como referência, também os técnicos considerados no estudo foram os que desempenharam uma função no projecto durante esse ano. Assim, retirando as duas estagiárias que acompanharam apenas uma família e que por isso se excluíram da amostra, o número de assistentes familiares do Projecto Família em 2010 ascendeu a 11. Destes 11 técnicos, apenas 5 continuam actualmente a desempenhar a função de assistentes familiares. Contudo, também os outros foram incluídos na investigação, à excepção dos 2 cujo contacto não foi de todo possível estabelecer.

No período em análise, o Projecto Família contou com 2 supervisoras. No entanto, apenas uma delas contribuiu para este estudo.

4.2 Processo de recolha e tratamento de dados e instrumentos utilizados

Definido o plano de investigação e seleccionada a amostra do estudo, procedemos à recolha dos dados, começando pelos dossiers das famílias acompanhadas no ano de 2010. Uma vez que este material se encontra arquivado na sede do MDV, em Lisboa, e a investigação decorreu no Porto, a recolha destes dados foi feita por registo fotográfico, no local, para posterior análise pormenorizada. Dos vários documentos que compõem os dossiers das famílias, foram analisados, para a generalidade dos casos, a ficha de sinalização (Anexo I) e o relatório final da intervenção (Anexo II). Outros documentos foram sendo consultados no decorrer da investigação, como a ficha de informação sobre a família para tratamento estatístico (Anexo III), a ficha de acompanhamento de supervisão (Anexo IV) e os relatórios dos *follow up* (Anexo V), nomeadamente para verificar ou completar alguma informação constante da já existente base de dados do Projecto Família. Esta base de dados, criada no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), foi um instrumento fundamental na obtenção de dados, disponibilizando informação sobre todos os casos sinalizados em 2010 no que diz respeito à caracterização das famílias, à sinalização e à intervenção do projecto. Com base nesta, criámos uma base de dados, também com recurso ao programa SPSS, versão 19.0 para Windows, unicamente com informação sobre as famílias pertencentes à nossa amostra, e que veio a constituir-se como o principal instrumento da análise de implementação realizada, permitindo testar as hipóteses de investigação consideradas

nessa análise, como se poderá constatar no capítulo 4. Para a criação desta base de dados, acrescentamos à base já existente as seguintes variáveis, indispensáveis para o nosso estudo: “sinalizado”, “data de início da intervenção”, “data de fim de intervenção”, “tempo de espera”, “intenção da entidade sinalizadora”, “existência de situação de crise na família”, “existência de factores de risco para os menores”, “disponibilidade da família para o assistente familiar”, “colaboração da família para as tarefas”, “melhoria das competências após intervenção intensiva”, “melhoria dos relacionamentos após intervenção intensiva”, “cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família”, “permanência na família após intervenção intensiva”, “consolidação dos objectivos após um ano”, “permanência na família após um ano”, “permanência em segurança após um ano” e “índice de eficácia do projecto”.

Passaremos à justificação da inclusão destas variáveis na base de dados. A variável “sinalizado” foi introduzida pelo facto de a unidade considerada na base de dados ser o menor e não a família, ou seja, a informação apresenta-se sempre em relação aos menores abrangidos nas intervenções que o Projecto Família realizou no ano de 2010, de forma a ser possível, tanto a sua caracterização (sexo, idade, escolaridade, etc), como o registo de informação específica relativa a cada menor, no início e no fim da intervenção (por exemplo se se encontra institucionalizado). Por outro lado, nesta investigação pretendia-se avaliar a eficácia de cada intervenção realizada pelo projecto, o que implica considerar como unidade de análise a família e não o menor, uma vez que a intervenção é feita na família, abrangendo todos os seus menores e desencadeando mudanças em todo o agregado. Se considerássemos a nossa unidade de análise o menor, a dimensão da nossa amostra ascenderia a 194 ($n = 194$), mas apenas a 80 famílias, ou seja, a 80 intervenções do projecto. Eram precisamente estas 80 intervenções que pretendíamos avaliar, motivo pelo qual introduzimos a variável “sinalizado” na base de dados, possibilitando a criação de um filtro que permitisse fazer a análise apenas para os menores sinalizados para o projecto, tendo-se considerado apenas um menor sinalizado em cada família, de acordo com a informação constante na ficha de sinalização de cada caso. As variáveis “data de início da intervenção” e “data de fim da intervenção” referem-se à intervenção intensiva do Projecto Família e a sua informação foi recolhida pela consulta dos relatórios finais de intervenção de cada caso, ou, na falta desse relatório, pela consulta de outros documentos constantes no respectivo dossier. Houve ainda casos pontuais em que só foi possível obter essa informação, consultando a supervisora do projecto. A inclusão destas variáveis teve como finalidade possibilitar o

cálculo da duração da intervenção intensiva do projecto em cada família, útil para a aplicação da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006). A “data de início de intervenção” foi também uma variável fundamental para o cálculo do tempo de espera a que cada família da amostra esteve sujeita no ano em estudo, apurado também com base na data de sinalização, variável já existente na base de dados. Os resultados deste cálculo incluíram-se também na base de dados, na variável “tempo de espera”. Todas as outras variáveis introduzidas na base de dados, à excepção do índice de eficácia do projecto, antecipavam-se de extrema importância para a análise de implementação ao Projecto Família. Numa fase inicial, julgámos possível obter esta informação apenas pela análise dos dossiers de cada família da amostra, nomeadamente através da leitura dos relatórios finais da intervenção e dos relatórios dos *follow up* realizados pelos assistentes familiares. Contudo, a análise de 13 casos foi suficiente para percebermos que os dados recolhidos não nos permitiam avaliar os aspectos correspondentes àquelas variáveis, dada a subjectividade da informação. Os relatos dos assistentes familiares, constantes nos relatórios, forneciam de facto informação útil, retratando, de forma geral, a intervenção e os seus resultados, mas não eram suficientes para que conseguíssemos avaliar objectivamente se houve ou não melhorias na família relativamente às suas competências e relacionamentos, até que ponto a colaboração e a disponibilidade da família foram suficientes ou não, entre outros aspectos cuja avaliação requeríamos. Deste modo, elaborámos um questionário para aplicar aos assistentes familiares, com o objectivo de recolher a sua avaliação relativamente a cada caso por eles acompanhado no ano de 2010 (anexo VI). Este questionário consistia numa grelha de preenchimento rápido, contendo perguntas fechadas relativamente aos 12 aspectos que pretendia avaliar, referentes a vários momentos da intervenção. Assim, este instrumento questionou os assistentes familiares relativamente ao que verificaram no decorrer na intervenção intensiva do Projecto Família, no final dessa intervenção e após um ano dessa mesma intervenção. Para cada item o questionário apresentava a respectiva escala de resposta, tornando as suas respostas objectivas, comparáveis e por isso de fácil análise. Aqueles 12 itens deveriam ser avaliados para cada família que cada assistente familiar acompanhou no ano de 2010, tendo-se elaborado um questionário para cada um deles, contendo a identificação dos respectivos processos e, em anexo, a identificação da família e dos menores de cada processo, como forma de garantir que os assistentes familiares se recordariam dos casos cuja avaliação se pretendia. O questionário continha ainda um campo de resposta aberta, no qual os técnicos poderiam

incluir observações ou outras informações úteis, que completassem a informação da grelha de avaliação. As respostas a estes questionários foram posteriormente registadas na base de dados criada para o estudo, supra citada, para análise subsequente. Considerámos fundamental neste ponto chamar a atenção para o facto de estes questionários apenas reflectirem a opinião dos assistentes familiares relativamente a cada processo, estando também esta informação sujeita a um certo grau de subjectividade. Julgamos, no entanto, que ninguém melhor do que os assistentes familiares para avaliar a situação e os comportamentos das famílias acompanhadas e os resultados das intervenções. Como forma de validar a informação por eles fornecida, procedemos posteriormente à análise dos documentos constantes em cada dossier das famílias da amostra, nomeadamente dos relatórios finais da intervenção, que, por serem obrigatoriamente revistos e assinados pela supervisora do projecto e enviados para as entidades sinalizadoras, constituem uma fonte de informação mais fiável. Para a totalidade dos casos, apurou-se a veracidade da informação fornecida pelos assistentes familiares, considerando-se garantida a fiabilidade da informação anteriormente recolhida.

Com o objectivo de recolher informação necessária à segunda fase da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006), e que consistia na análise dos três tipos de restrições de implementação, realizaram-se também entrevistas aos assistentes familiares. O guião das entrevistas (anexos VII e VIII) era composto por 2 questões introdutórias, relativas ao próprio entrevistado, 5 questões referentes às famílias beneficiárias do Projecto Família, 2 perguntas relativas às entidades sinalizadoras, 2 questões atinentes ao assistente familiar, 4 relativas à supervisão do projecto, uma questão sobre a eficácia do Projecto Família e uma última questão destinada a informação completar, pois “é importante dar ao participante a oportunidade de ele fazer alguma pergunta ou comentário” (Stouthamer-Loeber et al, 1995, p. 57).

Estas entrevistas foram realizadas durante 2 dias, presencialmente na sede do MDV, em Lisboa, tendo sido gravadas e posteriormente transcritas (anexos IX a XV). O contacto directo com os assistentes familiares e a criação de um espaço unicamente destinado para que eles pudessem dar a sua opinião relativamente ao projecto e aos vários intervenientes no mesmo, permitiu a obtenção de uma quantidade maior de informação, bem como da sua qualidade. As expressões e sentimentos visíveis nas entrevistas não teriam sido apurados de outra forma.

Como referimos anteriormente, foram 9 os assistentes familiares incluídos nesta investigação. Todos eles responderam ao questionário, mas apenas 7 foram entrevistados. Os restantes 2 técnicos não tiveram disponibilidade para se deslocar ao MDV para a entrevista nos dias propostos e numa segunda tentativa de os entrevistar eles já se encontravam fora do país, um em Inglaterra e outro em Angola, não tendo sido de todo possível obter a sua colaboração nas entrevistas. Os questionários desses 2 assistentes familiares foram-nos enviados via e-mail.

As entrevistas foram transcritas, na íntegra, repetindo o discurso dos entrevistados, com as suas repetições, hesitações, pausas, eventuais erros de linguagem, etc. Também o registo da pontuação, ao passar da linguagem oral, registada em áudio, para a linguagem escrita, foi feito de forma rigorosa, com a preocupação de não distorcer o sentido do discurso.

Depois de transcritas as entrevistas, procedemos à interpretação e registo da sua informação. Para tal, foi elaborada uma grelha de análise para cada entrevista, contendo, para cada pergunta, a transcrição parcial da resposta - registo de informação - e uma síntese de conteúdo - interpretação da resposta (anexo XVI). Numa segunda fase, elaborámos uma nova grelha que compilasse o conteúdo de todas as entrevistas, para facilitar a sua análise temática e comparativa (anexo XVII). Para a análise dos conteúdos das entrevistas adoptámos uma abordagem qualitativa e quantitativa. A abordagem quantitativa baseia-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem, enquanto a abordagem não quantitativa recorre a outro tipo de indicadores passíveis de originarem ilações diversas.

Também para os restantes intervenientes no projecto, considerados na Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006), foi necessário recolher e tratar a informação. Assim, realizámos uma entrevista semi-estruturada à supervisora do projecto (cujo guião consta do anexo XVIII), com o objectivo de apurar se, de facto, o Projecto Família funciona, na prática, de acordo com a sua fundamentação teórica, oriunda dos E.U.A., respeitando os seus princípios orientadores. Pretendíamos também perceber se os assistentes familiares desempenhavam a sua função de acordo com a metodologia do projecto, conforme levaram a crer nas entre linhas das entrevistas realizadas. Finalmente esta entrevista tinha ainda como finalidade a recolha de alguma informação necessária à análise das restrições de implementação (as questões 3, 9, 16 e 17 visavam apoiar a análise das restrições de viabilidade, as questões 10, 11, 12, 14 e 15 eram suporte para o apuramento das restrições de racionalidade individual e a questão

13 remetia para as restrições de compatibilidade de incentivos). À semelhança do guião elaborado para as entrevistas aos assistentes familiares, também neste se incluíram uma questão sobre a eficácia Projecto Família e outra destinada a informações complementares. Também esta entrevista foi transcrita na íntegra e o seu conteúdo analisado utilizando a mesma grelha de análise individual elaborada para as entrevistas aos assistentes (anexo XVI).

Para recolher a opinião das entidades sinalizadoras do projecto relativamente às questões em análise no estudo, elaborámos um questionário (anexo XX), tendo por base algumas referências bibliográficas, que orientaram a tarefa. Este questionário continha 4 grupos de questões: (1) questões relativas à entidade sinalizadora, (2) questões relativas às famílias, (3) questões relativas aos técnicos do Projecto Família e (4) questões relativas ao Projecto Família. A primeira questão tinha como objectivo apurar, posteriormente, a existência de algum padrão de respostas comum num determinado tipo de entidade. A segunda questão apenas pretendia confirmar que a colaboração da entidade havia ocorrido no período pretendido. As questões 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 tinham a pretensão de contribuir para a análise das restrições de racionalidade individual da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006) e as questões 11 e 12 para o estudo das restrições de compatibilidade de incentivos. Mais uma vez se incluiu também uma questão relativa à eficácia do Projecto Família. O processo de recolha desta informação junto das entidades sinalizadoras iniciou-se com a realização de telefonemas, nos quais nos apresentámos, explicitámos a nossa intenção e realizámos o pedido de colaboração. Após o telefonema, o questionário foi enviado de forma imediata para o endereço electrónico indicado via telefónica, com as devidas instruções e prazo de envio, a efectivar também electronicamente e com possibilidade de manter o anonimato. Este processo veio-se a revelar muito difícil ao longo da investigação, decorrendo durante aproximadamente três meses, dada a dificuldade em contactar as entidades. Mesmo nos casos em que obtivemos sucesso no contacto telefónico, foi muito difícil conseguir que as entidades sinalizadoras nos enviassem os questionários. Depois de várias tentativas de contacto e do reforço dos pedidos de colaboração, telefónicos e via e-mail, das 37 entidades que encaminharam casos para o Projecto Família no ano de 2010, apenas 13 enviaram o questionário cujo preenchimento solicitámos. Foram estes os únicos questionários que nos forneceram a informação necessária à análise. Apesar de reconhecermos a baixa taxa de resposta, julgamos não ter ficado comprometida a validade da informação recolhida e da análise feita a este

nível, porque se verificou alguma uniformidade nas respostas obtidas, levando-nos a depreender que as respostas não recebidas não deveriam diferir muito destas. Além disso, a única entidade sinalizadora referida pela supervisora do projecto como a única que possivelmente pudesse fazer uma avaliação menos positiva do projecto, foi uma das entidades que responderam ao questionário. O conhecimento que já detemos sobre o funcionamento do projecto leva-nos a crer que as entidades sinalizadoras não colaboraram neste pedido, devido ao elevado volume de trabalho que detêm e consequente falta de disponibilidade para o fazerem, e ao facto de saberem que a sua colaboração nesta investigação em nada afectaria a relação com o Projecto Família.

A informação recolhida nestes questionários foi registada num mapa elaborado para o efeito, no *Microsoft Excel*, onde se inseriu a informação obtida em todas as questões para posterior análise.

Refira-se ainda que a recolha de dados levada a cabo junto dos três principais grupos de intervenientes no projecto, e a inclusão das mesmas questões nos instrumentos utilizados nessas recolhas, visavam também reforçar a veracidade da informação fornecida por cada um deles, contribuindo para apurar a validade da informação.

5. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE MENDES (2006) APLICADA AO PROJECTO FAMÍLIA

5.1 Caracterização da amostra

5.1.1 Caracterização dos menores abrangidos

As famílias acompanhadas durante o ano de 2010 e consideradas na amostra, abrangiam um total de 194 menores, dos quais 107 eram do sexo masculino e 87 eram do sexo feminino, representando respectivamente 55,2% e 44,8% do total de menores.

Não tendo sido possível apurar a idade de 2 dos menores considerados na amostra, o cálculo da idade média dos menores apenas teve em conta 192 menores. A idade destes menores variava entre os 0 e os 17 anos de idade, tendo uma média de 7,69 anos e um desvio-padrão de 5,018.

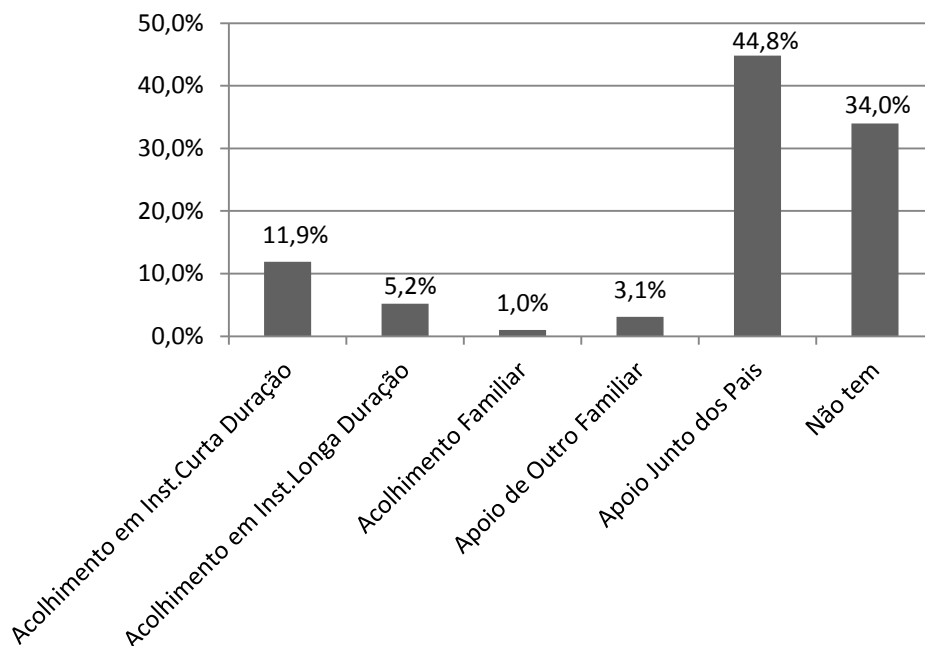
Dos menores pertencentes à amostra, 47 encontravam-se institucionalizados o que correspondia a 24,2% dos menores que beneficiaram da intervenção do Projecto Família. Os restantes 147, correspondentes a 75,8% dos menores abrangidos, não se encontravam institucionalizados.

Relativamente à medida tutelar educativa dos menores considerados na amostra, verificamos que apenas foi possível obter informação referente a 187 menores. Desses, apenas 2 tinham medida tutelar educativa aplicada, uma identificada como “medidas institucionais” e a outra referenciada como “outra”.

Dos menores considerados na amostra, 67 (34,5%) não tinham medida de protecção aplicada aquando a sinalização. Os restantes 127 (65,5%) tinham medida e protecção aplicada, de acordo com a figura 1:

FIGURA 1

Medidas de protecção dos menores acompanhados pelo Projecto Família em 2010



5.1.2 Caracterização das famílias acompanhadas em 2010

Os 194 menores da amostra são oriundos de 80 famílias. O agregado familiar destas famílias era composto no mínimo por 2 elementos e, no máximo por 9. Em média, estes agregados familiares eram compostos por 4,59 elementos (Desvio-padrão = 1,860).

Consideramos importante analisar a tipologia das famílias acompanhadas no ano em estudo e verificamos que 36,3% do total de famílias consideradas na amostra eram famílias nucleares⁸ que viviam em união de facto e 11,3% eram famílias nucleares casadas. Ou seja, apenas 47,6% das famílias acompanhadas pelo projecto em 2010 correspondiam a agregados familiares compostos pelo núcleo familiar, englobando o(s) menor(es) e ambos os progenitores respectivos, verificando-se apenas um nível de descendência. 32,5% das famílias acompanhadas no ano em análise eram famílias monoparentais, ou seja eram agregados familiares compostos por apenas um dos progenitores e seu(s) descendente(s).

⁸ Agregados compostos unicamente pelos progenitores e pelos seus descendentes.

Do total de famílias acompanhadas em 2010, e consideradas na amostra, 11,3% correspondiam a famílias alargadas, isto é, famílias em que co-habitam ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, para além de progenitor(es) e/ou filho(s) (Caniço et al, 2010). Por último refira-se que 7,5% das famílias correspondiam a famílias reconstruídas, que são famílias em que existe uma nova união conjugal, com ou sem descendentes de relações anteriores, de um ou dos dois cônjuges (Caniço et al, 2010).

Não foi possível obter informação relativamente à tipologia de uma das famílias da amostra.

No que diz respeito às condições habitacionais, as categorias consideradas nos processos das famílias eram: Apartamento, Barraca, Vivenda e Outro. A análise desta variável revelou que 80% daquelas famílias viviam em apartamento, 8,8% viviam em barraca e 6,3% em vivenda. Para 4 das famílias (5%) não foi possível obter informação relativamente a esta variável. Verificamos ainda que das 80 famílias da amostra, 24 viviam em habitação camarária, o que correspondia a 30% do total de famílias da amostra, e 5 famílias não dispunham, no seu processo, de informação relativamente ao facto da habitação ser ou não camarária. No que diz respeito à propriedade da casa onde residiam as famílias em análise, aferimos que a maioria vivia numa casa arrendada (55%), 16,3% vivia em casa de outrem e apenas 21,3% vivia em casa própria. Para os restantes 7,5% dos casos não obtivemos informação relativamente à propriedade da casa.

Pudemos ainda constatar que 86,3% das famílias pertencentes à nossa amostra estavam inscritas no centro de saúde e apenas 3,8% não estavam. Relativamente a 10% dos casos não obtivemos informação sobre esta variável.

Os processos dos casos acompanhados pelo Projecto Família têm informação sobre os vários elementos dos agregados familiares, compreendendo a caracterização de três elementos adultos de cada agregado, no máximo. O adulto identificado na ficha de sinalização como o representante da família encontra-se rotulado por adulto 1. O adulto 2 diz respeito ao adulto que mais responsabilidade e/ou proximidade tem sobre o(s) menor(es), além do adulto 1. Finalmente, o adulto 3 é aquele que mais responsabilidade e/ou proximidade tem com o(s) menor(es), além dos adultos 1 e 2.

Analisando algumas das características dos elementos adultos dos agregados familiares da amostra, apurámos que em 71,3% dos casos acompanhados em 2010 o representante da família era a mãe do(s) menor(es), em 17,5% das famílias era o pai, em 8,8% dos casos era uma avó, em 1,3% era um avô e em 1,3% dos casos era um tio. Quanto ao nível de escolaridade dos representantes das famílias consideradas na

amostra, verificámos que quase metade (47,5%) dos representes das famílias acompanhadas em 2010 tinha um nível de escolaridade igual ou inferior ao 6º ano e que 73,8% tinham um nível de escolaridade igual ou inferior ao 9º ano. Refira-se que, para 10% dos casos não existe informação sobre o nível de escolaridade do representante da família.

Quanto à situação profissional, a análise dos dados revelou que 46,3% dos representantes das famílias acompanhadas se encontravam desempregados, 26,3% estavam empregados e detinham contrato de trabalho, apenas 2,5% se encontravam efectivos no emprego, 15% tinham uma situação profissional precária, fazendo apenas uns “biscates”. Os restantes encontravam-se reformados, tinham uma profissão liberal ou outra situação profissional não contemplada nesta análise ou simplesmente não dispomos de informação. No que concerne ao sector de actividade em que trabalhavam, constatámos que 29,1% dos representantes das famílias trabalhavam em manutenção e limpeza, 13,9% em restauração e 13,9% não revelaram nenhuma profissão em concreto, incluindo-se na categoria “sem profissão”. Salienta-se no entanto o facto de, para 20,3% dos casos, não se ter obtido informação relativamente a esta variável.

5.1.3 Caracterização das sinalizações das famílias acompanhadas em 2010

Das 80 famílias consideradas na amostra, 51 foram sinalizadas com o objectivo de prevenir a retirada dos menores das suas famílias e as restantes 29 visavam a reunificação familiar. Destas 29, 24 correspondiam a menores institucionalizados, cujo regresso a casa se pretendia e/ou previa e em 4 delas os menores tinham estado institucionalizados e haviam regressado a casa há pouco tempo, sendo por isso pertinente a intervenção do Projecto Família. Por último, num dos casos de reunificação o(s) menor(es) viviam com a família alargada, prevendo-se o seu regresso à família nuclear.

As fichas de sinalização encaminhadas pelas entidades sinalizadoras para o Projecto Família identificam um ou mais motivos que justificam o pedido de intervenção do MDV para um determinado caso. Normalmente, para cada caso é referido mais do que uma problemática, motivo pelo qual a análise destas variáveis passará por identificar o número de casos em que uma dada problemática vem referida como motivo da sinalização. Uma vez que a ficha de sinalização apenas contempla 6 hipóteses de motivos da sinalização, apesar de incluir uma rubrica para “outros”, optámos por considerar nesta análise apenas estes 6 motivos: negligência, violência familiar, abuso, violência doméstica, delinquência e reunificação familiar. Esta restrição

prende-se com o facto de haver uma maior tendência para estes motivos serem identificados com maior frequência pela sugestão que é feita, relativamente a motivos que não aparecem na ficha. Assim, considerámos que a validade da análise ficaria comprometida ao compararmos a frequência de todos os motivos apontados pelas entidades sinalizadoras. Verificamos que, dos motivos apresentados na ficha de sinalização como hipóteses, o mais assinalado pelas entidades sinalizadoras foi negligência, identificado em 52,6% dos casos.

Segue-se a reunificação familiar assinalada em 26,3% das famílias sinalizadas, a violência familiar em 8,2% dos casos, a violência doméstica em 7,2% e o abuso em apenas 2,6% das famílias.

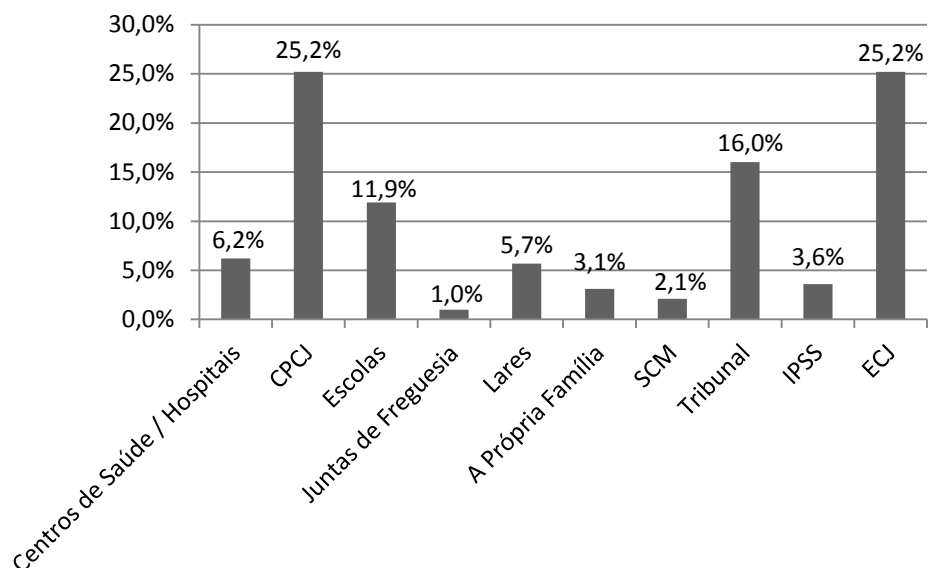
No entanto, podemos referir que outros motivos apontados pelos técnicos que sinalizaram as famílias neste ano passaram pela carência de comportamentos parentais em 29,9% dos casos, precariedade económica com uma frequência de 23,2% e problemas associados à escola em 21,1% das famílias. Com menor frequência, apareceram também motivos relacionados com deficiente gestão doméstica ou alcoolismo em 9,8% e 11,3% das famílias respectivamente, ou ainda desestruturação familiar e toxicodependência, com frequências de 10,8% e 5,7% respectivamente. Salientamos novamente que estes últimos motivos referidos, pelo facto de não estarem anunciados na ficha de sinalização como hipóteses a serem assinaladas pelas entidades sinalizadoras, não apresentam valores muito fiáveis, pois caso estivessem contemplados na ficha a sua frequência poderia atingir valores muito mais elevados. Apesar deste constrangimento, consideramos pertinente referir a frequência com que as entidades sinalizadoras os referiram como motivos da sinalização.

Importa ainda salientar que, na grande maioria dos casos, as famílias acompanhadas revelam vivenciar muitos mais problemas do que aqueles que levaram à sinalização por parte da entidade sinalizadora, apresentando muitas vezes várias das problemáticas acima referidas.

Como já foi referido anteriormente, os casos chegam ao Projecto Família através do seu encaminhamento por parte de várias entidades ou ainda por pedido da própria família que pretende a intervenção. O tipo de entidades que sinalizaram casos para o projecto no ano de 2010 e respectivo peso do número de sinalizações enviadas por essas mesmas entidades no total de sinalizações encontram-se retratados na seguinte figura.

FIGURA 2

Entidades Sinalizadoras do Projecto Família em 2010 e respectiva % de casos sinalizados no total de sinalizações



5.1.4 Caracterização das intervenções do Projecto Família realizadas em 2010, no que toca à sua duração

Nem todas as intervenções iniciadas pelo Projecto Família são concluídas, havendo algumas que são interrompidas durante a intervenção intensiva. “A razão deste encerramento antecipado da intervenção prende-se muitas vezes com o facto de o assistente familiar não conseguir construir uma relação de trabalho com a família, defrontando-se com um muro de silêncio. Uma segunda razão pode ser a incapacidade, por parte do assistente familiar, de formular objectivos com a família. Uma terceira razão é as ameaças à segurança de um determinado elemento da família” (Mira Delgado & Vale, 2005, p. 153). Outra razão apontada pelas supervisoras do Projecto Família relaciona-se com a própria sinalização dos casos, que nem sempre tem em conta aspectos importantes do Projecto Família (Mira Delgado & Vale, 2005). O facto é que algumas das intervenções intensivas são interrompidas antes do previsto. Por isso, considerámos pertinente analisar a percentagem de casos da amostra em que essa intervenção foi concluída e a percentagem de casos da amostra em que a intervenção intensiva foi interrompida. Apurou-se que em 80% das famílias acompanhadas e consideradas na amostra a intervenção intensiva foi concluída. Nos restantes 20% isso não se verificou, tendo sido interrompida, quer por decisão da família (5 casos), quer

por decisão do assistente familiar (7 casos), quer por decisão de ambos (3 casos) ou outro motivo não especificado (1 caso).

Nos casos em que a intervenção intensiva não foi concluída, o acompanhamento do Projecto Família cessou nesse momento, pelo que a recolha de dados referentes a estas famílias ficou desde logo comprometida e sua análise influenciada, aspecto que será tido em conta ao longo da análise dos dados.

5.2 Objectivo geral do Projecto Família e critérios para a sua verificação

“O Projecto Família tem por objectivo assegurar que as crianças permaneçam junto da sua família durante o maior período de tempo possível, desde que a sua segurança física e emocional seja garantida” (Mira Delgado & Vale, 2005, p. 7). Assim, o projecto visa evitar a institucionalização desnecessária de crianças e jovens em risco ou promover o seu regresso a casa, no caso de se encontrarem institucionalizados. Pretende-se alcançar este objectivo através da intervenção intensiva dos assistentes familiares que, de modo a reduzir os comportamentos de risco que levam ao afastamento dos menores de junto das suas famílias, desenvolvem o seu trabalho com base essencialmente em 2 tipos de acções:

- a) Promoção das competências dos vários elementos da família;
- b) Promoção do relacionamento entre os elementos da família.

A justificação para considerar estas acções como prioridades prende-se com o facto de se ter verificado que a falta de competências dos vários membros da família, bem como o relacionamento deficiente e/ou inadequado entre os elementos da família, serem condicionalismos que aparentemente estão na base dos factores de risco dos menores em causa. Os motivos apontados pelas entidades sinalizadoras para a necessidade de intervenção do Projecto Família ajudam-nos a perceber o porquê daqueles 2 tipos de acções serem estratégicos para o alcance dos objectivos pretendidos. Como já referimos, esses motivos passam por negligência, carência de comportamentos parentais, conflitos, deficientes competências pessoais e sociais, deficiente gestão doméstica, desestruturação familiar, dificuldade de controlo das emoções, exposição a comportamentos desviantes, falta de higiene, violência doméstica, violência familiar, abuso sexual, entre outros. Estas problemáticas raramente estão presentes de forma isolada, verificando-se, na maior parte dos casos, uma conjugação de algumas ou muitas delas num mesmo ambiente familiar.

O Projecto Família defende que, ajudando a família na promoção das suas competências e do relacionamentos entre os vários elementos da família, nomeadamente entre pais e filhos, é possível resolver, ou pelo menos atenuar, aquelas problemáticas, eliminando ou reduzindo os factores de risco a que os menores estão expostos e possibilitando a união familiar.

Na metodologia de avaliação proposta por Mendes (2006) desde que os critérios de desempenho são dados, a primeira questão com que nos deparamos na análise de implementação é clarificar que critérios são esses, como é que foram definidos e como é que estão relacionados. No caso do Projecto Família, os critérios utilizados neste estudo para a verificação do cumprimento dos objectivos basearam-se nos critérios que o próprio projecto utiliza. Esses critérios foram 6, a saber:

- 1) realização de mudanças por parte da família, durante a intervenção intensiva do Projecto Família, no sentido da melhoria das suas competências;
- 2) realização de mudanças por parte da família, durante a intervenção intensiva do Projecto Família, no sentido da melhoria dos relacionamentos dos elementos do agregado familiar;
- 3) permanência/regresso do menor na/à família, após a intervenção intensiva do Projecto Família;
- 4) verificação, após 1 ano da intervenção intensiva do Projecto Família, da consolidação dos objectivos atingidos pela família aquando essa mesma intervenção;
- 5) permanência/regresso do menor na/à família, após 1 ano da intervenção intensiva;
- 6) permanência do menor em segurança, após 1 ano da intervenção intensiva;

Idealmente, considerar-se-ia o Projecto Família eficaz num determinado caso, se os 6 critérios acima definidos fossem cumpridos no seu conjunto. Portanto, verificando-se a realização de mudanças na família no sentido das melhorias das suas competências e relacionamentos, a consolidação dos objectivos atingidos durante a intervenção do Projecto Família após um ano, a permanência do menor na família após a intervenção intensiva e após um ano desta, bem como a permanência dos menores em segurança após esse período de tempo, considerar-se-ia que os objectivos do projecto teriam sido cumpridos e, conseqüentemente, que a intervenção do Projecto Família fora eficaz.

No entanto, convém referir que, dada a subjectividade da avaliação dos 2 primeiros critérios e do 4º critério, definiu-se uma escala de medida com base na qual o cumprimento destes critérios seria avaliado. A escala utilizada foi a seguinte:

1	2	3	4	5
Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	Total

Deste modo, não será possível afirmar simplesmente que, por exemplo, houve ou não mudanças numa determinada família ao nível da promoção das suas competências, mas sim afirmar se houve nenhuma, pouca, alguma, muita ou total realização de mudanças nesse sentido. Ou seja, não afirmaremos propriamente se um dado critério foi cumprido, mas sim qual o grau do seu cumprimento para os casos da amostra considerada. Refira-se ainda que aparecerão casos em que não foi possível obter informação relativamente a um dos critérios, e ainda casos em que a avaliação de determinado critério poderá não se aplicar, por não se ter definido como objectivo a cumprir o objectivo a que esse critério respeita.

Os restantes 3 critérios não oferecem margem para dúvidas, sendo a sua análise mais objectiva, dispensando por isso a utilização de qualquer escala de medida.

Numa primeira fase da análise dos dados, optámos por examinar cada um dos critérios individualmente, de modo a se apurar o grau de cumprimento de cada um deles. Descrevemos em seguida a análise realizada e os respectivos resultados obtidos.

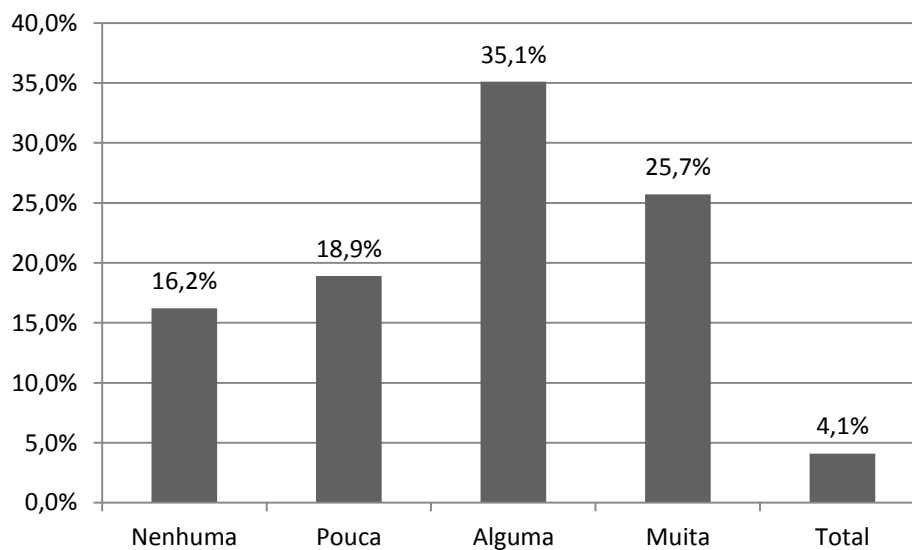
5.2.1. Critério 1:

Relembramos que o 1º critério prende-se com a realização de mudanças por parte da família, durante a intervenção intensiva do Projecto Família, no sentido da melhoria das suas competências.

Dos 80 casos da amostra, 6 (7,5%) não contemplavam nos objectivos definidos para a intervenção uma melhoria ao nível das competências da família ou não foi possível obter informação relativamente a este item. No que diz respeito aos restantes 74, em que a melhoria das competências da família era de facto um objectivo a cumprir, os resultados apurados encontram-se retratados no gráfico seguinte.

FIGURA 3

Grau de cumprimento do critério 1: realização de mudanças na família, durante a intervenção intensiva, no sentido da melhoria das suas competências



Da análise do gráfico verificamos que em apenas 4,1% dos casos a realização de mudanças nas competências da família foi total, mas em 25,7% as mudanças foram muitas e em 35,1% foram algumas. Em 19% dos casos realizaram-se poucas mudanças e em 16,2% das famílias não se realizaram mudanças a este nível. Os resultados parecem ser bastantes satisfatórios, pois em praticamente 65% dos casos realizou-se alguma, muita ou total mudança ao nível da melhoria das competências da família.

Mesmo nos casos em que as melhorias foram poucas, cerca de 19%, significa que apesar de poucas, as melhorias das competências da família ocorreram.

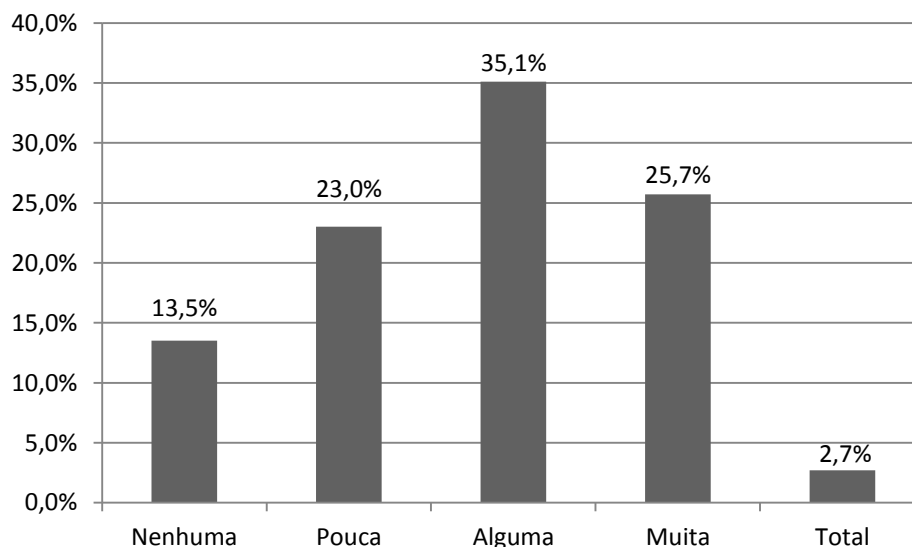
5.2.2 Critério 2

Um 2º critério para a verificação da eficácia do Projecto Família prende-se com a realização de mudanças por parte da família, durante a intervenção intensiva do Projecto Família, no sentido da melhoria dos relacionamentos dos elementos do agregado familiar.

Dos 80 casos da amostra, 6 foram excluídos desta análise por não se encontrar prevista, como objectivo a atingir, a melhoria dos relacionamentos dos elementos do agregado familiar. A análise do grau de cumprimento deste critério para os restantes 74 casos encontra-se retratada na seguinte figura.

FIGURA 4

Grau de cumprimento do critério 2: realização de mudanças na família, durante a intervenção intensiva, no sentido da melhoria dos seus relacionamentos



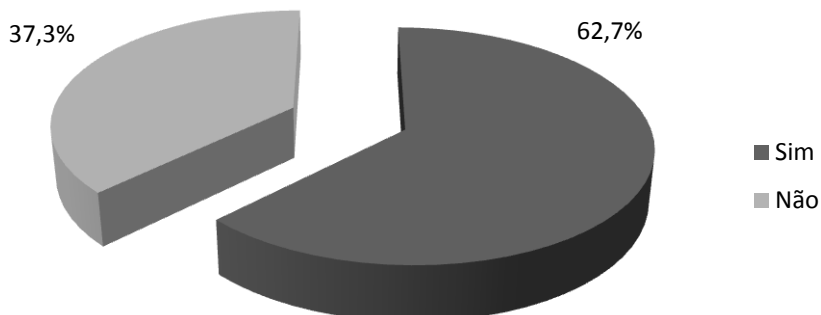
Em 63,5% dos casos aqui considerados, realizaram-se algumas, muitas ou totais mudanças na família no sentido da melhoria dos seus relacionamentos. Em 23% dos casos as mudanças a este nível foram poucas e em 13,5% das famílias não se realizaram este tipo de mudanças.

5.2.3. Critério 3

O objectivo primordial do Projecto Família é evitar a institucionalização dos menores em risco ou promover o seu regresso a casa no caso de estarem institucionalizados. Assim, definiu-se como um critério de avaliação da eficácia do projecto a permanência/regresso do menor na/à família, após a intervenção intensiva, ou seja, a verificação se o menor se encontra junto da sua família no momento em que a intervenção intensiva do Projecto Família termina. Os resultados da análise deste critério encontram-se representados na seguinte figura.

FIGURA 5

Grau de cumprimento do critério 3: permanência/regresso do menor na/à família após a intervenção intensiva



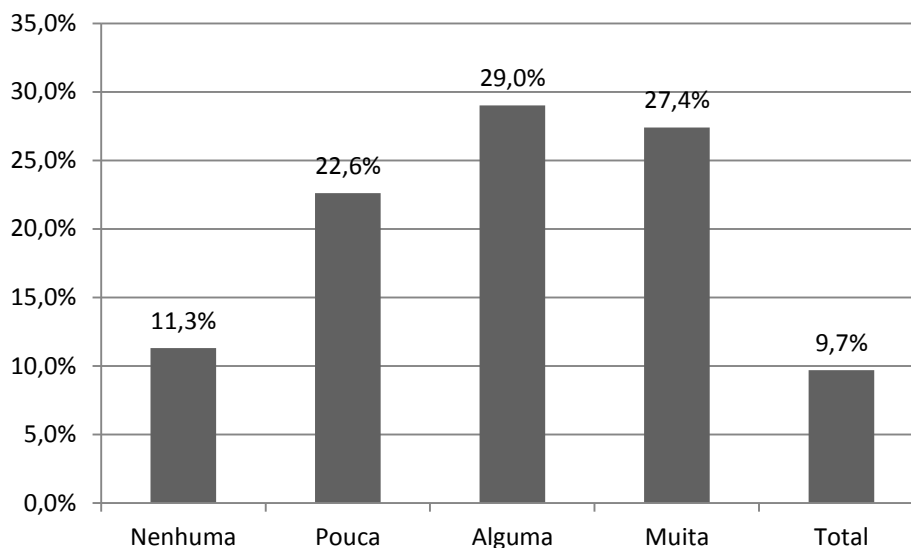
Verificamos que, dos 74 casos da amostra em que de facto se pretendia manter o menor junto da sua família, esse objectivo estava cumprido no momento em que terminou a intervenção intensiva para 62,7% dos casos.

5.2.4. Critério 4

O 4º critério definido para avaliar o cumprimento dos objectivos do Projecto Família é a verificação, após 1 ano da intervenção intensiva, da consolidação dos objectivos atingidos pela família aquando essa mesma intervenção. 22,5% dos casos não foram considerados na análise deste critério, 13,8% porque as intervenções intensivas do projecto não foram concluídas e, por isso, o acompanhamento cessou nessa altura, e em 8,8% dos casos porque não foi possível obter informação, também devido à interrupção da intervenção. Nas restantes 62 famílias, o acompanhamento foi sendo realizado ao longo de um ano. O resultado da análise deste critério nessas famílias encontra-se reflectido na seguinte figura.

FIGURA 6

Grau de cumprimento do critério 4: verificação, após 1 ano da intervenção intensiva, da consolidação dos objectivos atingidos pela família aquando essa mesma intervenção



Em 66,1% dos casos em que o acompanhamento do Projecto Família durou cerca de um ano, findo este período verificou-se alguma, muita ou total consolidação dos objectivos atingidos pela família aquando a intervenção intensiva. Salienta-se ainda que, destes casos, a percentagem de famílias cuja consolidação dos objectivos ao fim de um ano da intervenção intensiva foi total ascendeu a 9,7%, parcela bastante significativa quando comparada com os critérios anteriormente analisados. No entanto, em 22,6% das famílias, o grau de cumprimento deste critério foi pouco e em 11,3% dos casos foi nenhum.

5.2.5. Critério 5

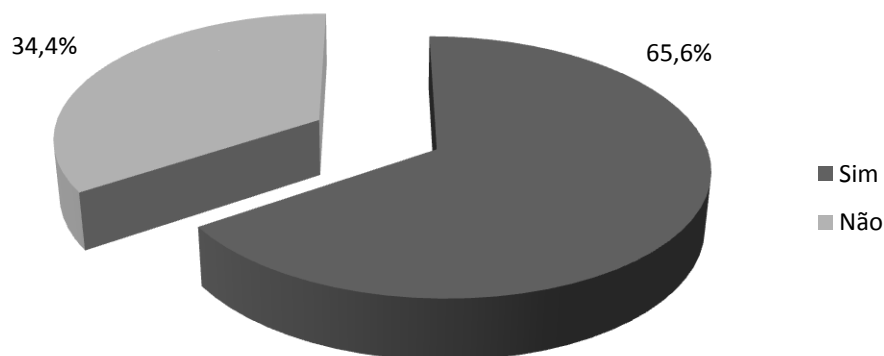
Outro critério definido para a verificação do cumprimento dos objectivos do projecto consiste na permanência/regresso do menor na/à família, após 1 ano da intervenção intensiva. Na análise deste critério, o número de casos excluídos é 16 o que representa exactamente 20% da amostra, menos 2,5% do que no critério anterior. Analisando-se a base de dados da amostra, verificou-se que estes casos foram todos eles também excluídos da análise do critério anterior. No entanto, em 2 das famílias em que não se conseguiu obter informação relativamente à consolidação, após 1 ano da intervenção intensiva, dos objectivos atingidos nessa intervenção, foi possível saber se o

menor permanecia na família ou não, o que justifica a diferença de 22,5% para 20% de casos excluídos das análises dos critérios 4 e 5 respectivamente.

Para os casos válidos, a análise da permanência/regresso na/à família após 1 ano da intervenção intensiva revelou que em 65,6% o menor permaneceu junto da sua família ou regressou a casa, contra 34,4% em que isso não se verificou, como é retratado na seguinte figura.

FIGURA 7

Grau de cumprimento do critério 5: permanência/regresso do menor na/à família, após 1 ano da intervenção intensiva

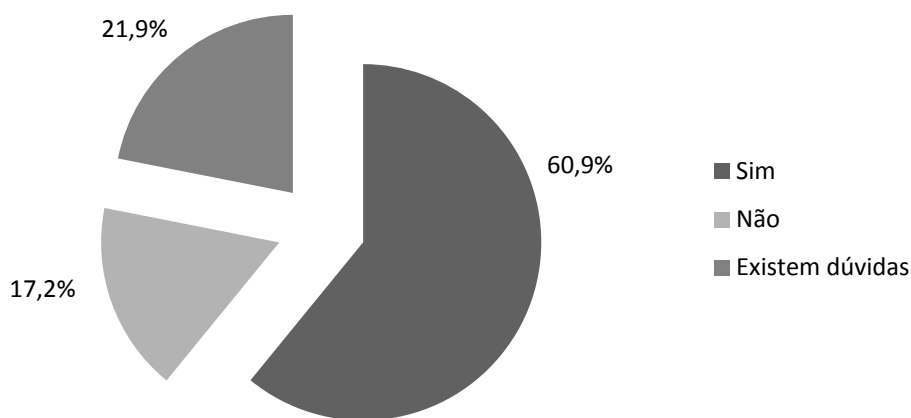


5.2.6. Critério 6

Por último, a permanência do menor em segurança, após 1 ano da intervenção intensiva foi o 6º critério definido para a verificação do cumprimento dos objectivos do projecto. A análise deste critério excluiu 20% dos casos da amostra, tal como no critério anterior e pelo mesmo motivo. No que diz respeito aos 64 casos analisados, em que o acompanhamento teve a duração de cerca de 1 ano e em que foi possível obter informação relativamente à segurança dos menores, os técnicos do projecto afirmaram que em 60,9% das famílias os menores permaneciam em segurança 1 ano após a intervenção intensiva, em 17,2% dos casos os menores não permaneciam em segurança e para 21,9% das famílias tinham dúvidas quanto à segurança dos menores.

FIGURA 8

Grau de cumprimento do critério 6: permanência do menor em segurança após 1 ano da intervenção intensiva



5.2.3 Índice de Eficácia do Projecto Família

Depois de analisados os critérios individualmente quanto ao seu grau de cumprimento, surgiu a necessidade de apurar a percentagem de casos em que de facto se considera que o projecto foi eficaz, tendo por base esses mesmos critérios.

Sendo aqueles 6 critérios os critérios definidos para a verificação do cumprimento dos objectivos do Projecto Família e, conseqüentemente, para o apuramento da eficácia do projecto nas famílias acompanhadas em 2010 e pertencentes à amostra, consideramos pertinente a criação de um índice que reflectisse o cumprimento dos critérios de forma agregada. Portanto, este índice tinha como finalidade aglomerar os resultados da análise individual dos critérios de cumprimento de objectivos num único indicador, de modo a se concluir sobre a eficácia do projecto num dado caso concreto.

Considerando a eficácia como a comparação entre o resultado obtido para um dado indicador e o índice padrão de aceitação (meta), definido para um determinado processo, definimos o índice de eficácia, neste caso, como sendo a comparação entre a soma dos graus de cumprimento obtidos dos vários critérios e a soma dos valores máximos que seria possível obter nos graus de cumprimento dos vários critérios, ou seja:

$$\text{IEPF}_x = \frac{\text{ICCO}}{\text{ICCD}} \times 100$$

Em que:

- IEPF_x corresponde ao Índice de Eficácia do Projecto Família no caso x
- ICCO é o índice de cumprimento dos critérios obtido
- ICCD é o índice de cumprimento dos critérios desejado

O índice de cumprimento dos critérios obtido (ICCO) deverá reflectir o resultado do grau de cumprimento de todos os critérios analisados num determinado caso, calculando-se através da soma desses mesmos resultados, ou seja:

$$\text{ICCO} = \text{GCC1} + \text{GCC2} + \text{GCC3} + \text{GCC4} + \text{GCC5} + \text{GCC6}$$

Sendo que GCC_y é Grau de cumprimento do critério y.

O índice de cumprimento dos critérios desejado (ICCD) corresponde à soma dos valores máximos da escala do grau de cumprimento de cada um dos critérios avaliados para um determinado caso, ou seja:

$$\text{ICCD} = \text{GCC1máx.} + \text{GCC2máx.} + \text{GCC3máx.} + \text{GCC4máx.} + \text{GCC5máx.} + \text{GCC6máx.}$$

Convém ressaltar aqui alguns pressupostos, bem como explicitar o método de cálculo destes índices:

1. Consideramos que todos os critérios deveriam ter a mesma ponderação no cálculo do ICCO e do ICCD e, conseqüentemente, no IEPF.
2. Para o cálculo do ICCD num determinado caso, apenas tivemos em conta os critérios avaliados nesse mesmo caso. Esta questão coloca-se porque, em alguns casos nem todos os critérios foram avaliados, por exemplo porque o objectivo a que um dado critério estava associado não era um objectivo a atingir nesse caso. Por esse motivo, a avaliação de alguns critérios, em determinados casos, foi considerada “não aplicável”, pelo que não faz sentido incluí-la nesta análise. Refira-se, a título de exemplo, uma família cuja intervenção não contemplava nos seus objectivos a melhoria dos relacionamentos dos elementos do agregado familiar. Neste caso, o critério 2 foi considerado *não aplicável* pelo técnico que

o avaliou. Assim, pressupondo que os outros cinco critérios foram todos avaliados, o índice de cumprimento dos critérios desejável deverá corresponder à soma dos valores máximos das escalas dos critérios 1, 3, 4, 5 e 6. Se incluíssemos aqui também o valor máximo da escala do critério 2, consideraríamos que, atribuindo um valor zero GCC2, o projecto tinha sido ineficaz nesse critério, o que não correspondia à verdade.

3. Os casos em que nenhum critério foi avaliado pelo técnico foram excluídos desta análise, pela falta de dados. Mais se adianta que o número de casos em que isto se verificou foi quatro e o motivo pelo qual o técnico não avaliou nenhum dos critérios prendeu-se com o facto de não se ter chegado a desenvolver trabalho com a família. Em três desses casos a intervenção iniciou-se mas foi interrompida e no outro caso, apesar de ter havido intervenção, também o técnico considerou inadequado avaliar os critérios de cumprimento de objectivos. Assim, dos 80 casos da amostra, esta análise foi válida para 76 (n=76).
4. Para o cálculo do ICCO e do ICCD os valores das escalas inicialmente definidos tiveram que ser ajustados. Os critérios 1, 2 e 4 foram avaliados através da utilização de uma escala de medida cujos valores variavam entre 1 e 5. Esta escala foi aqui alterada, de modo a variar entre 0 e 4, pois caso contrário estaríamos a distorcer os resultados. Vejamos um exemplo relativamente ao critério 1 que, relembramos, se prende com a realização de mudanças por parte da família, durante a intervenção intensiva do Projecto Família, no sentido da melhoria das suas competências. Se num determinado caso este critério fosse avaliado, sendo-lhe atribuído o valor 1 (nenhuma realização de alterações), e lembrando que neste critério o ICCD seria o valor 5 (total realização de mudanças) por ser este o valor máximo da escala, o índice de eficácia neste caso seria de 20%, de acordo com o seguinte:

$$\text{IEPF}_x = \frac{1}{5} \times 100 = 20\%$$

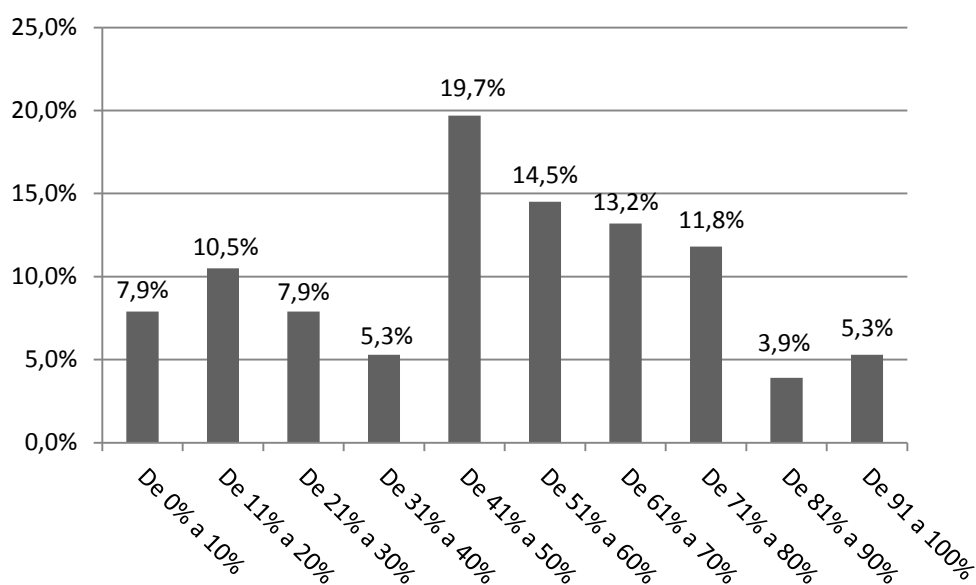
Portanto, mesmo não tendo havido nenhuma alteração ao nível das competências parentais, e tendo o técnico atribuído o valor mais baixo da escala na avaliação deste critério, o grau de eficácia seria de 20%.

Adaptando a escala para um valor mínimo de zero e um valor máximo de 4, o grau de eficácia neste caso seria agora de 0%, o que corresponde à realidade.

Tendo em conta estas considerações, calculamos, para todos os casos cuja avaliação dos critérios se realizou para pelo menos um dos 6 critérios, os índices de cumprimento de critérios obtido e desejado, bem como o índice de eficácia. Os resultados desta análise encontram-se reflectidos na seguinte figura.

FIGURA 9

Índice de Eficácia do Projecto Família apurado nas famílias acompanhadas pelo projecto no ano de 2010



Os resultados obtidos do cálculo do Índice de Eficácia do Projecto Família nos 76 casos acompanhados em 2010 e alvo desta análise, mostram-nos que este índice varia entre os 0% e os 100%, existindo 5 casos em que o índice de eficácia é nulo (IEPF = 0%) e 3 em que o índice de eficácia é total (IEPF = 100%). Em média, o índice de eficácia do projecto na amostra considerada para esta análise é de 48,2%, sendo que em quase 70% dos casos o índice de eficácia do projecto é superior a 40%.

Uma vez que o IEPF foi calculado com base nos resultados obtidos na análise dos critérios definidos para avaliar o cumprimento dos objectivos do projecto, este índice demonstra se os objectivos do projecto foram ou não atingidos para a amostra considerada. Relembramos que esta era a 1ª fase da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006), que consistia precisamente em avaliar se os objectivos de um determinado programa foram cumpridos, depois de clarificar quais os critérios de desempenho considerados para avaliar o cumprimento dos objectivos, como é que esses critérios foram definidos e como é que se relacionam. Portanto, estando os

critérios definidos para a avaliação do cumprimento dos objectivos do projecto, tendo esses critérios sido avaliados e tendo-se apurado o grau de cumprimento dos objectivos do Projecto Família, através do índice de eficácia, consideramos completa a 1ª fase da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006).

5.3 Restrições de implementação

Segundo Mendes (2006), a 2ª tarefa básica desta análise é procurar os motivos pelos quais algumas ou todas as metas do projecto não foram atingidas, se for o caso. Essa falta de cumprimento dos objectivos definidos leva-nos a falhas de implementação do projecto, com origem no incumprimento de restrições que poderão ser de 3 tipos distintos: restrições de viabilidade, restrições de racionalidade individual e restrições de compatibilidade de incentivos (Mendes, 2006).

A análise destas restrições, que se seguirá, tem assim como finalidade procurar as razões que estão na base do baixo Índice de Eficácia do Projecto Família verificado em alguns casos.

5.3.1 Restrições de viabilidade

As restrições de viabilidade das fases de implementação de um determinado projecto prendem-se com limitações em diversos domínios, como sejam os recursos materiais, humanos, tecnológicos, o conhecimento relevante, as condições orçamentais, as limitações normativas e ainda as relações entre instrumentos da política e entre estes e os alvos da política.

Segundo Mendes (2006), a formulação da política e a avaliação de restrições de viabilidade são o que usualmente requer mais atenção. No caso concreto do Projecto Família, as restrições de viabilidade não pareciam à partida de especial interesse, prevendo-se de maior importância as restrições de racionalidade individual e as restrições de compatibilidade de incentivos, pelo simples facto de se tratar de um projecto sem grande necessidade de recursos materiais, tecnológicos e de conhecimento específico. O Projecto Família é um projecto assente nos recursos humanos e nas relações humanas. Daí se antever de maior consideração a motivação e o comportamento dos vários intervenientes neste projecto, avaliados em pormenor na análise das restrições de racionalidade individual e de compatibilidade de incentivos, respectivamente. Não obstante, e com a certeza de que as restrições de viabilidade

condicionam a implementação de um projecto, e que por isso requerem, em qualquer circunstância, uma avaliação, procedemos à sua análise, que seguidamente expomos.

a) Viabilidade de recursos materiais

O trabalho dos assistentes familiares é maioritariamente desenvolvido em casa das famílias e nos espaços da comunidade onde esta se insere, não exigindo por isso instalações próprias para o desenvolvimento do trabalho de terreno, que representa a maior parte do trabalho desenvolvido no projecto. A necessidade existente, a nível de espaço, prende-se apenas com uma sala para a realização das reuniões semanais de supervisão e um *open space* com secretárias, onde os assistentes familiares desenvolvem o seu trabalho burocrático. As instalações do Projecto Família não constituíram nenhum entrave à sua implementação, uma vez que o MDV já desenvolvia a sua actividade em espaços adequados às necessidades do projecto.

A nível de equipamento, 3 computadores, 1 impressora e 1 telemóvel por assistente familiar são suficientes para suprir as carências do projecto. As deslocações dos assistentes familiares são efectuadas nos seus próprios veículos pessoais, não tendo nenhuma implicação para a instituição. Assim, as necessidades ao nível do equipamento necessário à actividade do projecto nunca constituíram propriamente um obstáculo à sua implementação, uma vez que são recursos facilmente obtidos gratuitamente ou de custo pouco significativo face ao custo global do projecto. O mesmo se verifica em relação a materiais de escritório e consumíveis, de uso frequente no decurso da actividade.

Refira-se ainda que, face à natureza de todos estes recursos, eles se encontram disponíveis facilmente nas localidades onde o projecto decorre, não sendo por isso de difícil acesso e obtenção.

No que toca aos recursos materiais disponibilizados às famílias que revelam necessidades a esse nível, estes são, na sua maioria, cedidos ao MDV como fruto de parcerias estabelecidas com esse propósito. É o caso dos bens alimentares fornecidos pelo Banco Alimentar Contra a Fome, ou de outros bens, como por exemplo electrodomésticos ou mobiliário, que são cedidos pela BUS – Bens de Utilidade Social. Neste último exemplo, nem sempre os bens necessários se encontram disponíveis para entrega, o que, apesar de acarretar uma necessidade não satisfeita de forma imediata, não constitui um impedimento à implementação e ao funcionamento do projecto.

Pelo exposto, consideramos que o Projecto Família não apresenta necessidades a nível de recursos materiais que possam comprometer a sua execução ou a sua eficácia.

b) Viabilidade de recursos humanos

Os recursos humanos afectos e indispensáveis ao pleno funcionamento do Projecto Família são as supervisoras e os assistentes familiares, que constituem a equipa do projecto. Em 2010, ano em análise, o projecto contava com a colaboração de 2 supervisoras, com formação adequada e com competência para a função e um grupo de assistentes familiares, que variou ao longo do ano entre 6 e 9 técnicos. Tendo em conta o número de assistentes familiares, apurou-se que o número de supervisoras era suficiente para o desempenho das funções da supervisão, tanto a nível de acompanhamento dos assistentes familiares e respectivos casos, como a nível da coordenação geral do projecto e contacto com entidades externas. No que concerne ao número de assistentes familiares, a supervisora do projecto afirmou, em entrevista, que o número de assistentes familiares do Projecto Família não é suficiente para dar resposta às necessidades do projecto, fazendo alusão à grande lista de espera de famílias para beneficiarem da intervenção. Referiu ainda que existem muitas famílias que não são sinalizadas pelo facto das entidades sinalizadoras terem conhecimento de que o Projecto Família não tem possibilidade de dar resposta, pelo que, caso o número de técnicos disponíveis no projecto fosse maior, mais sinalizações o projecto receberia. Por último, a inquirida referiu ainda que existe o desejo de alargar o projecto para outras zonas do país, o que exigiria um aumento significativo do número de técnicos. Pelo exposto, concluímos que o número de assistentes familiares aparentemente influencia apenas a capacidade de resposta do projecto e não tanto a eficácia das intervenções realizadas. Esta ilação é ainda reforçada pelo facto de cada assistente familiar acompanhar no máximo 2 famílias de cada vez, regra que nunca é quebrada. Perante esta primeira análise, e lembrando que os recursos humanos são os principais recursos deste projecto, consideramos pertinente proceder a uma análise mais rigorosa, de modo a apurar se, de facto, o número de assistentes familiares foi ou não suficiente para dar resposta às necessidades do projecto no ano de 2010. Para tal, definiu-se como variável a analisar o tempo médio de espera de uma família para iniciar a intervenção do Projecto Família, em 2010, considerando-se que o tempo de espera para o projecto é aquele que medeia entre a data de sinalização de um determinado caso e a data de início da intervenção do projecto nesse mesmo caso.

Com o recurso ao *Microsoft Excel*, este cálculo foi efectuado para o grupo de 80 famílias pertencentes à amostra, tendo-se apurado um tempo médio de espera de 70 dias, o que corresponde sensivelmente a 2 meses e 10 dias.

Este tempo de espera reflecte a insuficiência do número de assistentes familiares face às solicitações que o projecto recebeu no ano de 2010. Refira-se no entanto que, por vezes, o início da intervenção é atrasado por motivos alheios aos recursos do Projecto Família. Segundo a supervisora do projecto, estes atrasos também acontecem porque, por exemplo, no momento em que o assistente familiar contacta a entidade sinalizadora com o intuito de marcar a primeira reunião e dar início à intervenção, esta fornecer uma indicação no sentido de esse não ser o momento oportuno para a família iniciar a intervenção. Acontece também a própria entidade sinalizadora confirmar o interesse em proceder ao início da intervenção, mas demorar muito tempo, às vezes 1 mês, a marcar a primeira reunião com o técnico do Projecto Família para dar início à intervenção. Um outro factor gerador de atrasos é o facto de surgirem ocasionalmente sinalizações de famílias cuja intervenção é de muita urgência e às quais é dada prioridade na lista de espera, aumentando o tempo de espera das restantes famílias. Este factor apenas justifica a existência de casos com tempos de espera muito longos e não propriamente o tempo médio de espera apurado no ano, uma vez que os casos aos quais é dada prioridade apresentam um tempo médio de espera muito curto, o que influencia positivamente o tempo médio de espera calculado para o ano de 2010.

Independentemente destes aspectos, pela análise anteriormente feita à exposição da supervisora do projecto, o número de assistentes familiares não tem, aparentemente, uma influência directa no trabalho desenvolvido com cada uma das famílias. A influência que o número de assistentes familiares tem na eficácia do projecto parece dizer respeito apenas à capacidade de resposta e, conseqüentemente, ao tempo médio que as famílias esperam pela intervenção. Contudo, podemos pensar que este factor tem influência na eficácia da intervenção, uma vez que o momento em que esta se inicia é fulcral para o seu sucesso, no sentido em que idealmente, no decurso da intervenção intensiva, a família deverá estar a passar por um momento de crise, à partida existente aquando a sinalização. No caso do tempo de espera se prolongar muito, o momento em que a intervenção se inicia pode já não ser o melhor momento para intervir. Se assim for, de facto, o número de assistentes familiares poderá estar a influenciar negativamente a eficácia do projecto. Para apurar esta questão, consideramos pertinente analisar se nos casos da nossa amostra existia alguma relação entre o tempo de espera das famílias para a intervenção e a opinião dos assistentes familiares relativamente ao

facto da família se encontrar numa situação de crise. Refira-se que esta última informação foi recolhida através dos questionários aplicados aos assistentes familiares (anexo VI), que os questionava sobre o que tinham verificado durante a intervenção intensiva relativamente à existência de situação de crise na família. Para esta questão as hipóteses de resposta eram apenas *Sim* e *Não*.

Uma vez que pretendemos apurar se existe associação entre duas variáveis, optámos por realizar um teste de associação. Considerando que estamos perante uma variável intervalar (tempo de espera) e uma variável nominal dicotómica⁹ (existência de situação de crise na família), o teste de associação que utilizaremos será o Coeficiente de Correlação Ponto-Bisserial.

Questão de investigação N°1: Há associação entre o tempo de espera e a existência de situação de crise na família?

H₀: Não há associação entre o tempo de espera e a existência de situação de crise na família.

H₁: Há associação entre o tempo de espera e a existência de situação de crise na família.

Os resultados do teste encontram-se reflectidos na seguinte tabela, directamente importada do SPSS.

Tabela 1. Correlação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e a existência de situação de crise na família.

Correlations			
		Tempo de espera para iniciar a intervenção	Existia uma situação de crise na família?
Tempo de espera para iniciar a intervenção	Pearson Correlation	1	-,010
	Sig. (2-tailed)		,932
	N	80	79
Existia uma situação de crise na família?	Pearson Correlation	-,010	1
	Sig. (2-tailed)	,932	
	N	79	79

⁹ Uma variável dicotómica é uma variável nominal que assume apenas 2 valores.

Nem todos os dados dos 80 casos da amostra foram utilizados neste teste, apenas 79.

A correlação encontrada é de $-0,010$ com uma probabilidade associada de $p = 0,932$. Perante este valor de probabilidade, não significativo, concluímos que estamos perante uma ausência de correlação entre as variáveis em causa.

O valor da probabilidade permite-nos reter a hipótese nula (H_0), pelo que afirmamos que não existe associação entre o tempo de espera das famílias para iniciar a intervenção e a existência de situação de crise na família.

Esta análise apenas nos mostrou que o tempo de espera das famílias da amostra não teve influência, de forma significativa, na existência de situação de crise na família aquando a intervenção (avaliada pelo assistente familiar), o que não significa que o tempo de espera não condicione a eficácia do projecto. Para apurarmos este facto de forma mais rigorosa, consideramos interessante fazer um teste de associação que nos permita concluir acerca da existência de uma associação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o Índice de Eficácia do Projecto Família. O teste que utilizaremos é o Coeficiente de Correlação de Spearman, dado estarmos perante uma variável intervalar, o tempo de espera, e uma variável ordinal, o IEFP.

Questão de investigação N° 2: Há associação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF)?

H_0 : Não há associação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o IEFP.

H_1 : Há associação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o IEFP.

Este teste deu origem a uma única tabela de dupla entrada que apresentamos em seguida.

Tabela 2. Correlação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o IEFP.

Correlations			Tempo de espera para iniciar a intervenção	Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios
Spearman's rho	Tempo de espera para iniciar a intervenção	Correlation Coefficient	1,000	-,086
		Sig. (2-tailed)	.	,463
		N	80	76
	Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	Correlation Coefficient	-,086	1,000
		Sig. (2-tailed)	,463	.
		N	76	76

Apenas dados de 76 dos casos da amostra foram incluídos nesta análise. A correlação encontrada entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o IEFP é de -,086 com uma probabilidade associada de $p = 0,463$. Uma vez que este valor de probabilidade é superior a 0,05, ele é não significativo, o que nos leva a reter a hipótese nula (H_0) e consequentemente a concluir que estamos perante uma ausência de correlação entre o tempo de espera para iniciar a intervenção e o IEFP.

A realização destes 2 testes veio demonstrar que o facto de não haver recursos humanos suficientes para dar resposta às solicitações do projecto não tem uma influência significativa na sua eficácia, e consequentemente no cumprimento dos objectivos traçados para a intervenção.

c) Restrições tecnológicas

Como já referimos, a actividade desenvolvida no âmbito do Projecto Família não requer a utilização particular de recursos tecnológicos. O trabalho que os assistentes familiares desenvolvem com as famílias baseia-se essencialmente nas relações humanas, não requerendo nenhum equipamento específico.

As únicas actividades do projecto que exigem alguma tecnologia são as actividades relacionadas com o trabalho burocrático, desenvolvido pela supervisão e pelos técnicos, e a formação dos assistentes familiares. Para estas actividades são utilizados computadores, impressoras e, no caso da formação, um retroprojector.

Estes são equipamentos de fácil acesso nos dias de hoje, que o MDV tem à sua disposição. Assim, este tipo de restrições não limita o Projecto Família quanto ao

cumprimento dos seus objectivos, não merecendo por isso uma maior análise da nossa parte.

d) Disponibilidade de conhecimento relevante

O conhecimento necessário à execução e bom funcionamento do Projecto Família tem vindo a ser adquirido, por um lado através de formação e, por outro, através da experiência.

A formação inicial das 2 supervisoras do Projecto Família desde o início até aos dias de hoje, ficou a dever-se, em 1995, ao Departamento de Serviços Sociais de Michigan e a formação posterior ao Institute for Family Development, em Seattle (Mira Delgado & Vale, 2005).

No que diz respeito aos assistentes familiares, o projecto exige primeiramente uma formação inicial de 40 horas, com o objectivo de dotar os técnicos de competências, tornando-os capazes de intervir de forma intensiva e eficaz em famílias com crianças e jovens em situação de risco, no sentido de tornar a família intervencionada funcional, segura e acolhedora para todos os seus elementos. Esta formação constitui simultaneamente um processo de selecção de técnicos, baseado na análise do perfil, das aptidões e do desempenho dos formandos. Cada técnico que seja seleccionado para desempenhar a função de assistente familiar frequenta uma formação contínua de 60 horas, ao longo do seu primeiro ano de acção no Projecto Família. Na prática, verifica-se que esta formação acaba por ser frequentada continuamente, mesmo após esse 1º ano, assegurando a actualização e o aperfeiçoamento de conhecimentos dos técnicos. Esta formação visa também o reforço das suas competências e o desenvolvimento de novos instrumentos e metodologias por parte dos formandos.

Tanto a formação inicial como a formação contínua são ministradas por profissionais experientes na área e com conhecimentos profundos sobre o Projecto Família.

Segundo a supervisora do projecto, “em termos absolutos (...) nós nunca temos todos os conhecimentos necessários para as funções que desempenhamos, temos sempre que ir aperfeiçoando.” A inquirida referiu ainda que os assistentes familiares são licenciados, o que lhes confere um *background* de conhecimentos e a formação básica necessária, no entanto, o que os diferencia é o perfil, que é realmente exclusivo e que eles têm. São técnicos totalmente disponíveis e motivados por ir ao encontro dos outros, com uma dedicação inigualável ao trabalho que desenvolvem.

Inquiridos sobre as formações que frequentaram, 4 dos 7 assistentes familiares auscultados afirmaram que não haviam frequentado nenhuma formação na área, à excepção da formação proporcionada pelo MDV, e 3 dos técnicos haviam frequentado outras formações, nomeadamente sobre colocação de crianças em risco, mediação de conflitos e mediação familiar, violência e protecção de menores.

Pelo exposto podemos afirmar que os técnicos reúnem as condições básicas necessárias para possuírem o conhecimento exigido pelo projecto, como as habilitações literárias, a formação específica para a função e o perfil adequado. Aquele conhecimento vai também sendo adquirido pela experiência que os técnicos vão adquirindo na função que desempenham.

Medir o conhecimento dos técnicos não nos pareceu uma tarefa viável neste estudo, tendo sido apenas apurada a veracidade das condições referidas como básicas para o conhecimento disponível, no que toca aos assistentes familiares, tomando mais uma vez como exemplo o ano de 2010. Como referido anteriormente, a supervisora do projecto afirmou que os assistentes familiares são licenciados, o que comprovamos posteriormente, tendo-se apurado que 2 dos 9 assistentes familiares pertencentes à nossa amostra eram psicólogos, 1 era psicólogo clínico, 2 eram assistentes sociais, 2 eram educadores sociais, 1 era sociólogo e outro era técnico de reabilitação e inserção social. Assim, pudemos verificar que de facto todos os assistentes familiares possuíam o grau de licenciatura.

A frequência da formação inicial de técnicos do Projecto Família é obrigatória para o desempenho da função de assistente familiar, o que se verificou também em todos os casos. No que diz respeito à formação contínua, considerou-se pertinente fazer um levantamento dos temas e número de horas das sessões de formação realizadas ao longo do ano de 2010, bem como verificar a participação dos assistentes familiares nessas mesmas formações. Consultando o departamento de formação do MDV, obtivemos a informação de que os temas ministrados ao longo do ano no âmbito da formação contínua, e respectivos meses em que ocorreram, foram os que se apresentam na seguinte tabela.

Tabela 3. Temas das sessões de formação contínua realizadas pelo MDV durante o ano de 2010 e respectivo mês de ocorrência.

Nº da Sessão	Mês	Tema
Sessão Nº 1	Janeiro	Violência Familiar I
Sessão Nº 2	Fevereiro	Violência familiar II – Actuação da PSP e implicações da nova legislação
Sessão Nº 3	Março	Distúrbios do Comportamento Alimentar
Sessão Nº 4	Abril	Psicopatologias
Sessão Nº 5	Maio	Imigração - Mitos e factos
Sessão Nº 6	Junho	Acção de Formação para Animadores
Sessão Nº 7	Setembro	Psicopatologia - perspectiva psicológica

Relativamente à participação dos assistentes familiares nas sessões de formação acima identificadas, o mesmo departamento de formação forneceu os dados que seguidamente apresentamos.

Tabela 4. Número de horas de formação contínua frequentado por cada um dos assistentes familiares do Projecto Família durante o ano de 2010 e respectiva percentagem do total de horas de formação contínua realizado nesse ano.

Sessão	Nº 1	Nº 2	Nº 3	Nº 4	Nº 5	Nº 6	Nº 7	Total	
Nº Horas	6	6	6	3	6	6	6	39	%
AF 1	0	6	0	3	6	0	0	15	38,5
AF 2	0	6	6	3	6	6	6	33	84,6
AF 3	0	0	0	3	6	3	3	15	38,5
AF 4	0	6	6	0	0	0	3	15	38,5
AF 5	6	6	6	3	6	0	0	27	69,2
AF 6	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
AF 7	0	6	6	3	0	6	6	27	69,2
AF 8	0	0	0	0	0	6	6	12	30,8
AF 9	6	6	6	3	6	0	6	33	84,6

Pela análise desta tabela verificamos que, ao longo do ano de 2010, o MDV promoveu 39 horas de formação contínua aos assistentes familiares, o que ficou aquém do número de horas de formação contínua anual que o Projecto Família define como sendo o indicado, estipulado em 60 horas.

Relativamente à participação dos assistentes familiares nas sessões de formação contínua, verificamos que um dos assistentes familiares não frequentou nenhuma das

sessões. Apuramos posteriormente que esse facto se deveu à sua determinante impossibilidade para frequentar a formação nesse ano, condição acordada com a supervisão do projecto.

Consideramos esse motivo suficiente para que não incluíssemos esse assistente familiar no cálculo da média do número de horas frequentado por formando. Assim, excluindo a informação sobre esse assistente familiar, verificamos que, em média, os assistentes familiares participaram em 56,7% do total de horas de formação contínua realizado em 2010. Considerando que faz parte da sua formação enquanto assistente familiar a frequência destas sessões, e que esta é uma das directrizes do Projecto Família, consideramos esta percentagem abaixo do que seria desejado. No entanto, um dos factores que concorre para este valor é o facto de nem todos os assistentes familiares terem desempenhado a função durante todo o ano, fazendo com que o seu interesse e obrigação de frequentar a formação contínua fossem reduzidos em algumas sessões.

Salientamos o facto de esta análise não permitir retirar conclusões acerca da disponibilidade do conhecimento relevante para o projecto, servindo apenas para validar a informação recolhida e facultar o exemplo do ano de 2010 no que diz respeito aos temas e duração das sessões de formações contínuas frequentadas.

e) Restrições orçamentais

Segundo a supervisora do projecto, há restrições orçamentais enormes que impossibilitam o alargamento do Projecto Família. Contudo, se considerarmos uma determinada dimensão, para a qual exista um financiamento, os objectivos do projecto não ficam comprometidos devido a restrições orçamentais. Do nosso ponto de vista, isto acontece porque a maior despesa do projecto prende-se com a despesa com o pessoal afecto ao projecto, nomeadamente com os assistentes familiares. Havendo um determinado financiamento para o projecto, que cubra essa despesa, não serão os restantes gastos que impossibilitam o cumprimento dos objectivos do projecto, e uma vez que este só é desenvolvido quando há financiamento, o MDV apenas tem o compromisso de cumprir as metas acordadas com a entidade financiadora. Os objectivos a que nos referimos aqui são aqueles que têm que ver com o número de famílias a acompanhar num determinado período. Se pensarmos nos objectivos do projecto relacionados com o que se pretende atingir nas intervenções realizadas junto das famílias, podemos arriscar dizer que estes em nada são afectados por restrições

orçamentais, uma vez que, a nível de recursos, existem sempre as condições necessárias para os atingir, devido precisamente ao facto de não haver necessidade de obter recursos específicos e dispendiosos para a realização do trabalho dos assistentes familiares. Os recursos humanos são de facto o único recurso indispensável para que os objectivos sejam cumpridos. É exactamente por esse motivo que na entrevista realizada à supervisora do projecto, esta refere que existem enormes restrições orçamentais ao seu alargamento. Na falta de financiamento, é impossível sustentar os recursos humanos necessários à execução do projecto. Portanto, este tipo de restrições não condiciona propriamente o cumprimento dos objectivos a atingir com cada uma das famílias acompanhadas, mas sim o número global de beneficiários a atingir. Prova disso é a lista de espera de famílias, existente em qualquer um dos locais onde o projecto é desenvolvido actualmente (Lisboa, Porto e Setúbal). As restrições orçamentais condicionam a dimensão do projecto nos locais onde ele já está em curso, bem como a sua extensão para outros locais. A supervisora do projecto referiu ainda, na entrevista realizada para este estudo, que este “é um projecto que facilmente cresceria porque é muito fácil de alargar equipas e multiplicar equipas, mas para isso é preciso meios financeiros e não temos.”

Uma vez que, com o presente estudo, pretendemos apurar as razões pelas quais algumas das intervenções realizadas apresentam um IEPF mais baixo, consideramos desnecessário aprofundar a análise das restrições orçamentais, dada a sua irrelevância para o cumprimento dos objectivos individuais das intervenções.

5.3.2. Restrições de racionalidade individual

Para que um determinado programa seja eficaz, uma condição imprescindível é a participação dos intervenientes no programa, pelo que este deverá oferecer aos potenciais intervenientes incentivos do seu interesse, sob pena de não conquistar a sua colaboração. Caso o programa cumpra esta condição, estamos perante um tipo de limitação que aqui denominamos de restrição de racionalidade individual.

Portanto, a análise das restrições de racionalidade individual permitir-nos-á apurar se uma das razões do baixo Índice de Eficácia do Projecto Família, verificado em alguns casos, se deve ao facto do projecto não proporcionar aos seus potenciais intervenientes os incentivos suficientes para que eles colaborem no projecto.

Com base na avaliação realizada ao *Families First Program*, pela *University Associates*, para esta análise considerámos pertinente distinguir os mesmos 3 grupos de

intervenientes no Projecto Família, devido ao papel distinto assumido por cada um deles no projecto. Esses grupos são a equipa do projecto, as entidades sinalizadoras e as famílias beneficiárias. As restrições de racionalidade individual serão analisadas individualmente para cada um destes grupos de intervenientes.

a) Equipa do Projecto Família

A equipa do Projecto Família é composta pelas supervisoras do projecto e pelos assistentes familiares, pelo que neste grupo de intervenientes faremos esta distinção.

No que diz respeito às supervisoras, quase que seria dispensável fazer esta análise, uma vez que estas foram as impulsionadoras da implementação do Projecto Família em Portugal, o que por si só é a prova do seu interesse em participar no projecto. Contudo, não quisemos deixar de investigar as razões que motivam actualmente a supervisão para o desempenho da sua função.

Como referimos anteriormente, apenas foi possível obter informação relativamente a uma das supervisoras, nomeadamente através da realização de uma entrevista. Por este meio, foi possível perceber que são fortes os incentivos da supervisora, Dr.^a Graça Mira Delgado, para desempenhar a sua função, tendo esta expressado a paixão que sente pelo seu trabalho e salientado os relatos dos casos que ouve e a evolução positiva das famílias como principais estímulos. Por outro lado, o acreditar de facto que a família é o melhor espaço para as crianças crescerem e que é possível alterar o funcionamento de muitas famílias, de modo a permitir que as crianças possam ficar em segurança. Um outro incentivo, mencionado na entrevista, foi o facto do Projecto Família utilizar uma metodologia completamente inovadora e que dá resultado, bem como a adesão das famílias, as mudanças que estas sofrem e a grande taxa de sucesso que se tem verificado.

A outra colaboradora do projecto que, em 2010, se encontrava a desempenhar a função de supervisora, veio em 2011 a retirar-se da instituição, e conseqüentemente da supervisão do projecto, por motivos que desconhecemos. Contudo, o facto de ter participado no projecto enquanto supervisora, desde o início, em 1996, até ao ano de 2011, ou seja, durante cerca de 15 anos, é para nós prova suficiente do seu interesse em colaborar com o Projecto Família.

No que concerne aos incentivos dos assistentes familiares para colaborarem com o projecto, consideramos útil questionar tanto a supervisora como os próprios assistentes familiares.

Segundo a supervisora do Projecto Família, o tempo máximo que o projecto permaneceu com uma ou mais vagas de assistente familiar por preencher é desprezível de tão curto que é. A supervisora referiu ainda que, quando existe uma vaga para assistente familiar ela é rapidamente preenchida e que um dos factores que para isso contribui é a “realização frequente do curso inicial de técnicos do Projecto Família, que possibilita a manutenção de uma bolsa de técnicos com competências para a função, à qual se pode recorrer em caso de necessidade.” Quando questionada sobre se todos os formandos do curso inicial de técnicos do Projecto Família se candidatam à(s) vaga(s) de assistente familiar, a supervisora respondeu que no início sim, mas que actualmente isso já não acontece tanto, pois hoje em dia há pessoas que frequentam o curso apenas para enriquecer a sua formação ou para fazer curriculum. Por outro lado, à medida que o curso vai avançando, há pessoas que se apercebem que, para desempenhar a função de assistente familiar, é preciso um tipo de perfil que não é o seu.

A análise conjunta das entrevistas realizadas aos assistentes familiares, permitiu-nos apurar que existem 3 grandes incentivos para que estes técnicos participem no projecto. Um desses incentivos é o poder ajudar as famílias a melhorar, a recompensa emocional que sentem e a sensação de fazer o bem e marcar a diferença. Por palavras diferentes, este tipo de motivação foi referido por 5 dos 7 assistentes familiares entrevistados, assumindo-se assim como o principal incentivo destes técnicos para participar no projecto. Um outro incentivo, mencionado por 3 dos inquiridos, foi o facto de o trabalho ser desenvolvido no terreno, directamente com as pessoas e oferecendo a possibilidade de fazer parte das suas vidas. O terceiro incentivo evidenciado teve que ver com razões associadas ao próprio projecto. Um dos assistentes familiares salienta o fascínio pelo projecto e o seu modo de o encarar enquanto um desafio, ao passo que outro dos assistentes identifica a diversidade do projecto como um grande factor motivador do seu trabalho, quer pela ausência de rotina, quer pelo permanente contacto com novas pessoas e realidades, bem como a mudança de problemáticas enfrentadas, o que evita a saturação associada à rotina e à vivência sistemática de uma mesma situação. Outras das motivações identificadas pelos assistentes familiares passaram pelo gosto por acções humanitárias e por trabalhar estas realidades e o saber que as crianças ficam melhor quando permanecem em casa.

A diversidade de respostas obtidas nesta questão, bem como o modo convincente com que os técnicos as proferiram, não nos deixa margem para dúvidas no que diz respeito à sua motivação em desempenhar a função de assistentes familiares.

Um dos factores que não foi identificado, mas que, do nosso ponto de vista, merece o seu destaque, é a criação de emprego aqui associada. É fácil de concluir que as respostas dos assistentes familiares reflectem o seu gosto pela função que desempenham, comparativamente a outra função distinta e não face a uma situação de desemprego. Contudo, parece-nos relevante referir que, na nossa opinião, um dos incentivos que os assistentes familiares têm para participarem no projecto é a obtenção de um emprego, ao qual se associa automaticamente uma remuneração pelo trabalho prestado. A sua não - participação no projecto origina uma situação de desemprego para estes técnicos, pelo que a sua situação fica com toda a certeza melhor se eles participarem. As motivações por eles referidas prendem-se, tal como pretendíamos, com os incentivos de colaborarem neste projecto em específico, o que os afastou da questão económica. Por outro lado, e como refere a supervisora do projecto, o facto é que estes técnicos não recebem uma remuneração elevada, o que os leva também a não referir o aspecto económico na sua lista de incentivos.

Os assistentes familiares inquiridos encontravam-se a desempenhar ou haviam desempenhado a função durante pelo menos um ano e meio, o que por si só nos levou a concluir à partida que estes técnicos tinham incentivos para colaborar no projecto. Assim, de modo a apurar a existência de fragilidades quanto aos incentivos dos assistentes familiares, e simultaneamente perceber os seus factores desmotivadores, incluímos na entrevista que lhes dirigimos a questão “O que é que o/a desmotiva?”. Mais uma vez optámos por analisar conjuntamente as respostas proferidas pelos técnicos, o que nos levou a concluir que o seu principal factor de desmotivação se prende com a frustração sentida quando os resultados da intervenção não são os desejados ou quando as famílias não colaboram com o projecto como seria de esperar. Este aspecto foi mencionado por 6 dos 7 assistentes familiares inquiridos. Outro aspecto identificado como sendo factor de desmotivação passou pelo próprio sistema alargado, nomeadamente no que diz respeito à falta de respostas e ao tempo de resposta. Razões associadas às próprias características do projecto foram também identificadas, designadamente o facto de se trabalhar sozinho no terreno ou ainda o facto de não ter um sítio fixo de trabalho. Estes aspectos, relacionados com o sistema alargado e com as características do próprio projecto, foram referidos com a mesma frequência entre si, tendo sido mencionados, cada um deles, por 2 assistentes familiares. Houve ainda um técnico que, nesta questão, referiu a falta de apoio por parte do MDV e a ausência de um espaço de debate sobre os casos, com tempo ilimitado. Finalmente, um dos assistentes familiares apontou factores monetários como um factor de desmotivação.

Apuramos posteriormente que este mesmo técnico se encontrava numa situação pouco vulgar na instituição, estando contratado para desempenhar a sua função em regime de meio tempo, devido a dificuldades financeiras do MDV. Esta análise leva-nos a concluir que a remuneração destes técnicos não é aparentemente e por si só um factor de desmotivação. O que se revelou ser uma desmotivação foi a condição em que o colaborador se encontrava na altura em que a entrevista foi realizada.

Da mesma forma que questionámos os assistentes familiares sobre a sua desmotivação, colocámos também à supervisora do projecto a questão “O que é que a desmotiva?”, à qual a sua resposta foi: “as relações entre as pessoas. É sempre difícil a gestão de uma equipa de trabalho e por vezes surgem dificuldades que não têm nada que ver com o trabalho, não têm nada que ver com a qualidade do trabalho nem com a qualidade das pessoas, mas é difícil. E isso no fundo é o que às vezes cansa um bocadinho, mas nada que leve a pensar em desistir”. Portanto, também para a Dr.^a Graça Mira Delgado existem momentos de desmotivação, mas é claro na sua resposta que nada a leva a desistir da sua função e deste projecto.

Por toda a análise feita ao nível dos incentivos e factores de desmotivação da equipa do projecto, supervisoras e assistentes familiares, podemos concluir com certeza que os incentivos proporcionados pelo projecto a estes colaboradores para que eles participem são superiores aos factores de desmotivação por eles identificados.

O simples facto de não existirem vagas de assistente familiar por preencher é um indicativo de que existem incentivos à participação no projecto enquanto assistente familiar. Do mesmo modo, a longa permanência das supervisoras do projecto denunciam o mesmo interesse.

Assim se conclui que, para este grupo de intervenientes, as restrições de racionalidade individual não parecem constituir um factor explicativo dos casos do Projecto Família em que se verifica um baixo IEPF. Isso poderia acontecer, por exemplo, no caso de haver falta de técnicos ou no caso de se verificar uma grande rotatividade dos técnicos, factores que poderiam ser o reflexo da falta de incentivos proporcionados aos técnicos para colaborarem no projecto.

b) Entidades Sinalizadoras do Projecto Família

Pela experiência empírica que detemos pela nossa integração na instituição, fizemos a nossa própria análise num momento anterior à recolha de dados, tendo

identificado possíveis razões que levam as entidades sinalizadoras do projecto a colaborar com o mesmo.

Desta análise prévia, antevimos que, colaborando com o Projecto Família, à partida, as entidades sinalizadoras tornam-se mais eficientes, pois o Projecto Família constitui uma resposta social complementar para alguns dos seus casos, contribuindo para a sua resolução. Exemplo disto é o caso das CPCJ que, como demonstramos no enquadramento teórico, têm um volume de processos anual incomportável.

Outra vantagem que nos pareceu existir para as entidades sinalizadoras do Projecto Família foi a possibilidade de recorrerem a uma resposta diferente na área de intervenção com crianças em risco, distinta de qualquer intervenção/apoio que as famílias tenham beneficiado anteriormente e podendo, por isso mesmo, constituir uma alternativa à resolução do caso. Por outro lado, também a possibilidade de proporcionar às famílias que encaminham para o Projecto Família um acompanhamento intensivo e individualizado por parte de um assistente familiar, inacessível de outra forma, antecipou-se como um benefício para as entidades. Assim, numa primeira análise, consideramos como possíveis incentivos proporcionados às entidades sinalizadoras para participarem no projecto os seguintes: a possibilidade de encaminhamento gratuito de casos aos quais não conseguem dar resposta; a redução do tempo de resposta dessas mesmas entidades, uma vez que encontram no Projecto Família uma resposta complementar para os seus casos; o recurso a uma resposta diferente, que possa ser capaz de criar alternativas nas famílias, nunca antes exploradas e, conseqüentemente, originar o arquivamento do processo; a tentativa de promover uma solução para as crianças e jovens em risco em meio natural de vida.

De forma a apurar a verificação dos factores pré-enunciados como incentivos proporcionados às entidades sinalizadoras do projecto, começámos por questionar a equipa do projecto sobre esta questão, tanto a supervisora como os assistentes familiares, e posteriormente as próprias entidades sinalizadoras, mediante a aplicação de um questionário.

Segundo a supervisora do projecto, não tem havido entidades sinalizadoras que tenham deixado de encaminhar famílias para o Projecto Família, tendo havido apenas uma que o fez, após 2 ou 3 intervenções do projecto em que facto não foi possível a reunificação dos menores, por serem casos muito complicados, de adolescentes. Este pareceu-nos ser um bom indicativo do grau de satisfação das entidades relativamente ao Projecto Família, que aponta no sentido de haver incentivos para que elas colaborem no projecto. A supervisora afirma que os incentivos que as entidades têm para

encaminharem casos para o Projecto Família prendem-se com a falta de possibilidade que têm de trabalhar as famílias, ou porque não têm técnicos disponíveis ou efectivamente porque não sabem como ajudar as famílias. Esta afirmação veio, de certo modo, a ser confirmada por algumas respostas dos assistentes familiares à mesma questão. Um dos assistentes afirmou que as entidades recorrem ao Projecto Família devido à ausência de estratégias para a resolução dos casos e outro assistente refere que o Projecto Família é, para as entidades sinalizadoras, uma resposta alternativa para os casos complicados que não conseguem resolver. Por outro lado, outro assistente familiar afirmou que o incentivo das entidades é “reduzir o volume processual de casos que têm a seu cargo”.

Mas outros factores foram identificados pelos técnicos. 6 dos 7 assistentes familiares inquiridos identificaram o próprio projecto, suas características, como motivo das entidades para encaminharem casos, com destaque para a proximidade que existe entre o técnico e a família e para o facto de o trabalho ser desenvolvido no terreno, possibilitando uma percepção real dos casos. 3 dos assistentes familiares identificam a falta de respostas alternativas às quais recorrer, como um motivo para as entidades colaborarem no projecto e 3 dos técnicos inquiridos apontam o facto do Projecto Família constituir uma última oportunidade ou tentativa diferente de dar resposta aos casos que as entidades detêm em mãos. Um dos técnicos referiu ainda que, através do Projecto Família as famílias percebem melhor o que se pretende delas, quais as intenções dos técnicos que as acompanham e o que está em causa. Desta forma a relação entre as famílias e as entidades sinalizadoras é facilitada, o que constitui também um benefício para as entidades que encaminham casos para o projecto.

No questionário que aplicámos às entidades sinalizadoras do projecto, estas foram também inquiridas sobre este aspecto. Na análise dos 13 questionários recebidos, pudemos verificar que apenas 3 das entidades inquiridas já não encaminhavam famílias para o Projecto Família e o motivo apontado por todas elas foi a inexistência de famílias com perfil para o projecto. As restantes entidades afirmaram que ainda encaminhavam casos para o projecto, o que demonstra que existem incentivos para que elas colaborem, caso contrário não o fariam.

Neste questionário, as entidades foram directamente questionadas sobre os incentivos que tinham para sinalizar famílias para o Projecto Família. Das 13 entidades que responderam ao questionário, uma não respondeu a esta questão e as restantes enumeraram, na sua maioria, mais do que um incentivo. 7 entidades referiram como incentivos para sinalizar famílias características da própria intervenção, tais como o

trabalho intensivo, o contexto domiciliário, a proximidade com as famílias, a disponibilidade para os horários das famílias e o trabalho personalizado. 6 das entidades que responderam ao questionário identificaram o tipo de trabalho desenvolvido, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de competências das famílias, como um incentivo para colaborarem no projecto e quatro referiram que um dos incentivos era o trabalho em rede e as parcerias que se estabeleciam. 2 das 13 entidades mencionaram a obtenção de um diagnóstico realista da situação familiar. Outros incentivos identificados foram a continuidade do trabalho realizado pelas entidades sinalizadoras; o elevado número de famílias carenciadas de apoio; a ausência de estruturas de primeira linha da intervenção que possam dar resposta; a redução dos factores de perigo identificados pelas entidades sinalizadoras; a possibilidade de promover a reunificação familiar; a supervisão e, finalmente, a resposta eficaz, realista, sistemática e correcta que é o Projecto Família.

A análise desta questão permitiu-nos concluir que as entidades sinalizadoras não só vieram confirmar alguns dos incentivos apontados pela equipa do projecto, como acrescentaram uma série de outros incentivos.

Uma outra questão colocada às entidades sinalizadoras neste questionário era “Como considera ter ficado a situação da entidade após a colaboração com o Projecto Família?”. 9 das entidades que responderam ao questionário afirmaram que a sua situação melhorou após a colaboração com o Projecto Família, uma referiu que a situação ficou muito melhor após essa mesma colaboração, e apenas 3 disseram que a situação se manteve igual. Portanto, nenhuma delas referiu que, após a colaboração com o Projecto Família, a sua situação ficou pior ou muito pior.

Quando inquiridas sobre se pretendiam, no futuro, fazer sinalizações para o Projecto Família, todas as entidades sinalizadoras que responderam ao questionário afirmaram que sim.

Também a análise destas 2 questões nos levou a depreender que as entidades sinalizadoras que responderam ao questionário se encontram aparentemente satisfeitas com o Projecto Família, e que têm incentivos para colaborar.

Com o objectivo de melhor apurar a avaliação que as entidades sinalizadoras fazem do Projecto Família e seguindo mais uma vez o exemplo do estudo realizado pela *University Associates*, incluímos no questionário aplicado às entidades sinalizadoras, as 2 perguntas de resposta aberta que se seguem:

1) “na opinião da entidade, quais são os aspectos positivos do Projecto Família?”

2) “o que é que gostaria que mudasse no Projecto Família?”

Todas as entidades que nos enviaram o questionário preenchido responderam à 1ª questão, identificando, de forma geral, os mesmos aspectos mencionados anteriormente como incentivos para colaborar no projecto. A esses aspectos acrescentaram ainda o papel activo das famílias no processo de mudança, a relação dos técnicos do projecto com os técnicos das entidades sinalizadoras, a inserção da família na comunidade, a procura activa de respostas às necessidades de cada família e a resolução dos problemas em conjunto com as famílias.

A 2ª pergunta tinha como objectivo apurar os factores de descontentamento das entidades sinalizadoras, que pudessem eventualmente constituir motivos para que estas deixassem de colaborar com o projecto. 4 das entidades não responderam a esta questão. Das restantes 9 entidades, 4 identificaram factores relacionados com a capacidade de resposta do Projecto Família, como sendo reduzir o tempo de espera para a intervenção, aumentar o número de assistentes familiares, aumentar o número de famílias apoiadas e estender o projecto para todos os concelhos do país. 6 das 9 entidades que responderam ao questionário referiram que gostavam de ver o tempo de intervenção aumentado ou os tempos de acompanhamento alterados. 2 entidades apontaram a redução do tempo entre *follow up* como um desejo. Uma das entidades referiu ainda que gostaria que o envio do relatório final à entidade sinalizadora fosse mais rápido e que as reuniões com as assistentes familiares fossem mais frequentes. Finalmente, houve ainda uma entidade que manifestou interesse em ver reduzida a rotatividade dos técnicos e outra que apontou a inadequação do modelo do Projecto Família a famílias em que as fragilidades são geracionais. Na nossa opinião, os desejos espelhados nestas respostas não parecem reflectir propriamente um descontentamento relativamente ao projecto, pelo contrário, alguns dos aspectos mencionados apontam no sentido da realização de melhorias na resposta dada pelo projecto.

Por toda a análise efectuada, concluímos que as entidades sinalizadoras do Projecto Família têm uma diversidade de incentivos para colaborar no projecto e afirmam expressamente a sua intenção de colaborar. Assim, consideramos que as restrições de racionalidade individual deste grupo de intervenientes do Projecto Família são aparentemente inexistentes, pelo que não nos ajudarão a explicar o baixo IEPF verificado em alguns casos.

c) Famílias beneficiárias da intervenção do Projecto Família

À partida, o maior incentivo dado às famílias com crianças em risco para que estas aceitem a intervenção do Projecto Família consiste na possibilidade de não lhes serem retirados os menores, caso estejam a seu cargo ou, no caso de se encontrarem institucionalizados, a possibilidade de regressarem para casa. Em muitos casos, não havendo a intervenção do Projecto Família, os menores chegam mesmo a ser retirados da sua família e institucionalizados.

Este é o objectivo do projecto e o principal incentivo para as famílias participarem, mas existe uma série de apoios que o projecto proporciona às famílias que acompanha, com vista àquele objectivo, e que poderão aliciar ainda mais a sua participação no projecto: resolução de problemas; apoio no recurso a serviços da comunidade; apoio material; apoio na alimentação; encaminhamento para outros serviços gratuitos (psicologia, apoio à procura de emprego, consulta de planeamento familiar ou orientação conjugal). “Há muitos casos de famílias em que a única motivação para trabalhar com o assistente familiar é conseguir mais uma ‘bengal’ de carácter monetário” (Mira Delgado & Vale, 2005, p. 28).

Numa primeira análise, consideramos óbvio que a situação das famílias que beneficiam do Projecto Família se torne sem dúvida melhor após a intervenção do projecto, no sentido em que, recebendo o apoio dos assistentes familiares, desenvolvem as suas competências e relações familiares, mitigando os factores de risco que levavam ao afastamento das suas crianças. Na grande maioria dos casos, estas melhorias têm como consequência a permanência dos menores junto da família, realidade que elas tanto ambicionam.

Ao contrário do que se fez para os outros grupos de intervenientes no projecto, no caso das famílias beneficiárias não foi possível obter a sua participação neste estudo. A avaliação dos incentivos proporcionados às famílias foi realizada através da informação obtida fundamentalmente pelos questionários aplicados às entidades sinalizadoras e pelas entrevistas feitas aos assistentes familiares do projecto, que são quem melhor conhece as famílias.

De modo a apurarmos se, de facto, o projecto oferece incentivos motivadores às famílias, potenciais beneficiárias, para que estas participem no projecto, consideramos pertinente apurar a existência de famílias que terão recusado a intervenção do Projecto Família quando esta lhes foi proposta. Esta era uma questão que apenas as entidades podiam responder, dado se tratarem de casos nunca sinalizados para o projecto. Assim,

incluímos no questionário aplicado às entidades sinalizadoras a questão “Desde que a entidade iniciou a colaboração com o Projecto Família, quantas famílias terão recusado a intervenção do Projecto Família quando a entidade a propôs pela primeira vez?”. Das 13 entidades que responderam ao questionário, 8 assinalaram como resposta a esta questão a opção “nenhuma”, 4 entidades responderam “poucas” e apenas uma referiu “algumas”.

Na opinião de 5 destas entidades, um dos incentivos que as famílias têm para aceitar a intervenção do Projecto Família passa pela obtenção de apoio, nomeadamente na resolução dos seus problemas. Outro tipo de incentivos, referido por 4 das entidades que responderam ao questionário, tem que ver com as características do projecto, como por exemplo a relação de proximidade com os técnicos. 3 entidades mencionaram a melhoria das competências ou o apoio na organização pessoal como um incentivo das famílias. 2 entidades referiram que as famílias aceitam a intervenção por considerem-na como uma oportunidade de mudança e duas entidades identificam como um incentivo das famílias a possibilidade de obter a permanência dos menores junto de si. Outros incentivos identificados foram o acesso a bens de primeira necessidade e a imposição por parte das entidades sinalizadoras. Este último aspecto veio a ser referido pelos técnicos do projecto.

Quando questionados sobre os incentivos que as famílias têm para aceitarem a intervenção do Projecto Família, todos os assistentes familiares inquiridos referiram que um dos motivos é o facto de as famílias serem obrigadas a aceitar a intervenção. Outros incentivos referidos pelos assistentes familiares passaram pelo medo de perder os filhos, identificado por 2 dos técnicos inquiridos e ainda a necessidade de apoio; a necessidade de ter companhia devido à solidão que sentem; o apoio económico; o desespero e a vontade de saírem do pior momento da vida delas.

Com o intuito de perceber a opinião das entidades sinalizadoras relativamente ao facto do projecto ser ou não benéfico para as famílias intervencionadas, incluímos no questionário as seguintes questões:

1. “Relativamente às famílias acompanhadas pelo Projecto Família, como classifica o grau de cumprimento dos objectivos das famílias?”
2. “Como considera ter ficado a situação das famílias que foram acompanhadas pelo Projecto Família, após a intervenção deste?”

11 das entidades que responderam ao questionário assinalaram a opção “moderado” na primeira pergunta, uma seleccionou a hipótese “reduzido” e uma a opção “muito reduzido”.

No que concerne à segunda pergunta, 10 das entidades afirmaram que a situação das famílias ficou “melhor” após a intervenção do projecto e 3 entidades referiram que a situação das famílias ficou “igual”.

Da análise às opiniões das entidades sinalizadoras e dos assistentes familiares relativamente aos incentivos que o Projecto Família proporciona às famílias potenciais beneficiárias da intervenção, inferimos que, aparentemente, muitas destas famílias poderão não ver, à partida, grandes incentivos na intervenção do projecto. Para o estudo do nosso caso concreto, convém referir que as famílias consideradas na amostra, incluindo aquelas que pertencem ao grupo de casos com menor IEPF, demonstraram ter incentivos para colaborarem com o projecto a partir do momento em que aceitaram a intervenção do Projecto Família, mesmo que tenham sido “obrigadas” a tal. Portanto, não é tão relevante avaliar se estas famílias tinham ou não incentivos, mas sim perceber se esses incentivos foram suficientes para que a intervenção continuasse após o seu início. Para isso, consideramos útil apurar o número de famílias cuja intervenção intensiva se iniciou durante o período em análise, mas foi interrompida por vontade da família. Da análise da base de dados do Projecto Família, nomeadamente da variável “estado de acompanhamento”, verificámos que em 20% das famílias acompanhadas em 2010 e consideradas na amostra, a intervenção intensiva não foi concluída, tendo sido interrompida, quer por decisão da família (5 casos), quer por decisão do assistente familiar (7 casos), quer por decisão de ambos (3 casos) ou outro motivo não especificado (1 caso). Importa aqui salientar os 5 casos em que foi por decisão da família que se interrompeu a intervenção, o que corresponde a 6,3% dos casos. De facto, para estas famílias, o Projecto Famílias não ofereceu os incentivos necessários para que elas quisessem colaborar no projecto. Um dos assistentes familiares referiu, na sua entrevista, que em 2 dos seus casos em que a intervenção foi interrompida por vontade da família, a mãe do menor queria muito a intervenção do projecto, mas o companheiro não, o que inviabilizou a intervenção. De qualquer maneira, o facto é que em 6,3% dos casos o projecto não proporcionou incentivos à participação permanente das famílias no projecto. Esta percentagem não parece ter importância suficiente que nos permita concluir que o projecto não oferece, na globalidade, incentivos às famílias para que elas aceitem a intervenção. No entanto, nesses casos, e nos outros em que a intervenção é interrompida, é possível que o IEPF seja influenciado pela interrupção da intervenção, pois uma intervenção que não seja concluída acarretará provavelmente um baixo grau de cumprimento dos vários critérios definidos para avaliar o cumprimento dos objectivos do projecto e, conseqüentemente, um baixo IEPF. Porque se pretendia apurar

a associação entre duas variáveis, utilizámos um teste de associação, para verificar se há associação entre o estado de acompanhamento dado à família e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF). Julgamos conveniente clarificar que a variável “estado de acompanhamento” diz respeito ao estado de conclusão da intervenção intensiva, assumindo valores correspondentes a um de vários estados. Na nossa amostra, uma vez que apenas se incluem famílias que foram acompanhadas, o estado de acompanhamento poderá estar classificado como “acompanhada”, “acompanhada sem conclusão da intervenção por decisão da família”, “acompanhada sem conclusão da intervenção por decisão do assistente familiar”, “acompanhada sem conclusão da intervenção por decisão de ambos” ou simplesmente “acompanhada sem conclusão da intervenção” quando não é possível especificar de quem foi a decisão de interrupção.

Partimos da seguinte questão de investigação e respectivas hipóteses:

Questão de investigação N° 3: Há associação entre o estado de acompanhamento e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF)?

H₀: Não há associação entre o estado de acompanhamento e o IEPF.

H₁: Há associação entre o estado de acompanhamento e o IEPF.

Com o intuito de apurar a relação existente entre o estado de acompanhamento da intervenção e o IEPF, ou seja, entre uma variável nominal e uma variável ordinal utilizámos o Teste de Qui-quadrado (χ^2). Os resultados obtidos neste teste encontram-se na seguinte tabela.

Tabela 5. Resultados do Teste do Qui-quadrado realizado para medir a associação entre o estado de acompanhamento e o IEPF.

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	52,660 ^a	36	,036
Likelihood Ratio	39,863	36	,302
Linear-by-Linear Association	3,176	1	,075
N of Valid Cases	76		

a. 45 cells (90,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,04.

Portanto, para os 76 casos considerados neste teste, o resultado aponta para um $p = 0,036$ o que significa que em apenas 3,6% dos casos o resultado obtido no teste será

devido ao acaso. Com um nível de significância inferior a 0,05 rejeitamos a hipótese nula (H_0) e aceitamos a hipótese alternativa (H_1), concluindo que existe associação entre o estado de acompanhamento da intervenção e o IEPF. Esta é uma associação estatisticamente significativa.

É conveniente perceber qual a grandeza desta associação. Para tal analisamos a tabela de contingência dada por este mesmo teste e que apresentamos em seguida.

Tabela 6. Tabela de contingência: associação entre o estado de acompanhamento e o IEFP.

			Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios									Total		
			até 10%	De 11% a 20%	De 21% a 30%	De 31% a 40%	De 41% a 50%	De 51% a 60%	De 61% a 70%	De 71% a 80%	De 81% a 90%		De 91% a 100%	
Estado do acompanhamento	Acompanhada	Count	2	6	5	4	14	10	9	8	2	3	63	
		% within Estado do acompanhamento	3,2%	9,5%	7,9%	6,3%	22,2%	15,9%	14,3%	12,7%	3,2%	4,8%	100,0%	
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	33,3%	75,0%	83,3%	100,0%	93,3%	90,9%	90,0%	88,9%	66,7%	75,0%	82,9%	
	Acompanhada Sem Conclusão da Intervenção	Count	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
		% within Estado do acompanhamento	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	,0%	16,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,3%
	Acompanhada Sem Conclusão da Intervenção por Decisão da Família	Count	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	3	
		% within Estado do acompanhamento	33,3%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	100,0%	
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	16,7%	,0%	,0%	,0%	6,7%	,0%	10,0%	,0%	,0%	,0%	3,9%	
	Acompanhada Sem Conclusão da Intervenção por Decisão de Ambos	Count	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	3	
		% within Estado do acompanhamento	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	,0%	33,3%	33,3%	,0%	100,0%	
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	9,1%	,0%	11,1%	33,3%	,0%	3,9%	
Acompanhada Sem Conclusão da Intervenção por Decisão do Assistente Familiar	Count	3	2	0	0	0	0	0	0	0	1	6		
	% within Estado do acompanhamento	50,0%	33,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	16,7%	100,0%		
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	50,0%	25,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	25,0%	7,9%		
Total	Count	6	8	6	4	15	11	10	9	3	4	76		
	% within Estado do acompanhamento	7,9%	10,5%	7,9%	5,3%	19,7%	14,5%	13,2%	11,8%	3,9%	5,3%	100,0%		
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		

A análise dos resultados visíveis na tabela anterior permitiu-nos concluir que, dos 6 casos que apresentaram um IEPF inferior ou igual a 10%, apenas 2 (33,3%) se referiam a família cuja intervenção intensiva se concluiu. Nos restantes 66,7% dos casos, a intervenção intensiva foi interrompida, quer por decisão da família, do assistente familiar, de ambos ou por outro motivo. Por outro lado, dos casos que apresentaram um IEPF superior a 91%, 75% correspondem a intervenções que foram concluídas e apenas 25% a casos em que a intervenção foi interrompida. Estas observações poderiam-nos levar a pensar que o facto de uma intervenção intensiva ser interrompida antes do final previsível levaria a um baixo IEPF. No entanto, se analisarmos o grupo de casos que apresentaram um IEPF igual ou inferior a 40%, observável nas quatro primeiras colunas da tabela 6, apuramos um número total de 24 casos e verificamos posteriormente que desses casos, 17 (70,1%) correspondem a famílias “acompanhadas”, ou seja, com a intervenção intensiva concluída.

Deste modo, apesar de 53,8% dos casos em que a intervenção foi interrompida antes do final previsível apresentarem um IEPF inferior a 40%, não considerámos os resultados obtidos neste teste suficientemente significativos para que atribuíssemos ao estado de acompanhamento da intervenção alguma responsabilidade nos resultados obtidos no IEPF.

5.3.3. Racionalidade individual e Restrições de compatibilidade de incentivos

Apurados os incentivos proporcionados pelo Projecto Família aos seus intervenientes, surge a necessidade de averiguar se esses incentivos provocam naqueles intervenientes comportamentos compatíveis com os objectivos do projecto. Não basta que o projecto ofereça incentivos capazes de conseguir a participação dos intervenientes pretendidos no projecto, se no decorrer deste esses intervenientes adoptarem comportamentos contrários aos pretendidos, comprometendo os objectivos do projecto. Portanto, para que o projecto seja eficaz é necessário que os incentivos proporcionados aos intervenientes do projecto sejam compatíveis com os objectivos do projecto. Assim, analisámos as restrições de compatibilidade de incentivos com o intuito de averiguar se um dos factores que justifica o baixo IEPF, verificado em alguns casos da amostra, se prende com a adopção, por parte dos intervenientes, de comportamentos contrários aos pretendidos face os objectivos do projecto.

A análise das restrições de compatibilidade de incentivos não se pode dissociar das restrições de racionalidade individual que anteriormente expusemos, pelo que o procedimento adoptado nesta análise seguiu a mesma lógica, considerando os mesmos 3 grupos de intervenientes no projecto: equipa técnica, entidades sinalizadoras e famílias beneficiárias.

a) Equipa do Projecto Família

Mais uma vez fizemos a distinção entre as supervisoras do projecto e os assistentes familiares, pelo papel desigual que ambos os grupos assumem no projecto. Sendo a supervisão composta pelas 2 supervisoras responsáveis pela implementação do Projecto Família em Portugal, não faria sentido que estas adoptassem, intencionalmente, comportamentos que comprometessem os objectivos do projecto. Não obstante, consideramos prudente recolher a opinião dos assistentes familiares, das entidades sinalizadoras e da própria supervisão, relativamente a alguns comportamentos desta.

Numa primeira fase começámos por explicitar que tipo de comportamentos o projecto prevê por parte da supervisão. Como o próprio nome indica, as supervisoras têm a principal função de supervisionar o trabalho que os assistentes familiares vão desenvolvendo com as famílias que acompanham. O desempenho desta função requer que a supervisão actue no sentido de:

- promover reuniões de supervisão com carácter semanal;
- constituir-se um apoio importante e acessível para os assistentes familiares, no acompanhamento dos seus casos;
- proporcionar a partilha de experiências entre o grupo de assistentes familiares;
- garantir a fidelidade ao projecto original;
- manter uma relação próxima com as entidades sinalizadoras do projecto.

A supervisão é responsável também por outras tarefas, mas considerámos estas as que têm maior relevo e que mais influenciam o cumprimento dos objectivos do projecto, pelo que a análise centrar-se-á apenas nestas acções.

As reuniões de supervisão são consideradas pelo projecto de extrema importância e cuja realização deverá ser rigorosamente cumprida. A experiência empírica que detemos pela integração na instituição é suficiente para comprovarmos

que, de facto, estas reuniões ocorrem religiosamente uma vez por semana. No entanto, este facto veio a ser comprovado pela supervisora entrevistada, que afirmou que a periodicidade das reuniões de supervisão é sempre semanal, o que é “rigorosamente cumprido”. A supervisora refere ainda que considera que a supervisão é importante, por um lado, por proporcionar a reflexão conjunta sobre cada caso, fazendo os assistentes familiares sentirem-se em grupo e, por outro lado, por manterem a fidelidade ao projecto original. Segundo a supervisora do projecto, sem as reuniões de supervisão facilmente se cairia na alteração, aos poucos, das regras e da metodologia do projecto. Na entrevista que lhe dirigimos as suas palavras foram: ”o facto de ser 6 semanas, o facto de cada assistente familiar só ter 2 famílias, o facto de depois haver os *follow up* ao longo de um ano...tudo isto é que caracteriza o projecto, e se não houvesse a supervisão, eu julgo que com muita facilidade se alargavam, se encurtavam intervenções, sobretudo a parte intensiva, há uma grande tentação de alargar este prazo para...6 semanas é muito pouco, 8, 10, 12, e isso alteraria completamente o projecto”. Com esta afirmação, a supervisora do projecto deixa explícita a preocupação por manter a fidelidade ao projecto original.

2 dos 7 assistentes familiares inquiridos afirmaram que a supervisão não era importante para o seu trabalho. Os restantes 5 afirmaram que a supervisão era importante para o seu trabalho e destes, 4 salientaram a importância da troca de experiências com os colegas. No entanto, um desses 5 assistentes referiu as limitações a nível de espaço e tempo, relatando que havia lugar para o apoio emocional que os assistentes familiares necessitam. Marcou-nos a resposta de um dos assistentes familiares inquiridos que afirmou que a supervisão “é muito importante, não só pela validação do que é o projecto, devido às directrizes excelentes da supervisão, mas também pela partilha. (...) É como o regresso a casa, em que se recebe a segurança e o conforto que não existe lá fora.”

Outro aspecto que consideramos fundamental apurar foi o facto de a supervisão ser acessível aos assistentes familiares. O projecto prevê que os assistentes familiares recorram à supervisão sempre que necessitem, de modo a obterem sempre apoio no acompanhamento dos seus casos e em situações de emergência. A supervisora considera-se acessível, o que veio a ser confirmado pelos 7 assistentes familiares inquiridos. Um dos assistentes referiu que apesar de ser acessível, não considera que a supervisão dê as respostas de que ele necessita. Verificamos posteriormente que este é o mesmo técnico que afirmou anteriormente que a supervisão não era importante.

Nesta questão, outro assistente familiar salientou que a supervisão era acessível, mais pelos colegas do que propriamente pelas supervisoras. Finalmente, outro dos assistentes familiares inquiridos considera que a acessibilidade da supervisão também tem a ver com a procura de cada assistente familiar por uma resposta melhor e com a consciência profissional e pessoal de cada um. Esta reflexão leva-nos a pensar que, de facto, uma vez que os assistentes familiares têm bastante liberdade para actuarem de acordo com as suas opções, não sendo obrigatório recorrer à supervisão fora das reuniões de supervisão, o recurso às supervisoras provavelmente depende muito do feitio, da experiência, da segurança e da consciência de cada assistente familiar.

Por último, consideramos inicialmente que era conveniente que a supervisão mantivesse uma relação próxima com as entidades sinalizadoras, tendo-se inquirido estas entidades sobre esta questão. Das 13 entidades que responderam ao questionário, nenhuma classificou o grau de proximidade da relação da entidade com a supervisão do Projecto Família como “muito elevado”. Apenas uma assinalou a opção “elevado”, 7 seleccionaram a resposta “moderado”, 3 entidades referiram ser “reduzido” o grau de proximidade da relação em causa e 2 das entidades classificaram como “muito reduzido” esse grau de proximidade.

Percebemos posteriormente que, mais importante do que manter um relacionamento estreito com as entidades sinalizadoras do projecto era proporcionar-lhe um espaço de debate, esclarecimento de questões sobre o projecto e avaliação do trabalho desenvolvido. Esse espaço tem lugar no encontro que anualmente o MDV promove destinado às entidades sinalizadoras do projecto, e conta todos os anos com a participação de muitas entidades.

Por toda a análise exposta, consideramos que as supervisoras do projecto desempenham a sua função de acordo com as orientações do projecto, promovendo as reuniões semanais de supervisão, apoiando os assistentes familiares, proporcionando a partilha de experiência entre a equipa do projecto, garantindo a fidelidade ao projecto original e mantendo uma relação relativamente próxima com as entidades sinalizadoras do projecto. Não parece assentar aqui a explicação dos casos de baixo IEPF, restando-nos avaliar os comportamentos dos assistentes familiares para completar o despiste quanto à responsabilidade da equipa no baixo IEPF registado em alguns casos.

Os assistentes familiares assumem um papel de primordial importância no Projecto Família, pois são os principais responsáveis pela promoção de mudanças nas

famílias que acompanham, de forma a mitigarem os factores de risco a que os menores estão expostos. Por esse motivo é tão importante analisar se os seus comportamentos são efectivamente compatíveis com os objectivos do projecto. Os comportamentos que os assistentes familiares devem adoptar no desempenho da sua função deverão ser aqueles que são condicentes com a própria metodologia do Projecto Família, dos quais destacamos os mais importantes, que foram o alvo da nossa investigação neste ponto, a saber:

- disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana, para acompanhar as famílias que lhes são atribuídas;
- intervenção no contexto natural da família;
- carácter intensivo da intervenção (6 semanas de intervenção intensiva);
- prioridade direccionada para a segurança dos menores;
- participação assídua nas reuniões de supervisão;
- cumprimento das recomendações dadas pela supervisão do projecto;
- recurso às supervisoras do projecto em caso de necessidade;
- participação nas formações contínuas do projecto, promovidas pelo MDV;
- comunicação e relacionamento estreito com as entidades sinalizadoras do projecto;
- respeito pelos valores e regras das famílias.

Também estes itens não careciam de muita investigação para que concluíssemos que não constituem uma limitação ao cumprimento dos objectivos do projecto, pois, mais uma vez, a experiência empírica que detemos permite-nos ter o conhecimento de que os assistentes familiares, não obstante eventuais falhas, seguem a metodologia do Projecto Família no desempenho da sua função.

Com o objectivo de comprovar esta nossa conclusão prévia, recolhemos informação sobre estas questões junto da supervisora, das entidades sinalizadoras e dos próprios assistentes familiares.

Em entrevista à supervisora do projecto, que é quem acompanha e avalia mais de perto o trabalho dos assistentes familiares, esta afirmou que, de uma maneira geral, os assistentes familiares estão disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana para o seu trabalho. Acrescentou ainda que, apesar de manterem obviamente a sua vida privada, coordenam a sua disponibilidade para o trabalho com a vida pessoal, estando

com as famílias que acompanham a todas as horas e em todos os dias em que é necessário.

Relativamente à questão de os assistentes familiares desenvolverem o seu trabalho no contexto natural das famílias que acompanham, a supervisora afirmou que, de facto, o trabalho que os técnicos realizam directamente com as famílias é exclusivamente desenvolvido nas casas e na comunidade em que aquelas se inserem. Afirmou ainda que “não há nenhum trabalho que os assistentes familiares façam com as famílias que não seja ou na residência das famílias ou nos serviços que eles têm que procurar...”. Quanto ao carácter intensivo da intervenção, consideramos que um dos indicadores a considerar seria a duração média das intervenções intensivas realizadas nas famílias da amostra e outro indicador seria o número de famílias que cada assistente familiar acompanha simultaneamente.

Excluindo os casos da amostra em que a intervenção foi interrompida, ou seja, considerando apenas os casos da amostra em que a intervenção intensiva foi concluída, apurou-se uma duração média da intervenção intensiva de cerca de 47 dias, o que corresponde sensivelmente a 6 semanas. Este cálculo teve por base as datas de início e de fim da intervenção, registadas na base de dados do projecto e nos relatórios finais que os assistentes familiares realizam após a intervenção intencional, a supervisora aprova e a entidade sinalizadora recebe.

Através da análise cuidada destas datas elaborámos um cronograma (anexo XXI), que nos mostra as semanas das intervenções realizadas de cada um dos assistentes familiares, permitindo-nos concluir sobre o número de famílias em acompanhamento por cada um deles simultaneamente. As famílias consideradas neste cronograma são as famílias que compõem a nossa amostra. Analisando o cronograma concluímos que, de um modo geral, cada um dos assistentes familiares apenas acompanhou duas famílias de cada vez, cumprindo a metodologia do projecto e permitindo que a intervenção tenha carácter intensivo, dada a sua disponibilidade para tal. Verificam-se por vezes sobreposições de uma semana nas intervenções de um mesmo assistente familiar, o que se justifica pelo facto do cronograma não contemplar a discriminação dos dias e omitir as situações em que numa mesma semana um assistente termina uma intervenção e inicia outra num dia posterior dessa mesma semana. Há ainda casos pontuais em que um mesmo assistente acompanhou 3 famílias em simultâneo, apenas por se prever o final de uma das intervenções para breve ou se tratar de um caso urgente.

Portanto, tanto a duração média das intervenções realizadas, calculada em cerca de 46 dias, como o facto comprovado de que os assistentes familiares apenas acompanharam, em 2010, duas famílias de cada vez, nos mostram que de facto as intervenções realizadas tiveram carácter intensivo. Salienta-se aqui outro factor que vem reforçar esta afirmação. As entidades sinalizadoras, nos questionários que lhes foram aplicados no âmbito desta investigação, identificaram como aspectos positivos do Projecto Família, entre outros, o carácter intensivo da intervenção. Por outro lado, referem ainda no mesmo ponto a flexibilidade de horários e a disponibilidade dos assistentes familiares para estarem com as famílias que acompanham, bem como o facto de o trabalho ser desenvolvido em contexto domiciliário. Estes aspectos foram referidos pelas entidades inquiridas, sem que lhes tenham sido colocadas estas questões directamente, o que reforça ainda mais a sua veracidade. Portanto, consideramos que não existem dúvidas relativamente ao facto de os assistentes familiares estarem de facto muito disponíveis para o trabalho, desenvolverem-no em casa das famílias e cumprirem o carácter intensivo das intervenções que realizam.

Outro comportamento que, segundo a metodologia do Projecto Família, deve ser adoptado pelos assistentes familiares no trabalho que desenvolvem com as famílias que acompanham é direccionar a sua prioridade para a segurança dos menores em causa. A avaliação deste comportamento é muito subjectiva, pelo que optámos por tentar obtê-la através da colocação de questões abertas, tanto à supervisora do projecto como aos próprios assistentes familiares. À pergunta “Qual é que acha ser a prioridade dos assistentes no trabalho que desenvolvem junto das famílias?” a supervisora do projecto referiu o estabelecimento de relação para provocar motivação e mudanças, seguindo-se o “fazer com que as famílias tomem consciência realmente das suas necessidades e dificuldades para definirem os seus objectivos”. Esta mesma questão foi colocada a cada um dos assistentes familiares nas entrevistas realizadas, referindo-se a cada um deles em concreto e não aos assistentes familiares no geral. Dos 7 técnicos inquiridos, 6 identificaram as crianças como a sua prioridade no trabalho que desenvolvem, tendo sido enunciados como prioridades o “bem-estar das crianças”, a segurança das crianças”, “proteger as crianças” ou simplesmente “as crianças”. 3 destes técnicos identificaram também o criar relação com a família como um meio para atingir os fins pretendidos. Este é um comportamento que vai ao encontro das directrizes do Projecto Família, que defende que é através da relação próxima que se estabelece com as famílias que se conseguem gerar as mudanças desejadas.

Finalmente, o outro assistente familiar identificou como a sua prioridade mostrar às famílias que existem saídas alternativas e responsabilizá-las por isso, o que vai ao encontro da opinião da supervisora do projecto. Pela análise das respostas, é fácil perceber que todos os assistentes adoptam comportamentos semelhantes, baseados na metodologia tão própria do projecto. Esta questão levou a dois tipos de interpretações, uma direccionada para as finalidades da intervenção e outra centrada nos meios para atingir essas finalidades. Em qualquer dos casos, não temos dúvidas de que, neste ponto, os assistentes adoptam comportamentos condicentes com os objectivos do projecto, visando sempre a segurança dos menores, objectivo último do projecto.

A participação dos assistentes familiares nas reuniões semanais de supervisão é obrigatória. Segundo a supervisora do projecto, “por norma, todos estão presentes nas supervisões”. Só faltam por razões excepcionais como por exemplo estarem doentes ou terem uma reunião do projecto à mesma hora.

Inicialmente pressupusemos que outra conduta a ser seguida pelos assistentes familiares seria o cumprimento das recomendações da supervisão, o que nos fez sentido pelo papel orientador que a supervisão assume. No entanto, no decorrer das entrevistas aos assistentes familiares percebemos que existe liberdade para que estes actuem da forma que melhor servir as famílias, adaptando-se à realidade desta. Como referiu um dos assistentes familiares, “a supervisão não é nada mais nada menos que uma postura de opiniões de pareceres técnicos sobre um determinado caso”. A supervisão emite directrizes, que poderão ser seguidas ou não pelos assistentes familiares, pelo que este aspecto não constitui propriamente uma conduta imperativa a ser adoptada pelos assistentes familiares. Segundo estes técnicos, nem sempre é fácil seguir as recomendações da supervisão, principalmente porque a teoria e a prática são realidades muito diferentes.

Uma outra questão colocada aos assistentes familiares nas entrevistas realizadas, foi se recorriam à supervisão sempre que necessitavam. Dos 7 assistentes inquiridos, 5 afirmaram que sim, um referiu que não e que recorria mais aos colegas e o outro disse que nem sempre o fazia por falta de tempo. Dos assistentes que afirmaram que recorriam à supervisão, 2 referiram também a importância de recorrer aos colegas de equipa. Um dos técnicos completou a sua resposta afirmativa, dizendo que recorre à supervisora em situações mais complicadas e em situações em que sente falta de conhecimento, como por exemplo, no âmbito legal.

Como já mencionamos anteriormente, o Projecto Família prevê que os assistentes familiares frequentem sessões de formação contínua durante o seu primeiro ano da função de assistente familiar, num total de 60 horas. Como verificámos aquando a análise das restrições de viabilidade, nomeadamente no que diz respeito à análise do conhecimento relevante, os assistentes familiares frequentaram em média 56,7% do total de horas de formação contínua promovido pelo MDV em 2010. Tendo em conta que nenhum dos assistentes familiares de 2010 se encontrava no seu primeiro ano de desempenho da sua função, consideramos que aquela percentagem é satisfatória.

No que diz respeito à relação que os assistentes familiares estabelecem com as entidades sinalizadoras, 4 dos assistentes afirmaram que essa relação é próxima e os outros 3 referiram que dependia ou do caso. No entanto, mesmo estes 3 técnicos afirmaram que sempre se consegue ir estabelecendo relação.

Também as entidades sinalizadoras foram questionadas sobre este aspecto, através da colocação, no questionário que lhes foi aplicado, da pergunta "Como classifica o grau de proximidade da relação que a entidade mantém/mantinha com os assistentes familiares do Projecto Família?".

Uma das entidades sinalizadoras que respondeu ao questionário assinalou a opção "reduzido" como resposta a esta questão, seis dessas entidades afirmaram que o grau de proximidade da relação com os assistentes familiares era "moderado" e cinco entidades assinalaram como "elevado" esse grau de proximidade.

Dadas as repostas obtidas por parte, quer dos assistentes familiares, como das entidades sinalizadoras, podemos inferir que a relação que existe entre estes intervenientes no projecto não parece constituir uma limitação ao cumprimento dos objectivos do projecto.

Segundo a metodologia do Projecto Família, os assistentes familiares deverão respeitar os valores e as regras das famílias que acompanham. Este é mais um aspecto de difícil avaliação, pelo que optámos apenas por inquirir os próprios assistentes sobre este item, colocando-lhes a pergunta "Como é ter de respeitar as regras e valores das famílias que acompanha?". Esta questão tinha o intuito de perceber se de facto eles o faziam ou tentavam fazer. Dois dos assistentes inquiridos mostraram facilidade em conseguir cumprir esta orientação do projecto. Um deles afirmou que não era difícil respeitar os valores e as regras das famílias, devido à relação criada com as famílias e ao facto das regras e valores não serem muito díspares do senso comum. Acrescentou

ainda que as diferenças culturais por vezes até ajudam a iniciar a relação. O outro assistente familiar dos referidos, afirmou que respeitar os valores e regras das famílias é quase que um dado inerente a todo o seu contexto e que há respeito pelos objectivos da família e conseqüentemente pelos seus valores. Salientou que há uma aceitação e respeito mútuos. Os outros 5 técnicos referiram ser difícil ou muito complicado cumprir esta directriz do projecto, denotando-se no seu discurso o esforço de o conseguir.

Por toda análise qualitativa que acabamos de expor, concluímos que os assistentes familiares do Projecto Família, no desempenho da sua função, adoptam comportamentos condicentes com os objectivos do projecto, ainda que alguns desses comportamentos possam não ser rigorosamente seguidos na sua totalidade, a maior parte das vezes devido a contingências que ultrapassam a sua intenção. Refira-se que esta análise foi realizada para a globalidade de assistentes familiares, ou seja, apesar de termos tido em conta as respostas individuais de cada um dos assistentes para a análise de cada um dos comportamentos avaliados, não avaliamos cada um dos assistentes individualmente quanto à sua adopção global dos comportamentos considerados relevantes. Por esse motivo, consideramos pertinente completar esta análise qualitativa com uma análise do foro quantitativo, através da elaboração de um teste de associação que nos permitisse apurar se existe alguma relação entre o assistente familiar e o IEPF. Este teste tem assim como objectivo apurar se, nos casos em que se verificou um IEPF mais baixo em relação aos restantes casos da amostra, essas famílias terão sido acompanhadas pelo(s) mesmo(s) assistente(s) familiar(es). Caso isso se verificasse, talvez pudéssemos atribuir a esse(s) técnico(s) parte da razão do baixo índice apurado. Para este teste, redigimos a seguinte questão de investigação e respectivas hipóteses:

Questão de investigação N° 4: Há associação entre o Assistente Familiar e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF)?

H₀: Não há associação entre o assistente familiar e o IEPF.

H₁: Há associação entre o assistente familiar e o IEPF.

As variáveis em causa são o assistente familiar que é uma variável nominal e o IEPF que é uma variável ordinal. Dada a natureza das variáveis, o teste indicado para responder à questão de investigação é o Teste de Qui-quadrado (χ^2). Apresentamos os resultados do teste na seguinte tabela, directamente importada do SPSS.

Tabela 7. Resultados do teste do Qui-quadrado: associação entre o assistente familiar e o IEPF.

Chi-Square Tests			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	62,797 ^a	72	,772
Likelihood Ratio	73,287	72	,436
Linear-by-Linear Association	,642	1	,423
N of Valid Cases	76		

a. 90 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,04.

Os resultados do teste apontam para um $p = 0,772$, o que significa que em 77,2% dos casos, o resultado obtido no teste será devido ao acaso. Como $p > 0,05$ retemos a hipótese nula (H_0) e concluímos que os resultados do teste de associação não são significativos, pelo que não há associação entre o assistente familiar atribuído a determinado caso e o IEPF verificado nesse caso. Portanto, o baixo IEPF que apuramos em alguns dos casos do projecto não se deve ao assistente familiar que os acompanhou.

b) Entidades Sinalizadoras do Projecto Família

Os incentivos fornecidos às entidades sinalizadoras fazem-nas encaminhar casos para o Projecto Família, caso contrário não haveria tantas sinalizações. Contudo, convém averiguar se a intenção que as entidades sinalizadoras têm ao realizar as sinalizações se coaduna com os objectivos do projecto. Levantamos esta questão, pois, por vezes, o Projecto Família recebe sinalizações por parte das entidades sinalizadoras, apenas com o objectivo de averiguar situações presentes no seio familiar, que essa mesma entidade, por algum motivo, ainda não percepcionou ou compreendeu. Nesse caso, as entidades sinalizadoras estão a adoptar comportamentos totalmente incompatíveis com os objectivos do projecto, uma vez que pretendem apenas usufruir do facto da intervenção do Projecto Família decorrer nas próprias casas das famílias acompanhadas, bem como da relação directa que os assistentes familiares estabelecem com as famílias, para investigarem os casos. Esta intenção, contrária aos objectivos do projecto, não é muitas vezes perceptível na análise da ficha de sinalização, pelo que, por vezes, iniciam-se intervenções intensivas cujos objectivos não são atingidos.

Partindo deste raciocínio, recolhemos informação, junto dos assistentes familiares, sobre a intenção das entidades sinalizadoras ao sinalizar cada um dos casos por si acompanhados. Julgamos que esta questão nunca poderia ser colocada directamente às entidades sinalizadoras, pela falta de fiabilidade associada a esse procedimento. Assim, uma vez que os assistentes familiares são quem melhor conhece cada caso concreto, bem como os próprios técnicos das entidades sinalizadoras que estão por trás de cada caso, optámos por recolher esta informação junto dos assistentes familiares, através do questionário que lhes foi aplicado. Para cada caso que acompanharam no ano de 2010, os assistentes familiares deveriam indicar se a intenção da entidade sinalizadora estava de acordo com os objectivos do projecto ou se, pelo contrário, estava em desacordo com os objectivos do projecto, tendo-lhes sido previamente explicado em que é que consistiam as duas opções de resposta.

A análise dos resultados obtidos nesta questão demonstrou que, em 2 dos 80 casos da amostra não foi possível obter informação relativamente à intenção da entidade sinalizadora. No que diz respeito aos restantes 78 casos, verificou-se que em apenas 8 a intenção da entidade sinalizadora foi classificada como estando em desacordo com os objectivos do projecto, ou seja, em apenas 10,3% dos casos para os quais obtivemos informação, os assistentes familiares afirmaram que a intenção da entidade sinalizadora não se coadunava com os objectivos do projecto. Apesar de não considerarmos esta uma percentagem muito elevada, julgámos fazer sentido apurar a existência de relação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção das entidades sinalizadoras e o IEPF. Para tal, fizemos um teste de associação, exactamente por se pretender medir a associação entre duas variáveis, de acordo com a seguinte questão de investigação:

Questão de investigação N° 5: Há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o IEPF?

H₀: Não há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o IEPF.

H₁: Há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o IEPF.

As variáveis em causa são a intenção da entidade sinalizadora, segundo a opinião dos assistentes familiares, que é uma variável nominal e o IEPF que é uma

variável ordinal. Dada a natureza das variáveis em estudo, o teste indicado para responder à questão de investigação é o Teste de Qui-quadrado (χ^2). Apresentamos em seguida os resultados obtidos neste teste de associação.

Tabela 8. Resultados do teste do Qui-quadrado: associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o IEPF.

Chi-Square Tests			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,410 ^a	18	,825
Likelihood Ratio	9,541	18	,946
Linear-by-Linear Association	1,112	1	,292
N of Valid Cases	76		

a. 23 cells (76,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,04.

Este teste estatístico resulta num $p = 0,825$, o que indica que em 82,5% dos casos, o resultado obtido no teste será devido ao acaso. Sendo o p superior a 0,05 retemos a hipótese nula (H_0). Os resultados do teste de associação não são significativos, pelo que concluímos que não há associação entre o que os assistentes familiares referem ser a intenção da entidade sinalizadora e o IEPF. Portanto, os resultados obtidos neste teste levam-nos a concluir que o baixo IEPF apurado em alguns casos do Projecto Família não se deve ao facto da entidade sinalizadora ter uma intenção contrária aos objectivos do Projecto Família, utilizando como dados a opinião dos assistentes familiares.

A intenção das entidades sinalizadoras revelou-se não influenciar os resultados obtidos no cálculo do IEPF. Contudo, consideramos útil averiguar se esta variável está associada ao tipo de entidade que efectua sinalizações para o Projecto Família, através da realização de um teste de associação. Também neste caso o teste utilizado foi o Teste do Qui-Quadrado (χ^2), pois pretendíamos medir a relação entre duas variáveis nominais, o que os assistentes familiares referem ser a intenção da entidade sinalizadora e o tipo de entidade sinalizadora. Segue-se a questão de investigação e respectivas hipóteses:

Questão de investigação N° 6: Há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o tipo de entidade sinalizadora?

H₀: Não há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o tipo de entidade sinalizadora.

H₁: Há associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o tipo de entidade sinalizadora.

A seguinte tabela, importada do SPSS, reflecte os resultados deste teste de associação.

Tabela 9. Resultados do teste do Qui-quadrado: associação entre o que os assistentes familiares referiram ser a intenção da entidade sinalizadora e o tipo de entidade sinalizadora.

Chi-Square Tests			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	22,341 ^a	9	,008
Likelihood Ratio	18,477	9	,030
Linear-by-Linear Association	2,325	1	,127
N of Valid Cases	78		

a. 15 cells (75,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,10.

Refira-se em primeiro lugar que, para esta análise o número de casos válidos ascendeu a 78, uma vez que para 2 dos 80 casos da amostra não foi possível obter informação relativamente à intenção da entidade sinalizadora, como aliás já havíamos referido.

Portanto, para os 78 casos considerados neste teste, o resultado aponta para um $p = 0,008$ o que significa que em apenas 0,8% dos casos o resultado obtido no teste será devido ao acaso. Ou seja, sendo o nível de significância inferior a 0,05 o resultado do teste permite-nos rejeitar H₀ e aceitar H₁, pelo que concluímos que há associação entre o que os assistentes familiares referem ser a intenção da entidade sinalizadora e o tipo de entidade sinalizadora.

Pela análise pormenorizada dos resultados, verificámos que 3 dos casos em que a intenção da entidade sinalizadora foi referenciada como sendo em desacordo com os

objectivos do projecto foram casos sinalizados por lares, dois foram sinalizados por Equipas de Crianças e Jovens da Segurança Social (ECJ), um pela Santa Casa da Misericórdia, um pelo Tribunal e outro por uma IPSS. Salienta-se aqui o facto de, em nenhum dos casos sinalizados pelas CPCJ, que é o tipo de entidade que mais sinaliza casos para o Projecto Família, a intenção da entidade ter sido classificada como estando em desacordo com os objectivos do projecto, o que se pode justificar pelo maior conhecimento que este tipo de entidades detém sobre o projecto.

Realizámos ainda um teste de associação para apurar se existe ou não relação entre o tipo de entidade sinalizadora e o IEPF, pois, mesmo não sendo devido a uma intenção contrária aos objectivos do projecto, poderão haver outros motivos que levem ao baixo IEPF dos casos sinalizados por um determinado tipo de entidade sinalizadora, o que requer averiguação caso este teste resultasse numa associação entre as variáveis.

Consideraremos então a seguinte questão de investigação e respectivas hipóteses de investigação:

Questão de investigação N° 7: Há associação entre o tipo de entidade sinalizadora e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF)?

H₀: Não há associação entre o tipo de entidade sinalizadora e o IEPF.

H₁: Há associação entre o tipo de entidade sinalizadora e o IEPF.

Pretendendo-se medir a associação entre o tipo de entidade sinalizadora, que é uma variável nominal, e o IEPF, que é uma variável ordinal, optámos mais uma vez pela utilização do Teste de Qui-quadrado (χ^2), cujos resultados seguidamente se apresentam:

Tabela 10. Resultados do teste do Qui-quadrado: associação entre o tipo de entidade sinalizadora e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF).

Chi-Square Tests			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	101,543 ^a	81	,061
Likelihood Ratio	91,519	81	,199
Linear-by-Linear Association	,004	1	,949
N of Valid Cases	76		

a. 100 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,04.

O resultado obtido no teste indica-nos que em 6,1% dos casos será devido ao acaso ($p = 0,061$). Retemos a hipótese nula (H_0) por termos obtido um nível de significância superior a 0,05. Os resultados deste teste de associação não são significativos, pelo que concluímos que não há associação entre ao tipo de entidade sinalizadora e o IEPF.

Nenhum dos 3 testes de associação acima apresentados nos forneceram dados que permitissem justificar o baixo IEPF. Apesar da intenção da entidade sinalizadora, proferida pelos assistentes familiares, estar associada ao tipo de entidade sinalizadora, o facto é que o IEPF não está relacionado nem com a intenção da entidade nem com o tipo de entidade que sinalizou as famílias. No entanto, poderia haver outros aspectos a considerar nas sinalizações recebidas para o projecto.

Na maior parte dos casos, as sinalizações enviadas correspondiam a famílias com o perfil adequado ao projecto, coadunando-se com os objectivos do mesmo. No entanto, “as entidades que notificam as famílias não têm tido sempre em consideração dois aspectos fundamentais do Projecto Família: a exigência de uma situação de crise familiar, geradora da motivação para a mudança e a colaboração activa de, pelo menos, um elemento da família” (Mira Delgado & Vale, 2005, p. 53). Por esse ou por outros motivos, acontece por vezes o Projecto Família interromper uma intervenção intensiva antes do tempo previsto, o que impossibilita o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a famílias e origina um baixo IEPF. Este juízo levou-nos a pensar que o baixo IEPF, verificado em alguns casos, poderia dever-se ao facto da intervenção intensiva ser interrompida antes do previsto. De modo a verificar o fundamento desta suposição, relembramos o teste de associação que fizemos

anteriormente para avaliar a relação entre o estado de acompanhamento da intervenção intensiva e o IEPF. Os resultados deste teste revelaram que de facto estas variáveis estavam associadas, tendo-se verificado que em 66,7% dos casos em que o IEPF apresentou um valor igual ou inferior a 10%, a intervenção intensiva havia sido interrompida.

Outros factores poderão estar relacionados com a sinalização dos casos, na medida em que a selecção das famílias para este projecto deverá ter em conta determinados aspectos que condicionam o sucesso deste tipo de intervenção. É exemplo disso o facto de as famílias se encontrem em situação de crise. “Quando há uma crise na família, os hábitos e comportamentos adoptados já não são suficientes para resolver os problemas de forma adequada. Uma crise implica habitualmente que, num ou mais membros da família, exista a vontade premente de mudar a situação. A situação de crise proporciona só por si a motivação necessária para agir.” (Mira Delgado & Vale, 2005, p. 8). Portanto, as entidades sinalizadoras devem ser capazes de avaliar se as famílias se encontram em situação de crise, condição necessária para que a intervenção do Projecto Família tenha os efeitos pretendidos. A informação relativa a este aspecto foi igualmente recolhida através dos questionários aplicados aos assistentes familiares, únicos intervenientes no projecto capazes de aferir se as famílias acompanhadas se encontravam em situação de crise no momento da intervenção. Assim, para cada um dos casos que acompanharam no ano de 2010, cada assistente familiar concluiu sobre a existência de situação de crise por eles verificada na intervenção intensiva, tendo apenas duas opções de resposta: “sim” (existência de situação de crise) e “não” (inexistência de situação de crise). Numa primeira fase, consideramos pertinente apurar a % de casos em que as famílias não se encontravam em situação de crise. Das 80 famílias pertencentes à nossa amostra, houve apenas um caso para o qual o respectivo assistente familiar não foi capaz de confirmar a existência de situação de crise na família, por não se ter concluído a intervenção intensiva e, conseqüentemente, não haver informação suficiente para aferir essa informação. Das restantes 79 famílias, 16 (20,3%) não se encontravam em situação de crise, segundo a opinião dos assistentes familiares. A ausência de situação de crise nestes casos poderia ser justificada pelo tempo de espera a que estas famílias estiveram sujeitas para iniciar a intervenção do Projecto Família. No entanto, verificámos anteriormente, aquando a análise das restrições de viabilidade relacionadas com a disponibilidade dos recursos humanos do projecto, que não existe uma associação

entre o tempo de espera e a existência de situação de crise na família, para a amostra considerada neste estudo. Assim, restava-nos apurar se esta variável teve uma influência significativa nos resultados obtidos no cálculo do IEPF. Para tal, realizámos um teste de associação que nos permitisse aferir se existe relação entre a existência de situação de crise na família e o IEPF. Perante a necessidade de apurar a associação entre uma variável nominal e uma variável ordinal, a existência de situação de crise na família e o IEPF respectivamente, aplicámos mais uma vez o Teste de Qui-quadrado (χ^2), partindo da seguinte questão de investigação e respectivas hipóteses:

Questão de investigação N° 8: Há associação entre a existência de crise na família e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF)?

H₀: Não há associação entre a existência de crise na família e o IEPF.

H₁: Há associação entre a existência de crise na família e o IEPF.

Os resultados obtidos neste teste encontram-se na seguinte tabela.

Tabela 11. Resultados do teste do Qui-quadrado: associação entre a existência de crise na família e o IEPF.

Chi-Square Tests			
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	13,666 ^a	9	,135
Likelihood Ratio	13,500	9	,141
Linear-by-Linear Association	5,188	1	,023
N of Valid Cases	76		

a. 15 cells (75,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,55.

Portanto, para os 76 casos considerados neste teste, o resultado apontou para um $p = 0,135$ o que significa que em apenas 13,5% dos casos o resultado obtido no teste será devido ao acaso. Sendo o nível de significância superior a 0,05 rejeitamos a hipótese de não haver associação entre as variáveis, ou seja, rejeitamos H₀ e aceitamos a hipótese alternativa (H₁). Concluimos que há associação entre a existência de crise na família e o IEPF. Sabemos que o teste de Qui-quadrado (χ^2) não nos fornece informação sobre a magnitude e o sentido desta associação. No entanto, perante este

resultado significativo procedemos à análise da tabela de contingência resultante do teste, que apresentamos em seguida.

Tabela 12. Tabela de contingência: associação entre a existência de crise na família e o IEPPF.

Existia uma situação de crise na família? * Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios Crosstabulation

Count

		Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios									Total	
		até 10%	De 11% a 20%	De 21% a 30%	De 31% a 40%	De 41% a 50%	De 51% a 60%	De 61% a 70%	De 71% a 80%	De 81% a 90%		De 91% a 100%
Existia uma situação de crise na família?	Não	0	1	1	0	3	1	2	3	0	3	14
	Sim	6	7	5	4	12	10	8	6	3	1	62
Total		6	8	6	4	15	11	10	9	3	4	76

A análise da tabela acima apresentada permitiu-nos concluir que nos casos em que o IEPF apresentava valores mais baixos, as famílias encontravam-se em situação de crise. Por exemplo, dos 6 casos em que o IEPF é inferior a 10%, todas as famílias se encontravam em situação de crise, segundo a opinião do assistente familiar que as acompanhou. Nos casos em que o IEPF se situa entre os 11% e os 20%, apenas uma das famílias não se encontrava em situação de crise, o que se verifica também para os casos com IEPF entre os 31% e os 40%.

Portanto, não podemos afirmar que o facto de uma família não estar em crise influenciou negativamente o IEPF, nos casos considerados na nossa amostra, pelo contrário. Imaginamos que, nos casos em que as famílias não se encontrava em crise, talvez as problemáticas não fossem tão evidentes, levando a um menor grau de dificuldade na satisfação dos critérios que estão na base do IEPF e, conseqüentemente, apresentando um valor mais elevado neste índice.

Outro aspecto que é necessário que as entidades tenham em conta ao sinalizar famílias para o Projecto Família é a disposição das famílias para colaborarem com os assistentes familiares, nomeadamente através da motivação que aparentam ter para isso. No entanto, atendendo à dificuldade de apurar a responsabilidade que as entidades sinalizadoras têm nestes comportamentos das famílias, e sendo estas as principais responsáveis por eles, optámos por analisá-los apenas do ponto de vista das famílias, pelo que estes aspectos foram analisados na análise das restrições de compatibilidade de incentivos respeitantes às famílias beneficiárias do projecto.

Por último, um dos requisitos para que as famílias sejam consideradas elegíveis para beneficiarem do Projecto Família é a existência de factores de risco na família. Também este deve ser um aspecto considerado pelas entidades sinalizadoras. Ao analisar a frequência de casos em que os assistentes familiares referiram, no questionário que lhes foi aplicado, a existência de factores de risco, verificámos que, em 74,9% dos 79 casos para os quais obtivemos informação relativamente a este aspecto, os menores estavam, segundo o assistente familiar, expostos a factores de risco na sua família. Apesar de em 25% dos casos, os assistentes familiares terem afirmado que os menores não estavam expostos a factores de risco, esta % não parece suficiente para concluir que as entidades sinalizadoras não souberam sinalizar os casos. Até porque, em cerca de metade desses casos, os menores encontravam-se institucionalizados, o que diminui a sua exposição ao risco.

c) Famílias beneficiárias da intervenção do Projecto Família

Dos incentivos que são fornecidos às famílias acompanhadas pelo projecto, o principal prende-se, como já foi referido anteriormente, com a possibilidade da(s) sua(s) criança(s) permanecerem junto delas. Este motivo é, na maior parte dos casos, suficiente para que as famílias aceitem a intervenção, estando por isso dispostas e motivadas, à partida, para colaborar com o projecto. No entanto, emerge a necessidade de avaliar o seu comportamento ao longo da intervenção intensiva e mesmo após essa intervenção. Assim, com o presente estudo, pretendíamos também apurar se estas famílias adoptaram comportamentos condizentes com os objectivos do projecto, nomeadamente no que toca à sua colaboração na concretização dos dois tipos de acções que concorrem para o alcance dos objectivos (promoção das competências dos vários elementos da família e promoção do relacionamento entre pais e filhos). Os comportamentos esperados destas famílias prendem-se essencialmente com a sua disponibilidade para estarem com o assistente familiar e com a sua colaboração efectiva nas tarefas propostas pelo assistente familiar. Os comportamentos das famílias deverão levar ao cumprimento dos objectivos para si estabelecidos durante a intervenção, ainda que este dependa de outros factores. Os dois primeiros aspectos são fundamentais para que se consigam atingir os objectivos definidos para a intervenção e, conseqüentemente, para se obter um bom IEPF. Estas variáveis foram analisadas individualmente.

Como foi referido no capítulo do enquadramento metodológico, a informação relativa àqueles 3 comportamentos foi recolhida através do questionário aplicado aos assistentes familiares. Este questionário pretendia avaliar esses aspectos, entre outros, incluindo as seguintes questões: “O que verificou durante a intervenção intensiva a nível da disponibilidade da família para estar com o assistente familiar?”; “O que verificou durante a intervenção intensiva a nível da colaboração da família nas tarefas propostas?” e “O que verificou no final da intervenção intensiva a nível do cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família?”.

Numa primeira fase considerámos pertinente apurar a % de casos em que as famílias acompanhadas não se mostraram disponíveis para estar com o assistente familiar. Para tal fizemos uma análise de frequência. Os resultados desta análise mostraram-nos que num dos 80 casos da amostra o assistente familiar considerou que

esta questão não se aplicava pela intervenção ter sido interrompida antes de se poder avaliar este facto. Nos restantes 79 casos, em apenas um, a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar foi classificada como “nenhuma”. Em 13 famílias os assistentes classificaram como “pouca” a disponibilidade das famílias, o que corresponde a 16,5%. A disponibilidade das famílias foi reconhecida pelos assistentes familiares como “alguma” em 19 casos e como “muita” em 17. Apurámos uma maior frequência relativa nesta análise para a resposta “total”, verificada em 29 casos, ou seja, 36,7% dos casos válidos nesta questão. O que nos interessava saber era se, nos casos em que as famílias demonstraram menor disponibilidade para estar com o respectivo assistente familiar, se verificou um baixo IEPF. Para isso realizámos um teste de associação que permitia medir a relação entre estas duas variáveis, de acordo com a seguinte questão e hipóteses de investigação:

Questão de investigação N° 9: Há associação entre a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF)?

H₀: Não há associação entre a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar e o IEPF.

H₁: Há associação entre a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar e o IEPF.

Como referimos, a questão de investigação aponta no sentido de um teste de associação. As variáveis em causa são a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar que é uma variável nominal e o IEPF que é uma variável ordinal. Dada a natureza das variáveis, o teste indicado para responder à questão de investigação foi o Teste de Qui-quadrado (χ^2). Os resultados do teste encontram-se na seguinte tabela.

Tabela 13. Resultados do teste do Qui-quadrado: associação entre a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar e o IEPF.

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	62,287 ^a	36	,004
Likelihood Ratio	59,114	36	,009
Linear-by-Linear Association	13,859	1	,000
N of Valid Cases	76		

a. 49 cells (98,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,04.

O valor de p , calculado em 0,004, permitiu-nos concluir que em apenas 0,4% dos casos, o resultado obtido no teste será devido ao acaso. Sendo este valor inferior a 0,05 rejeitamos a hipótese nula (H_0), ou seja, rejeitamos a hipótese de não haver associação entre as variáveis. Os resultados do teste de associação são significativos, pelo que concluímos que há associação entre a disponibilidade da família e o IEPF. Esta é uma associação estatisticamente significativa. Salientamos novamente que o teste do Qui-quadrado (χ^2) não revela informação relativa à magnitude da associação, pelo que procedemos à análise da tabela de contingência fornecida pelo teste, directamente importada do SPSS e seguidamente apresentada.

Tabela 14. Tabela de contingência: associação entre a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar e o IEFP.

Disponibilidade da família para estar com o assistente familiar * Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios Crosstabulation

			Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios									Total		
			até 10%	De 11% a 20%	De 21% a 30%	De 31% a 40%	De 41% a 50%	De 51% a 60%	De 61% a 70%	De 71% a 80%	De 81% a 90%		De 91% a 100%	
Disponibilidade da família para estar com o assistentes familiar	Nenhuma	Count	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
		% within Disponibilidade da família para estar com o assistentes familiar	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	,0%	16,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	1,3%
	Pouca	Count	3	4	0	0	2	0	0	1	0	0	10	
		% within Disponibilidade da família para estar com o assistentes familiar	30,0%	40,0%	,0%	,0%	20,0%	,0%	,0%	10,0%	,0%	,0%	100,0%	
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	50,0%	50,0%	,0%	,0%	13,3%	,0%	,0%	11,1%	,0%	,0%	13,2%	
	Alguma	Count	1	1	4	1	3	2	3	3	0	1	19	
		% within Disponibilidade da família para estar com o assistentes familiar	5,3%	5,3%	21,1%	5,3%	15,8%	10,5%	15,8%	15,8%	,0%	5,3%	100,0%	
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	16,7%	12,5%	66,7%	25,0%	20,0%	18,2%	30,0%	33,3%	,0%	25,0%	25,0%	
Muita	Count	2	1	0	0	6	6	2	0	0	0	17		
	% within Disponibilidade da família para estar com o assistentes familiar	11,8%	5,9%	,0%	,0%	35,3%	35,3%	11,8%	,0%	,0%	,0%	100,0%		
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	33,3%	12,5%	,0%	,0%	40,0%	54,5%	20,0%	,0%	,0%	,0%	22,4%		
Total	Count	0	2	1	3	4	3	5	5	3	3	29		
	% within Disponibilidade da família para estar com o assistentes familiar	,0%	6,9%	3,4%	10,3%	13,8%	10,3%	17,2%	17,2%	10,3%	10,3%	100,0%		
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	25,0%	16,7%	75,0%	26,7%	27,3%	50,0%	55,6%	100,0%	75,0%	38,2%		
Total	Count	6	8	6	4	15	11	10	9	3	4	76		
	% within Disponibilidade da família para estar com o assistentes familiar	7,9%	10,5%	7,9%	5,3%	19,7%	14,5%	13,2%	11,8%	3,9%	5,3%	100,0%		
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		

Da análise da tabela anterior, podemos retirar algumas conclusões, das quais destacamos as mais evidentes. Em 70% dos casos em que se verificou pouca disponibilidade da família para estar com o assistente familiar o IEPF situou-se abaixo dos 20%! Em 70,6% dos casos em que o assistente familiar identificou a disponibilidade da família como muita, o IEPF variou entre os 41% e os 60%. Dos casos em que a família se disponibilizou totalmente para estar com o assistente familiar, 55% apresentaram um IEPF superior a 61%, sendo que, destes, 20,6% apresentou um IEPF entre os 81% e os 100%. Nesta análise centrámos a nossa atenção na variável “disponibilidade da família para estar com o assistente familiar”. Se analisarmos as percentagens constantes nas linhas de baixo de cada uma das respostas, fazemos uma análise centrada no IEPF. Dessa análise concluímos que em 75% dos casos em que o IEPF apresentou um valor superior a 91%, a disponibilidade da família para estar com o assistente familiar foi classificada por este como “total”. 100% dos casos em que o IEPF se situou entre os 81% e os 90%, a disponibilidade da família também foi total. Mesmo nos casos em que o IEPF variou entre 61% e 70% ou entre 71% e 80%, em cerca de metade dos casos contemplados em cada um destes intervalos a disponibilidade das famílias foi total. Por outro lado, em 50% dos casos que apresentaram um IEPF inferior ou igual a 10% os respectivos assistentes familiares afirmaram que a disponibilidade das famílias durante a intervenção intensiva foi pouca. Do mesmo modo, 50% dos casos com um IEPF entre os 11% e 20%, a disponibilidade da família foi referida pelos assistentes familiares como pouca.

Estes factos evidenciam a relação existente entre a disponibilidade das famílias para estarem com os assistentes familiares e o IEPF, permitindo-nos concluir que uma das razões que está por trás do baixo IEPF que apuramos em alguns casos, se prende com o facto de as famílias não estarem disponíveis sequer para estar com o assistente familiar, inviabilizando o sucesso da intervenção.

No que toca à colaboração das famílias nas tarefas propostas, apurámos, através de uma análise de frequência, que dos 79 casos para os quais esta variável foi avaliada, em 8,9% dos casos a colaboração das famílias foi considerada nenhuma, em 20,3% das famílias essa colaboração foi referida pelos assistentes como pouca, em 30,4% foi classificada como “alguma”, em 21,5% foi muita e em 19% das famílias a sua colaboração nas tarefas foi total.

Analisámos em seguida a existência de relação entre a colaboração das famílias nas tarefas e o IEPF. Para tal, recorreremos novamente ao Teste de Qui-quadrado (χ^2), considerando as seguintes questões e hipóteses de investigação:

Questão de investigação N° 10: Há associação entre a colaboração da família nas tarefas propostas e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF)?

H₀: Não há associação entre a colaboração da família nas tarefas propostas e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF).

H₁: Há associação entre a colaboração da família nas tarefas propostas e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF).

Perante uma variável nominal e uma variável ordinal, optámos pelo Teste de Qui-quadrado (χ^2). Os resultados do teste encontram-se na seguinte tabela.

Tabela 15. Resultados do teste do Qui-quadrado: associação entre a colaboração da família nas tarefas propostas e o IEPF.

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	88,999 ^a	36	,000
Likelihood Ratio	88,997	36	,000
Linear-by-Linear Association	25,938	1	,000
N of Valid Cases	76		

a. 50 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,24.

O valor do $p = 0,000$ significa que em 0% dos casos, o resultado obtido no teste será devido ao acaso, ou seja, em nenhum dos casos o resultado obtido foi devido ao acaso! Este valor permite-nos rejeitar a hipótese de não haver associação entre as variáveis consideradas neste teste, pelo que concluímos que há uma associação estatisticamente significativa entre a colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar e o IEPF.

Dada a existência de associação entre as variáveis optámos mais uma vez por analisar a tabela de contingência resultante deste teste.

Tabela 16. Tabela de contingência: associação entre a colaboração da família nas tarefas propostas e o IEPF.

Colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar * Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios Crosstabulation

			Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios									Total	
			até 10%	De 11% a 20%	De 21% a 30%	De 31% a 40%	De 41% a 50%	De 51% a 60%	De 61% a 70%	De 71% a 80%	De 81% a 90%		De 91% a 100%
Colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar	Nenhuma	Count	4	0	1	0	0	0	0	1	0	0	6
		% within Colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar	66,7%	,0%	16,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	16,7%	,0%	,0%	100,0%
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	66,7%	,0%	16,7%	,0%	,0%	,0%	,0%	11,1%	,0%	,0%	7,9%
	Pouca	Count	2	5	3	0	3	0	0	0	0	1	14
		% within Colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar	14,3%	35,7%	21,4%	,0%	21,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	7,1%	100,0%
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	33,3%	62,5%	50,0%	,0%	20,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	25,0%	18,4%
	Alguma	Count	0	0	2	3	6	5	4	4	0	0	24
		% within Colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar	,0%	,0%	8,3%	12,5%	25,0%	20,8%	16,7%	16,7%	,0%	,0%	100,0%
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	,0%	33,3%	75,0%	40,0%	45,5%	40,0%	44,4%	,0%	,0%	31,6%
Muita	Count	0	2	0	1	5	5	3	0	1	0	17	
	% within Colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar	,0%	11,8%	,0%	5,9%	29,4%	29,4%	17,6%	,0%	5,9%	,0%	100,0%	
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	25,0%	,0%	25,0%	33,3%	45,5%	30,0%	,0%	33,3%	,0%	22,4%	
Total	Count	0	1	0	0	1	1	3	4	2	3	15	
	% within Colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar	,0%	6,7%	,0%	,0%	6,7%	6,7%	20,0%	26,7%	13,3%	20,0%	100,0%	
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	12,5%	,0%	,0%	6,7%	9,1%	30,0%	44,4%	66,7%	75,0%	19,7%	
Total	Count	6	8	6	4	15	11	10	9	3	4	76	
	% within Colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar	7,9%	10,5%	7,9%	5,3%	19,7%	14,5%	13,2%	11,8%	3,9%	5,3%	100,0%	
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Começando por analisar os resultados do ponto de vista da colaboração das famílias nas tarefas propostas, verificámos que em 66,7% dos casos em que se apurou nenhuma colaboração das famílias, o IEPF foi igual ou inferior a 10%. Em 71,4% dos casos em que a colaboração das famílias foi referida como “pouca” o IEPF variou entre o 0% e os 30%, situando-se a maior parte entre os 11% e os 20%. Por outro lado, em cerca de 60% dos casos em que as famílias colaboraram muito o IEPF situou-se entre os 41% e os 60%. Uma maior evidência da associação entre as variáveis em causa é o facto de 80% das famílias que colaboraram totalmente nas tarefas propostas terem apresentado um IEPF superior a 61%, sendo que em 20% do total desses casos, o IEPF foi superior a 91%.

Portanto, pela análise exposta podemos concluir que é visível a associação entre a disponibilidade e a colaboração das famílias acompanhadas pelo projecto e o IEPF apurado. Este resultado vai ao encontro do que esperávamos, dada a importância destas variáveis para o alcance dos objectivos das intervenções.

Um outro aspecto avaliado pelos assistentes familiares no questionário que lhes foi aplicado foi o cumprimento dos objectivos estabelecidos para as famílias, verificado no final da intervenção intensiva. Esta variável não é propriamente um comportamento das famílias, mas reflecte de certa forma os dois comportamentos analisados anteriormente, bem como a quota-parte de responsabilidade que as famílias acompanhadas pelo projecto têm no cumprimento dos objectivos estabelecidos. Apesar do cumprimento dos objectivos depender de outros factores, a verdade é que as famílias são os actores principais dessa tarefa.

A avaliação desta variável foi realizada para 75 casos da amostra. Destes, em 12% dos casos os assistentes familiares referiram que não se obteve nenhum cumprimento dos objectivos estabelecidos e em 8% das famílias esse cumprimento foi total. Em 18,7% dos casos houve pouco cumprimento dos objectivos definidos, em 32% houve algum cumprimento dos objectivos e em 29,3% dos casos verificou-se no final da intervenção intensiva “muito” cumprimento dos objectivos. Estes resultados mostram-nos o panorama geral e, aos nossos olhos, são aparentemente satisfatórios. No entanto, o que nos interessava apurar era se existia relação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e o IEPF apurado. Avaliámos esta relação através de um teste de associação Qui-quadrado (χ^2), considerando o seguinte:

Questão de investigação N° 11: Há associação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e o Índice de Eficácia do Projecto Família (IEPF)?

H₀: Não há associação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e o IEPF.

H₁: Há associação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e o IEPF.

A seguinte tabela apresenta alguns dos resultados deste teste.

Tabela 17. Resultados do teste do Qui-quadrado: associação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e o IEPF.

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	133,735 ^a	36	,000
Likelihood Ratio	112,821	36	,000
Linear-by-Linear Association	36,182	1	,000
N of Valid Cases	75		

a. 50 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,24.

À semelhança do que se verificou no teste anterior, o resultado obtido neste teste indica-nos que em nenhum caso o resultado será devido ao acaso, o que concluímos pelo valor do p que é exactamente zero. Este valor leva-nos a rejeitar a hipótese nula (H₀) e a concluir que os resultados do teste são significativos, existindo associação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e o IEPF. A tabela de contingência obtida neste teste encontra-se seguidamente apresentada.

Tabela 18. Tabela de contingência: associação entre o cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família verificado no final da intervenção intensiva, segundo a avaliação do assistente familiar, e oIEPF.

Cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família, na intervenção intensiva * Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios Crosstabulation

			Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios									Total	
			até 10%	De 11% a 20%	De 21% a 30%	De 31% a 40%	De 41% a 50%	De 51% a 60%	De 61% a 70%	De 71% a 80%	De 81% a 90%		De 91% a 100%
Cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família, na intervenção intensiva	Nenhum	Count	5	2	0	0	0	0	0	1	0	1	9
		% within Cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família, na intervenção intensiva	55,6%	22,2%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	11,1%	,0%	11,1%	100,0%
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	83,3%	28,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	11,1%	,0%	25,0%	12,0%
	Pouco	Count	1	3	4	3	3	0	0	0	0	0	14
		% within Cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família, na intervenção intensiva	7,1%	21,4%	28,6%	21,4%	21,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	16,7%	42,9%	66,7%	75,0%	20,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	18,7%
	Algum	Count	0	2	2	1	7	8	2	1	1	0	24
		% within Cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família, na intervenção intensiva	,0%	8,3%	8,3%	4,2%	29,2%	33,3%	8,3%	4,2%	4,2%	,0%	100,0%
		% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	28,6%	33,3%	25,0%	46,7%	72,7%	20,0%	11,1%	33,3%	,0%	32,0%
Muito	Count	0	0	0	0	5	2	8	7	0	0	22	
	% within Cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família, na intervenção intensiva	,0%	,0%	,0%	,0%	22,7%	9,1%	36,4%	31,8%	,0%	,0%	100,0%	
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	18,2%	80,0%	77,8%	,0%	,0%	29,3%	
Total	Count	0	0	0	0	0	1	0	0	2	3	6	
	% within Cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família, na intervenção intensiva	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	16,7%	,0%	,0%	33,3%	50,0%	100,0%	
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	9,1%	,0%	,0%	66,7%	75,0%	8,0%	
Total	Count	6	7	6	4	15	11	10	9	3	4	75	
	% within Cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família, na intervenção intensiva	8,0%	9,3%	8,0%	5,3%	20,0%	14,7%	13,3%	12,0%	4,0%	5,3%	100,0%	
	% within Índice de eficácia do projecto calculado com base nos critérios	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Também neste teste a tabela de contingência veio evidenciar a associação entre as variáveis. Verificámos que em 55,6% dos casos em que os assistentes familiares referiram não ter verificado nenhum cumprimento dos objectivos definidos no final da intervenção intensiva, o IEPF foi igual ou inferior a 10% e em 22,2% daqueles casos o IEPF variou entre 11% e 20%. Ou seja, em quase 80% dos casos em que, segundo os assistentes familiares, não houve nenhum cumprimento dos objectivos na intervenção intensiva, o IEPF foi igual ou inferior a 20%. É possível também aferir que, nos casos em que o cumprimento dos objectivos foi classificado como pouco, o IEPF nunca ultrapassa os 40% os 50%. Por outro lado, o IEPF varia entre os 41% e os 80% nas famílias que, segundo os assistentes familiares, cumpriram em muito os objectivos definidos na intervenção intensiva e é superior a 81% em 83,3% dos casos em que a família cumpriu totalmente os objectivos estabelecidos na fase intensiva da intervenção.

Esta análise pode também ser feita partindo dos resultados do IEPF. Em 83,3% dos casos em que o IEPF é igual ou inferior a 10%, o assistente familiar afirmou não ter havido nenhum cumprimento dos objectivos definidos, na intervenção intensiva. Nas famílias em que apurou um IEPF entre os 11% e os 20%, o cumprimento dos objectivos nunca foi referido como sendo muito ou total. Os objectivos estabelecidos foram muito cumpridos nos 77,8% dos casos em que o IEPF variou entre os 71% e os 80% e foram totalmente cumpridos em 66,7% das famílias que apresentaram um IEPF entre os 81% e os 90%. Finalmente, em 75% dos casos em que o IEPF foi superior a 91%, os assistentes familiares referiram ter havido total cumprimento dos objectivos definidos, na intervenção intensiva.

Portanto, quer façamos a análise partindo dos resultados do IEPF, quer façamos a análise do ponto de vista dos resultados obtidos relativamente ao cumprimento dos objectivos definidos para as famílias, a conclusão é no sentido de haver uma forte associação entre estas variáveis.

Os dois primeiros testes de associação realizados nesta análise referente às famílias beneficiárias do projecto, mostraram-nos que, de facto, os comportamentos deste grupo de intervenientes têm uma grande influência no sucesso das intervenções. O projecto parece oferecer incentivos para que as famílias aceitem a intervenção, contudo, nem sempre os comportamentos das famílias vão ao encontro dos objectivos do projecto. Verificámos que, é precisamente nos casos em que a disponibilidade das famílias para estar com os assistentes familiares e a colaboração das famílias nas tarefas propostas são menores que o IEPF é também menor. A par destes resultados,

verificámos também que é nos casos em que os assistentes familiares apuraram não haver grande cumprimento dos objectivos definidos para a família que o IEPF foi menor.

5.3.1 Restrições de implementação: conclusões

O estudo das restrições de implementação permitiu-nos concluir que as razões que estão na base do baixo IEPF apurado em alguns dos casos da amostra considerada nesta análise prendem-se com dois factores: disponibilidade da família para estar com o assistente familiar e a colaboração da família nas tarefas propostas durante a intervenção intensiva. Pelos resultados obtidos nos testes estatísticos realizados, estas duas últimas variáveis foram aquelas que apresentaram maior associação com o IEPF, evidenciando o seu impacto no resultado desse índice. Refira-se que ambas estão associadas a restrições de compatibilidade de incentivos, pelo que podemos afirmar que uma das limitações do projecto se centra nos comportamentos adoptados pelos seus intervenientes, mais concretamente pelas famílias beneficiárias do projecto. Numa fase inicial, este grupo de intervenientes demonstra ter incentivos para colaborar com o projecto, aceitando a intervenção. Contudo, no decorrer desta, adopta muitas vezes comportamentos que não são conducentes com os objectivos do projecto, comprometendo os objectivos da intervenção e levando a um baixo IEPF.

5.4 Verificação e discussão dos resultados

A análise das restrições de implementação permitiu-nos detectar os principais factores que estão na base de um baixo IEPF, levando-nos a compreender as limitações do projecto. Como forma de verificar as conclusões obtidas, analisámos o grupo de casos da amostra que revelou um IEPF mais baixo. Assim, mereceram maior atenção os casos que apresentaram um IEPF inferior a 40%, que representam cerca de 30% dos casos considerados na amostra.

Optámos por criar uma base de dados distinta para estes 23 casos e analisar as duas variáveis anteriormente apontadas como as responsáveis por afectar negativamente o IEPF. Os resultados encontram-se reflectidos nas duas figuras que se seguem.

FIGURA 10

Disponibilidade da família para estar com o assistente familiar do Projecto Família

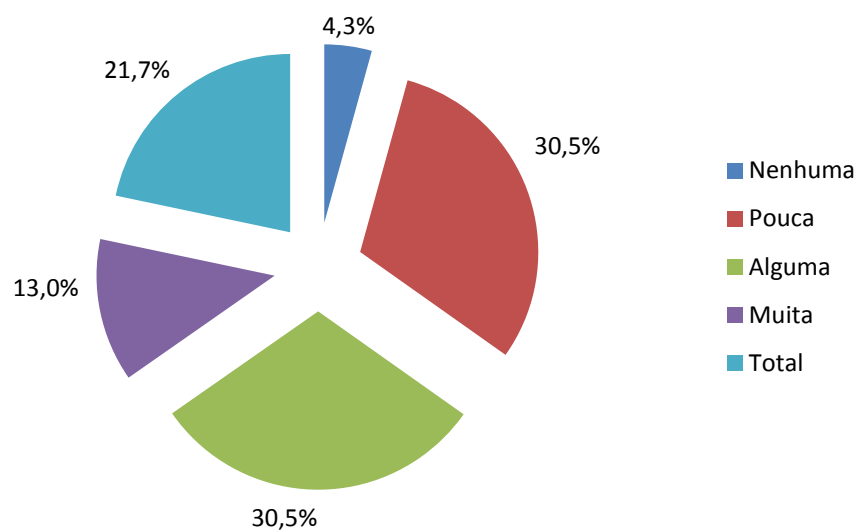
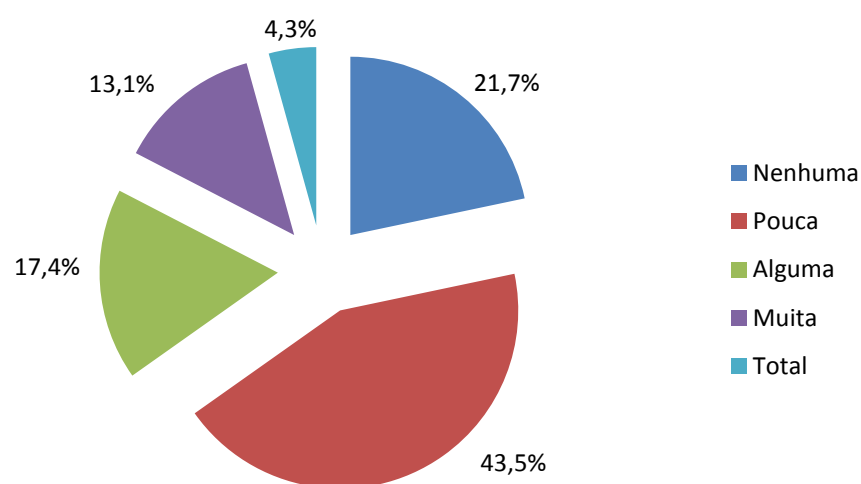


FIGURA 11

Colaboração da família nas tarefas propostas pelo assistente familiar do Projecto Família



Numa primeira análise começámos por observar a primeira figura e verificámos que a percentagem de famílias cuja disponibilidade foi referida pelo assistente familiar como “nenhuma” é de apenas 4,3% e que o peso das famílias com “pouca”

disponibilidade, segundo a opinião do assistente familiar, é de 30,5%. Estes resultados não parecem à partida muito significativos. No entanto, analisando a figura do ponto de vista do que deveria ser a disponibilidade das famílias, verificámos que apenas 21,7% das famílias se disponibilizaram “totalmente” para estar com o assistente familiar e 13% dos casos se disponibilizaram “muito”. Mesmo que, a estes casos, agreguemos os 30,5% de famílias que demonstraram alguma disponibilidade para estar com o técnico, obtemos uma percentagem total de 65,2% de famílias que de facto mostraram disponibilidade para o projecto. Considerando que, à partida, estas famílias mostraram interesse em beneficiar do projecto, todas elas deveriam, pelo menos, estar disponíveis para tal, o que não se verificou. No entanto, este resultado torna-se mais evidente quando analisamos a segunda figura e verificamos que apenas 4,3% das famílias aqui consideradas colaboraram “totalmente” nas tarefas propostas pelo técnico, 13,1% colaboraram “muito” e 17,4% demonstraram “alguma” colaboração. Ou seja, apenas 34,8% destas famílias colaboraram activamente nas tarefas propostas.

Esta observação vem de facto confirmar os resultados obtidos através da análise das restrições de implementação, pois confirma-se que, nos casos em que o IEPF foi igual ou inferior a 40%, a disponibilidade e a colaboração das famílias com o projecto foram de facto reduzidas.

Esta verificação levou-nos a concluir que, de facto, as famílias beneficiárias do projecto nem sempre adoptam comportamentos condizentes com os objectivos pretendidos, pelo que aferimos que o Projecto Família oferece algumas restrições a nível de compatibilidade dos incentivos proporcionados às famílias beneficiárias. Relembramos que este tipo de restrições está relacionado com as restrições de racionalidade individual e que, no caso deste grupo de intervenientes, não ficou claro que de facto os incentivos proporcionados pelo projecto com vista à sua participação fossem aos seus olhos evidentes. Segundo a maior parte dos assistentes familiares, muitas destas famílias sentem-se “obrigadas” a aceitar a intervenção do Projecto Família perante sugestão ou imposição da entidade sinalizadora. A sua falta de motivação inicial, bem como o desconhecimento do próprio projecto são factores que, do nosso ponto de vista, podem condicionar a colaboração das famílias durante a intervenção. Por outro lado, não nos esqueçamos que estamos perante famílias disfuncionais e multiproblemáticas que, pelas suas características tão próprias e enraizadas, por vezes não antevêm o benefício que poderão vir a obter ou simplesmente não conseguem concretizar a sua acção o suficiente para vir a alcançar

esse benefício, limitando assim o sucesso de uma intervenção que podia ser a mudança do seu rumo.

6. CONCLUSÕES

Esta investigação permitiu-nos confirmar e fundamentar algumas convicções que já detínhamos e veio, por outro lado, contribuir para o apuramento e compreensão das falhas que o Projecto Família apresenta.

Não restam dúvidas de que a tendência da resposta que se pretende dar à situação das crianças e jovens em risco portuguesas é, cada vez mais, no sentido de promover a preservação da unidade familiar. Não há, na nossa sociedade, muitas respostas que desenvolvam um trabalho individualizado junto das famílias que integram menores em risco e o Projecto Família parece constituir um bom exemplo. Este projecto, seguindo uma metodologia de intervenção norte-americana, única em Portugal, apresenta benefícios para todos os seus intervenientes, o que foi comprovado neste estudo de investigação pela análise de 80 famílias acompanhadas no ano e 2010.

Através da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006) ficou provado que, de um modo geral, os objectivos do Projecto Família foram cumpridos para a amostra em causa. Verificou-se que, em quase 70% dos casos da amostra o índice de eficácia do projecto foi superior a 40%. Pela análise das restrições de implementação, e considerando os três principais grupos de intervenientes do projecto (equipa, entidades sinalizadoras e famílias beneficiárias), concluímos que as razões que estão na base do baixo índice de eficácia que se apurou nos restantes 30% dos casos da amostra se prendem fundamentalmente com a insuficiente disponibilidade e colaboração das famílias acompanhadas pelo o projecto, que revelaram nem sempre adoptar comportamentos conducentes com o pretendido por este tipo de intervenção. No entanto, estas constatações levam-nos a pensar que, como referiram alguns assistentes familiares nas entrevistas realizadas, poderá existir uma lacuna ao nível do trabalho de motivação e preparação destas famílias, em momento anterior à intervenção do Projecto Família. Aparentemente, este trabalho deveria ser desenvolvido por aquelas que são as entidades sinalizadoras do projecto ou por outras entidades, antes de serem encaminhadas para o MDV. Contudo, temos consciência de que as debilidades do sistema português, mencionadas no enquadramento teórico deste estudo, e relacionadas nomeadamente com a escassez de recursos, poderão não permitir que essa tarefa se cumpra, deixando-a para um projecto que actua intensivamente no seio familiar e em que os técnicos têm disponibilidade total para as duas únicas famílias que acompanham.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caníço, Hernâni; Bairrada, Pedro; Rodriguez, Esther; Carvalho, Armando (2010). *Novos Tipos de Família*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação, Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carneiro, Maria do Rosário Amaro da Costa (coord.) (1997). *Crianças de risco*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (1997)

Coelho, Alda Mira & Neto, Maia. (s/d) *Retirada de crianças nas situações urgentes*. Disponível em www.cnpcjr.pt (consulta feita a 2012/08/09, 22h54).

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (2010). *Plano DOM - Alguns aspectos de avaliação*. Disponível em www.cnis.pt (consulta feita a 2012/08/09, 22h 37)

Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (2009). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das CPCJ no ano de 2009*. Disponível em www.cnpcjr.pt (consulta feita a 2012/08/09, 22h40).

Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (2011). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das CPCJ no ano de 2010*. Disponível em www.cnpcjr.pt (consulta feita a 2012/08/09, 22h45).

Delgado, Paulo (2006). *Os direitos da criança. Da participação à responsabilidade. O sistema de protecção e educação das crianças e jovens*. Porto: Profedições

Direcção-Geral da Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação (1996). *Crianças e Jovens em Risco Integração de Serviços*. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social.

Fonseca, A. (2009). *Os Serviços de Apoio e a sua Influência na Preservação da Unidade Familiar: o Projecto Família*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade de Lisboa (Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia).

Gameiro, J. (1994). *Quem sai aos seus...* São Paulo: Edições Afrontamento

Instituto da Segurança Social, I.P. (s/d). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Instituto de Segurança Social, I.P. (2009). *Guia Prático - Respostas Sociais – Infância e Juventude - Crianças e Jovens em Situação de Perigo*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). *Casa 2011 - Relatório de Caracterização Anual da situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Mendes, Américo M. S. Carvalho (2006). *Implementation analysis of forest programmes: Some theoretical notes and an example*. Forest Policy and Economics, 8 (2006), 512-528.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006). *Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos*. Lisboa: Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança.

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2010). *Carta Social Rede de Serviços e Equipamentos 2010*. Lisboa: Centro de Informação e Documentação GEP – CID.

Despacho N.º 8393/2007 (2007.Abril.23). Diário da República: 2.ª Série N.º 90 PP. 12-279.

Mira Delgado, G., & Vale, I. (2005). *Manual das Assistentes Familiares do Projecto Família*. Lisboa: Movimento de Defesa da Vida (Não Publicado).

University Associates (1995). *Evaluation of Michigan's Families First Program Summary Report*. Michigan: Michigan Department of Social Services.

Pimentel, Júlia Van Zeller de Serpa (2005). *Intervenção focada na família: desejo ou realidade*. Lisboa: Secretariado Nacional Para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Silva, Luísa Ferreira da (org.) (2001). *Acção social na área da família*. Lisboa: Universidade Aberta.

Stouthamer-Loeber, Magda & Kammen, Welmoet Bok van.(1995). *Data Collection and Management: a practical guide*. Londres: SAGE Publications

Torres, Anália (coord.) (2008). *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório Final*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

<http://saude.hsw.uol.com.br/munchausen2.htm> consultado a 04/08/12

8. ANEXOS

Anexo I

Exemplar da Ficha de Sinalização do Projecto Família



SINALIZAÇÃO

Informação sobre a família

(A preencher pela entidade sinalizadora)

1. Sinalização:

Data: ____/____/____

Instituição: _____

Técnico responsável: _____

Representante da família:

- Nome _____

- Morada _____

- Telefone/telemóvel _____

1.1 Sinalização pela CPCJ ou Tribunal de Família:

Medida de promoção e protecção do(s) menor(res)

Sim Qual.....

Não

Medida tutelar educativa

Sim Qual.....

Não

Outras medidas

Sim Qual.....

Não

1.2 Tratando-se de uma reunificação, especificar sucintamente os motivos que levaram à retirada dos menores:

2.Motivo(s) da Sinalização:

- Negligência Violência Familiar Abuso
- Violência Doméstica Delinquência

Outros: _____

3.Instituições que acompanharam e/ou acompanham a família

CPCJ _____ Gestor de proc.º _____

Instituições/Técnicos responsáveis

4.Descrição da Situação – Problema:

5.Se a intervenção tem carácter de grande urgência, mencionar os motivos:

6. Composição do Agregado Familiar:

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Em casa	Em instituição	Observações
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						

7. Especificar as mudanças que a família terá de realizar para que as crianças possam permanecer em casa em condições de segurança:

8. Já alguma vez a família foi confrontada com a hipótese ou com a perda efectiva da tutela dos filhos?

SIM

NÃO

Data:

____ / ____ / _____

(O Técnico Responsável)

Anexo II

Modelo de Relatório Final de Intervenção



Família: _____

Nº de caso: _____

Menores: _____

Assistente Familiar: _____

RELATÓRIO FINAL

1. Período de Acompanhamento

Data de sinalização:

Início de intervenção:

Fim da Intervenção:

2. Descrição da situação familiar

2.1 Genograma

2.2. Habilitações Literárias

2.3. Condições económico-profissionais

2.4. Condições Habitacionais

2.5. Rede Social de Apoio

3. Problemáticas

3.1. Problemas identificados

4. Potencialidades encontradas na família

5. Objectivos

5.1. Propostos

5.2. Objectivos atingidos

6. Conclusões

Local, data

(Assistente Familiar)

(A Supervisora)

Anexo III

Exemplar da Ficha para Tratamento Estatístico



Nº de Caso: _____

A.F.: _____

Área geográfica: _____

FICHA DE INFORMAÇÃO SOBRE A FAMÍLIA PARA TRATAMENTO ESTATÍSTICO

1. Sinalização

1.1 Entidade que sinaliza/data/início e termo da intervenção

1.2 _ Medidas de Promoção dos Direitos e de Protecção das Crianças e Jovens

- Acolhimento familiar
- Apoio junto de outro familiar
- Confiança a pessoa idónea
- Apoio para a autonomia de vida
- Apoio junto dos pais
- Acolhimento em instituição de curta duração
- Acolhimento em instituição de longa duração
- Não tem

1.3 Medida tutelar educativa

- Medidas na comunidade
- Medidas institucionais
- Medidas de mediação e reparação
- Não tem

1.4 Perfil da Família para o Projecto

Com Perfil	
Sem Perfil	

1.5 Acompanhamento

Acompanhada	
Não acompanhada	
Não aceite pelo MDV	
Não aceite pela família	
Não aceite por ambos	

Acompanhada sem conclusão da intervenção	
Acompanhada sem conclusão da intervenção por decisão da família	
Acompanhada sem conclusão da intervenção por decisão do Assistente Familiar	
Acompanhada sem conclusão da intervenção por decisão de ambos	

1.6 Motivo (s) da Sinalização

Desestruturação Familiar	
Negligência	
Carência de comp. Parentais	
Precariedade económica	
Def. gestão económica	
Violência Familiar	
Violência doméstica	
Delinquência	

Prob. assoc. à escola	
Alcoolismo	
Toxicodependência	
Outros comp. de risco	
Prob. de saúde mental	
Outros prob. de saúde	
Prob. c/ a Lei/Justiça	
Subsidiodependência	

Outros: _____

2. Perfil da família sujeita a intervenção

2.1- Caracterização da pessoa que aceita/ solicita a intervenção

Tipo de Pedido				Parentesco							
Aceitou	Não Aceitou	Solicitou		Mãe	Pai	Avô	Avó	Tio	Tia	Outro	Qual?

2.2. Tipologia da Família

Monoparental feminina	
Monoparental masculina	
Nuclear - casada	
Nuclear – união de facto	
Alargada	
Reconstruída	

3. Situação relativa à Saúde

3.1. Inscrita no Centro de Saúde?

Sim	
Não	

3.2. Médico de Família atribuído?

Sim	
Não	

3.3 Problemas específicos de saúde

Pai _____

Mãe _____

Menores _____

Outros _____

3.3.1. Especialidades em Acompanhamento

Pai _____

Mãe _____

Menores _____

Outros _____

4. Rede de Apoios

4.1. Informal _____

—

4.2. Formal

Públicos _____

Privados _____

5. Problemáticas detectadas na família

5.1. Detectadas pelo Assistente Familiar

Prob. assoc. à escola	
Desestruturação Familiar	
Negligência	
Carência de comp. Parentais	
Toxicoddependência	
Precariedade económica	
Def. gestão económica	
Violência Familiar	

Violência doméstica	
Delinquência	
Alcoolismo	
Outros comp. de risco	
Prob. de saúde mental	
Outros prob. de saúde	
Prob. c/ a Lei/Justiça	
Subsidiodependência	

Outros: _____

5.2. Detectadas/referidas pela família

Prob. assoc. à escola	
Desestruturação Familiar	
Negligência	
Carência de comp. Parentais	
Toxicoddependência	
Precariedade económica	
Def. gestão económica	
Violência Familiar	

Violência doméstica	
Delinquência	
Alcoolismo	
Outros comp. de risco	
Prob. de saúde mental	
Outros prob. de saúde	
Prob. c/ a Lei/Justiça	
Subsidiodependência	

Outros: _____

6. Resultados práticos da intervenção com a família

6.1. Nº de horas de trabalho com a família

- 6.1.1. Face a face _____h
- 6.1.2. Contactos telefónicos _____h
- 6.1.3. Contactos/reuniões com outras entidades _____h
- 6.1.4. Nº total de horas de trabalho com a família _____h

6.2. Aquisição de bens

Sim	<input type="checkbox"/>	Quais? _____
Não	<input type="checkbox"/>	

6.3. Treino de Aptidões

Educativas	<input type="checkbox"/>
Organização doméstica	<input type="checkbox"/>
Gestão económica	<input type="checkbox"/>
Culinárias	<input type="checkbox"/>
Higiene doméstica	<input type="checkbox"/>
Higiene pessoal	<input type="checkbox"/>
Gestão do stress/ raiva	<input type="checkbox"/>
Resolução de problemas/ conflitos	<input type="checkbox"/>

Comunicação	<input type="checkbox"/>
Acesso aos serviços	<input type="checkbox"/>
Escolares	<input type="checkbox"/>
Interiorização de regras	<input type="checkbox"/>
Tarefas domésticas	<input type="checkbox"/>
Ocupação de tempos livres	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>
Quais? _____	

6.4. Acompanhamento e orientação para outros serviços

Tipo de Serviço	Local
Apoio psicológico	<input type="checkbox"/>
Orientação conjugal	<input type="checkbox"/>
Apoio escolar	<input type="checkbox"/>
Formação profissional	<input type="checkbox"/>
Formação em competências parentais/ domésticas	<input type="checkbox"/>
Procura de emprego	<input type="checkbox"/>
Centro de saúde	<input type="checkbox"/>
Consultas de especialidade	<input type="checkbox"/>
Apoio alimentar	<input type="checkbox"/>
Apoio jurídico-legal	<input type="checkbox"/>
Segurança social	<input type="checkbox"/>
RSI	<input type="checkbox"/>
Apoio financeiro	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>

6.5. Houve alterações significativas nas condições de funcionamento da família?

6.5.1. Mencionadas pela família

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Se respondeu Sim:

Muito significativas	
Significativas	
Pouco significativas	

Se respondeu Não:

Porquê? _____

6.5.2. Detectadas pelo Assistente Familiar

Sim	
Não	

Se respondeu Sim:

Muito significativas	
Significativas	
Pouco significativas	

Se respondeu Não:

Porquê? _____

Assinatura do Técnico que representa o MDV

(Lisboa, ____ / ____ / _____)

Anexo IV

Exemplar da Ficha de Acompanhamento de Supervisão



Família: _____
Nº de caso: _____
Assistente Familiar: _____

ACOMPANHAMENTO/ SUPERVISÃO

(a entregar ao supervisor no início de cada reunião de supervisão)

Semana: 1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª

Data: de ____/____ a ____/____

Total de horas de face a face: _____

Objectivos da semana anterior	Nível atingido (de 1 a 5)	Objectivos para próxima semana

Treino de aptidões

Parentais/educativas Pessoais Domésticas Académicas Relacionais

Sociais Acesso a serviços Cuidados de saúde Outros

Quais? _____

. Estratégias utilizadas

. Apoios solicitados pelo assistente familiar a entidades externas

Anexo V

Modelo de Relatório de Follow-up



Família: _____

Nº de caso: _____

Assistente Familiar: _____

FOLLOW-UP DO ASSISTENTE FAMILIAR

1º Mês 3º Mês 6º Mês Data: ___/___/___

1. 1.1 Os menores sinalizados para prevenção da retirada:

Continuam junto da família Foram institucionalizados Data: ___/___/___

1.2 Os menores retirados ou institucionalizados que regressaram a casa:

Regressaram para junto da família Data: ___/___/___ Vêm a casa regularmente

Continuam institucionalizados

2. Acha que a família:

► Manteve as mudanças realizadas durante a intervenção intensiva Sim Não

► Introduziu outras Sim Não

Se respondeu afirmativamente, diga quais:

3. Que dificuldades sentiu a família na manutenção dos comportamentos adquiridos após a intervenção intensiva:

4. Quanto à rede formal de apoio

► Manteve Sim Não ► Alargou Sim Não

Se respondeu afirmativamente, diga como :

5. Acha que a família tem vantagem numa nova intervenção?

Sim Não Talvez

Seja qual for a sua opção, justifique-a:

Anexo VI

Questionário aplicado aos Assistentes Familiares

INSTRUÇÕES: Para cada um dos processos identificados na 1ª coluna (à esquerda), avalie os 12 aspectos questionados, utilizando a respectiva escala que consta da célula abaixo de cada um deles. Poderá ainda recorrer à seguinte Nomenclatura: NS – Não Sei ou NA – Não aplicável. Relativamente aos itens 9 e 11, se para um mesmo processo a resposta não for igual para todos os menores, deverá identificar uma resposta para cada menor, no campo das Observações, identificando a referência do processo.

Observações/Outras informações úteis:

Processo	O que verificou <u>Durante a intervenção intensiva</u>					O que verificou <u>No final da intervenção intensiva</u>				O que verificou <u>Após um ano da intervenção intensiva</u>		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	Intenção da entidade sinalizadora	Existência de situação de crise na família	Existência de factores de risco para os menores	Disponibilidade da família para estar com o AF	Colaboração da família nas tarefas propostas	Melhoria das competências da família	Melhoria dos relacionamentos da família	Cumprimento dos objectivos estabelecidos para a família	Permanência dos menores na família	Consolidação dos objectivos	Permanência dos menores na família	Permanência dos menores em segurança
	A – De acordo com os objectivos do projecto B – Em desacordo com os objectivos do projecto	0 - Não 1 - Sim	0 - Não 1 - Sim	1 - Nenhuma 2 - Pouca 3 - Alguma 4 - Muita 5 - Total	1 - Nenhuma 2 - Pouca 3 - Alguma 4 - Muita 5 - Total	1 - Nenhuma 2 - Pouca 3 - Alguma 4 - Muita 5 - Total	1 - Nenhuma 2 - Pouca 3 - Alguma 4 - Muita 5 - Total	1 - Nenhum 2 - Pouco 3 - Algum 4 - Muito 5 - Total	0 - Não 1 - Sim	1 - Nenhuma 2 - Pouca 3 - Alguma 4 - Muita 5 - Total	0 - Não 1 - Sim	0 - Não 1 – Sim 2 – Dúvida
...												

Data: ____/____/____

Anexo VII

Guião de entrevista aos assistentes familiares que ainda desempenham a função

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Assistentes Familiares do projecto famílias que ainda desempenham a função)

O PROJECO FAMÍLIA

1. Há quanto tempo desempenha a função de Assistente Familiar do Projecto Família?
2. Além do curso inicial de técnicos do Projecto Família e das formações contínuas do MDV, frequentou outras formações úteis para o seu trabalho?
3. Que incentivos é que acha que as famílias têm para aceitarem a intervenção do Projecto Família?
4. Das intervenções que realizou em 2010, alguma foi interrompida por vontade da família?
5. Acha que as famílias comportaram-se de acordo com os objectivos do projecto?
6. Como é ter de respeitar as regras e valores das famílias que acompanha?
7. O que considera ser a sua prioridade no desempenho da sua função junto das famílias?
8. Que incentivos acha que as entidades sinalizadoras têm para encaminharem casos para o Projecto Família?
9. Considera que a relação que mantém com as entidades sinalizadoras do projecto é próxima?
10. Quais são para si os principais incentivos que tem para desempenhar a função de Assistente Familiar?
11. O que é que o/a desmotiva?
12. Acha que a supervisão é um apoio importante para o seu trabalho?
13. Recorre à supervisão sempre que necessita?
14. A supervisão é acessível?
15. Na prática, é fácil seguir as recomendações da supervisão?
16. Considera o Projecto Família eficaz?
17. Por último, Tem alguma questão ou comentário que queira fazer?

Anexo VIII

**Guião de entrevista aos assistentes familiares que já não
desempenham a função**

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Assistentes Familiares do Projecto Família que já não desempenham a função)

O PROJECO FAMÍLIA

1. Durante quanto tempo desempenhou a função de Assistente Familiar do Projecto Família?
2. Além do curso inicial de técnicos do Projecto Família e das formações contínuas do MDV, frequentou outras formações úteis para a função de Assistente Familiar?
3. Que incentivos é que acha que as famílias têm para aceitarem a intervenção do Projecto Família?
4. Das intervenções que realizou em 2010, alguma foi interrompida por vontade da família?
5. Acha que as famílias comportaram-se de acordo com os objectivos do projecto?
6. Como é ter de respeitar as regras e valores das famílias que acompanha?
7. O que considera ter sido a sua prioridade no desempenho da sua função junto das famílias?
8. Que incentivos acha que as entidades sinalizadoras têm para encaminharem casos para o Projecto Família?
9. Considera que a relação que mantém com as entidades sinalizadoras do projecto é próxima?
10. Quais eram para si os principais incentivos para desempenhar a função de Assistente Familiar?
11. O que é que a desmotivava?
12. Acha que a supervisão era um apoio importante para o seu trabalho?
13. Recorria à supervisão sempre que necessitava?
14. A supervisão era acessível?
15. Na prática, era fácil seguir as recomendações da supervisão?
16. Considera o Projecto Família eficaz?
17. Por último, Tem alguma questão ou comentário que queira fazer?

Anexo IX

**Transcrição integral da entrevista realizada ao Assistente
Familiar Nº1**

Entrevista ao Assistente Familiar N° 1

Duração: 14m17s

E – Durante quanto tempo é que desempenhaste a função de Assistente familiar do Projecto Família?

AF1 – Cerca de uma ano, uma e meio, mais ou menos.

E – Portanto, iniciaste lembrás-te em que mês?

AF1 – Foi logo a seguir ao curso, portanto, sim, no início do ano, mais ou menos, Abril, Maio..

E – De 2008?

AF1 – Não, de 2009.

E – Exacto. Ok. Além do curso inicial de técnicos do Projecto Família e das formações contínuas do MDV, frequentaste outras formações úteis para a função de assistente familiar?

AF1 – Não, não. Foi só mesmo o curso inicial e as outras formações.

E – Ok. Pronto. Pensando agora um bocado nas famílias, que incentivos é que tu achas que as famílias têm para aceitarem a intervenção do Projecto Família? Porque é que elas aceitam?

AF1 – Eu acho que no início ficam muito de pé atrás e algumas são mesmo muito resistentes, mas depois de perceberem que vão ter ali uma pessoa, pelo menos, ao todo durante um ano obviamente, e estamos sempre ali, mas durante seis semanas estarmos quase a fazer parte daquela família, digamos assim, elas sentem muito acompanhadas e faz o clique, não sei, há ali qualquer coisa que desperta para que elas realmente queiram mudar algumas coisa, eu acho que o maior incentivo é ter ali alguém a ajudá-las, porque muitas vezes elas não sabem recorrer a serviços, não sabem o que é que hão-de fazer, e sentem que não têm uma rede de suporte que as possa ajudar e, se calhar, nós somos assim um empurrãozinho que elas precisavam.

E – Mas, quando lhes é proposto, antes de conhecerem o MDV e o Projecto Família, quando lhes é proposto esta intervenção pelas entidades sinalizadoras, porque é que elas aceitam? Aceitam porque já acreditam nisso?

AF1 – Não, não. Eu acho que muitas vezes é por serem obrigadas.

E – Isso depende da entidade sinalizadora?

AF1 – Depende, depende muito. Se for uma comissão, está no acordo então sentem-se como “tenho mesmo que cumprir aquilo senão vão-me tirar os meus filhos”.

E – Exactamente.

AF1 – E se for o tribunal, pior ainda, não é...já é ali mesmo o limite.

E – Exacto. E no caso, por exemplo, de outro tipo de instituições, escolas, associações ou outras...

AF1 – Não sei. Muito sinceramente não sei muito bem o que as leva a aceitar, não sei, se calhar pensam “é mais uma, vamos lá ver o que é que dá” ou..

E – Como última tentativa...

AF1 – Sim, sim.

E – Das intervenções que realizaste em 2010, portanto, exacto, foi este caso 26, recordaste se, portanto, isto foi uma intervenção que...

AF1 – Foi uma segunda intervenção

E – Ai foi uma segunda intervenção, e foi até ao fim, não foi interrompida?

AF1 – Foi até ao fim, sim.

E – Ok. Pronto. E achas que esta família se comportou de acordo com os objectivos do projecto?

AF1 – Eu acho que já havendo uma segunda intervenção, eles já conheciam muito bem o que é que eram os objectivos e o que é se pretendia, mas eu penso que esta família não foi o melhor exemplo, digamos assim, porque foi uma família que veio do tribunal, que era já a situação limite, tínhamos aqui um pai alcoólico, uma mãe negligente, pouco preocupada, ou...não sei, não sei muito bem, o que é que...eu acho que eles se sentiam muito obrigados. Parecia para mim, a mim parecia-me que quando eu lá estava e quando falava com eles, eles diziam que sim, que percebiam muito bem a até faziam, até cumpriam as coisas e nós estávamos muito contentes com a evolução. Eu acho que eles acabaram por evoluir e sentir que havia ali algumas necessidades, mas houve muita coisa que ficou...que ficou aquém das expectativas.

E – claro.

AF1 – Se calhar isto sou eu a dizer, enquanto assistente familiar, que nós também nos sentimos um bocadinho frustrados às vezes com os resultados, não é. Estamos ali a lutar por uma coisa e às vezes não é aquilo que a família quer.

E – Esta segunda intervenção foi sinalizada por quem?

AF1 – Foi a ECJ. Foi, foi. Foi a mesma da primeira.

E – Pronto. E pensando um bocadinho mais na tua experiência toda, mesmo para trás, enquanto assistente familiar, faço-te esta pergunta: como é que é ter de respeitar os valores e as regras das famílias que acompanhas?

AF1 – Às vezes não é fácil. Dá-nos vontade de chegar ali e “isto não é nada assim”...mas acho que também, nós aprendemos isso e, com a experiência, à medida que vamos acompanhando, também nos dá essa...esse travão, digamos assim, nós só temos é que respeitar os outros, não é, também gostamos que nos respeitem a nós, temos que respeitar culturas, temos que respeitar valores de cada um, e muitas vezes eles não fazem porque não tiveram...não lhes foram passados esses valores. E eu acho é que nós só temos é que respeitar, obviamente.

E – Claro. O que é que consideras que era tua prioridade no desempenho deste trabalho, junto das famílias?

AF1 – O bem-estar das crianças, a segurança, acima de tudo. Era o principal.

E – Era nisso que te focalizavas?

AF1 – Sim.

E – Ok. Agora, Pensando agora um bocadinho nas entidades sinalizadoras, que incentivos é que tu achas que as entidades têm para encaminharem casos para o Projecto Família?

AF1 – Eu acho que acreditam muito como uma última resposta, uma última oportunidade para as famílias, e acreditam mesmo neste projecto, as entidades que encaminham, eu acho que sim.

E – Porquê? Pelo tipo de projecto que é? Pela resposta?

C – Eu acho que sim, eu acho que é pelo tipo de resposta e por saber que é, por exemplo, uma comissão não consegue estar ao lado das famílias, não consegue acompanhar todos os dias, ou uma escola ou um hospital, qualquer entidade que sinalize...e sentem que nós somos um suporte daquela família e podemos estar mais próximos e ser intermediários, também.

E – Claro. Exactamente.

AF1 – Eu acho que é mesmo por isso.

E – Como é que tu achas que é a tua relação com as entidades, ou como é que era na altura, a tua relação com as entidades sinalizadoras, era próxima?

AF1 – Sim, sim. Dependia também, mas...não a entidade em si, mas alguns técnicos, porque havia comissões em que, tive vários casos de vários técnicos e tinha uma maior proximidade com uns do que com outros. Havia técnicos que me davam maior

feedback, havia outros que nem tanto, não se preocupavam tanto com isso. Eu acho que é mesmo mais pelos técnicos...

E – Pelos técnicos, não tanto pela entidade, mas mais o técnico...

AF1 – Sim, sim. Mas de uma maneira geral era boa e era próxima, portanto, comunicávamos bastante quando havia qualquer coisa, sim, isso sim.

E – E para ti, enquanto assistente familiar quais eram os principais incentivos para desempenhar a função de assistente familiar?

AF1 – Principais incentivos para desempenhar esta função...uma boa pergunta. Eu sempre acreditei...eu desde que começou este curso e que eu fiz o curso inicial, eu senti-me fascinada mesmo pelo projecto, porque é uma coisa completamente diferente, e perguntava-me a mim mesmo “será que isto é mesmo assim?”, eu acho que o projecto em si é muito...eu encaro como um desafio, e eu acredito que as pessoas merecem uma segunda oportunidade, se calhar muitas famílias já tiveram a segunda, a terceira, a quarta, a quinta...enfim, mas eu acho que todas as pessoas podem mudar, se calhar é uma utopia minha, não sei, eu acho que todas as pessoas podem mudar e merecem outra oportunidade e há muitos casos em que, não é porque não gostam dos filhos ou porque não querem o bem-estar deles, é porque não sabem como fazer isso ou porque nunca tiveram e não conseguem dar aos filhos e eu acredito e sinto-me, não é sentir-me bem, se calhar sinto-me útil...a fazer algo, pelo menos, não podemos transformar todas as famílias, mas pelo menos uma, não é, e obvio que não vamos obrigar ninguém, mas eu acho que é tão bom poder...saber que aquela família vai ficar bem, e que nós estivemos lá para os apoiar. Eu acho que somos um grande apoio para as famílias e para o bem-estar das crianças, acima de tudo.

E – Claro. E o que é que desmotivava?

AF1 – Tanta coisa...era, as famílias dizerem-te, imagina, as famílias dizerem-te que tinham muita vontade de mudar e que iam mudar, sei lá, não se preocuparem minimamente em transformarem a vida, não é, ou não acreditarem, não se preocuparem em mudar a vida para o bem-estar dos filhos, não é, não fazerem nada para que aquela situação mudasse. E isso frustrava-me imenso, ou marcar com as famílias e as famílias desmarcavam. São situações muito complicadas, eu lembro-me de situações em que marcava para irmos tratar de várias coisas, serviços...Segurança Social, Centro de Emprego, etc...e as famílias não apareciam ou chegavam bastante atrasadas ou, não havia ali um compromisso, no sentido de compromisso verdadeiramente. E havia situações que...e tive uma situação de uma retirada que também me frustrou imenso,

porque eu acreditei...lá está, eu acreditei muito naquela família e no final foi assim uma desilusão total...mas, pronto, eu tive um caso, há colegas que têm muitos...

E – Só tiveste um caso de retirada?

AF1 – Sim.

E– Caramba, num ano foi muito bom!

AF1 – Sim, sim, foi.

E - E no meio dessas coisas todas, achas que a supervisão é um apoio importante para o trabalho das assistentes?

AF1 – Sem dúvida. É o nosso momento. É o nosso momento ali da semana, em que podemos desabafar, podemos trocar ideias, podemos pedir ajuda. É um momento só para nós.

E – E, recorrias à supervisão sempre que precisavas?

AF1 – Sim.

E – Tipo, mesmo noutras alturas, sem ser na supervisão?

AF1 – Sim, sim, sim. Eu falava sempre com a supervisora. Muitas vezes entre nós, assistentes familiares, também. Porque eu acho que é importante e trabalhamos como um grupo e acho que as ideias de uma, da outra são todas importantes. Todas temos algo a dar.

E – Claro. Era acessível a supervisão e as supervisoras?

AF1 – Sim, sim.

E – Mas, na prática era fácil seguir as recomendações da supervisão?

AF1 – Não, não...na teoria é tudo muito bonito, mas na prática...em termos de supervisão quê...?

E – Por exemplo, relativamente a alguns casos, os conselhos e as recomendações...”talvez fosse bom fazer isto ou fazer aquilo ou seguir por aqui”...era fácil depois de seguir esses...

AF1 – Nós aceitávamos a sugestões, e depois fazíamos com ela o que entendêssemos, às vezes, se calhar, pensávamos melhor, e “ ah não, se calhar vou fazer assim...” até podíamos errar, mas a decisão final era sempre nossa. Eu acho que não era muito fácil, porque...ou então tentávamos e depois aquilo não resultava, às vezes não é muito fácil, porque mexe ali com muita coisa...

E – Pois. Consideras que o Projecto Família é eficaz?

AF1 – Eu acho que sim. É, é. Eu acho que sim, sempre acreditei no projecto e continuo a acreditar e eu acho que tem bastante sucesso.

E – Vale a pena?

AF1 – Vale. Sem dúvida. Nunca vi nada assim. Sei que há muitos projectos parecidos, mas não funcionam da mesma maneira, de todo...tão presentes como nós estamos! Não há. Depois é trabalho no terreno, coisa que, que é muito bom. Estás lá e vês a realidade, não é...e consegues perceber muita coisa. Se calhar às vezes técnicos, chamados técnicos de gabinete, entre aspas, não conseguem perceber, porque acham que a família não faz porque não quer ou porque é má vontade e às vezes não é bem assim..

E – O teu principal ano de projecto foi 2009, não é?

AF1 – Sim.

E – Pensando assim nesse ano, achas que a maior parte desses casos que acompanhaste foram de sucesso, nessa altura?

AF1 – Sim, pode-se dizer que sim, sim. Tive entre reunificações, prevenção de retiradas, sim. Pensando só naquele caso isolado, não é, que me deixou bastante triste, mas que foi inevitável, de uma forma geral si.

E - Pronto. Não sei se tens algum comentário ou alguma informação que te lembres, que gostasses de dizer...alguma coisa diferente ou até alguma pergunta sobre a entrevista ou sobre o estudo que estou a fazer ou assim...

AF 1 – Não...

E – Ok. Obrigada então.

Anexo X

**Transcrição integral da entrevista realizada ao Assistente
Familiar Nº2**

Entrevista ao Assistente Familiar N° 2

Duração: 11m30s

E – Há Quanto tempo é que desempenha a função como Assistente familiar do projecto Família?

AF 2 – Há 4 anos.

E - Começou há 4 anos mesmo? Começou quando?

AF 2 – Não. Primeiro vim fazer a formação como assistente familiar do Projecto Família. Após ter feito a formação, fiz o acompanhamento de uma família em voluntariado e depois então é que fiquei como assistente familiar.

E – Foi no mês de...?

AF 2 – Junho de 2009.

E – E além desse curso inicial de técnicos do Projecto Família e das formações contínuas do MDV, frequentou outras formações úteis para a função de assistente familiar...na área?

AF 2 – Não, foi mesmo só como técnico do Projecto família.

E – Pensando um bocadinho nas famílias que acompanha, que incentivos é que acha que as famílias têm para aceitarem a intervenção do Projecto Família?

AF 2 – Isso depende muito da entidade que nos sinaliza a família. Normalmente quando são pelas Comissões, a família muitas vezes quando aceita é porque se sente quase obrigada a tal. No entanto, quando...se realmente a família depois sentir motivação, quando começamos a intervenção, a própria família vai conseguindo identificar pontos que quer que seja ajudada para trabalharmos com eles e normalmente até acaba por resultar. Quando as sinalizações são por parte do tribunal, normalmente são intervenções mais complicadas, porque a família já vem também com uma postura do querer fazer as coisas só para mostrar e muitas vezes as coisas depois acabam por não resultar. De um modo geral, quando é por parte do tribunal as intervenções são muito mais complicadas. Mas quando vem por parte de escolas, de comissões, acaba por ser mais fácil de trabalhar com as famílias.

E – Porque é que elas aceitam a intervenção? Nuns casos elas sentem-se um bocadinho obrigadas, mas é em todos?

AF 2 – Não. Há famílias que sentimos mesmo que sentem necessidade de ser acompanhadas. Até chegamos a ter casos de termos acompanhado e depois a própria família sentir necessidade de ter novo acompanhamento e ser a própria família a pedir.

E – E que motivos é que acha que elas têm para aceitar? Porque é que elas aceitam?

AF 2 – Muitas verbalizam mesmo ter medo de perder os filhos e aceitam porque...

E – Pois, é a principal razão...

AF 2 – Sim, é a principal razão.

E – Destas intervenções que realizou em 2010, alguma foi interrompida por vontade da família?

AF 2 – Por vontade da família...hm...não, nenhuma delas foi interrompida por vontade da família, foram todas praticamente até ao fim, as que foram interrompidas foi mesmo porque, por questões, porque a situação que estava em Comissão passou para tribunal, porque a família não aceitou, mas tirando isso, todas foram até ao fim.

E – E acha que as famílias que acompanhou, essencialmente essas, se comportaram de acordo com os objectivos do projecto?

AF 2 – Destas que acompanhei nesta altura, a grande maioria sim, havendo aqui um ou outro caso que foi mais complicado, lá está, porque tratavam-se de situações do tribunal, mas na grande maioria acabaram por, a própria família, para além dos objectivos que são definidos pela entidade, a própria família acabou por ir identificando objectivos também que ela sentia necessidade que fossem trabalhados, e que se sentissem ajudadas nesses campos.

E – Noutros casos não?

AF 2 – Noutros casos não.

E – Casos do Tribunal...

AF 2 – Sim, nesses foi mais complicado.

E – Mas aqui não houve?

AF 2 – Houve um caso de tribunal...sim, houve aqui um caso de tribunal. E esse foi um pouco mais complicado.

E – Como é que é, no trabalho que desenvolve com a família, ter que respeitar regras e valores das famílias?

AF 2 – Muitas vezes essa é a parte mais complicada, porque, também, normalmente, também nos chegam famílias cabo-verdianas, angolanas, de outras nacionalidades e depois é muito complicado a nível da questão cultural, e muitas vezes deparamo-nos com essa dificuldade, porque nós tentamos trabalhar certos valores, certas regras, certas normas, que para cá, cá são normais e no país deles, eles são considerados...não fazem esse tipo de...não têm esse tipo de regras, esse tipo de valores, e fica muito complicado nessas famílias trabalhar essas questões. Eles dizem-nos mesmo muito “No nosso país

não é assim, nós não fazemos assim”. E a nível cultural fica muito complicado trabalhar certos aspectos.

E – O que é que considera ser a sua prioridade no desempenho da sua função junto das famílias?

AF 2 – Essencialmente proteger as crianças. Trabalhar com as famílias no sentido que a própria família reconheça as necessidades da criança, as principais necessidades, acima de tudo trabalhamos a pensar na criança.

E – Claro. Pensando agora um bocadinho nas entidades sinalizadoras, quais são os incentivos que acha que elas têm para encaminharem casos para o Projecto Família?

AF 2 – No caso das comissões eu sinto mesmo que é não têm mais respostas, não sabem mais como trabalhar com as famílias e depois como o trabalho deles é um bocadinho mais afastado, porque têm muitas famílias, não conseguem fazer um acompanhamento tão próximo. E penso que é por haver essa proximidade nossa, de técnicas assistentes familiares, que eles acabam por nos pedir essa intervenção e essa ajuda, por haver mais proximidade do nosso trabalho.

AF 2 – E em relação à sua relação com as entidades sinalizadoras, acha que é próxima?

E – Depende muito. Depende de caso para caso. Há comissões que são muito abertas, temos uma relação bastante próxima. Há outras que são mais fechadas. Eu sinto que, quando são intervenções por parte da EATL, equipa de apoio ao tribunal, às vezes é mais complicado, equipas da Santa Casa, costuma haver menos abertura, é mais complicado.

AF 2 – Mesmo durante as intervenções, por exemplo, mesmo a nível de comunicação com as entidades e assim?

E – Sim, às vezes há muito pouca abertura, se bem que já vamos conseguindo colmatar essas situações, mas ainda se sente muito...

AF 2 – Mas e em relação a outras entidades, escolas, associações..?

E – Dessas é muito mais fácil. Há muito mais abertura, muito mais abertura por parte das outras.

AF 2 – E agora pensando um bocadinho em si, como assistente familiar, quais são ara si os principais incentivos para desempenhar esta função?

E – Eu acho que o que me motiva mais e o que me fez querer seguir como assistente familiar após ter feito a formação, foi o facto de sentir que posso ajudar de alguma forma estas pessoas e acho que é isso que acima de tudo me motiva é o poder ajudar,

saber que estou ali, que posso ajudar a melhorar algumas coisas naquela família. Acho que isso é uma das maiores motivações.

AF 2 – E o que é que desmotiva? Também deve haver...às vezes

E – Sim, por vezes também temos momentos que desmotivamos. É às vezes estarmos a trabalhar com a família e sentirmos que...chegamos mesmo a sentir em alguns casos que não estamos ali a fazer nada, mas depois com o continuar da intervenção e no final, quando depois fazemos uma avaliação do que fizemos com a família, por vezes é giro ver que nós desmotivamos, sentimos que não fizemos nada e a família depois é capaz de apontar coisas positivas, mas muitas vezes é frustrante nós acharmos que estamos ali a batalhar, a batalhar e não se vê resultados e depois no final, ao ouvir por parte da família que realmente até sentiram que correu bem, é bom, mas por vezes é complicado.

E – Claro. Pensando agora um bocadinho na supervisão, acha que é um apoio importante para o seu trabalho como assistente familiar?

AF 2 – Sim, é muito importante, porque em conjunto conseguimos depois discutir os casos e às vezes temos algumas dúvidas se realmente estaremos a seguir o caminho certo ou os passos mais correctos para trabalhar certas questões e depois em supervisão isso ajuda muito, com as outros colegas, ouvir as opiniões, a troca, a partilha, é muito bom.

E – E recorre à supervisão sempre que necessita?

AF 2 – Isso, às vezes devia recorrer mais, mas também às vezes o tempo não nos chega. Às vezes é mesmo só o dia específico é que vimos cá.

E – Mas acha que a supervisão é acessível?

AF 2 – Sim, acaba por ser acessível, porque muitas vezes, mesmo quando, fora dos dias da supervisão, quando realmente sentimos muita necessidade, também conseguimos recorrer a colegas mais próximos, não digo todos, mas, acho que isso ajuda bastante.

E – E às supervisoras, não tanto?

AF 2 – Não tanto, mais às colegas.

E – Na prática é fácil seguir as recomendações das supervisoras?

AF 2 – Nem sempre é fácil. Porque muitas vezes também depende da família, das características da família e nem sempre é fácil cumprir todos os pontos. Na grande maioria sim, mas tem muito a ver com as características da família que temos à frente.

E – Já quase para terminar, queria-lhe fazer aqui uma pergunta. Considera que o Projecto Família é eficaz?

AF 2 – Na grande maioria dos casos penso que sim. Muitas vezes colocam-nos a questão de seis semanas será realmente o tempo útil para conseguirem resolver tudo e, não é que fique tudo resolvido, mas tudo o que é trabalhado, nós deixando lá a semente, depois a família por ela é capaz de ir construindo o que foi lá deixado. Claro que isso, cá está, como referi já anteriormente depende muita da característica de cada família. Há famílias que realmente demoram mais esse tempo, a dar esse passo, mas no fundo nós também acabamos por acompanhar a família durante o ano, mesmo que não se veja resultados nas seis semanas, nós depois vamos fazendo vários acompanhamentos e vê-se na grande maioria que a família vai crescendo e vai conseguindo consolidar o que foi trabalhado.

E – Portanto, no fundo, acha que pode dizer que é eficaz?

AF 2 – Sim, eu penso que sim.

E – Pronto, por último vou apenas perguntar se tem alguma questão, algum comentário ou alguma informação que ache importante partilhar ou alguma pergunta sobre, até sobre o estudo ou sobre a entrevista ou qualquer coisa..

AF 2 – Não, penso que não.

E – Está tudo esclarecido?

AF 2 – Está tudo, não tenho qualquer dúvida.

E – Mito obrigada então.

AF 2 – Obrigada.

Anexo XI

**Transcrição integral da entrevista realizada ao Assistente
Familiar Nº3**

Entrevista ao Assistente Familiar N° 3

Duração: 33m15s

E - A primeira pergunta que eu queria colocar é: quanto tempo desempenhou a função de Assistente Familiar do Projecto Família?

AF 3 - Contando com o estágio profissional? Sozinho? É porque, como eu fiz estágio curricular...

E - Contando com tudo.

AF 3 - Contando com tudo, à volta de dois anos e meio, quase três.

E - Quando é que saiu?

AF 3 - Saí este ano de 2011 em Agosto e entrei em Setembro de 2009.

E - Além do curso inicial de técnicos do Projecto Família e das formações contínuas do MDV, frequentou outras formações úteis para a função de Assistente Familiar?

AF 3 - Frequentei uma que tinha a ver com colocação de crianças em risco. E assim que me lembre acho que foi a única, porque as outras foram todas no âmbito aqui do Projecto Família.

E - Que incentivos é que acha que as famílias têm para aceitar a intervenção do Projecto Família?

AF 3 - A primeira, é porque nós chegamos numa altura em que o maior risco que elas correm é serem-lhes retiradas as crianças, portanto, elas já estão a aceitar tudo porque sabem que se não aceitarem muitas vezes isso incorre logo no processo de retirada. Outra tem a ver com o facto de que já estão tão habituadas a conhecer pessoas que a maior parte delas já não quer muito saber quem são “Está bem é esta, então, pode ser...” Portanto, não há muito querer e nem há muito aquela questão de esta é uma intervenção muito diferente ou muito igual, elas já aceitam porque aceitam. Porque também, da forma como as entidades muitas vezes lhes colocam, não é uma questão de quererem ou deixarem de querer, é uma questão de “está aqui, é para você fazer”.

E - Acha que elas se sentem obrigadas?

AF 3 - Sim, muitas vezes. Muitas vezes não lhes é explicado se não por nós que existe a possibilidade de elas não quererem e que elas não são obrigadas a nada, embora tudo tenha consequências. Não é a questão do sim ou do não, ou do sim ou do não. Elas têm todo...como é que hei-de dizer, ...têm todo o direito de dizer que não. Por exemplo, eu estava aqui a ver uma das minhas famílias, que foi a D. Joaquina, que ela disse que não,

que não lhe fazia sentido. Ter alguém em casa a olhar para ela, enquanto ela estava a fazer as coisas em casa que não lhe fazia qualquer tipo de sentido, portanto que não queria. E foi muito complicado de trabalhar com a CPCJ que assim era, que a senhora tinha todo o direito de dizer “Eu não quero. Eu não me sinto bem, isto não me faz sentido, porque é que hei-de ter uma doutora em minha casa a olhar para mim?”

E – Mas depois avançou a intervenção?

AF 3 – Não...não.

E - Não chegou a começar?

AF 3 - Fiz duas semanas, mas depois não, porque a senhora realmente dizia “Não percebo. Não faz sentido estar aqui, o que é que você está aqui a fazer?”

E - Há muitos casos desses?

AF 3 - Há. Há, a única coisa é que...a maior parte das famílias que eu acompanhei, senão todas, a 1ª sensação foi “O que é que você está aqui a fazer? Porque é que você é diferente? O que é que eu tenho que fazer consigo?” Só que muitas delas acabou-se por criar ou um laço a nível afectivo em que elas percebiam em que nós mais que tudo poderíamos ser o ouvinte e portanto elas poderiam dizer o que elas quisessem que nós estávamos lá para as ouvir e noutras a questão de nós não estávamos ali a obrigá-las a fazer nada, e ao não obrigá-las a fazer alguma coisa elas percebiam que podiam ser mais elas do que com os outros técnicos que “tem que ser assim”. E então acabavam por aproveitar a intervenção. Mas quase todas no início diziam “O que é que você está aqui a fazer?”, de uma forma ou de outra.

E – pois. Das intervenções que realizou em 2010, alguma foi interrompida por vontade da família?

AF 3 – Para além desta da D. Joaquina, houve duas.esta da Otília não ouve intervenção, mas foi porque os próprios técnicos já tinham seleccionado outro tipo de intervenção quando era suposto nós começarmos e portanto não ficou. E a Vanita Barros, porque passado...é assim, ouve intervenção, chegámos às quatro semanas, mas ela própria não tinha objectivos, e portanto aquilo não estava a fazer sentido. Foi por mútuo acordo, portanto não foi só da minha parte disse que não fazia sentido, mas também da família. Do resto não. Do resto houve tudo intervenção. Não sei quem é esta senhora...isto não foi uma intervenção minha..

E – É possível que haja algum engano, não sei.

AF 3 – Eu não me lembro desta senhora. Esta eu sei que foi a questão dos técnicos na altura já terem decidido outro tipo de intervenção. O resto aqui que está assim. Ah e este

senhor, foi um senhor que foi a tribunal, este literalmente foi-lhe imposto pela juíza que aceitasse a nossa intervenção e ele nunca deu o número. Portanto, se contar como família que não aceitou, muito provavelmente...

E – Portanto, não aceitou antes de iniciar..

AF 3 – Não, ele aceitou, mas ele nunca deu o número para que a intervenção pudesse começar, portanto nunca houve sequer uma 1ª visita.

E – Claro, portanto, aceitou formalmente, mas na prática não...

AF 3 – Exactamente. Portanto, se contar como famílias que não aceitaram a intervenção eu acho que este senhor poderia contar porque ele nunca facultou o contacto que permitisse que a intervenção pudesse sequer começar.

E– Esse senhor que é o José...

AF 3 - José Barros.

E – Exactamente. Ok. Acha que as famílias que acompanhou, essencialmente essas em 2010, se comportaram de acordo com os do objectivos do projecto?

AF 3 – Sim. Tirando aquelas que eu referi há pouco, que foi intervenções que não resultaram, porque as famílias não queriam, porque não lhes fazia sentido, as outras sim, sem dúvida nenhuma, mesmo aquelas que acabaram por não correr bem, e existe aqui algumas, foram sempre se comprometendo com os objectivos e comigo e com, com um bocadinho do...com o espírito do projecto, do “vamos fazer alguma coisa mesmo que seja os seus objectivos e, então, o que é que você faz por isso” e elas fizeram, tentaram sempre o máximo delas que, lá está, não que algumas não acabassem por correr mal porque correram, pelo menos três das que estão aqui não tiveram grandes fins, mas houve, houve um período em que elas se comprometerem com o projecto, com aquilo que o projecto significava.

E – Tinham essa intenção, não tinham intenções contrárias aos objectivos do projecto?

AF 3 – Não, não. Tinham, tinham realmente...perceberam, lá está, que havia uma possibilidade de fazer diferente e muitas delas fizeram, inclusivamente quando os serviços da comunidade não davam resposta, elas próprias procuravam resposta por elas, ou na família alargada ou nos amigos ou...portanto, havia aquela motivação de fazer diferente do que estavam a fazer até ali, portanto, sem dúvida nenhuma, muitas delas fizeram muito pelos seus objectivos.

E – Pois. E como é que é respeitar as regras e os valores das famílias que acompanha?

AF 3 – É difícil. É difícil, porque muitas vezes as regras e os valores deles não se compadecem com os nossos. Com os nossos, não tanto a nível pessoal, mas com aquilo

que lá está, que é pedido pelas entidades e que é aceite pelo tribunal como sendo o que leva as crianças a ter um desenvolvimento saudável e bom para elas próprias. Eu lembro-me, por exemplo, uma destas famílias não via sequer que tinha a casa num estado muito, muito sujo. E portanto, aquilo para eles não era um problema. E é muito complicado quando nós entramos num sítio, vemos tudo completamente imundo e aquilo não é um problema para as pessoas. Porque quando é e eles não conseguem manter, tudo bem, nós conseguimos falar, tentar inventar cinquenta mil estratégias, agora quando nós entramos, nós até tentamos abordar e depois aquilo não é um problema para eles nós ficamos um bocadinho entre a espada e a parede, que é, não vamos dizer directamente “você não sabe o que é uma casa limpa” porque isso vai ser quebrar a ligação por completo, a partir do momento em que a gente diz alguém que ele não sabe o que é limpeza, quer dizer, como é que podemos ter uma relação com eles? Por outro lado, sabemos que à partida isso está a por em causa os menores estarem ali, portanto, mexermos assim entre o limiar e muito, muito complicado. Outra das questões é dinheiro. Falar de dinheiro com as famílias...falar de dinheiro com qualquer pessoa é complicado. Falar de dinheiro com elas é muito mais complicado. Primeiro porque elas associam muito ao papel das entidades que nos referenciam, lá está, do polícia, daquela que diz “você não pode gastar x em bolachas, porque as bolachas não são necessárias, tem que gastar x em carne, ou em peixe ou em arroz ou seja o que for. E depois porque, para trabalhar isto com eles nós depois temos que supervisionar e é muito complicado andar a supervisionar o que é que as pessoas gastam ou deixam de gastar. Foi das coisas mais difíceis para mim, foi a questão da limpeza, principalmente quando não era assumido pelas pessoas que era um problema e a do dinheiro. Outro problema que eu também encontrei, só com uma destas famílias que está aqui, era a questão dos segredos. Deles me ligarem, cada um, a contar coisas e dizer “você não pode contar a x porque...” e eu chegava lá a casa e como é que é? Porque, porque um lado está a quebrar completamente a relação do familiar e a questão do meu papel lá que é “vamos por isto em pratos limpos e ver se nos resolvemos”. Só que ao fazer isto de uma forma muito directa, estamos a quebrar a ligação com aquele que nos ligou a dizer que as coisas não estavam bem. Portanto, foi das três questões mais difíceis, a nível de valores, que tive com as famílias, e não achei nenhuma solução fácil. Acho que é caso a caso e tentar muito puxar por eles ali na altura. Depois, uma das questões também muito complicadas é as questões matrimoniais, porque é difícil falar com eles, porque é difícil às vezes fazê-los ouvir uns aos outros e porque às vezes a gente sai de casa deles e

aquilo continua exactamente igual e a gente volta lá na semana a seguir e está tudo exactamente igual e nós ficamos “bom, onde é ficou a comunicação? Onde é que ficou tudo aquilo que nós falamos aqui?” zero, foi assim das coisas mais complicadas...

E – Mas além disso tudo, apesar disso tudo há coisas que se tem mesmo de se respeitar, não é, mas que deve ser complicado... mesmo de valores e tudo, princípios e isso?

AF 3 – Sim. Quando temos por exemplo avós e netos, que os valores dos avós já não têm nada a ver com aquilo que são os valores da sociedade agora. Por exemplo, esta D. Joaquina, uma das coisas que ela não aceitava de todo era a questão do bater. Porque, ela...bater os netos, sim, dava-lhe e o que é que agente tinha a ver com isso? E porque é que isso era errado? E que outras formas é que ela tinha de controlar o comportamento deles? E por mais que a gente tentasse falar com ela e tentasse por aquilo em pequenos blocos, ela dizia “ eu não vou mudar a minha forma de estar. Já criei 10 filhos, eu tenho não sei quantos netos, portanto, porque é que estes hão-de ser diferentes dos outros todos? Eu tenho um filho que é professor. Eu tenho um filho que é advogado. Eu tenho um filho que é não sei o quê que é não sei que mais, portanto, o que é que eu estou a fazer de mal com estes que eu não fiz com os meus filhos? É muito complicado.

E - O que é que considera ter sido a sua prioridade no desempenho da sua função junto das famílias?

AF 3 – Mostrar-lhe que havia saída. Ou seja, que elas não eram incompetentes, que o que elas passam a vida a ouvir dos outros técnicos, que elas não sabem isto, que elas não sabem aquilo, que elas não percebem aquelo outro...era muito mostrar-lhes que elas tinham a vida delas nas mãos. Que elas tinham escolhido ter filhos e que isso era uma responsabilidade, mas lá está, como elas escolheram ter filhos elas podiam ter escolhido milhentas outras coisas, portanto, as portas não estavam fechadas só porque sim. E foi sempre um bocadinho a minha perspectiva, era que havia outras possibilidades, que havia coisas que se calhar elas não tinham tentado, mas que eram possíveis. Por exemplo, uma das minhas famílias já não acreditava que a filha alguma vez fosse sair do lar, já não acreditava, achava que os técnicos todos estavam contra ela, portanto, de que é que valia tentar? E foi um bocadinho por aí, foi tentar que ela percebesse que, se calhar estavam contra ela, porque ela própria também já não acreditava nela, já não acreditava que houvesse mudanças que ela pudesse fazer e a partir do momento em que ela acreditasse que era possível. Que as coisas não seriam fáceis, mas que sem tentar e sem lutar por isso, o que é que ela estava ali a fazer, não é? Foi sempre um bocadinho a minha perspectiva perante as famílias.

E – Agora falando um bocadinho em relação às entidades sinalizadoras, que incentivos é que acha que elas têm para encaminharem casos para o Projecto Família?

AF 3 – O nós trabalharmos em casa das famílias, o facto de elas já saberem que nós conseguimos ter uma relação muito mais próxima com as famílias do que elas, que é mais fácil para nós tentarmos-lhes mostrar que não somos o bicho papão, e que portanto, estamos lá para ajudar. Que muitas vezes as entidades sinalizadoras não conseguem passar, porque ao mesmo tempo que dizem que estão lá para ajudar têm toda uma lista de coisas que a pessoa tem que fazer, e não é fácil ouvir de ninguém que tens que fazer isto e que tens que fazer aquilo, e portanto, fica muito difícil elas terem um laço emocional com as famílias com tantas coisas que elas dizem “você tem que fazer isto, você tem que ir ali, você tem que fazer aqueloutro”, que nós não temos, e depois o facto de que, como nós acabamos por articular muito com eles e com as famílias, nós também ajudamos a que eles percebam melhor as entidades sinalizadoras e eu acho que isto é uma coisa que as entidades depois também sentem, que já não vão lá só por irem, e que eles vão lá e já se conseguem expressar, já conseguem falar, já conseguem explicar-lhes melhor o que é quase passa do lado de lá, sem tanto medo. Eu acho que esses acabam por ser muito os pontos positivos que as entidades vêm na nossa intervenção.

E – E ia também questionar se considerava que a relação que vocês, assistentes, mantêm com as entidades sinalizadoras se é próxima...

AF 3 – Sim, é próxima. Às vezes não corre tão bem como a gente queria, nem como eles queiram, porque eles acabam por achar que nós somos a ponto directa delas, e que nós vamos fazer aquilo que eles não conseguiram fazer. Quando percebem que não é bem assim, e o primeiro embate normalmente é quando estamos perante a família e lhe dizemos “você quer ou não quer esta intervenção?”. E eles não estão nada à espera, porque, lá está, eles mandaram muitas vezes para tribunal a dizer que nós vamos intervir e nós estamos ali a explicar à família que isto não é obrigatório. Portanto, este primeiro impasse é assim um bocadinho complicado, mas depois conseguimos muito boas relações, até a nível de, depois da entidade que nos sinaliza para as outras que trabalha com a família, porque muitas vezes eles já se conhecem e nós não e portanto normalmente é a entidade que sinaliza que nos apresenta a todas as outras, que faz a ponte das informações e houve, pelo menos comigo, houve muito boas relações que eu estabeleci com as entidades sinalizadoras.

E - E para si, quais são os principais incentivos para desempenhar a função de assistente familiar?

AF 3 – É assim, para mim, por um lado, é a questão do acreditar. Acreditar que as pessoas chegam a certos pontos, não porque queiram, mas porque se vêm num abismo e portanto vêm que nada mais existe para além daquilo, daquilo que conhecem. E por outro lado, porque eu gosto, eu gosto da intervenção comunitária, eu gosto de trabalhar directamente com as pessoas, não ser aquele trabalho de gabinete em que nós vemos uma parte da vida da pessoa, mas ali em que conseguimos mexer vários cordelinhos, em que conseguimos orientar a pessoa nos seus sistemas todos, muito mais do que num gabinete em que só ouvimos, somos passivos, não sei, não sei explicar muito bem, mas era uma das coisas que eu mais gostava no projecto, era o facto de nós irmos ao encontro das pessoas, de nós podemos dizer “Ok. Isto não está a funcionar bem, vamos mexer, vamos mudar, vamos por as mãos à obra, vamos fazer qualquer coisa para que isto seja diferente”. Acho que essa sempre foi a minha parte de eu gostar do projecto.

E – E o que é que a desmotivava?

AF 3 – Às vezes a falta de respostas, a falta de respostas nos sistemas alargados, porque era horrível nós dizermos à pessoa “olhe, vá ali” e depois a pessoa ia lá e batia com a porta na cara e nós pensávamos “Boa, andamos aqui meses a tentar que você fosse fazer qualquer coisa e quando você realmente vai e faz, não há resposta”. Por outro lado, o que me irritava mais era não ter um sistema de apoio cá dentro. Não haver uma questão de feedback, de alguém que pensasse comigo, de alguém que me dissesse “tenta por ali” ou “isto não está a resultar porquê?” ou “isto não está a funcionar, vamos pensar” e só pensar, não ser a supervisão corrida que é, não ser os dez minutos que a gente fala, diz o que quer e ficamo-nos por ali, não, ser mesmo um debate, caso a caso, pensar, mesmo que não fosse todas as semanas a nossa vez de debater seja o que for, que quando fosse, fosse realmente, não fosse só o despejar de informação, não fosse só o dizer “eu fiz isto, eu fiz aquilo”, porque isso é muito vago, porque há problemas que nos colocam que não é fácil. Não é fácil a gente saber que não há saída, como por exemplo numa família que não está aqui, que foi do ano provavelmente de 2011, de uma senhora idosa que eu tinha, que ela não tinha respostas. Ela vivia num sítio isolado, o neto já tinha uma pré-delinquência assim um bocado grave, mas eu não tinha uma resposta para por aquele miúdo numa actividade extra-curricular. A senhora tinha a filha que era esquizofrénica, tinha o marido com montes de problemas de saúde, a senhora tinha problemas de saúde, quer dizer, que resposta é que se dá aquilo? Nenhuma. Como é que nós podemos ir ao

encontro de uma família sabendo, mexemos nós no que mexemos, não interessa, porque aquilo já não tem forma de andar. E eu acho que isso sempre foi uma coisa que faltou muito aqui, foi backup. Foi aquela questão do “vamos sentar, vamos analisar, do princípio ao fim” e não todas as semanas ter a sensação de que se está a falar da família pela primeira vez. Isso desmotiva bastante.

E – Apesar disso, acha que a supervisão é um apoio importante para o seu trabalho? Era, na altura...

AF 3 – Não, não acho. Eu acho que uma supervisão real seria, muito boa. A supervisão que existia não.

E – Recorria à supervisão sempre que necessitava?

AF 3 – Sim, recorria. Tentava recorrer. Muitas vezes recorria a colegas, que eu sabia que tinham passado por casos parecidos ou que sabia que conheciam alguém que podia dar uma ajuda. Às vezes recorria ao Maia que era a nossa supervisão emocional, externa. Muitas vezes recorri a ele, inclusivamente chegamos a discutir numa reunião a questão desta velhota, que era uma coisa que me preocupava imenso, principalmente porque foi numa altura quase em que eu estava a sair e, portanto, era mesmo aquela sensação de impotência do “eu não vou ficar, ninguém fica, como é que é?”, mas, no início tentava recorrer mais à supervisão, depois acho que quando percebi que não era dali que ia tirar as minhas respostas, não, não tanto, mais aos meus colegas, e muitas vezes até às entidades sinalizadoras. Eu lembro-me que quando tive um caso de uma família que está aqui, mas já passado muito tempo, que a senhora foi vítima de violência doméstica, a quem eu recorri foi umas das entidades sinalizadoras, com quem eu já me dava bem, que não era a deste caso, mas que eu tinha-me dado bem com a técnica e foi a ela que eu liguei a perguntar “como é que eu faço isto? Ajuda-me por favor, o que é que eu faço?” Portanto, eu dizer que há relações com as entidades sinalizadoras que ficam e que são muitas boas até para outras coisas que não têm nada a ver com as família que seguimos em conjunto.

E – Claro. Mas a supervisão era acessível ou não?

AF 3 – Acessível era, as respostas é que não existiam, o discutir é que não existiam. Não tem a ver com uma questão de acessibilidade, tinha muitas vezes a ver com uma questão do “quem não está no terreno não entende” E isso para mim sempre foi uma das coisas muito complicadas e depois a questão da pressa, e a questão do “temos que fazer e temos um dia e temos que todos falar tipo cronómetro”, que quer dizer, eu percebo que se fôssemos todos falar à velocidade que se calhar precisávamos, se calhar

demorava muito mais tempo, por isso é que eu digo, se calhar podia não ser todas as semanas o mesmo a discutir, mas quando discutíssemos, discutíssemos em pleno direito. E depois é assim, eu posso dizer que, das supervisões que eu melhor tive foi quando estive cá a Dr.^a Isabel, a espanhola, porque ela, e nem foi um caso meu, foi um caso de um outro colega nosso, que realmente discutimos, discutimos o que estava por trás e aquilo que realmente se poderia analisar dali e o que é que se poderia fazer, porque nós somos humanos e portanto temos falhas e muitas vezes cometemos coisas que nem sequer percebemos na altura, mas quando estás por tua conta é muito mais difícil tu te ires apercebendo disso. Não era na supervisão, muitas vezes, que haveria esse espaço.

E – Pois. Mas quando havia recomendações da supervisão era fácil seguir essas recomendações?

AF 3 – Não. Primeiro porque muitas vezes são contraditórias. Por acaso não foi em nenhum caso meu que isto foi tão visível, digamos assim, mas houve um caso que eu me lembro que numa semana era x e noutra semana era z, ora, se numa semana tu dizes à família x, tu não podes chegar lá na semana a seguir e dizer que é z, porque ou assumas que era x e que estava mal e vais tentando ultrapassar aquilo, ou então, se tu todas as semanas chegas ao pé das pessoas e dizes “olhe, afinal não é isto, é aquilo”, depois não é aquilo é o outro, torna-se confuso. Até para ti, quer dizer, tu estás ali a assumir uma posição que é muito complicada, que é, a família já acha que tu estás ali mais ou menos por favor, começa a confiar em ti, acredita naquilo que tu dizes, vais nas tuas directrizes e depois tu dizes que não é nada daquilo? Então como é que é? Qual é a tua posição? Onde é que está a confiança que tu estabeleceste? Uma coisa é tu assumires que erraste, assumi muitas vezes com as minhas famílias que podia não ter a maior razão, até que uma das coisas que eu lhes dizia muitas vezes era “quem decide são vocês”. Eu digo o que eu acho e o que eu penso em relação a isto, veja estas alternativas, agora, a decisão é vossa, porque são vocês que vivem aqui, não sou eu. Agora, é muito complicado tu teres de uma supervisão uma opinião uma semana e na semana a seguir chegares, contares exactamente a mesma coisa e a opinião ser completamente o oposto. A minha posição era muitas vezes o assumir por conta e risco, aquilo que achava que era o mais certo, aquilo que...e muitas vezes na supervisão dizia que não ia seguir certas directrizes. Até porque lá está, para chegar à semana a seguir e mentir, que não é muito o meu perfil, eu preferia dizer logo “eu não concordo, não acho que faça sentido”. Houve outras vezes que fiz, mesmo não concordando e afirmando

que não concordava, muitas vezes, quando tinha a ver com até, lá está, não tanto com as famílias, mas com as questões com as entidades, que segui aquilo que na supervisão me disseram, mas sempre salvaguardando que não era, não era aquilo que eu achava que devia ter sido feito.

E – Acha que o Projecto Família é um projecto eficaz?

AF 3 – Acho. Acho que é preciso... não serve para todas as famílias, não serve para todos os problemas, mas acho, acho que sim, acho que é extremamente eficaz. Quando é, lá está, bem focalizado para as famílias que realmente querem mudar, querem fazer alguma coisa da vida delas, acho que é das melhores ajudas, porque, eu acho que a maior parte das famílias que eu acompanhei, senão todas, e correndo mesmo o risco de dizer todas, não sabem como interagir com as pessoas, não sabem interagir com o técnico, não sabem interagir com a sociedade no geral. E eu acho que isso é das maiores coisas que nós levamos. Eu tinha uma família que não queria escrever nada. Não era que não soubesse escrever, mas o escrever no papel era todo um problema para ela e passado um ano e meio, para além dela já escrever no papel, ela já conseguia falar com as pessoas e dizer exactamente aquilo que pensava. Porque a maior parte das famílias, por mais fizesse o escarcéu, às vezes, e gritam e fazer toda uma peixeirada, quando é para falar a sério e quando é para dizer “eu não concordo” não são capazes e, portanto, dizem que sim a tudo e vão para casa e fazem o que entendem. E explicar-lhes que elas não têm que fazer isso, que elas podem dizer que não, desde que se expliquem porque é que não querem fazer determinada coisa, e que isso não é errado, acho que é das maiores coisas que nós lhes podemos dar e portanto eu acho que é super eficaz, mesmo.

E – Vale a pena.

AF 3 – Vale, vale. Tem é que ser, lá está, não dá para todas as famílias, que é uma coisa que, no Projecto Família aqui e eu não conheço os outros, não conheço nos EUA, não conheço em Londres, portanto... eu até acredito que funcione tudo da mesma maneira, é a questão dos números. Eu acho que enquanto funcionar por números, por muito que isto depois tenha implicações a nível económico, a nível da Segurança Social, a nível daquilo que se tem que justificar, não vai correr bem, porque as famílias não são um número e, principalmente, porque ao estarmos a gastar recursos com famílias que não têm o mínimo objectivos estamos a perder recursos para aquelas que até tinham, para aquelas que até queriam fazer alguma coisa com isso.

E – Claro.

AF 3 – Eu posso dizer que das famílias que tenho aqui em 2010, tenho, uma, duas, três, quatro...sim...quatro famílias que realmente queriam fazer qualquer coisa. Claro que outras também dar passos maiores, dar passos menores, mas também conseguiram, mas se calhar se, quatro em treze famílias...doze, porque eu não sei quem...acho que esta não é minha, mas, quatro em doze, já viste os recursos que tu gastaste com famílias que, à partida, não queriam fazer nada, que as mudanças foram mínimas e que podiam estar ocupadas por outras famílias que, tal e qual como estas quatro, queriam realmente ser diferentes e fazer diferente.

E – Claro.

AF 3 – Eu acho que é aí um bocado que as coisas falham.

E – E o “aí” é onde? Na entidade sinalizadora?

AF 3 – Sim. Na entidade sinalizadora e na triagem que é feita aqui, e no medo de dizer “não”. No medo de chegar ao pé da entidade sinalizadora e dizer “isto não faz sentido”, quer dizer, tenho aqui uma família que está a ser obrigada a aceitar a intervenção...isto não faz sentido, chegar ao pé do tribunal e dizer “não somos pau para toda a obra”. Houve uma entidade em específico que as técnicas diziam “Se fossemos à procura de famílias com motivação, vocês não tinham trabalho” e nós dizíamos “não, nós tínhamos!”. A questão é essa, é que existem famílias que querem mudar, existem pessoas que não querem estar onde estão, nem fazer como fazem. Agora, se nós açambarcamos todas, quer dizer, aí sim, essas perdem-se, acabamos por trabalhar com pessoas que não têm o mínimo de objectivos, que não querem mudar nada e que estão super confortáveis na posição em que estão, e nós passamos seis semanas a trabalhar com elas a motivação...isso deixa-nos espaço para nada, porque é depois, quando entras em *follow up* que recebes chamadas todos os dias a dizer “doutora, eu preciso disto”, “doutora, eu gostava de falar consigo por causa daquilo”, quer dizer, não é justificável, porque é muito mais trabalho para nós e porque dificulta imenso a intervenção daquelas duas que agora estás a fazer, porque passas a ter quatro, cinco...eu costuma dizer na brincadeira..

E – Mas depois essas não resultam?

AF 3 – Às vezes, mas lá está, se naquele momento estão motivadas, se calhar era naquela altura que devia ter começado. Eu acho que falta trabalho das entidades, em falar com as famílias e dizer “isto existe, com uma possibilidade se você quiser, porque se você não quiser, o que é que estamos aqui a fazer?”. Andamos a gastar recursos, andamos a gastar dinheiro, andamos a gastar tempo, para nada.

E – Claro.

AF 3 – Eu tive...só para tu veres, uma das famílias que está aqui, a senhora não queria nada, absolutamente nada. Ela queria que nós lhe déssemos a legalização, para ela poder ter acesso ao Rendimento Social de Inserção, porque aí sim ela podia cuidar do filho. Como é que tu trabalhas com alguém, cujo objectivo de vida é estar a receber o Rendimento Social de Inserção? Que motivação é que esta pessoa tem para fazer alguma coisa? Nada, porque procurar trabalho é chato, porque tirar um curso é chato, quer dizer, e nós intervimos com ela, podíamos estar a intervir com outra família qualquer, que se calhar tinha mais objectivos, se calhar podiam não ser os nossos, tudo bem, se calhar até podiam ser coisas completamente arbitrárias, não tinha problemas, mas tinham objectivos de fazer qualquer coisa. O que nós explicávamos, muitas vezes, às entidades é “não nos interessa que elas tenham os vossos objectivos, isso para nós não é problemático, ou que elas não vejam que as coisas estão mal por isto ou por aquilo”, agora tem que ter um objectivo qualquer. Nós não podemos chegar lá casa e estar sentados a olhar para o ar e prontos, estarmos ali por estarmos, é muito complicado.

E - Por último, tem alguma questão, algum comentário que queira fazer?

AF 3 – Não, quer dizer, acho que não. Quando fiz a...eu fiz a tese sobre isto também, sobre o Projecto Família...

E – Exacto, eu vi.

AF 3 – Muito provavelmente as tuas variáveis não têm nada a ver com as variáveis que eu estudei, agora, a questão é esta. Eu acho que a questão central é, o que eu vi na tese é que, existe uma data de coisas que tu podias estudar e que havia muitas coisas que corriam bem no Projecto Família. A partir do momento em que as famílias não fossem consideradas um número, a partir do momento em que as pessoas foram tidas na sua individualidade. Às vezes eu acho que esta questão do quantitativo se sobrepõe tanto ao qualitativo...que é muito difícil isto andar para a frente, porque nós podemos perceber que cada família que recebemos é uma família diferente, mas se para as nossas chefes, se para a Segurança Social, se para o Estado no geral, se quisermos dizer assim, continuar ser uma questão de “quantas famílias é que acompanhaste?”...o que é que é o sucesso? O sucesso é deixares o miúdo em casa? Ou o sucesso é retirares o miúdo que está a ser maltratado? Até que ponto é que o sucesso é tirar, até que ponto é que o sucesso é ficar? Não sei, aquilo que eu mais achei durante a tese, e principalmente

durante os tempos que estive aqui foi que o sucesso é uma coisa que não existe aqui, porque a partir do momento em as famílias entram, ou melhor, que nós entramos pela porta da casa delas, falta ali muita coisa para ser um sucesso. E muitas vezes crianças ficam e não deviam ficar e muitas vezes crianças são retiradas por coisas tão simples como os pais não têm o ordenado x ou y. Quantas vezes a gente não vê técnicos da Segurança Social reclamarem com eles porque eles compram as bolachas da marca x...o que é que isso me interessa? Eles são livres de fazer as escolhas deles, desde que eles tenham carne e peixe e batatas em cima da mesa. O que é que me interessa se eles compraram as bolachas x ou y? Desde que a crianças esteja alimentada, o que é que nós temos a ver com isso? Portanto, eu acho que há muitas coisas que nós fazemos diferente, e que é bom. Ao menos aquelas que a gente consegue fazer diferente são menos que a gente não consegue fazer...mas acho que há muito a questão dos números, muito a questão das famílias, quantas famílias...eu posso dizer olha, por exemplo, esta, a Cristina, foi uma família que eu comecei em Fevereiro de 2010, quando eu acabei em Agosto de 2011, quando eu me fui embora, eu continuava em contacto com esta família quase todas as semanas. Quase todas as semanas eu falava com esta senhora, quase todas as semanas eu estava com ela. Os técnicos do lar continuavam-me a ligar, portanto, havia uma coisa que a gente brincava aqui que é, tu todas as semanas tens duas famílias novas, mas tu tens cinquenta mil que deixaste para trás que continuam ali. Portanto, tu nunca largas uma família, tu tens é sempre famílias novas, porque, lá está, porque é impossível. E isso é difícil de gerir, é difícil de gerir as novas famílias e as famílias antigas.

E – Obrigada!

AF 3 – De nada!

Anexo XII

**Transcrição integral da entrevista realizada ao Assistente
Familiar Nº4**

Entrevista ao Assistente Familiar N° 4

Duração da entrevista: 16m07s

E – Há Quanto tempo é que desempenha a função como Assistente familiar do projecto Família?

AF 4 – Seis anos.

E – Seis anos. Portanto, iniciou mais ou menos em que mês?

AF 4 – Outubro. Sim entrei em Outubro.

E – Além do curso inicial de técnicos do Projecto família e das formações contínuas do MDV, frequentou outras formações úteis para a função de assistente familiar?

AF 4 – Não. O que eu tenho e que acho que foi uma ferramenta útil, além de toda a minha formação da minha licenciatura de base que é de sociologia, tenho uma especialização em mediação de conflitos e mediação familiar e acho que me dá ferramentas que ao longo do trabalho com as famílias ajuda.

E - Falando agora um bocadinho do trabalho concreto que é desenvolvido com as famílias, que incentivos é que acha que elas têm para aceitarem a intervenção do Projecto família? O que é que as motiva? Porque é que elas aceitam?

AF 4 – O muitas vezes sentirem-se completamente sozinhas e o sentiram mesmo que querem ajuda, ou seja, que estão envoltas em vários problemas e, como que, congelassem, e não soubessem para onde ir mas querem avançar. Portanto, e sentirem que alguém vindo de fora pode desbloquear e ajudar.

E – E porquê o Projecto Família e não outros? Porque elas às vezes têm outros apoios...porque é que o Projecto família em si, porque é que aceitam? Serão obrigadas às vezes, não?

AF 4 – Eu acho que depende muito, lá está, de como é apresentado o projecto Família. Portanto, quando é bem apresentado e elas percebem que vamos estar ali ao lado delas, elas aí aceitam com uma grande facilidade e vêm, lá está, como alguém, a assistente familiar, alguém que as vai, de facto, ajudar. Quando é apresentado como algo que está incluído num acordo ou quando já é a nível do tribunal em que é obrigatório, às vezes, há uma maior reticência, portanto, é mais um técnico que vai vir, portanto elas muitas vezes sentem assim, mas depois com o passar das semanas vão-se apercebendo, lá está, da relação que criam connosco que de facto que é diferente e muitas vezes em várias famílias sente-se como que um clique e uma...e depois até mesmo no discurso delas, na perspectiva, na forma de relação, uma diferença...e isso faz toda a diferença.

E – Das intervenções que realizou em 2010, houve alguma que foi interrompida por vontade da família?

AF 4 – Por vontade da família não. Houve várias...houve uma em que nem cheguei a conhecer a família, portanto, a entidade sinalizadora enviou-nos e quando eu contactei não era possível intervir porque a senhora entretanto tinha sido presa, portanto, não cheguei sequer a conhecer a família.

E – A 22?

AF 4 – Sim.

E – Exacto.

AF 4 – E houve outras em que eu interrompi porque os menores foram retirados, e por acaso em 2010 foram vários, credo. Uma, duas, sim...em que houve retirada e portanto houve retirada e a intervenção não chegou até ao fim

E – Que foram a 44?

AF 4 – Não, 47 que houve retirada e aqui houve retirada...e por acaso foram seguidinhas. E fruto disso, portanto, a 51 não conclui porque passou para outra assistente familiar porque uma das retiradas era na mesma zona e aí por segurança minha, não intervim.

E – Nas outras em que a intervenção continuou, acha que as famílias se comportaram de acordo com os objectivos do projecto? De acordo com o esperado?

AF 4 – Depende. Ouve umas que sim e houve casos que eu estou a ver tipo de reunificação, em que, lá está, agora estando já nós...tendo finalizado um ano, até houve vários processos tipo que arquivaram, portanto, e houve reunificações plenamente consideradas com sucesso, houve outras reunificações que, lá está, nós técnicos quando intervimos e quando houve a sinalização estávamos a apostar também nisso e a família, lá está, não correspondeu, portanto, apesar de termos completado um ano de intervenção algumas destas reunificações acabaram por não se concretizar e possivelmente o projecto de vida de algumas destas crianças vai ser outro, nomeadamente algumas tipo, a adopção. E outras ainda que não envolveram estes casos de reunificação mas eram aquelas questões mais de negligência em que houve, portanto, melhorias dentro de cada família, não é, porque lá está, depois cada caso é um caso, e que os menores continuam bem. Portanto, às vezes não se consegue logo grandes mudanças e aí nós também técnicos temos que aqui dosear um bocadinho as nossas expectativas porque depois cada família tem o seu timig, mas acredito sempre que fica como uma sementinha do

nosso trabalho lá, nomeadamente das seis semanas intensivas e quando há pelo menos uma estabilização, não deixa de ser no meu entender também um sucesso.

E – Claro. Como é que é ter de respeitar as regras e os valores das famílias que acompanha?

AF 4 – Não é difícil, porque fruto da relação que se cria e acho que não são assim também tão diferentes ou tão díspares do chamado senso comum. Ou senão também fruto da gente ver tanta coisa ou ouvir tanta coisa acho que também temos uma abertura muito grande. Para mim o mais difícil é às vezes respeitar os ritmos e com isto eu quero dizer quando eu entro numa casa e vejo tanta coisa que pode ser feita, tanta coisa para mudar, e a família acha que por exemplo está tudo bem, ou é tudo normal ou quando nós estamos com aquela ansiedade “Então vamos já fazer isto, ou vamos ali...” e a família tipo “Ah...para a semana ou amanhã”. Portanto, essa parte custa muita mais dosear do que os próprios...a questão dos valores ou assim. Até porque às vezes, lá está, fruto das sinalizações também temos e da questão de estarmos também num país cada vez mais multicultural temos recebido sinalizações cada vez...até mesmo paquistaneses, por exemplo, eu acho que é um desafio também tipo conhecer e se gente for com uma abertura, até perguntar pela cultura e assim é como se quebrássemos um bocadinho o gelo e entrássemos dentro e fossemos também aceites. Depois a grande dificuldade às vezes é perceber...porque depois podemos cair no rótulo de dizer “é cultural” qualquer...e isso justificar um comportamento ou uma prática e aí às vezes temos que dosear. O que é cultural não é desculpável a tudo. E às vezes nomeadamente a nível dos castigos, isso vê-se muito e às vezes podemos cair no erro de dizer “é cultural...”e não é tanto assim.

E – O que é que considera ser a sua prioridade no desempenho da função de assistente familiar no trabalho que vai desenvolvendo com as famílias no dia-a-dia?

AF 4 – Prioritário logo quando entro é, e quando estou a conhecer uma família, é a questão da empatia. E conseguir, lá está, criar relação. Depois, e vendo só da minha parte, é conseguir estar de facto e ao longo de todo o processo com uma escuta activa muito muito presente, porque, lá está, às vezes é difícil. E nomeadamente tendo em conta aquilo que eu falei há pouco depois dosear o que é meu e as minhas expectativas e o que é da família. Basicamente é muito por aí para depois conseguir, enquanto esse casos não acontece, logicamente penso sempre na família no geral, mas nos casos quando já chegamos a um certo limite aí é pensar mesmo na criança e as questões da segurança da criança.

E – Claro. Pronto, pensando agora um bocadinho nas entidades sinalizadoras, que incentivos é que tu achas que as entidades têm para encaminhar casos para o projecto? Porque é que elas o fazem?

AF 4 – Sendo muito sincera, eu acho que o grande incentivo delas tem a ver com o nº processual de casos que têm e nós sermos tipo um tubo de escape, de como uma salvaguarda principalmente quando já nos conhecem e também há uma boa relação, e uma relação até mesmo de confiança para com o projecto em si. É como uma salvaguarda, tipo “Eu consigo depositar, entre aspas, estas famílias e sei que estão bem cuidadas”. Então, na medida em que eu tenho um volume processual muito grande, eu posso gerir melhor os outros. Pronto, muitas vezes...à partida eu acho que é assim o grande...mas com algumas entidades, nomeadamente quando já há um grande relacionamento consegue-se, de facto, uma grande articulação e um trabalho em conjunto, nomeadamente também, neste ano de 2010 tive processos mesmo que, ao fim de um ano, conseguiu-se mesmo o arquivamento, muito fruto disso, dessa articulação, nomeadamente a nível de serviços e assim. Para mim é fundamental, porque depois deixa-se a rede criada. Nós podemos sair, mas a estrutura local está lá e fica e não há necessidade de estar com o processo aberto.

E – Pois. Uma outra questão era exactamente se considera que a relação que mantém com as entidades sinalizadoras se é próxima ou não.

AF 4 – Com algumas é mais próxima do que com outras. E aí eu sinto uma grande diferença, lá está, no próprio fluir do trabalho, porque naquelas em que a relação é próxima e que de facto temos, que acompanhamos mais do que uma família da mesma entidade e com o mesmo técnico, muitas vezes é como se já não houvesse necessidade de palavras. E entendimentos e a própria apresentação da família super fluida e cria-se logo ali um ambiente para o trabalho fluir. Quando é uma entidade nova, lá está, ou a gente não conhece, é normal, ainda estamos a criar relação e então há aqui mais, tem mais formalismos, digamos assim. E faz diferença.

E – Claro. Mas depois ao longo da intervenção vai havendo comunicação?

AF 4 – Sim, vai havendo comunicação, pedidos mesmo tipo de ajuda, “Olha está-me a ser difícil, por exemplo, contactar ou encaminhar, tu como és ECJ é mais fácil”, portanto, há uma forçadinha e as coisas aí resultam.

E – Ok. E pensando agora um bocadinho em si como assistente familiar, quais são para si os principais incentivos para desempenhar esta função?

AF 4 – Para mim, sobretudo, e foi desde o início é o gostar do trabalho tipo no terreno. Não me imaginaria num gabinete. É ter a possibilidade, de facto, de estar em vários bairros e poder fazer parte. Ou seja, e estar dentro de casa das famílias e poder, de facto, fazer parte e ver a evolução.

E – E o que é que desmotiva?

AF 4 – Às vezes o que desmotiva não tem a ver com a família em si, tem a ver com o sistema e com o tempo das respostas. Tem a ver com o facto de nós estarmos...por exemplo, mesmo no terreno ver uma situação de emergência, querer actuar e ter que esperar. Ter que esperar que venha autorização do tribunal, ter que esperar...essa é a parte que me frustra mais. É isso e é quando fruto de todo o trabalho nós temos uma visão e um projecto de vida para aquela família e depois o tribunal decidir, por exemplo, tudo ao contrário. Essa é a parte mais frustrante.

E – Claro.

AF 4 – Em relação às família não. E já tive várias situações, quer de uma relação muito próxima a nível de afectividade, quer mesmo em relação a zangas, mas é tudo muito genuíno e é tudo muito ali, e depois as coisas, lá está, passam.

E – Exacto. E no meio dessas coisas todas, a supervisão é um apoio importante para trabalho de assistente familiar?

AF 4 – Muito sinceramente para mim não. Nem nunca o senti como tal.

E – Recorre à supervisão sempre que necessita?

AF 4 – Não. Sempre recorri mais a outros técnicos, nomeadamente no meu caso, à Carina, que sempre me acompanhou desde o início, sempre foi ela o meu suporte. A supervisão não. Sempre consegui, eu fora, por mim mesma, e com recurso...resolver as situações.

E – Mas a supervisão é acessível?

AF 4 – Muito se calhar fruto do regime da gente vir cá só à terça-feira, portanto, vimos à terça-feira e é um bocadinho despejar o que foi a semana, eu sempre desde o início disse acho que falta um bocadinho a parte emocional...a parte emocional, a parte dos sentimentos, lá esta, as nossas frustrações, as nossas angústias, até mesmo as ligações que se criam com as famílias, porque a fronteira é muito ténue no meio disto tudo. Isso eu sempre que faltava na supervisão desde o início, agora, com o passar do tempo, na medida em que são seis anos, a gente depois cria as nossa próximas defesas e muito sinceramente agora não me faz falta. Se não tivesse agora não me ia fazer diferença.

E – Eu ia perguntar, mas não sei se já...ia perguntar se na prática se é fácil seguir as recomendações da supervisão?

AF 4 – É, na medida em que, para mim é como se elas não existissem, eu sempre achei, sempre fiz o meu trabalho. Sempre cheguei aqui e digo o que fiz e nunca tive assim grandes sugestões, ou “podias ter feito diferente” ou “faz antes isto”.

E – E no início também era assim?

AF 4 – Também. E já tive situações em que fiz algo e depois cheguei aqui e disse-o, porque sempre o digo, e que não era bem aceite, mas também não...sempre assumi as minhas responsabilidades e se voltasse atrás faria o mesmo..

E – Ok. Eu por último vou só perguntar se considera o Projecto Família eficaz.

AF 4 – Considero. Considero eficaz. Considero que é uma mais-valia, pensando, lá está, numa resposta para as famílias, numa resposta diferente. Lá está, depois depende de cada família, depende de cada caso, mas acredito que era o que eu estava a dizer há pouco, é uma resposta diferente, e que conseguimos sim, com este modelo de estar próximo das famílias e sobretudo pela relação que criamos, conseguimos fazer parte e gerar mudanças.

E – Claro. Mesmo que às vezes eles não fiquem na família?

AF 4 – Hmm

E – Ou, por exemplo, no caso dos institucionalizados, às vezes há mudanças que são importantes...

AF 4 – Claro. Nomeadamente às vezes nesses casos, pensando nas famílias, é pensar que o futuro dessas crianças pode ser diferente.

E – Não sei se queres fazer alguma pergunta sobre a entrevista, sobre o estudo ou alguma observação ou comentário extra...

AF 4 – Não.

E – Está tudo esclarecido.

AF 4 – Está tudo, está tudo.

E – Ok. Obrigada.

AF 4 – De nada.

Anexo XIII

**Transcrição integral da entrevista realizada ao Assistente
Familiar Nº5**

Entrevista ao Assistente Familiar N° 5

Duração da entrevista: 21m15s

E – Há Quanto tempo é que desempenha a função como Assistente familiar do projecto Família?

AF 5 – Há quase seis anos, desde 2006.

E – Em que mês é que começaste?

AF 5 – Em Setembro.

E – Setembro de 2006

AF 5 – Hmm.

E – Isso é muita coisa...Além do curso inicial de técnicos do Projecto família e das formações contínuas do MDV fizeste alguma outra formação...

AF 5 – Exterior?

E – Exterior...útil...

AF 5 – Ao longo deste tempo...algumas acções de formação, sim.

E – Em que áreas?

AF 5 – Violência doméstica, houve algumas. Protecção de menores também...tudo à volta dos menores, da protecção...algumas coisas que vão surgindo por aí.

E – Falando agora um bocado das famílias, que incentivos é que achas que as famílias têm para aceitar a intervenção do Projecto Família?

AF 5 – É o desespero. É a vontade de saírem do momento pior da vida delas. Porque se não estiverem desesperadas não funciona. De resto, normalmente também vêm o Projecto família como alguma fonte de apoio económico, o que depois acaba por não acontecer, mas é uma expectativa das famílias muitas vezes. Ou como companhia, porque são famílias completamente isoladas e o problema principal de cada elemento é solidão, apesar de viverem juntos e poderem ser muitos, todos se sentem muito sozinhos. É o problema geral de todas as famílias, independentemente do problema identificado ou sinalizado, é a solidão.

E – Elas aceitam a intervenção de forma voluntária?

AF 5 – A maior parte das vezes sim, nas minhas famílias, pelo menos, sim. Não há...porque eu também trabalho menos com o tribunal. O tribunal é que geralmente tem esse poder de obrigar, eu como trabalho mais com as escolas e com a comissão, geralmente é voluntário, aceitam bem.

E – Das intervenções que realizaste em 2010, portanto essencialmente estas, houve alguma que foi interrompida por vontade da família?

AF 5 – Sim, houve duas... houve três, houve três, que foi aqui..a 6/Alm/2010, que foi, não chegou bem a começar, andamos ali duas semanas a tentar marcar e remarcar, mas o padraço deste jovem não estava minimamente aberto a qualquer tipo de intervenção, portanto a mãe acabou por desistir, mas a mãe estava desesperada, isto teria sido uma intervenção muito boa, porque o miúdo também teve aceitação. Eu tive duas ou três vezes com ele e havia aceitação plena. Era um adolescente de dezasseis anos e estava mesmo disponível e a mãe também, mas como o chefe da família não estava para aí virado, não houve. Ela acabou por desistir. Eu não cheguei a ver o senhor sequer. E aconteceu exactamente o mesmo com esta, com a sete, 7/Alm/2009, mas aqui o menino era pequenino, portanto, não houve propriamente aceitação ou não, não é, era ainda um bebe, mas a mãe queria, e queria mesmo. E ainda estivemos ali um ou duas semanas a ver se pegava ou não, mas esta não cheguei mesmo a ir lá casa, nem nada, e encontramos-nos fora de casa.

E – Mas o motivo foi o mesmo, ou seja, o companheiro...

AF 5 – Foi, o pai não facilitou. Depois ela começou a inventar muitas desculpas...“hoje não pode ser porque estou doente” ou “tenho de ir aqui ou acolá”, mas depois acabou por dizer que não, não conseguia convencê-lo e que ele achava que as coisas se resolvia sozinhas, portanto...então pronto...mesmo assim não estava no mesmo nível de desespero aqui desta primeira, esta é que tive mesmo pena, porque era...estava mesmo tudo a favor. E depois aqui a nº 13, acabamos por fazer as seis semanas, mas a mãe acabou...não, fizemos quatro para aí e a mãe acabou por desistir, mas era mesmo porque ela não...não tinha capacidade nem estabilidade emocional, o problema era ela mesmo, não tinha ponta por onde se lhe pegasse, aliás, esses miúdos deviam ter sido retirados logo.

E – E das outras que a intervenção seguiu mais para a frente e isso, tu achas que as famílias se comportam de acordo com os objectivos do projecto?

AF 5 – Os objectivos do projecto são os objectivos delas, não é, portanto, de acordo com os objectivos delas...acho que sim, sim, conseguem, conseguem segui-los, agora, mantê-los é que depois é mais difícil, depois das seis semanas, agora, durante as seis semanas acho que sim, todos estiveram empenhados.

E – Mas têm comportamentos dentro do esperado?

AF 5 – Sim, sim, sim, têm. Têm e conseguem pensar e conseguem reflectir e conseguem admitir também quando não conseguem ir mais longe. Conseguem, acho que sim.

E – Como é que é respeitar regras e valores das famílias que acompanhas?

AF 5 – É muito complicado. É complicado, porque algumas mexem com os nossos sentimentos também.

E – Exactamente.

AF 5 – E pronto, e há situações em que é mais difícil de lidar, como ali o caso da treze, que quando a doença mental está muito evidente, é muito complicado, principalmente ver os miúdos a ser maltratados, não é, e não poder impedir, não poder salva-los, não poder intervir, porque a mãe também não conseguia, é que nem era não querer, era mesmo não conseguir...ultrapassa-nos.

E – Pois.

AF 5 – Essas situações são mesmo as piores, de resto, a nível de valores culturais também há algum choque, também tive alguns problemas desse género aqui na número catorzes, realmente tinham uma cultura muito enraizada, muito rígida, e diferente do que nós esperamos de facto, mas acho que se dá mais a volta aí do que na doença mental, a doença mental é que...não...não dá.

E – Não dá...

AF 5 – Não dá...é muito mais difícil.

E – O que é que tu consideras ser a tua prioridade no desempenho da função junto das famílias?

AF 5 – A prioridade...

E – A tua, normalmente.

AF 5 – Que as crianças fiquem em segurança. Quando nós sairmos termos alguma tranquilidade.

E – Claro.

AF 5 - O que não acontece às vezes, de todo. E conseguir criar relação, porque sem criar relação também não vale a pena.

E – Não se consegue...

AF 5 – Não se consegue nada. São as minhas duas prioridades. A primeira, se calhar até é mesmo conseguir criar relação para depois ter a segunda, que é ter minimamente a tranquilidade, quando sair, que as crianças sobrevivem, pelo menos.

E – Que ficam em segurança, não é?

AF 5 – É, mínima , mas sim.

E – Ok. E agora pensando um bocadinho nas entidades sinalizadoras, que incentivos é que tu achas que as entidades sinalizadoras têm para encaminhar casos para o Projecto Família?

AF 5 – Normalmente encaminham-nos quando não fazem a mínima ideia o que é que hão-de fazer com elas, com as famílias. Porque enquanto têm alguma ideia vão fazendo sozinhas, vão fazendo as coisas básicas, os encaminhamentos que podem, quando percebem que os encaminhamentos que fazem não são suficientes, aí sim, lembram-se de nós, para remediar. O problema é que lembram-se de nós para os casos impossíveis, para aqueles que não há...

E – Também elas não conseguem...

AF 5 – Nem elas, e o problema é que às vezes nem ninguém, não é? Mas pronto, é a última tentativa. É a última tentativa para todos.

E – Mas tem a ver com o tipo de resposta que nós damos também?

AF 5 – Sim, claro que sim. O estarmos lá em casa é a grande vantagem. É a vantagem a todas as outras instituições. É que não termos o horário das nove às cinco e o estarmos mesmo lá em casa, porque não é só o horário que conta. É mesmo o estarmos lá infiltrados, como muitas vezes é visto. E muitas entidades acham que isso depois serve como, como se fôssemos os olhos delas, não é, estar lá em casa, para...para terem a informação que não têm sem nós. Para nós é um bocadinho complicado, porque não é bem essa a nossa intenção.

E – Exactamente.

AF 5 – Não é fazer o relato da vida privada das pessoas para os técnicos que estão cá fora.

E – E como é que é a relação...consideras a relação que manténs com as entidades sinalizadoras próxima?

AF 5 – Depende dos técnicos, as relações são pessoais. Portanto, se nos damos bem com o técnico, ficamos ali com uma fonte de sinalizações e de contactos e de tudo e mais alguma coisa. Se a relação não corre muito bem, é estritamente profissional e o estritamente profissional para o Projecto família não chega.

E – Tem que haver mais...

AF 5 – Tem que haver mais. Portanto, é sempre complicado.

E – Claro, mas depende muitos dos técnicos...

AF 5 – Depende, depende das pessoas, depende da capacidade de...

E – E das instituições? Do tipo de instituição que encaminha?

AF 5 – Acho que não. É o técnico, é a pessoa em si. Há pessoas que conseguem criar relações próximas connosco, mesmo que seja com o intuito de ter alguém lá em casa para ter informações, mas mesmo assim conseguem acolher e perceber que nós não somos uns técnicos tradicionais. E não somos, não podíamos ser, senão não íamos lá para casa.

E – Claro, exactamente. Ok. E agora...para ti, quais são os principais incentivos para desempenhar a função de assistente familiar?

AF 5 – Hm...

E – O que é que te motiva?

AF 5 – É a recompensa emocional. De perceber que fizemos a diferença e de ver que conseguimos ajudar alguém a ser melhor. Claro que não vamos reconstruir família, não é, isso é uma ilusão mais ou menos comum, tanto nossa como das entidades sinalizadoras, não é, que pensam que em seis semanas vamos fazer magia e transformar as famílias infelizes em famílias normalíssimas e adaptadas...isso não acontece, de forma alguma. Mas fazemos algumas diferenças e essas diferenças podem justificar as crianças ficarem em casa ou não e ficando ficarem melhor do que estavam. Esse é o grande incentivo.

E – E o que é que desmotiva?

AF 5 – O que desmotiva é quando as famílias não conseguem e quando saímos a meio, como aconteceu ali na número treze, com a sensação de que não mexemos nada, que está tudo exactamente como estava, portanto, é mais ou menor passar pelo inferno e sair, sabendo que o inferno continua lá...é uma frustração muito grande e, pronto, temos de aprender a lidar com a frustração, mas não é nada agradável mesmo.

E – E no meio disso tudo, achas que a supervisão tem um papel importante? De apoio no vosso trabalho?

AF 5 – Enquanto grupo tem...é um dia por semana em que podemos contar as histórias. Claro que depois há muitas limitações, tanto a nível técnico, como a nível de tempo e espaço e capacidade para acolher as nossas emoções, que não existe, e que era bom que existisse, mas na medida em que o grupo também está mais coeso neste momento, há mais hipóteses de entre pares, não é, entre colegas, haver esse espaço de contenção, mas mesmo assim é muito insuficiente, muito insuficiente nesse aspecto.

E – Recorres à supervisão sempre que necessitas?

AF 5 – É sempre uma vez por semana.

E – Mas não há outras situações em que às vezes é preciso?

AF 5 – Não. Para isso existem os colegas, sempre foi assim desde o início.

E – Mas a supervisão é acessível?

AF 5 – Acessível em que sentido?

E – Sabes que podes contar com a supervisão?

AF 5 – Com a supervisão ou com a supervisora?

E – Tudo, de uma maneira geral...

AF 5 – Sim, o telefone normalmente está ligado, portanto para emergências suponho que sim.

E – Exacto. Ok. E na prática, é fácil seguir as recomendações ou os conselhos da supervisão?

AF 5 – Não há muitos. Portanto não há muito que seguir.

E – Sim, mas mesmo da supervisão, eu digo, mesmo das reuniões de supervisão, das recomendações dos colegas, dos colegas se calhar mais, não sei...

AF 5 – Sim...quer dizer, eu acho que somos nós que orientamos o nosso trabalho, isto é trabalho individual.

E – E isso poderá ter a ver também com a experiência que já tens, não?

AF 5 – Eu acho que funciona assim para todos. Francamente não me parece que...

E – Não, eu digo, por exemplo, no início, quando iniciaste a função de assistente familiar...

AF 5 – Estávamos muito sozinhas, completamente sozinhas, não havia grupo anterior, não havia nada a imitar...

E – Claro, era o início de tudo, não é...

AF 5 – Tivemos que criar o nosso próprio estilo sozinhas, portanto.

E – Claro, pois. E...enfim, e achas que o Projecto Família é eficaz?

AF 5 – Já achei mais. Já tive mais fé na eficácia. Se considerarmos a eficácia um sinónimo de sucesso e se o sucesso for “sim, as famílias ficam melhor do que estavam”, acho que até...até...até é possível que fiquem melhor do que estavam, agora, não atingem é os nossos parâmetros...de segurança propriamente ditos.

E – Mas achas que vale a pena?

AF 5 – Acho. Vale sempre a pena, as crianças estão lá na mesma. Não é? Os problemas estão lá na mesma. Não mexemos é o que desejamos, não muda o que era ideal.

E – Pois, mas muda alguma coisa?

AF 5 – Mudam alguma coisinha, sim, e só por isso vale a pena. Não vale a pena no sentido de sairmos com a sensação de “sim, agora sim, está tudo tranquilo, está tudo em segurança” isso já não, isso já aprendi que não.

E – Pois, e isso também não depende dos casos?

AF 5 – Depende, depende dos casos, mas de forma geral a tendência é de facto complicada, mas eu também tenho uma particularidade...é que as minhas famílias, a partir deste ano, começaram a ser maioritariamente adolescentes.

E – Que é mais complicado...

AF 5 – E os adolescentes são muito difíceis de mudar, quer dizer, os adolescentes não são difíceis de mudar, as famílias é que são difíceis com os problemas da adolescência, que também é uma parte difícil, as duas coisas juntas...pronto. E a partir de 2010, de facto...

E – Incluindo 2010?

AF 5 – Incluindo sim. Ok. A maior parte destas famílias têm...é de adolescentes, o problema, as crianças sinalizadas são adolescentes e é muito difícil haver o sucesso. O sucesso é muito relativo...

E – Antes não tinhas tanto essa sensação?

AF 5 – Não, com as crianças pequenas é muito mais fácil ter o sucesso, muito mais. É mais orientações. Sim, também há o trabalho de disciplina, mas é uma disciplina...em crianças pequenas é muito diferente de uma disciplina com adolescentes, não é, e nós apanhamos adolescentes de rua, não é adolescentes que estão em casa só a ter a crise da adolescência, não. Apanhamos meninos de rua mesmo, que têm idades que acham que já não...já é tarde para lhes vir falar em limites, em regras, em autoridade...autoridade são eles, não é? A autoridade é a rua. Portanto, nesses casos o sucesso é muito relativo, nesses casos o sucesso é amparar os pais, sossegar os ataques de raiva, sossegar...tanto os adolescentes que também não aguentam os pais, nem os pais que não aguentam os adolescentes, mas não é propriamente resolver a questão...aí o nosso objectivo é mudado.

E – Se calhar se esta pergunta surgisse antes de 2010, se tu consideras o Projecto Família eficaz, se calhar...

AF 5 – Não, era diferente. Muito mais eficaz, completamente. Muito mais. A população de Almada é que mudou. A população que eu tinha em Lisboa, porque eu os primeiros anos trabalhei na área de Lisboa, era completamente diferente. O sucesso era muito maior.

E – Pois.

AF 5 – A partir do momento em que fui para Almada, as sinalizações é quase tudo adolescentes, quase tudo. E o sucesso aí é muito relativo. Muito relativo. É mesmo sossegar, conseguir que tenham bocadinhos de paz para conseguirem sobreviver todos juntos.

E – Mesmo assim, vale a pena?

AF 5 – Vale, vale. Vale porque senão os sentimentos negativos eram maiores e a solidão era maior de cada um. Rompendo um bocadinho a solidão de cada um, dar um espaço de contenção mínimo, porque os adolescentes aderem ao projecto, têm uma óptima adesão ao projecto, têm objectivos próprios, conseguem ter este espaço de falar, de mandar a raiva toda cá para fora. O problema é que não controlam os comportamentos na mesma, o Projecto Família é insuficiente, mas é melhor do que nada. Por isso é que nestas famílias temos que puxar um bocadinho pela rede.

E – Pois.

AF 5 – E a rede é que é mais difícil.

E – Exactamente.

AF 5 – Mas sem a rede o projecto Família é insuficiente, sem dúvida nenhuma, mas é melhor do que nada.

E – Claro.

AF 5 – E qualquer rede sem o Projecto Família, nestas famílias, também não vai muito longe, aí não vai não!

E – Pois.

AF 5 – Acompanhar famílias com adolescentes em gabinete? Não serve.

E - Não dá.

AF 5 – De forma alguma.

E – Claro. Aí o facto de ser em casa tem muita influência. E o facto de haver a disponibilidade total que vocês têm.

AF 5 – Hmm. E uma idade mais ou menos próxima também. Se fôssemos dez anos mais velha se calhar não tinha o mesmo impacto, conseguirmos chegar mais perto, não é...tratarmo-nos mais ou menos como pares para conseguir alguma proximidade, senão não vale a pena.

E – Bem, não sei se tens mais alguma questão...eu é que fiz as questões todas, não é...mas se tens alguma questão ou se queres fazer algum comentário ou informação adicional relativamente a mais ou menos a estas questões...

AF 5 – Eu acho que também as entidades que nos sinalizam acabam por ficar frustradas, muitas vezes, com o nosso trabalho. Acho que esse é um facto importante. Nós sentirmos a frustração, não só de não conseguirmos atingir os objectivos da instituição que nos sinaliza, como depois sentirmos a frustração deles perante o nosso esforço. Porque às vezes eles não entendem que é muito complicado estar dentro da casa de famílias que estão um caos, estão completamente desfeitas...e depois querem resultados práticos e às vezes os resultados práticos aparecem muito tempo depois das seis semanas, apesar começarem a ser trabalhados nas seis semanas. Só que é um início, não é? E não depende de nós, depende das famílias. Eu acho que nós sentimos muito esse peso, de ser delegado em nós essa obrigatoriedade da mudança, como se fosse a nossa capacidade técnica que estivesse em causa. E acho que isso é um factor importante. Eu, pelo menos, sinto-me muitas vezes julgada pelas instituições, nesse aspecto.

E – Mas, lá está, se calhar pior agora exactamente porque tens casos muito mais complicados...

AF 5 – Muito mais complexos..

E – Se calhar antigamente em Lisboa não sentias tanto isso...

AF 5 – Mas já existia, sim, sim. Existe um peso muito grande. “Como vão lá para casa e como criam uma relação próxima, tem que haver resultados”, como se fosse assim simples e básico, mas pronto, de facto dantes havia mais resultados, não é...agora é mais difícil essa parte prática, quase estatística do “conseguiram isto, isto, isto...” aqui é diferente, não é nada assim tão concreto, são questões mais profundas. Mas pronto.

E – Mas vale a pena, não é?

AF 5 – Vale, vale. Isso não ponho em causa, vale sempre a pena.

E – Ok. Mais algum comentário?

AF 5 – Não.

E – Não? Está tudo?

AF 5 – Está tudo.

E – Obrigada então.

Anexo XIV

**Transcrição integral da entrevista realizada ao Assistente
Familiar Nº6**

Entrevista ao Assistente Familiar N° 6

Duração da entrevista: 26m45s

E - Há quanto tempo é que desempenha a função de assistente familiar do Projecto Família?

AF 6 – Eu comecei, portanto, em 2010. Estou há cerca de 2 anos agora, vou fazer dois anos...

E – Em que mês é que entrou?

AF 6 – Se não estou em erro, comecei em Abril. Em Abril de 2010, mais ou menos assim, portanto, vou fazer agora...em Abril quase os dois anos. Mais ou menos nessa altura fiz a formação e depois comecei a acompanhar as famílias, logo.

E – Além do curso inicial de técnicos do Projecto Família e das formações contínuas do MDV, fez alguma formação útil para este trabalho?

AF 6 – Neste âmbito? Não, só tinha feito a formação anterior, não é, de psicologia, mas mesmo para este tipo de intervenção não fiz mais nada, a não ser o projecto aqui...a formação aqui do projecto.

E – Pronto, pensando agora um bocadinho nas famílias, que incentivos é que acha que elas têm para aceitarem a intervenção do Projecto Família?

AF 6 – A maior parte dos incentivos que eu vejo, é na perspectiva da resolução de problemáticas ali muito emergentes. Mas no entanto, verifico que este incentivo é muitas vezes imposto pelas entidades que sinalizam as famílias...entidades do tribunal, portanto, comissões...e sinto que na primeira abordagem com as famílias, há ali um bocado de pressão e que “sim senhor, vem-me ajudar mas tenho um bocado de receio que tipo de ajuda é que vai ser”...é um bocado nesse sentido.

E – Ou seja, quando a entidade sinalizadora propõe elas, algumas aceitam porque são obrigadas e outras...

AF 6 – E outras simplesmente...a maior parte talvez porque são obrigadas, porque são medidas, portanto, em que as crianças têm, não é, em termos de processo jurídicos e são mesmo obrigadas, apesar de ser um trabalho, uma aceitação voluntária do projecto, mas de qualquer forma sentem-se um bocadinho coagidas a esse respeito, não é...a outras famílias, talvez uma minoria, em que aceitam porque, pronto, pode ser mesmo uma mais-valia e aceitam a nossa presença, em termos de trabalho.

E – Dessas famílias que acompanhou em 2010, houve alguma que foi interrompida por vontade da família? Alguma intervenção?

AF 6 – Por vontade da família não. Houve aqui uma... posso dizer o nome? Esta aqui a Vanda, eles não estavam muito motivados, isto era um processo de reunificação e a instituição onde estava o menor, onde estava a menor, portanto, queria apoiar a reunificação, mas em termos de motivação da família não estava mesmo muito fundamentada, portanto, era a tal coisa, era por imposição da instituição. Receberam-nos muito bem, mas nós fizemos o primeiro diagnóstico, verificamos que não havia mesmo motivações da família para esta cooperação e achámos por bem, então, não continuar a intervenção...dizendo também à família que logo que necessitassem ou que vissem que era mesmo necessário, portanto nós podíamos voltar a fazer. A situação da crise neste momento, acho que não estava...não estava mesmo presente, porque os grandes factores de risco que havia aqui nesta família, que era em relação aos irmãos mais velhos da menor, que estava institucionalizada, portanto, eles tinham tido problemas com a justiça, estavam presos, portanto, essa actuação de risco tinha saído e realmente não havia esta motivação...

E – Foi a família que quis interromper a intervenção?

AF 6 – Não, foi...foi quase que em acordo. Portanto, nós chegamos a um ponto, depois de fazer o diagnóstico, verificamos que não havia condições para trabalho também, não havia motivação da família, portanto, e depois de termos dito que talvez tivéssemos que interromper a intervenção a família também aceitou e...

E – Claro. Ok.

AF 6 – E até à data nunca mais voltaram a contactar.

E – Nos outros casos em que fez as intervenções, não sei haverá aí casos de interrupção ou de intervenções que não avançaram, mas de uma maneira geral nesses casos...nestes casos todos de 2010, acha que as famílias se comportaram de acordo com os objectivos do projecto?

AF 6 – Sim, creio que sim. Apesar de haver aqui muitas vezes uma perspectiva da tal imposição, creio que depois de mostrar o que é o projecto, acho que as pessoas ficam muito sensibilizadas também a aceitar esta ajuda, porque de facto, muitas vezes até surge aqui a tal questão da negligência, não é, as pessoas muitas vezes também não percebem o que é que é isso da negligência e quando nós conseguimos desconstruir esses preconceitos também associados, e conseguimos também mostrar que há possibilidades de uma boa evolução, depois depende dos projectos das próprias famílias, eles têm muita necessidade de nos manter lá, não é, porque realmente é uma mais-valia e aceitam muito bem a nossa intervenção lá em casa com eles, a ida aos

diversos serviços, mesmo com reuniões com as escolas e tudo mais com os miúdos...e até fica às vezes a impressão de que as seis semanas é pouco tempo, porque quando as pessoas chegam...quando chegamos ao fim da intervenção as pessoas dizem “talvez fosse importante mantermos mais algum contacto...” pronto, têm também muitas vezes necessidade destes contactos pontuais que muitas vezes surgem e dos *follow up*, mas vejo que sim, que foi algo que realmente as pessoas retiveram e quiseram manter e todas elas, quase todas elas ainda mantem contacto, nem que seja só por um contacto pontual ou mesmo um *follow up*...sim vejo que sim.

E – E como é que é ter que respeitar os valores e as regras das famílias que acompanha?

AF 6 – Isso é quase que um dado inerente a todo o nosso contexto, não é? E acho que é extremamente importante a aceitação incondicional de cada um, não é? Porque nós não vamos impor nada que não seja visto por nós, portanto, nós temos que trabalhar um objectivo da família, não é, independentemente de haver uma sinalização de uma entidade externa, mas nós respeitamos muito os objectivos da própria família e logo aí também respeitamos os valores deles. Às vezes há determinados valores culturais, porque trabalhamos com várias culturas e, se calhar, há coisas que na nossa cultura não fazem tanto sentido, às vezes até a forma como responsabilizam as crianças por determinados actos, pronto...e têm que ser muito bem analisados, será negligência, será maltrato, será uma questão mesmo só de tradição cultural, portanto, é claro que, da mesma forma como nós respeitamos também sentimos que há um respeito pela nossa própria pessoa também, pelos nossos valores também, há aqui uma aceitação. E tudo isso é muito bem gerido com a comunicação, não é? Se houver uma comunicação assertiva, bastante directiva em relação a estes valores também...tentar...eu pergunto muitas vezes “Olhe, porque é que faz isso?”, “Porque é que age dessa forma?”, portanto, acho que é muito bom e de facto acho que é fácil aceitar esses valores.

E – O que é que considera ser a sua prioridade no desempenho da função de assistente familiar, junto das famílias?

AF 6 – A minha prioridade é tentar cumprir, ou tentar auxiliar, que seja cumprido um determinado requisito, um determinado objectivo, que seja mesmo extremamente importante. É uma questão bastante relevante, não é, porque, eu acho que em primeiro lugar estão os miúdos, não é, estão as crianças e de facto, acho que reajo muito as minhas prioridades perante isso, não é, avaliando o risco que poderá haver naquela família em relação às crianças, avaliando toda a circunstância que está à volta daquele problema, digamos assim, consigo estabelecer as minhas prioridades. Às vezes é um pouco difícil

também, porque há imensas coisas que surgem em simultâneo, e depois mesmo de fazer um bom diagnóstico há coisas que vão aparecendo, mas de qualquer maneira é bom definir logo no início, não é, portanto, mas mantendo sempre as crianças como factor principal e a remoção dos riscos que possam haver.

E - Pensando agora um bocadinho nas entidades sinalizadoras, que incentivos é que acha que elas têm para encaminhar casos para o Projecto Família?

AF 6 – Creio que às vezes é a ausência de estratégias e de outras instituições que possam fazer o trabalho também, específico, que é assim, o tribunal pode-nos mandar apoiar uma reunificação, ou então o tribunal tem um problema, tem uma criança institucionalizada já há algum tempo, e quer por essa criança no seio familiar. Eu acho que não há estruturas estatais que permitam que haja uma boa avaliação das condições para a reunificação. Porque, repare, nós temos por exemplo, um tribunal que manda apoiar a reunificação de uma criança com a família e quem está a gerir o processo, por exemplo, é uma EMAT, um serviço da Segurança Social responsável por esses casos. As técnicas têm imensos processos. Ainda há pouco tempo estive numa reunião na EMAT em que a técnica me dizia “olha, tenho duzentos processos em activo e não sei para onde é que me devo virar”. E, de facto, há uma grande necessidade de ter aqui parceiros e procuram-nos imenso e só não nos procuram mais porque também conhecem as nossas limitações em termos de recursos humanos, porque se não mais família teríamos.

E – Claro.

AF 6 – E há um crescente enorme, não é pelo facto, ou seja, os problemas sempre existiram, não é, mas não é pelo facto de haver mais pedido, não, é porque surge uma necessidade, há imensas, surge uma instituição que realmente está disposta a trabalhar, portanto, e aí vão surgir imensos pedidos. E de facto acho que é um bocado por aí também, é mesmo uma necessidade de ter alguém no terreno com quem possam contar, com quem consiga articular e consigam ter também uma percepção mais real dos casos, porque há muitas situações em que às vezes são descritas nas sinalizações, em que apoiam processos de reunificação, as técnicas telefonam para casa, têm umas reuniões, portanto, na EMAT neste caso, na Segurança Social, mas depois não há passagem pelo domicílio, não vêm o dia-a-dia da família, não estão com eles, não sabem as problemáticas mesmo reais, porque uma coisa é dizerem “a mãe é negligente”, mas negligente em quê? Não é? Ou seja, descortinar um bocadinho essa palavra da

negligência, o que é que eles têm que alterar para que haja essas condições, e os técnicos estatais, digamos assim, não têm essa capacidade...de estar lá e fazer as coisas.

E – Portanto, também a ver com a resposta que nós...com o tipo de resposta que oferecemos?

AF 6 – Sim, sem dúvida, sim. Acho que é uma resposta excelente. Eu não conheço instituições que trabalhem assim como nós, pelo menos na margem na Sul não existe mesmo. O estar lá em casa, o vivenciar todas as problemáticas juntamente com a família, poder ter a percepção mesmo real dos casos, acho que não existe, não é, e o que acontece é que eles precisam mesmo da nossa parceria para que consigam fazer também um bom trabalho.

E – Claro. E considera que a relação que mantém com as entidades sinalizadoras é próxima?

AF 6 – Sim, considero que sim. Com a maioria sim. Nunca me senti mal, portanto, numa ou outra instituição, na margem sul, por exemplo, com as entidades. Sempre fui muito bem recebido, há sempre disponibilidade para poder articular com os gestores dos processos, mesmo para visitas domiciliárias em conjunto que muitas vezes nos pedem. Eu acho que sim, que há uma boa proximidade, mesmo.

E – Pronto, e pensando agora um bocadinho em si como assistente familiar, quais são para si os principais incentivos para desempenhar esta função?

AF 6 – Os meus principais incentivos...isto também ronda aqui a minha profissionalização, na área da psicologia nunca tinha trabalho na área social, mais comunitária, pronto. É claro que isto não é um trabalho de psicólogo, mas de qualquer forma tenho muito gosto por trabalhar com pessoas, com estas realidades. Está bem que é um projecto que também nos exige bastante...não termos um horário fixo, não termos...temos que ter uma disponibilidade de quase de vinte e quatro horas, porque os problemas acontecem quando acontecem, não têm uma data marcada, não é, e é um bocado complicado nessa...mas acho que mediante essas complicações todas e esses constrangimentos, acho que é muito bom poder estar com o outro e ajudar também a desenvolver mais capacidades, não é. Eu sempre gostei muito de trabalhar com crianças, já tinha trabalhado em pedopsiquiatria e achava também que a consulta só por si era boa, mas não era mais do que aquilo, não é? E havia muito trabalho também para fazer no terreno. É a tal dificuldade de articular com outras pessoas que pudessem fazer. E aqui posso fazê-lo também, não é? Porque aqui é quase como estar a fazer o contrário, é estar com a família e poder arranjar alguém que possa depois trabalhar mais os casos

individuais. Não sei, eu acho que gosto, eu sempre gostei muito deste tipo de acções, mais humanitárias, mais sociais também, trabalhar o outro. Faz-me sentir bem.

E – Pois. E o que é que o desmotiva?

AF 6 – O que me desmotiva? Neste momento são os factores mais em termos monetários, porque a situação está complicada. Desmotiva-me também muitas vezes horas que, não são bem perdidas, mas às vezes alguns encontros que marcamos reuniões com as famílias, quando estamos e depois de repente chego lá e não está ninguém, portanto, isso é um bocado desmotivador. O facto também de estarmos sozinhos, portanto, na margem sul não existe uma rede, não é? E muitas vezes necessitamos de ter alguém próximo com quem falar sobre um caso específico, com quem poder desabafar sobre alguma situação mais complicada, isso desmotiva-me um pouco. Se bem que depois também tento de alguma forma contornar isso com alguns factores também internos e trazer isso para a supervisão e tentar trabalhá-los, mas talvez esse o factor mais de desmotivação, mas pronto.

E – E acha que a supervisão é importante, é um apoio importante no trabalho?

AF 6 – É, sem dúvida. É muito importante, não só pela validação do que é o projecto, não é, da nossa acção de intervenção, porque nos dão directrizes excelentes, portanto, em termos da nossa actuação, mas também pela partilha destes momentos menos bons, não é, quase que é o regresso a uma casa em que os dão a segurança e nos dão esse conforto, visto que não consigo ter essa segurança lá fora, esse conforto, mas que aqui sei que posso ter. Portanto, além da parte prática, fica também a parte emocional, que de alguma forma aqui é muito importante ter, sim, sem dúvida.

E – E recorre à supervisão sempre que necessita?

AF 6 – Sim, sempre. Sim. É claro que nós temos uma supervisão marcada, não é, em termos de dias, mas é engraçado colocar essa questão porque há necessidades, às vezes, de colmatar estas falhas...o tal abandono que eu falo...e sim, telefone para a supervisora..

E – Às vezes situações mais complicadas..?

AF 6 – ...sim, mais complicadas, do género, quando se trata mais de situações do âmbito legal, portanto jurídico...não tenho formação nessa área, não é, e às vezes situações que indicam uma resposta quase que imediata e para não estar a meter alguma argolada, gosto sempre de também sentir-me mais confortável com a minha resposta e então telefono à supervisão.

E – A supervisão é acessível, então?

AF 6 – Sim, sim. Eu penso que sim. Isto da acessibilidade também vem muito de dentro de nós. Nós temos um momento de supervisão semanal, ninguém me obriga a telefonar para a supervisora a perguntar se posso fazer isto ou aquilo ou o que é que acha daquilo ou daqueloutro. Acho que isso também tem a ver connosco., não é, procurar. Eu acho que quando nós tentamos procurar uma melhor resposta estamos a agir muito melhor, estamos a intervir muito melhor. Isso é uma questão também da consciência profissional, e também pessoal.

E – E na prática, é fácil seguir as recomendações da supervisão?

AF 6 – Hm...na prática é assim, há algumas coisas que talvez não sejam tão...uma coisa é o projecto escrito, não é, pronto, e de alguma forma talvez haja determinadas situações que nós fazemos talvez não seja mesmo o adequado ou que esteja escrito no projecto que é aquilo que devemos fazer, pronto, faz-me lembrar também muitas vezes o período de intervenção, nós temos as seis semanas, mas não fica só por aí, não é, porque pode haver situações de crise mesmo no final da intervenção e nós temos que agir e, portanto, mas de qualquer maneira isso não está previsto no papel, mas está previsto depois em termos humanos e acho que há uma receptividade muito boa em termos da supervisão, porque se há mais alguma coisa que fazer realmente concedem-nos esse tempo, e sim. É claro que, em termos dos horários, muitas vezes justificar as horas de permanência com as famílias, é um bocado complicado estar a justificar, porque é muita coisa, muitos telefonemas, é muitas idas, mas de facto, acho que sim...

E – Mas a nível das orientações que são dadas pela supervisão...a minha questão é mais se no terreno depois é fácil implementar essas orientações e conselhos a nível dos casos concretos...

AF 6 – Sim, porque são orientações aceites...a supervisão não é nada mais nada menos que uma postura de opiniões de pareceres técnicos também sobre um determinado caso e eu posso trazer um pensamento mais errado sobre uma determinada situação, que aqui depois me é aconselhado de outra forma, portanto, e de alguma forma me ajuda a construir isso. Mas acho que sim, que é fácil, porque mesmo todas as indicações que eu possa receber aqui na supervisão, se eu achar que não estão muito correctas, eu posso...eu tenho a possibilidade de dizer que não concordo e isso é debatido com as colegas, com a supervisora, e acho que é muito fácil depois gerir isso. Também é fácil depois para a intervenção.

E – Considera que o Projecto Família é eficaz?

AF 6 – Considero que é eficaz em situações de crise e que acha motivação, em que as pessoas tenham motivação para realmente conseguirem responder às exigências. No entanto, eu acho que há famílias em que...mas não sei se terá a ver com o projecto ou simplesmente com a situação em si, há famílias que exigem mais tempo de intervenção e eu acho que a eficácia...eu posso estar seis semanas a diagnosticar um problema ou tentar motivar uma pessoas, ou a arranjar estratégias para motivar uma pessoa para conseguir melhorar alguns aspectos, ou conseguir mudar, mas aí também acho que está previsto poder fazer uma nova intervenção, pronto. De facto, eu acho que não são as pessoas que se têm que moldar a um projecto, é o projecto que tem de se moldar às pessoas. E é a tal coisa, pode haver este conflito, o que é que está escrito no projecto, quais é que são as directrizes e qual é que é a situação daquela família especificamente. Mas acho também que há abertura para isso, não é, acho que tem que se moldar muito, o projecto tem que adaptar mais às situações. E quando se adapta a esse sentido, e não tirando aqui os valores, nem a missão específica, não é, mas quando se adapta acho que é muito mais eficaz. Portanto, se houver esta permeabilidade e esta hipótese de conseguir moldar mesmo às necessidades da pesso acho que sim, acho que é bastante eficaz.

E – Pronto, vou só perguntar se tens alguma questão sobre a entrevista ou o estudo ou alguma coisa, algum comentário ou alguma informação que até te podes lembrar e que aches pertinente, ou assim...não sei se queres comentar alguma coisa ou isso...

AF 6 – Não, não tenho assim...mas olha, ainda em relação à eficácia, nós muitas vezes também temos que contar com todas as estruturas montadas à volta da família, porque às vezes as mudanças não quer dizer que tenham que surgir só da própria família, tem que ser toda a rede que está à volta, rede mesmo formal em termos de intervenção e às vezes não é tão eficaz talvez por causa de algumas situações...do sistema que está à volta. Eu falo de tribunais por exemplo, às vezes é muito difícil conseguir uma informação a tempo ou uma resposta adequada, talvez fosse muito mais eficaz se houve mais abertura e ligação com os serviços. Acho que pronto, sinto a necessidade também de poder estar ainda mais, mais dentro destas instituições, ou seja, o MDV estar ainda mais dentro, esclarecer muito melhor as instituições o que é que realmente nós fazemos, qual é que é o nosso objectivo, e da necessidade também de coordenar, muitas vezes aquilo que tem que ser feito. Olha, houve casos, tenho aqui alguns, em que pediam a reunificação e o tribunal dizia-me “faça a avaliação da família, portanto, no sábado ou no domingo, escolha um dia”, portanto, um tribunal não faz a mínima ideia do que é que

é o nosso trabalho. E também não faz a mínima ideia que uma reunificação não pode ser preparada num único dia, não é, porque há muita coisa ali à volta que tem que ser preparada. Não é só realmente dizer ao tribunal “Olhe, tem uma casa bonita, está tudo arrumadinho, está tudo em condições, o pai ganha muito bem, a mãe ganha muito bem” isso nem sequer é preciso ir lá, isso basta o tribunal pedir à Segurança Social e às Finanças o relatório da família e ele sabe perfeitamente. Uma reunificação é muito exigente, não é, e não é num dia que eu vou ter a noção se as coisas vão correr bem ou não. Eu tive agora um caso..

E – Hehe..

AF 6 – Desculpa estar a partilhar, não sei se é relevante...

E – Não, não...

AF 6 - Mas tive agora uma situação, em que, nós tínhamos feito já uma primeira intervenção, e portanto, com a tentativa de haver uma reunificação, depois dessa intervenção, portanto, o tribunal nunca mais disse nada, demorou imenso tempo, e depois vem com esta história “faça então apoio, a visitas domiciliárias, já com a criança em casa, um dia por semana, escolha o sábado ou o domingo, juntamente com o lar”. Então o que é que acontecia? Estavam dois técnicos, eu mais o do lar, num sábado, em casa da família, a bisbilhotar ou a inspeccionar aquilo que a família fazia à volta da criança, quer dizer, isso é criar ali um método experimental, em que as pessoas têm a noção que realmente estão a ser avaliadas. A gente até pode falar aqui sobre temas como, por exemplo, a desejabilidade social...o que é que eu quero que o outro veja em mim, não é? Eu até posso fabricar durante um dia aquilo que o tribunal quer ver, não é, isso não é nada, portanto. É claro que, pronto, nós concordamos fazer esta avaliação, mas também assumimos fazer uma nova intervenção, seis semanas para verificar se havia condições ou não.

E – Claro.

AF 6 – Pronto, por nós acho que sim correu muito bem, mas depois em termos das entidades eu acho que elas não percebem ainda muito...apesar de já trabalharem connosco há algum tempo,

E – Mas isso acontece mais com o tribunal ou com outras entidades também?

AF 6 – Acho que é mais com o tribunal. Com o tribunal e a Segurança Social, a EMAT, acho que sim. Talvez os tribunais não estejam muito motivados também para perceber bem o intuito de cada projecto, mas de qualquer forma acho que deviam estar muito mais atentos a essa perspectiva. Que as pessoas são um conjunto de somatória, não é só

uma coisa em si. Eu gosto muito deste trabalho, mas acho que realmente devia haver aqui uma melhor coordenação com as outras entidades, uma maior envolvência, mesmo em termos de sinalizações quando nós recebemos aqui, eu acho que devia haver alguém que articulassem juntamente com estas entidades para poderem verificar se realmente há elegibilidade para a família ser acompanhada se não há, não é. Há situações que nos surgem aqui de risco eminente “faça uma reunificação, sabendo que a família tem problemas de álcool grave, há violência doméstica com queixas na polícia, portanto, um processo em tribunal, em que há uma panóplia de...” mesmo com consumos de drogas e tudo o mais, portanto, pedem-nos para apoiar uma reunificação em que a gente chega lá e diz “é impossível”. Ou então, como acontece muitas vezes, chegamos lá e ainda temos que pedir a retirada das outras crianças que lá estão também, não é. Portanto...

E – Mas aí acha que o problema está do lado...problema entre aspas, do lado das entidades sinalizadoras que deveriam escolher melhor as famílias ou do lado da supervisão que também devia escolher, mas também não tem conhecimento...

AF 6 – Não, não acho que tem a ver com a nossa supervisão em si, em escolher, tem a ver mesmo com a possibilidade de alguém de cá poder articular com essas entidades de forma a perceber quais são os factores de elegibilidade para ao bom funcionamento da intervenção.

E – Pois, para que elas tenham mais informação sobre o projecto...

AF 6 – Não sei, mas faz-me confusão...como é que eu vou pedir, eu tribunal, vou pedir a reunificação a casa de uma família onde há todos estes factores de risco eminentes, não é, quer dizer isso é mesmo...é do género “vá lá o técnico para perceber que não há condições” ou “vá lá o técnico que é maravilhoso e vai criar ali milagres”...não existem milagres, não é? E isso sim, acho que é uma das lacunas, que talvez pudesse ser trabalhada. Era haver aqui uma maior aproximação com estas entidades, porque até há disponibilidade, é uma questão de uma pessoas estar sempre em cima.

E – Claro.

AF 6 – Pronto, acho que é isso.

E – Mais alguma informação?

AF 6 – Não. Boa sorte!

E – Vou precisar! Obrigada!

Anexo XV

**Transcrição integral da entrevista realizada ao Assistente
Familiar N°7**

Entrevista ao Assistente Familiar N° 7

Duração da entrevista: 17m37s

E – Há Quanto tempo é que desempenha a função de Assistente familiar do projecto Família?

AF 7 – Hm...tenho de pensar. Três anos. Sim, fez três anos.

E – E iniciou quando?

AF 7 – Eu comecei...eu fiz a formação em Outubro de 2008 e depois fiquei logo, não houve paragens. Fiquei logo...na altura havia assistentes familiares que tinham saído e então eu fiquei logo no projecto.

E – Exacto. E além desse curso de técnicos do Projecto Família e das formações contínuas do MDV, frequentou alguma formação útil para a função de assistente familiar?

AF 7 – Não.

E – Pronto. Falando agora um bocadinho da famílias, do trabalho que desenvolve como assistente familiar, que incentivos é que acha que as famílias têm para aceitarem a intervenção do Projecto Família?

AF 7 – Eu acho que o principal motivo é mesmo a crise. É estarem mesmo desesperados e não terem como, não terem mais a quem recorrer. Porque eu acho que normalmente, não sei se vou...pronto, mas as nossas famílias têm excesso de serviços, têm imensas pessoas a acompanhá-las e às vezes quando nós chegamos já é o último recurso. E as pessoas sentem-se mesmo tipo “Ou é isto ou vai tudo correr mal”. Eu acho que é um bocado por aí que as pessoas nos aceitem tão bem e nos acarinhos tanto. Pronto, o facto de estarmos em casa e de conhecermos uma realidade que os outros técnicos não conhecem também temos um bocadinho a imagem de pronto “Esta agora como está aqui em casa vai perceber mesmo e vai-nos ajudar”. Pronto, passa...eu acho que essa é a grande motivação das famílias. Pelo menos é aquela coisa que as motiva mais para nos receber.

E – E para aceitar o projecto quando a entidade sinalizadora propõe elas...?

AF 7 – Eu acho que inicialmente não é muito bem aceite, até por ser esta questão do ir a casa “Agora tenho lá uma a espiar-me constantemente”. Mas depois quando as pessoas começam a perceber realmente o projecto, é bem aceite, porque é uma intervenção diferente.

E – Então, quando a entidade sinalizadora propõe porque elas dizem “sim”, quando dizem “sim”?

AF 7 – Porque são obrigadas.

E – São obrigadas...

AF 7 – São.

E - A maior parte?

AF 7 – A maior parte é obrigada. E por isso é que depois quando nós intervimos...porque as entidades sinalizadoras têm aquela capacidade do “ou aceita ou então temos que lhe tirar as crianças ou temos que ver outro projecto” e eu acho que ninguém, mesmo as piores mães não querem que os miúdos sejam retirados, até por uma questão social. E, e eu acho que, quando eles aceitem é seguramente por imposição. E depois vai-se desmontando essa...pronto, depois há famílias que não são mesmo trabalháveis e quando estamos lá em casa percebemos que não há o que trabalhar. Mas a maioria é obrigado.

E – Das famílias que acompanhou em 2010, alguma intervenção foi interrompida por vontade da família?

AF 7 – Hm...algumas nem sequer começaram, isso conta?

E – Não...se não começaram não foram interrompidas, não é, nem sequer...

AF 7 – Sim, mas tipo eu conheci a família e depois percebeu-se que não fazia sentido a intervenção.

E – Não, isso conta.

AF 7 – Conta? Então, olhe, esta a Maria do Céu.

E – Mas foi por vontade da família?

AF 7 – Sim. Eles diziam que não sentiam necessidade de...esta Sofia, desapareceu simplesmente, tipo nunca mais soube nada dela. Esta Cristina também quando foi sinalizada, tipo, tinham imensos problemas, mas depois a senhora entre o tempo da sinalização e a resposta, que foi mínimo, foi pouco tempo, a senhora conseguiu arranjar trabalho e organizar-se e depois quando nós intervimos ela não precisou. Depois acho que o resto acompanhei tudo. Esta Ana Andreia foi interrompido por nós, mas a família também não estava muito disponível.

E – E dessas, das outras que acompanhou, acha que essas famílias se comportaram de acordo com os objectivos do projecto?

AF 7 – Sim. Há famílias que têm objectivos mais claros do que outras, mas quase...sim, acho que tudo correu bem, em quase todas correu bem. Sim, correram bem.

E – E, como é ter que respeitar regras e valores das famílias que acompanha?

AF 7 – Eu acho que no início, quando nós começamos a fazer parte do Projecto Família é muito complicado, porque nós vamos naquela do “vamos salvar o mundo” então, entramos na família e vamos salvar tudo. E é muito complicado de tu abstraíres-te da...o que a família quer, são objectivos da família, porque tu rapidamente mergulhas numa família, que não é a tua, que tem problemas e depois é tipo aquela motivação do “agora vamos resolver tudo” e é muito complicado tu depois saíres e perceberes que aquilo não é a tua família e tu não podes intervir lá, pronto, não podes intervir directamente. E é muito complicado tu gerires essa questão, mas depois eu acho que com o treino tu também vais conseguindo levar as famílias aos teus objectivos, que, se calhar que, mergulhado no caos não percebem, mas depois tu aos poucos vais dando pistas e as famílias, pelo menos as minhas, quase sempre vão onde eu quero que elas...vão identificando os objectivos que eu gostava que elas trabalhassem e facilmente depois a partir daí consegue-se, pronto, mas, no início é mesmo muito complicado, porque tu tens mesmo o choque do “e agora? Tipo...O que é que eu faço?” tenho mesmo, e eu sinto mesmo... e é a mesma coisa com as frustrações. Quando tu saís, tu sente que estás... ou quando alguma coisa corre mal sentes que também é um bocadinho culpa tua, porque não te entregaste de uma forma que as coisas resultassem.

E – Claro. O que é que considera ser a sua prioridade no desempenho da função, junto das famílias?

AF 7 – Eu acho que, pelo menos a minha prioridade é sempre tentar manter uma boa relação com a família, logo desde o início, porque se começar mal vai acabar mal e não há como virar. Agora, a minha preocupação é sempre manter alguma cordialidade no início, e que depois isso evolua para alguma relação. Eu sou um bocadinho chata nessas coisas, porque eu, eu...como é que eu hei-de explicar...eu não permito que as pessoas esqueçam do papel técnico – família, porque eu acho que é muito importante que haja essa separação independentemente de criar relação. Mas eu acho que a relação, e aquele clique entre técnico e família é muito importante para depois a coisa evoluir.

E – E depois no desempenho do trabalho propriamente dito, estando a relação criada, hm...o seu maior foco é onde?

AF 7 – Depende também das famílias. Mas eu tento sempre nos miúdos, porque eu acho que é sempre aquela...ali o mais frágil, porque...e depois também é engraçado porque o mais frágil é o que te dá mais informação. Porque eu acho que os adultos, apesar de às vezes não ser consciente, mastigam muito a informação que te dão e os miúdos não, são

muito naturais. Portanto, normalmente essas...o meu foco é sempre nos miúdos para tentar depois...e depois basicamente é, se os miúdos estão bem, as coisas vão correndo bem..

E – Vão correndo...é o principal. Pronto. Pensando agora um bocadinho nas entidades sinalizadoras, que incentivos é que acha que elas têm para encaminharem casos para o Projecto Família?

AF 7 – Hm...incentivos..?

E – Sim, porque é que elas encaminham casos? Qual é a motivação?

AF 7 – Eu acho que é total desespero. Porque elas têm muitas famílias, muitos casos, e têm pouca resposta e eu acho que muitas das famílias...até há famílias que nos são sinalizadas que não têm o mínimo perfil, portanto, eu acho que é o desespero por ter tantas pessoas. Felizmente, em Sintra, nós temos dois centros...temos a CPCJ e temos a ECJ. A CPCJ é uma técnica que nos sinaliza e ela percebeu muito bem o Projecto Família e ela sinaliza com...e a ECJ também, como já há algum tempo que elas sinalizam, as sinalizações delas já são muito direccionadas para ao Projecto Família, o que facilita.

E – Claro.

AF 7 – Mas eu acho mesmo que é mesmo não haver outros recursos. E também por o projecto ter estas características diferentes, de ajudar em casa, de estares mais presentes com as famílias, que elas não conseguem e então pedem assim um bocadinho de auxílio.

E – Eu tenho aqui uma questão que já respondeste um bocadinho, que é “Considera que as entidades sinalizadoras actuam de acordo com os objectivos do projecto?”

AF 7 - Em termos da sinalização?

E – Pois, a sinalização é principal papel delas, não é, por isso...

AF 7 – Sim, e mesmo...eu só posso responder pela minha experiência, em Sintra eu, não sei se por ser a única técnica que trabalha em Sintra, eu consegui criar uma relação muito próxima das outras técnicas e, por exemplo, há casos que eu não sei...eu agora tenho um caso em que eu não sei como chegar à família, a sinalização fala de falta de higiene e eu não sinto isso, enquanto estou na família eu não sinto isso. E isso é uma das questões da sinalização e eu não sei como é que se aborda uma questão que eu não tenho. Eu perante eles, eles não me parecem sujos, pronto. E eu falo, consigo coordenar com a técnica, por exemplo, consigo marcar reuniões e ela consegue ajudar-me...

E – A relação é próxima..

AF 7 – É muito próxima e mesmo com a ECJ é a mesma coisa. Eles conseguem...se eu tenho alguma dificul...fazemos visitas em conjunto, se eu tenho alguma dificuldade falamos todos com a família...isso eu consigo, mas eu acho que é por ser a única técnica, porque como em Sintra não tem intervindo mais ninguém, tem a ver com a relação que eu tenho criado com as técnicas e elas já me comecem, o modo de..., e isso ajuda muito. Eu acho que as famílias conseguem perceber que nós somos...apesar, depois de esclarecido que não temos a ver com a ECJ, não temos nada a ver com o tribunal, não temos nada a ver com a comissão, eles conseguem perceber que nós até formamos mais ou menos uma equipa e que em parceria ajudamos a família.

E – Exacto. E para si, quais são os principais incentivos que tem para desempenhar esta função? Como assistente.

AF 7 – Não sei, sei lá, acho que...Para mim, as características do projecto são bastante aliciantes. O facto de não teres rotina, o facto de estares constantemente a conhecer pessoas novas, o facto de estares a conhecer...o facto de conheceres realidades novas, de tempo em tempo mudares de problemas, porque por vezes tu estás afundado de tal maneira numa família com tantos problemas e quando acabam as seis semanas, parecendo que não tu mudas de problemas e também comesças a pensar de outra forma. E para mim a motivação é um bocadinho por aí, por ser algo diferente, por ser outra família, por ser...depois tem coisas más, como tudo, não é, mas acho que a grande motivação tem a ver com esta diversidade que tu consegues no trabalho.

E – E o que é que desmotiva?

AF 7 – O que é que desmotiva...olha, o facto de trabalhares sozinha. Às vezes não tens com quem partilhar...porque uma coisa é tu vires à supervisão e expores o que sentes, outra coisa é estares na altura e dizeres “olha pá já viste, não ...” pronto, o facto de trabalhares sozinha, o facto de, por exemplo, de tu não teres um sítio fixo, de estares por exemplo durante o dia vais a quinhentos sítios e andas a correr de volta, pronto...às vezes o não conseguires que as famílias melhorem, ou então, quando uma família corre super bem e nos *follow up* tu percebes que já está tudo mal outra vez e é muito complicado tu interiormente conseguires, porque tu mesmo que não seja, tu crias expectativas e estás sempre à espera que as coisas mudem e é muito complicado tu perceberes que afinal não mudaram e que a tua passagem foi simplesmente mais uma técnica e que as coisas não mudaram.

E – Claro.

AF 7 – Isso para mim é o mais complicado.

E – E no meio dessas complicações todas, a supervisão tem um papel importante? Ajuda-a no seu trabalho?

AF 7 – Ajuda, mas eu acho que a supervisão... agora, pronto, com a evolução se calhar não tem acontecido tanto isso, mas houve uma altura em que era tudo muito cronometrado, era tudo muito “temos 15 minutos...” e isso é muito complicado quando nós vivemos tanta coisa numa semana, e às vezes coisas muito complicadas. A supervisão a mim, pessoalmente, é muito gratificante na troca de experiências, porque eu tenho a clara noção que às vezes estou no terreno e lembro-me de coisas que, por exemplo, os meus colegas fizeram e lembro-me “olha eles fizeram isto, vou tentar, ou eles partilharam isto, vou ver como é que as coisas correm”. E depois também no incentivo que as supervisoras as colegas dão, porque há casos que nós às vezes dizemos “não dá” e depois, às vezes com sugestões deles as coisas vão evoluindo e pronto, isso, a supervisão ajuda nesses... o problema eu acho que é o facto de não estarmos todos no terreno à mesma hora, no mesmo sítio, que não consegues exprimir tudo realmente o que sentes, mas eu acho que também é disso, não há como mudar.

E – E, mas recorres à supervisão sempre que necessitas?

AF 7 – Já recorri mais, mas sim. Sempre que é mesmo muito complicado e estou sempre perdida, sim, aí recorro e a resposta do lado de cá é sempre muito positiva.

E – É acessível a supervisão?

AF 7 – É. Isso é.

E – Na prática é fácil seguir as recomendações da supervisão?

AF 7 – Não. Não, porque às vezes é muito complicado dizeres... aqui é-te sugerido coisas, que tu até podes concordar na altura, mas depois na hora não há a palavra certa para tu fazer uma observações, ou não sabes como é que hás-de... para mim o tema da higiene é muito complicado de abordar. Porque tu não podes chegar ao pé de uma pessoa e dizer “Olhe, a senhora cheira mal, tome banho”... é muito complicado. E depois, às vezes, aqui na supervisão nós fazemos tipo treinos de ”olha, fazemos isto...” e depois na altura não há como, e é muito complicado às vezes... claro que ajuda e dão-te direcções que tu caminhas, mas assim, as direcções assim “faça isso” é muito difícil. É mesmo muito difícil...

E – Pois... no terreno, não é?

AF 7 – É...

E – Bem, estamos quase a terminar, eu queria só perguntar se considera o Projecto Família eficaz...

AF 7 – Sim. Considero, mas eu acho que...eu considero, mas às vezes o facto de ser seis semanas, o monstro das seis semanas, às vezes, pode trazer alguns...porque, não tem a ver connosco e, tem a ver com os outros serviços todos, por exemplo, uma questão da embaixada, é impossível marcar alguma coisa em seis semanas, e depois passado...está bem que depois, se a pessoa precisar nós vamos e, mas já não é a mesma coisa, já não é intensivo, já não é aquela sede que as pessoas têm de mudança “porque esta vem para aqui e agora vamos mudar tudo” e eu acho que, tempo real cá fora não dá para responder às seis semanas e por isso é que às vezes é assim um bocadinho...mas em termos de trabalho com as famílias, eu acho que é muito eficaz e eu acho que melhoramos muita coisa nas famílias.

E – Pronto. Não sei se tem alguma questão, algum comentário, alguma questão sobre a entrevista, sobre o estudo, ou algum comentário adicional que ache importante fazer.

AF 7 – Não...

E – Está tudo esclarecido..

AF 7 – Está.

E – Muito obrigada então.

Anexo XVI

Grelha de análise individual do conteúdo das entrevistas realizadas

Grelha de Análise individual de conteúdo da entrevista

Entrevistado/a: _____

Nº	Pergunta	Transcrição parcial da resposta	Resposta – síntese de conteúdo
1	Há quanto tempo desempenha a função de Assistente Familiar do Projecto Família?		
2	Além do curso inicial de técnicos do Projecto Família e das formações contínuas do MDV, frequentou outras formações úteis para a função de Assistente Familiar?		
3	Que incentivos é que acha que as famílias têm para aceitarem a intervenção do Projecto Família?		
4	Das intervenções que realizou em 2010, alguma foi interrompida por vontade da família?		
5	Acha que as famílias comportaram-se de acordo com os objectivos do projecto?		
6	Como é ter de respeitar as regras e valores das famílias que acompanha?		
7	O que considera ser a sua prioridade no desempenho da sua função junto das famílias?		
8	Que incentivos acha que as entidades sinalizadoras têm para encaminharem casos para o Projecto Família?		
9	Considera que a relação que mantém com as entidades sinalizadoras do projecto é próxima?		
10	Quais são para si os principais incentivos que tem para desempenhar a função de Assistente Familiar?		
11	O que é que a desmotiva?		
12	Acha que a supervisão é um apoio importante para o seu trabalho?		
13	Recorre à supervisão sempre que necessita?		
14	A supervisão é acessível?		
15	Na prática, é fácil seguir as recomendações da supervisão?		
16	Considera o Projecto Família eficaz?		
17	Por último, tem alguma questão ou comentário que queira fazer?		

Observações:

Anexo XVII

**Grelha de análise comparativa do conteúdo das entrevistas
realizadas aos assistentes familiares do Projecto Família**

Grelha de análise comparativa do conteúdo das entrevistas realizadas aos assistentes familiares do Projecto Família

Nº	Pergunta	AF 1	AF 2	AF 3	AF 4	AF 5	AF 6	AF 7
1	Há quanto tempo desempenha a função de Assistente Familiar do Projecto Família?							
2	Além do curso inicial de técnicos do Projecto Família e das formações contínuas do MDV, frequentou outras formações úteis para a função de Assistente Familiar?							
3	Que incentivos é que acha que as famílias têm para aceitarem a intervenção do Projecto Família?							
4	Das intervenções que realizou em 2010, alguma foi interrompida por vontade da família?							
5	Acha que as famílias comportaram-se de acordo com os objectivos do projecto?							
6	Como é ter de respeitar as regras e valores das famílias que acompanha?							
7	O que considera ser a sua prioridade no desempenho da sua função junto das famílias?							
8	Que incentivos acha que as entidades sinalizadoras têm para encaminharem casos para o Projecto Família?							
9	Considera que a relação que mantém com as entidades sinalizadoras do projecto é próxima?							
10	Quais são para si os principais incentivos que tem para desempenhar a função de Assistente Familiar?							
11	O que é que a desmotiva?							
12	Acha que a supervisão é um apoio importante para o seu trabalho?							
13	Recorre à supervisão sempre que necessita?							
14	A supervisão é acessível?							
15	Na prática, é fácil seguir as recomendações da supervisão?							
16	Considera o Projecto Família eficaz?							
17	Por último, tem alguma questão ou comentário que queira fazer?							

Anexo XVIII

Guião da entrevista realizada à supervisora do Projecto Família

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Supervisora do Projecto Família)

O PROJECO FAMÍLIA

1. O trabalho dos Assistentes familiares é, de facto, maioritariamente desenvolvido em casa das famílias e na sua comunidade?
2. Considera que, de uma maneira geral, os Assistentes familiares estão disponíveis 24h por dia, 7 dias por semana para o seu trabalho?
3. Considera que os Assistentes Familiares têm o conhecimento necessário para desempenhar a função?
4. Qual é que acha ser a prioridade dos assistentes no trabalho que desenvolvem junto das famílias?
5. As reuniões de supervisão são realizadas com que periodicidade?
6. Os assistentes familiares participam sempre nas reuniões de supervisão?
7. Acha que a supervisão é um apoio importante para o projecto?
8. Considera que a supervisão é acessível para os Assistentes familiares?
9. O nº de assistentes familiares é suficiente para responder às necessidades do projecto?
10. Todos as pessoas que fazem o Curso Inicial de Técnicos do Projecto Família candidatam-se à(s) vaga(s) de assistente familiar?
11. Qual o tempo máximo que uma vaga de Assistente familiar normalmente fica por preencher?
12. Existem assistentes familiares que iniciam a sua função e se demitem nos primeiros meses de contrato?

13. Que incentivos é que acha que as entidades sinalizadoras têm para encaminharem casos para o Projecto Família?
14. Existem entidades sinalizadoras que deixam de encaminhar casos para o Projecto? Porquê?

15. Para si, quais são os principais incentivos para desempenhar a função de supervisora do projecto?
16. O quer é que a desmotiva?

17. Considera que existem restrições orçamentais que condicionam o projecto?
18. E restrições a nível de regulamentação legal ou a nível do sistema?

19. Considera que o Projecto família é eficaz?

Anexo XIX

**Transcrição integral da entrevista à supervisora do Projecto
Família**

Entrevista à Supervisora do Projecto Família

Duração da entrevista: 21m45s

E – Algumas das perguntas que eu vou...as principais perguntas, as primeiras, são relativas aos assistentes familiares e ao trabalho que eles desenvolvem. O trabalho dos assistentes familiares é, de facto, desenvolvido maioritariamente em casa das famílias e na sua comunidade?

S – É. Quase exclusivamente ou mesmo exclusivamente. Não há nenhum trabalho que os assistentes familiares fazem com as famílias que não seja ou na residência das famílias ou nos serviços que eles têm que procurar, etc. Todo o trabalho é feito aí, não há trabalho de gabinete nenhum mesmo.

E – Claro. A não ser talvez preenchimento de umas fichas que são exigidas para a supervisão, ou assim...

S – Ah, sim, mas aí não é trabalho directo com as famílias.

E – Exactamente, pronto. Trabalho burocrático que têm que fazer...

S – Pois, exactamente, claro.

E – E considera que de uma maneira geral eles estão realmente disponíveis vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana para o seu trabalho com as famílias?

S – Sim, de uma maneira geral, eu acho que sim. Claro que com certeza não deixaram de ter a vida privada. E portanto, essa disponibilidade tem que ser coordenada com a sua vida pessoal, mas na realidade eles estão com as famílias a todas as horas, a todos os dias em que é necessário, etc.

E – Vão gerindo e conseguem...

S – Vão gerindo, exactamente.

E – E em relação aos conhecimentos que eles têm para desempenhar a função. Eles terão os conhecimentos relevantes necessários para o desempenho da função de assistente familiar?

S – Vamos lá ver, em valores absolutos, eu acho que nós nunca temos todos os conhecimentos necessários para as funções que desempenhamos, temos sempre que ir aperfeiçoando. Agora, os básicos eu diria que sim. Quer dizer são pessoas que, pronto, são licenciadas, portanto, têm um background intelectual, de conhecimentos, etc, desenvolvido, tiveram a formação básica, no entanto, no seu perfil, que eu acho que os diferencia, porque nisto, qualquer pessoa, qualquer técnico, seja em que situação for, terá este tipo de formação, o que eu acho que os diferencia é efectivamente o seu perfil.

E um perfil que tem em atenção esta disponibilidade e esta motivação por ir ao encontro dos outros, isso é que eu acho que é realmente exclusivo e isso acho que efectivamente têm. Porque, se pensarmos em todos os assistentes familiares que já passaram pelo Projecto Família, houve para aí dois ou três que saíram por lhes terem surgido outros trabalhos. Todos os outros têm-se mantido, porque efectivamente eu acho que se dedicam mesmo ao trabalho que desenvolvem.

E – Ou seja, por vontade própria só três é que saíram?

S – Exactamente, exactamente. Isto, desde 2003, eu não estou a falar nos tempos recentes.

E – Sim, sim, sim. E qual será a prioridade dos assistentes familiares no trabalho que desenvolvem junto das famílias?

S – Eu diria se calhar que é o estabelecer relação para provocar motivação, para mudar. Eu julgo que essa é a grande preocupação deles quando avançam para as famílias.

E – Mais no início?

S – Sim, e depois, quer dizer, manter essa relação. Nós acreditamos que é através da relação que é possível motivar as pessoas, ou que é mais possível motivar as pessoas, e portanto, eu acho que essa é a grande prioridade. E depois fazê-las tomar consciência realmente das suas necessidades e das suas dificuldades para marcarem os seus objectivos.

E – E depois focalizam-se nos objectivos estabelecidos...

S – Nos objectivos, exactamente, estabelecidos com a família, mas sempre com a grande preocupação, e isso é mesmo explicitado verbalmente, sempre com a grande preocupação de não estragar a relação que a família estabelece com a técnica, todos têm essa preocupação.

E – Em relação à supervisão, qual é a periodicidade das reuniões de supervisão?

S – É semanal.

E – É semanal, sempre? Isso é rigorosamente cumprido?

S – Sempre. Rigorosamente cumprido.

E – E eles participam sempre os assistentes familiares?

S – É obrigatório participarem sempre. Pode haver, uma vez ou outra, por uma razão, pelo facto de terem uma reunião marcada, por estarem doentes, por qualquer coisa, que falem a uma supervisão, mas por norma todos estão presentes nas supervisões.

E – É um apoio importante a supervisão para o projecto?

S – Eu julgo sim. E digo mesmo numa dupla vertente. Na vertente do assistente familiar, mesmo que no início, às vezes, não tenham muito a consciência disso, eu acho que é importante a reflexão que é feita em conjunto sobre cada um dos casos, Porque todos são convidados a participar, a dar a sua opinião, no desenrolar de uma qualquer intervenção. E isso pode ajudar, quer ao estabelecimento de objectivos, quer a aumentar a motivação da família, a provocar a motivação, a encontrar formas de provocar a motivação em famílias que estão mais desmotivadas, mais desinteressadas, etc. Por outro lado, sendo um trabalho duro e muito exigente, mesmo em termos emocionais, eu acho que é importante as pessoas sentirem-se em grupo, e portanto, que há vários que sentem o mesmo e que há uma consonância grande nesse aspecto e sentirem-se apoiados uns pelos outros. Por outro lado, do ponto de vista da supervisão, eu acho que é fundamental para manter a fidelidade ao projecto. Sem a supervisão facilmente se cairia num, como é que hei-de dizer...numa alteração, pouco a pouco, das regras e da metodologia do projecto. O facto de ser seis semanas, o facto de cada assistente familiar só ter duas famílias, o facto de depois haver os *follow up* ao longo de um ano...tudo isto é que caracteriza o projecto, e se não houve a supervisão, eu julgo que com muita facilidade se alargavam, se encurtavam intervenções, sobretudo a parte intensiva, há uma grande tentação de alargar este prazo para...seis semanas é muito pouco, oito, dez, doze, e isso alteraria completamente o projecto. Portanto, eu julgo que é importante nesta dupla vertente.

E – E essas características são todas...

S – Mantidas. Sim, sim, sim.

E – Os assistentes familiares recorrem muito à supervisão, fora da reunião?

S – Algumas vezes. Uns mais do que outros, até pela sua própria maneira de ser. Algumas vezes claro, no início mais, como é evidente e depois, uns mais do que outros. Alguns socorrem-se de outros assistentes familiares, ou porque já têm mais experiência ou porque já tiveram um caso semelhante, e acontece isso. E nós achamos que isso é muito positivo também, não ser só em relação ao supervisor, mas ser...criar-se efectivamente uma equipa de trabalho que se entreja.

E – Claro. E, mas considera que a supervisão é acessível aos assistentes?

S – Ah, eu acho que sim, acho que sim...espero que sim!

E – Claro. Agora umas perguntas um bocadinho mais gerais, ainda relativamente aos assistentes familiares, mas não directamente a estes. O número de assistentes familiares, acha que é suficiente para as necessidades do projecto?

S – Não, de todo. Em Lisboa há mais do que nos outros locais, mas não é nem por sombra, seriam precisos muitos mais..

E – Mais houvessem, seriam...

S – Exactamente, exactamente. Até porque há muitas famílias que eu julgo que não são sinalizadas porque vêm que não há possibilidade de resposta e portanto, se houvesse mais possibilidade de resposta mais haveria. Além de que gostaríamos de alargar o projecto a todas as zonas do país e portanto para isso seriam precisos muito mais...

E – E relativamente ao curso inicial de técnicos do Projecto família, os assistentes familiares quando fazem...ou melhor as pessoas que fazem este curso, candidatam-se todas a ser assistentes familiares?

S – No início sim, agora não. Porque entretanto, o Projecto família também começou a ser conhecido pela sua forma de estabelecer relação com as famílias. E portanto, muitas vezes, as pessoas procuram-no para ter formação nessa área. E depois mais tarde até referem que foi útil porque puderam alterar coisas, por exemplo, posso-lhe dizer casos de psicólogos clínicos que dizem que depois na sua consulta a sua abordagem foi alterada pelos conhecimentos que adquiriram. Outras pessoas muito simplesmente para fazer currículo, é mais uma formação. Mas depois um grande número efectivamente teria como expectativa ficar assistente familiar.

E – Estou a pensar, por exemplo, as pessoas que fazem o curso e que estão desempregadas...

S – Sim, muito embora...é engraçado, que nem todas, porque à medida que o curso vai avançando as pessoas vêm que é preciso um tipo de perfil para esta intervenção que não é o seu. Referindo concretamente à última formação que fizemos, que foi no Porto, houve várias pessoas que eu julgo que à partida teriam essa expectativa e no final pensaram “afinal não, não é este tipo de intervenção que eu gostaria de fazer” Quer dizer, da mesma forma que não é um projecto para todas as famílias, não é um trabalho para os técnicos.

E – exactamente. Eu não sei se isto já aconteceu, mas se tiver acontecido, qual foi o tempo máximo que uma vaga de assistente familiar normalmente fica por preencher?

S – É desprezível o tempo. Porque..

E – É preenchida logo?

S – É sempre preenchida logo. Até porque temos tido a preocupação de ir fazendo sempre formações. Só neste último ano é que, por exemplo, não fizemos, em 2011 não fizemos nenhuma formação, mas temos a preocupação de fazer em breve e isso dá

efectivamente uma bolsa que...facilmente é preenchida. Mesmo pessoas que quando acabaram a formação não puderam ficar, passado algum tempo já nos têm contactado a perguntar se é necessário, etc. E até já aconteceu, com a Sarah...

E – Agora pensando um bocadinho nas entidades sinalizadoras, que incentivos é que acha que as entidades têm para encaminharem casos para o Projecto família?

S – Vamos lá ver. No início, concretamente por parte das CPCJ e de algumas...alguns centros sociais e assim, é a falta de possibilidade que têm de trabalhar as famílias. Por exemplo, têm conhecimento das dificuldades das famílias, eventualmente fazem uma visita às famílias, mas não vai além disso. E depois, não têm possibilidade ou porque não têm técnicos disponíveis ou efectivamente porque não sabem como ajudar as famílias. Inicialmente por aí. Progressivamente temos vindo a ter sinalizações de...directamente dos tribunais ou de equipas de apoio ao tribunal.

E – Existem entidades sinalizadoras que deixam de encaminhar casos para o Projecto Família?

S – Não tem havido, não. Claro que há umas que se calhar sempre encaminham mais do que outras, e também por épocas, se calhar também conforme as famílias que têm em carteira, mas propriamente deixar de encaminhar...vamos lá ver, uma ou outra, estou a pensar concretamente numa que encaminhou uma série de casos, pronto. Muito complicados, era um lar, e que encaminhou casos muito complicados e dos quais em dois ou três efectivamente não era possível fazer-se uma reunificação de crianças, já adolescentes crescidos, etc. e aí essa não encaminhou mais, mas acho que é a única.

E – E enquanto supervisora do projecto, quais são os principais incentivos para desempenhar a função de supervisora?

S – Vamos lá ver, é apaixonante, quer dizer, o ouvir o relato dos casos e da evolução das famílias é realmente apaixonante e é no fundo o principal...é por lado o facto de acreditar na família, que realmente a família é o melhor espaço para as crianças crescerem e que um grande número de famílias é possível ser recuperada e ser... não gosto muito de termo recuperada, mas fazer alterações no seu funcionamento de modo a permitir que as crianças possam ficar em segurança e acreditar nisso efectivamente que é um grande incentivo. Por outro lado, o facto de ser uma metodologia completamente inovadora e que realmente dá resultado, funciona. As famílias aderem e as que aderem mudam mesmo e tem-se verificado realmente uma taxa de sucesso muito grande.

E – E o que é que a desmotiva como supervisora? Deve haver algumas coisas mais difíceis...

S – As relações entre as pessoas. É sempre difícil a gestão de uma equipa de trabalho e por vezes surgem dificuldades que não tem nada que ver com o trabalho, não tem nada que ver com a qualidade do trabalho nem com a qualidade das pessoas, mas é difícil. E isso no fundo é o que às vezes cansa um bocadinho, mas nada que leve a pensar em desistir.

E – Há restrições orçamentais que condicionam o projecto?

S – Enormes, enormes. Aliás, é um projecto que facilmente cresceria porque é muito fácil de alargar equipas e multiplicar equipas, mas para isso é preciso meios financeiros e não temos. Aliás, desde 1996, que foi quando o projecto teve início, teve vários inícios e encerramentos, por várias vezes, porque tínhamos financiamento para um ano, por exemplo, e ao fim desse ano, no ano seguinte não tínhamos, portanto tinha que ser interrompido e depois recomeçava-se com novos técnicos, com novas famílias, com novos parceiros, etc. Só desde 2006 é que aqui em Lisboa se conseguiu alguma estabilidade e estamos agora a recuperar a estabilidade noutros lados, mas sempre em função dos financiamentos que vamos conseguindo obter, porque não geramos meios próprios e portanto...

E – Pronto, isso tem mais a ver com a dimensão do projecto, da equipa, não é?

S – Sim, sim, sim.

E - Mas com uma determinada dimensão, podemos pensar na dimensão actual por exemplo, o trabalho em si é comprometido por restrições orçamentais? O trabalho das assistentes que existem é...não sei se há restrições também a esse nível?

S – Eu julgo que não, quer dizer, porque está acordado...o que fica acordado, vai-se gerindo com alguma facilidade. Os constrangimentos são mesmo de financiamento externo, porque o que está orçamentado, vai-se conseguindo, vai-se conseguindo alguma verba para fazer face a alguma despesa das famílias, a algumas despesas de deslocação dos técnicos, e portanto eu julgo que sim, muito embora claro, se me perguntasse se os técnicos ganham bem, claro que não ganham, mas enfim, vai-se....se conseguíssemos isto em todo o lado era muito bom!

E – E restrições a nível de regulamentação legal? Ou a nível do sistema? Há condicionantes externos?

S – Vamos lá ver, há alguns que não têm nada que ver com o funcionamento do projecto, como seja, exigências em termos de instalações. Portanto, isto em Lisboa foi chamado um CAFAP e é o único sítio em que existe um financiamento pela Segurança Social com carácter regular, o que é muito bom para a estabilidade do projecto, como é

evidente, mas isso...esse financiamento vamos tentando consegui-lo noutros lados, e isso exige ter instalações adequadas. E as instalações não têm nada...como o trabalho não se dá dentro das nossas instalações, mas sim na residência dos utentes são exigências que nós consideramos que são excessivas. No entanto, não é ao ponto de nos impedir o funcionamento e temos conseguido ir dando resposta. Até porque, eu julgo, que pelo menos em Lisboa isto foi conseguido naquela altura, e espero que se estenda às outras zonas do país, fomos visto realmente como um projecto inovador em termos de intervenção e muito necessário e portanto sentimos da parte do Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social um acolhimento grande e portanto não nos levando dificuldades de funcionamento, não têm levantado até agora, de espécie nenhuma.

E – Considera que é um projecto eficaz?

S – Considero, isso sem sombra de dúvidas. Muito embora seja difícil medir a eficácia, porque nada é branco e preto e nas famílias também não, nem nas nossas quanto mais nas dos outros, nada é branco e preto e portanto, há evoluções que se fazem que não é fácil objectivar a medida em que há sucesso, mas eu julgo que podemos facilmente dizer, pelos números que temos, que mais de 80% das famílias que são intervencionadas acabam a intervenção numa situação melhor do que aquela em que iniciaram, isso sim.

E – Tanto ao fim da intervenção intensiva como se calhar ao fim de um ano?

S – Ao fim do ano, exactamente. Aliás nós gostamos de considerar, muito embora a avaliação intensiva seja avaliada, mas a eficácia ao fim de um ano, que é onde já há alguma estabilidade de alterações que a família produziu.

E – Pronto, não sei se tem algum comentário ou informação adicional que ache pertinente dizer relativamente a estas questões e ao projecto...

S – Não. Só, como eu disse que é um projecto que se replica com bastante facilidade, portanto, é bastante fácil replicar o projecto porque se constituem novas equipas que depois podem gerar novos supervisores, e portanto isto é fácil, e que efectivamente o nosso grande desejo é alarga-lo a outras zonas.

E – Muito obrigada.

Anexo XX

Questionário aplicado às entidades sinalizadoras do Projecto Família

QUESTIONÁRIO ÀS ENTIDADES SINALIZADORAS DO PROJECTO FAMÍLIA

Introdução

Este questionário insere-se num trabalho de investigação, no âmbito do Mestrado de Economia da Universidade Católica Portuguesa, que pretende avaliar a eficácia do Projecto Família. O objectivo deste questionário é recolher a opinião das entidades sinalizadoras, cujo papel no projecto em estudo é de extrema importância. Por esse motivo, solicita-se que responda ao presente questionário, da forma mais sincera possível. Todas as informações recolhidas têm como fim apenas a investigação referida e são estritamente confidenciais.

Instruções de Preenchimento

Responda a todas as perguntas, de forma clara e precisa. Em algumas solicita-se que responda textualmente, utilizando o espaço destinado para o efeito. Noutras apenas deverá assinalar com um X uma única resposta, no interior do respectivo quadrado. O questionário deverá ser preenchido em nome da entidade sinalizadora, reflectindo a opinião dos(as) técnicos(as) que já sinalizaram uma ou mais famílias para o Projecto Família. O tempo estimado para o preenchimento deste questionário é de aproximadamente 15 minutos.

QUESTÕES RELATIVAS À ENTIDADE SINALIZADORA

1. Tipo de Entidade: *(assinale com um X apenas uma resposta)*

- | | |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Centro de Acolhimento Temporário | <input type="checkbox"/> Junta de Freguesia |
| <input type="checkbox"/> Centro de Saúde ou Hospital | <input type="checkbox"/> Lar |
| <input type="checkbox"/> Colégio | <input type="checkbox"/> Santa Casa da Misericórdia |
| <input type="checkbox"/> CPCJ | <input type="checkbox"/> Segurança Social |
| <input type="checkbox"/> Escola | <input type="checkbox"/> Tribunal |
| <input type="checkbox"/> ECJ | <input type="checkbox"/> IPSS |
| <input type="checkbox"/> Outro: _____ | |

2. Indique a data de início da colaboração da entidade com o Projecto Família:
_____/_____(mês/ano)

3. Neste momento a entidade ainda encaminha casos para o Projecto Família? (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Sim Não

3.1. Se respondeu **Sim**, passe para a questão 4. Se respondeu **Não**, responda às questões seguintes, passando depois para a questão 4.

3.1.1. Indique o motivo pelo qual a entidade já não encaminha casos para o Projecto Família. (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Inexistência de famílias com perfil para o Projecto Família

Descontentamento com o Projecto Família

Outro: _____

3.1.2. Indique a data de fim da colaboração da entidade com o Projecto Família:
_____/_____(mês/ano)

4. Quais são os incentivos que a entidade tem para sinalizar famílias para o Projecto Família?

5. Como considera ter ficado a situação da entidade após a colaboração com o Projecto Família? (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Muito pior Pior Igual Melhor Muito melhor

6. Pretende fazer sinalizações para o Projecto Família no futuro? (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Sim Não

QUESTÕES RELATIVAS ÀS FAMÍLIAS

7. Desde que a entidade iniciou a colaboração com o Projecto Família, quantas famílias terão recusado a intervenção do Projecto Família quando a entidade a propôs pela primeira vez? (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Nenhuma Poucas Algumas Muitas Quase todas

8. Na opinião da entidade, quais são os incentivos que as famílias têm para aceitar a intervenção do Projecto Família?

9. Relativamente às famílias acompanhadas pelo Projecto Família, como classifica o grau de cumprimento dos objectivos das famílias? (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Muito reduzido Reduzido Moderado Elevado Muito elevado

10. Como considera ter ficado a situação das famílias que foram acompanhadas pelo Projecto Família, após a intervenção deste? (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Muito pior Pior Igual Melhor Muito melhor

QUESTÕES RELATIVAS AOS TÉCNICOS DO PROJECTO FAMÍLIA

11. Como classifica o grau de proximidade da relação que a entidade mantém/mantinha com os assistentes familiares do Projecto Família? (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Muito reduzido Reduzido Moderado Elevado Muito elevado

12. Como classifica o grau de proximidade da relação que a entidade mantém/mantinha com a supervisão do Projecto Família? (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Muito reduzido Reduzido Moderado Elevado Muito elevado

QUESTÕES RELATIVAS AO PROJECTO FAMÍLIA

13. Como classifica o grau de eficácia do Projecto Família? (*assinale com um X apenas uma resposta*)

Muito reduzido Reduzido Moderado Elevado Muito elevado

14. Na opinião da entidade, quais são os aspectos positivos do Projecto Família?

15. O que é que gostaria que mudasse no Projecto Família?

Data: ____/____/____

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

Anexo XXI

Cronograma das intervenções intensivas realizadas no âmbito do Projecto Família em 2010

